

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JONATHAN MENDES GOMES

“Razom y Speriencia”:

**Relações políticas e sociais entre o homem e a natureza no Portugal Medieval (séc.
XIV/XV)**

NITERÓI
2016

JONATHAN MENDES GOMES

“*Razom y Speriencia*”:

**Relações políticas e sociais entre o homem e a natureza no Portugal Medieval (séc.
XIV/XV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para a
obtenção do Grau de Doutor em História Social.
Setor Temático: História Medieval.

Orientador: Prof. Dr. ROBERTO GODOFREDO FABRI FERREIRA

NITERÓI
2016

JONATHAN MENDES GOMES

“Razom y Speriencia”:

**Relações políticas e sociais entre o homem e a natureza no Portugal Medieval (séc.
XIV/XV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para a
obtenção do Grau de Doutor em História Social.
Setor Temático: História Medieval.

Aprovada em 21/03/2016

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Roberto Godofredo Fabri Ferreira – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutora Vânia Leite Fróes
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutor Edmar Checon Freitas
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutora Miriam Cabral Coser
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Raquel Alvitos Pereira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

NITERÓI
2016

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Roberto Godofredo Fabri Ferreira pela confiança depositada a mim, pelo constante incentivo e pela competência profissional.

À Professora Vânia Leite Fróes, por continuar sua contribuição em minha formação acadêmica, pelo zelo e pelo exemplo a ser espelhado.

À Professora Miriam Cabral Coser, pela impecável gentileza e solicitude, e pelas importantes sugestões dadas para a realização deste trabalho.

À Maria Marta Mendes Gomes, Valéria Drumond, Lygia Martins e Adriana Graça pelos ensinamentos moralísticos que me educaram no caminho das virtudes, e pela generosa acolhida nestas Ínclitas Famílias.

À Pablo Azevedo, Tereza Rocha, Leonardo Fontes, Viviane Azevedo e Katiuscia Barbosa, pelo suporte técnico e científico, e sábios pelos conselhos que me guiaram no aprimoramento das “manhas” e saberes necessários a um bom cavaleiro.

Aos parceiros dessa ilustre Ordem de cavalaria, Carla Martins, Pamela Azevedo, Alexandre Silva, Rafael Le Senechal, Thiago Araújo, Patricia Aranha e Nathalia Topini pelo apoio emocional, lealdade, e valentia na conquista de aventuras e honras cavaleirescas.

Aos companheiros de jogos nos serões da corte, Alexandra Badaró, Carolina Graça, Grazi Monteiro, Kivea Moraes, Mauricio Pedrosa, Roseane Fernandes e Yuric Mendes pelos momentos de diversão e ócio proveitoso, que jamais permitiram meu entendimento se enfadar.

RESUMO

Estudo sobre as posturas e perspectivas adotadas, no baixo medievo português, em relação ao tratamento dado aos elementos naturais, e experimentadas durante os jogos e demais atividades a que se referem as fontes. Utiliza-se a Literatura Técnica produzida nos primeiros reinados da Dinastia de Avis, bem como as Ordenações e Chancelarias régias, para se debruçar sobre as especificidades portuguesas. Caracteriza-se as novas concepções e fenômenos de sensibilidade produzidos pela relação homem/natureza, tendo em vista seu papel como forma de apreensão do conhecimento, e a importância da experiência, da observação empírica e da percepção sensorial. Destaca-se a influência do discurso civilizador vigente no período, e a domesticação da natureza como processo paralelo àquele civilizatório humano. Atenta-se para a configuração dessas atividades domesticadoras como ritos de dominação social e espacial, bem como sua utilização a favor da legitimidade do poder régio, em vias de centralização.

Palavras-Chave:

1. História de Portugal. 2. Poder Régio. 3. Natureza. 4. Sociedade de Corte. 5. Literatura Medieval.

ABSTRACT

Study about the stances and perspectives adopted, in Portugal's early middle ages, regarding the treatment given to natural elements, and experienced during games and other activities related in the sources. The Technical Literature produced in the first reigns of the Avis Dynasty is used, such as the royal Ordinations and Chancelleries, to dwell into the Portuguese specificities. Features new conceptions and phenomena of sensibility produced by the relation man/nature, viewing its role as a way of apprehension of knowledge, and the importance of experience, empiric observation and sensorial perceptions. The influence of the civilizational discourse stands out, and the domestication of nature as a process parallel to the human civilising one. Attempts to the setting of these domesticating activities as rites of social and spatial domination, as well as its use in favour of legitimising the royal power, in its course to centralisation.

Keywords:

1. Portugal's History. 2. Royal Power. 3. Nature. 4. Court Society. 5. Medieval Literature.

RÉSUMÉ

Étude sur les attitudes et les perspectives adoptées dans le Bas Moyen Âge portugais, par rapport au traitement des éléments naturels, et expérimentées au cours des jeux et d'autres activités visées aux sources. On utilise la littérature technique agricole produite dans les premiers règnes de la dynastie d'Avis et les Ordonnances et Chancelleries royales, pour tourner l'attention sur les spécificités portugaises. On qualifie les nouveaux concepts et les phénomènes de sensibilité produites par la relation homme / nature, en tenant compte de son rôle comme un moyen d'acquérir des connaissances, et l'importance de l'expérience, de l'observation empirique et de la perception sensorielle. On met en évidence l'influence du discours civilisateur de la période, et la domestication de la nature comme un processus parallèle à celui civilisateur humaine. On prise en compte la configuration de ces activités qui domestiquent comme rites de domination sociale et spatiale, ainsi que leur utilisation en faveur de la légitimité du pouvoir royal, qui se centralise.

Mots-clés:

1. Histoire du Portugal. 2. Pouvoir Royal. 3. Nature. 4. Cour Société. 5. Littérature Médiévale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Unidades da paisagem e áreas de vegetação portuguesas _____ p. 49
- Figura 2 – Exemplo de árvores do montado na Beira Interior _____ p. 52
- Figura 3 – Exemplo de variedade de espécies na Beira Interior _____ p. 53
- Figura 4 – Veação de grande e médio porte no noroeste português _____ p. 67
- Figura 5 – Exemplo de aves de rapina no noroeste português _____ p. 68
- Figura 6 – Exemplo de modalidades de caça no noroeste português _____ p. 69
- Figura 7 – Mês de Maio no Livro de Horas de D. Fernando e Mês de Dezembro no Livro de Horas de D. Manuel I _____ p. 209
- Figura 8 – Mês de Maio no Livro de Horas de D. Manuel I _____ p. 211
- Figura 9 – A “coutada velha” no século XV _____ p. 219
- Figura 10 – Principais zonas de coutadas e florestas (Portugal século XV) _____ p. 220
- Figura 11 – Descoutamentos de D. Manuel de 1498 _____ p. 221
- Figura 12 – Mês de Abril no Livro de Horas de D. Manuel I _____ p. 224
- Figura 13 – Localização das fortalezas que guarneciam as proximidades da fronteira terrestre (Portugal, 1509) _____ p. 263

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O ESPAÇO NATURAL PORTUGUÊS NO CONTEXTO AVISINO	20
1.1 Contexto Avisino – Legitimação dinástica e centralização monárquica	20
1.1.1 O discurso civilizador do Paço avisino	23
1.1.2 A produção literária	30
1.1.3 Ambiente aristocrático e jogos cavaleirescos	37
1.2 O espaço natural do baixo medievo português	44
1.2.1 Características físico-geográficas do território português	46
1.2.2 As transformações da vegetação em fins da Idade Média	55
1.2.3 Elementos da fauna medieval portuguesa	60
CAPÍTULO 2 – AS NOVAS RELAÇÕES DA NATUREZA COMO FONTE DE SABER	73
2.1 Valores aplicados à natureza no medievo	74
2.1.1 A natureza nas representações do imaginário medieval	75
2.1.2 Importante instrumento do saber	79
2.2 A natureza e a especulação filosófica	85
2.2.1 Os bestiários e o caráter efabulador	69
2.2.2 Contemplação e interpretações simbólicas	92
2.3 Empirismo e contato direto com a natureza	100
2.3.1 Experiência e razão	101
2.3.2 Influências científicas	112
CAPÍTULO 3 – APRIMORAMENTO TÉCNICO E DOMESTICAÇÃO ANIMAL	124
3.1 Da dependência ao crescimento controle sobre a natureza	125
3.1.1 Justificativas de superioridade humana perante os demais seres	126
3.1.2 O caráter “civilizador” da domesticação natural	133
3.2 Elementos da domesticação animal	142
3.2.1 Seleção e categorização das espécies animais	143
3.2.2 Valores da nobreza no processo domesticador	150

3.3 Desenvolvimento de técnicas de domesticação animal no medievo	161
3.3.1 Práticas e instrumentos de adestramento	161
3.3.2 Métodos de cura e manutenção do animal	171
CAPÍTULO 4 – APREENSÃO E CONTROLE DO ESPAÇO NATURAL	181
4.1 Acréscimo de conhecimentos sobre o espaço natural e os elementos vegetais	181
4.1.1 A contribuição do saber empírico	182
4.1.2 Tentativas de imposição humana sobre o espaço natural	192
4.2 Elementos da domesticação do espaço e do vegetal	199
4.2.1 Os usos e o processo seletivo dos espaços naturais	200
4.2.2 Ideais e significados exibidos pela aristocracia	205
4.3 Desenvolvimento de técnicas de domesticação vegetal no medievo	214
4.3.1 Práticas de controle do espaço natural	214
4.3.2 Instrumentos e métodos de uso domesticado dos elementos vegetais	223
CAPÍTULO 5 – RITOS DE DOMINAÇÃO E SEUS USOS POLÍTICO-SOCIAIS	229
5.1 Ritos de dominação social	230
5.1.1 Analogias entre a domesticação humana e animal	230
5.1.2 Aspectos distintivos da nobreza	239
5.2 Ritos de dominação espacial	253
5.2.1 Espaços de demonstração de poder	254
5.2.2 Organização do espaço do reino	260
5.3 Domesticação da natureza como instrumento político	265
5.3.1 As funções régias nos conflitos e medidas a respeito da natureza	266
5.3.2 A construção de um território civilizado	276
CONCLUSÃO	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291
GLOSSÁRIO	297

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, associado à História Política e Social, direciona-se a uma análise sobre a sociedade medieval portuguesa nos primeiros reinados da Dinastia de Avis, em Portugal, de 1385 a 1477, período que engloba os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Trata-se de desvendar outra faceta de um processo que, através do Discurso do Paço, pretendeu civilizar e moralizar, senão todo o reino, pelo menos a nobreza que se formava ao redor da figura régia.

De acordo com o conceito cunhado por Vânia Fróes, consiste o *Discurso do Paço*¹ em um mecanismo repleto de recursos ideológicos utilizado pela dinastia avisina em prol da exaltação da nova monarquia, reproduzindo a dignidade régia, e também ligada às questões de afirmação da identidade portuguesa, a fim de se legitimar diante de seus súditos. Para acompanhar o crescimento e as mudanças ocorridas no reino português, o discurso do Paço serviu para formular, consolidar e difundir uma nova imagem do rei, venturosa, e sua família. Através desta ocorre uma fusão de atributos régios medievais, como a tradição taumatúrgica, com atributos modernos, como as preocupações de uma realeza carismática que liga o rei ao “povo” e sua glória. Seguindo a mesma linha, constrói-se um discurso criador e difusor da identidade portuguesa, recuperando o ideal cristão de unidade, e realizando um novo exercício de eficácia simbólica².

A partir desse discurso também se difunde uma ideologia moralizante e civilizadora voltada à construção de um ambiente nobre mais adaptado às exigências da realeza. Servindo de base da normatização dos costumes, neste ambiente, os impulsos da nobreza seriam controlados e moldados à imagem do rei, corroborando assim com o processo de centralização do poder monárquico. Ou seja, cabe também, nesta conjuntura, identificar as diretrizes do discurso utilizado pelo Paço, que relê antigos ideais da cavalaria a favor da realeza, visando produzir novos significados e valores aos comportamentos e sentimentos, e, desta forma, adaptar a visão de mundo desta sociedade aristocrática ao novo poder vigente. Incluía-se entre seus recursos não só festividades e espetáculos públicos, mas também um

¹ FRÓES, Vânia. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval: UFF, Niterói, 1995. mimeo. passim.

² Ibidem, p. 135.

cerimonial rico em simbologias, além de um conjunto de crônicas, prosas e poesias, voltados para divulgar seus ideais³.

Este processo moralizante sobre os súditos, produzido em Portugal entre os instrumentos de governo da Dinastia de Avis, seguiu as diretrizes da ideologia monárquica, e fora acompanhado por um processo “domesticador” da natureza. Ao mesmo tempo em que as relações entre os integrantes desta nobreza sofriam uma espécie de refinamento, as relações entre os homens e a natureza começam a sofrer transformações em direção a uma constante domesticação e controle desta por aqueles.

As análises realizadas, portanto, cobrem a relevante questão sobre até que ponto as “novas” relações sociais e políticas desse reino e dessa sociedade aristocrática, interferiram numa alteração da conduta do homem com o meio a seu redor, ou vice-versa. Defende-se ainda, uma influência nesse tratamento remodelado entre o homem e o mundo natural, através de dois movimentos visíveis.

O primeiro deles diz respeito ao desenvolvimento de novas concepções sobre a natureza, que começam a surgir na mentalidade do homem medieval quando este principia a enxergá-la sob uma postura pragmaticamente empírica e experimental. Essas posturas, apesar de não serem opostas ao maravilhoso e ao simbolismo vigentes, começam a se identificar, nos finais da Idade Média, com uma postura mais próxima da percepção científica. Como consequência, influenciarão uma tendência a buscar práticas e técnicas mais eficientes a fim de aprimorar a domesticação dos animais, principalmente aqueles de interesse da nobreza.

O segundo se enquadra nas necessidades do poder régio em se legitimar neste reino em vias de centralização política, e para tanto, se apropriar de quaisquer metáforas, analogias, e ritos a fim de se impor aos súditos. E não eram poucos dentre estes elementos que possuíam referência direta ao meio natural, como animais e plantas. Reconhece-se, inclusive, os argumentos sagrados que justificavam a dominação e controle da natureza, bem como os imperativos econômicos que explicam a questão.

No entanto, especificamente o que se procura mostrar é que esse processo de dominação e subjugação da natureza, amadurecido no baixo medievo sob o viés civilizador da domesticação, se fundamenta também em termos político-sociais, tendo em vista a clara parcela de responsabilidade da ideologia civilizadora monárquica. Esta, já havia se apropriado do maravilhoso animal nos espelhos de príncipes, principal referência literária quanto ao

³ FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval: UFF, Niterói, 1995. mimeo. passim, p. 133.

imaginário régio do período medieval, usando com recorrência a analogia com a sociedade animal para legitimar seus fins.

Tal como este processo de moralização humano fora apropriado pela ideologia monárquica em prol de servir a interesses político-sociais, também o fora as diretrizes da domesticação da natureza. Afinal, contribuíram para a manutenção de elementos fundamentais ao poder régio, funcionando como ritos de dominação e distinção social, os quais serviam tanto à legitimidade régia, quanto à exibição de seu poder; e ritos de dominação do espaço, mostrando um território civilizado/cultivado e dominado por um rei representante de Deus, o qual fizera a natureza para os homens.

A experiência portuguesa servirá para mostrar que esta visão mais civilizada e simbiótica, também menos predatória, da domesticação da natureza, torna-se parte do mesmo processo responsável pela construção, desenvolvimento e difusão de uma cultura civilizada e refinada que se manifestava entre as relações humanas no interior do Paço avisino.

Uma parte do *corpus* documental utilizado para esta pesquisa é composta por algumas obras literárias, que se inserem num conjunto mais amplo denominado pelos estudiosos de Prosa Moralística e Técnica da Dinastia de Avis, e ligando-se assim, a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam. Deste conjunto foram selecionadas para análise as seguintes:

O Livro de Montaria, obra original escrita por D. João I entre 1415 e 1433, com o auxílio de conselheiros, homens práticos da arte. Considerada um “doutrinal de cinegética”, traz ensinamentos técnicos sobre a experiência monteira, a arte de caçar a cavalo⁴, muito apreciada por monarcas do período, como atividade de preparo à guerra. Contém observações minuciosas, descrições do ambiente físico onde se procede a caça montês, com forte apreciação dos encantos e prazeres desta, e lições de uso dos sentidos para se adaptar a este ambiente e torna-lo favorável à atividade; ensinamentos sobre como tratar os cães e cavalos, companheiros do caçador; técnicas necessárias para realizar uma boa caçada e não colocar a vida em risco; e certos aspectos morais que a caça toma na consciência do rei⁵. Estrutura-se em 60 capítulos, divididos em 3 partes.

Arte de Bem Cavalgar Toda Sela, escrito por D. Duarte enquanto este ainda era Infante, e também chamado de *Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, trata-se basicamente

⁴ PIMPÃO, Álvaro J. C. *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, pp. 225-226.

⁵ SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de História de Portugal vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 34.

de um manual de equitação, com forte intenção didática, destinado aos nobres, tanto os palacianos quanto os de origem burguesa, os quais D. Duarte culpava, à época, pelo relaxamento e descuido com atividades paramilitares como a montaria, a caça, e a equitação. Pretendendo resgatar o culto a esta arte de saber andar a cavalo, e partindo de suas experiências pessoais, o livro, se encontra dividido em três partes, das quais a última ainda se subdivide em sete capítulos, trata de temas como a vontade, o esforço, o medo e a estética das posturas, o que demonstra de sua parte um propósito pedagógico e social mais amplo: a prática da disciplina sobre os instintos⁶.

O Livro de Falcoaria, escrito no século XIV por Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, a pedido deste, que sobressaiu-se entre as demais obras de cetraria do período, alcançando maior autoridade e difusão, tanto em Portugal quanto em Castela, e por isso tornou-se objeto de traduções durante boa parte do século XV. Trata-se de um manual referente a uma segunda modalidade de caça presente na sociedade medieval, a cetraria, menos violenta e arriscada, em que se usava aves de rapina domesticadas para a perseguição de animais menores. O tratado consta de 24 capítulos, incluindo temas sobre enfermidades das aves, nomeadamente dos falcões, e sua respectiva terapêutica médica e cirúrgica, bem como sobre outros tratamentos, alimentação e adestramento.

O Livro de Alveitaria, escrito por Mestre Giraldo, médico do rei D. Dinis, parece ter sido concluído em 1318, compondo-se de 77 capítulos, divididos em duas partes. A primeira trata dos cuidados e condições necessárias à domesticação dos cavalos desde seu nascimento até a idade em que se deve colocar-lhes o freio e a sela, o que inclui conselhos sobre o parto, alojamento e alimentação adequados, exercícios e punições necessárias ao perfeito adestramento, trabalhos ideais em que se devem colocá-los, além dos mecanismos para melhor lhes prender, frear, selar e ferrar. A segunda parte, bem mais extensa, refere-se a todas as enfermidades, naturais ou acidentais, que podem se abater sobre os cavalos, fornecendo também os instrumentos, receitas, e mecanismos para eliminá-las.

O Livro de citraria e experiências de alguns caçadores, o qual o nome do autor se mantém anônimo e não apresenta datação certa, embora um exame da linguagem conferiu que esta obra trata-se de uma compilação do século XV. Dentre as aves descritas, cada uma em capítulos separados, estão uma grande categoria de falcões (*nebris*, *bafaris*, *sacres*, *girifaltes*, *alfeques*, *bornis*, *tagarotes*, *esmirilhães*), além de *açores* e *gaviões*. Os demais capítulos do tratado retratam as condições de banho e higiene exigidas; a alimentação necessária; uma

⁶ SARAIVA, José A. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 112-113.

grande quantidade de enfermidades, naturais ou acidentais, e seus sinais, apresentando um receituário com as mezinhas aconselhadas ao tratamento de cada doença; e demais conselhos acerca de *prumagem*, bem-estar e tratamento das aves, visando sua melhor domesticação e utilização.

Somam-se a esta literatura técnica, outra de caráter distinto: *Uma versão portuguesa da historia natural das aves do século XIV*, escrita por um autor desconhecido, do qual só se sabe o nome do irmão, fr. Ramiro, quem lhe pediu para que redigisse o referido tratado sobre as aves. Escrito visando tanto atender ao desenfado quanto à sabedoria dos leitores, assim como outros bestiários do período, esta fonte descreve a natureza e propriedades de diferentes aves, acrescentando analogias entre o comportamento das aves e os costumes dos homens. Como era de costume na época, as descrições de cunho mais científico se misturam com as fantasiosas, bem como com considerações sagradas. Dentre os animais descritos estão a pomba, o *açor*, a *tortor*, o galo, a ema, a andorinha, a cegonha, o pássaro, o pardal, o noitibó, o pavão e a águia.

A chamada Literatura Técnica da dinastia de Avis deve ser analisada como componente importante da prosa moralística, devido seu forte conteúdo normativo. Assim, age como fonte veiculadora de um código de condutas nesta sociedade, destacando o novo papel pedagógico, não puramente militar, que as atividades físicas ganham neste período, como disciplinadoras da violência da nobreza.

Observa-se ainda a serventia desta literatura aos anseios de um discurso civilizador do Paço voltado à construção de um ambiente onde os impulsos da nobreza seriam controlados, corroborando assim com o processo de centralização do poder monárquico. Ou seja, cabe também, nesta conjuntura, identificar as diretrizes do discurso utilizado pelo Paço, através das releituras realizadas nos antigos ideais da cavalaria a favor da realeza, visando produzir novos significados aos comportamentos e sentimentos, e, desta forma, adaptar a visão de mundo desta sociedade ao novo poder vigente.

Com este referencial desenvolve-se a ideia da importância da literatura técnica, unida às atividades lúdicas, como mecanismos de difusão dos novos costumes com os quais os governantes pretenderam normatizar seu círculo mais próximo de funcionários, usados por ele como instrumentos de exercício do governo, mas também como legitimadores de sua distinção e dignidade diante de todos os demais. Isto porque os jogos, elementos já utilizados pela nobreza como exercícios pedagógicos voltados para atividades militares, passaram a

representar um instrumento prático para a moralização das condutas dos nobres, a serem modeladas à imagem do rei.

Ou seja, a proposta de estudar a prosa moralística de Avis como veículo de disseminação de valores e ideias que compõem uma cultura aristocrática em formação, torna necessário analisar o texto não apenas como um produto isolado que fala por si, mas como um produto entre enunciador e enunciatário, em que aquele se propõe como tradutor de símbolos compartilhados entre ambas as partes, sendo responsável por transmitir o papel que escolheu a cada um. Flamarion e Vainfas refletem em *Domínios da História*⁷, que o pressuposto essencial das metodologias aplicadas aos discursos é não aceitá-los como algo transparente, e sempre entendê-los relacionados ao social. Juntam-se a este *corpus*, outras obras, de cunho jurídico e normativo. Dentre elas estão:

As *Ordenações Afonsinas* foram a primeira compilação oficial de leis régias do século XV. Constituem a reunião de códigos de leis promulgados e publicados no território português entre os reinados de D. João I e D. Afonso em um código uniforme. Esta obra foi iniciada já no tempo de D. João I (1385-1423) por seu juriconsulto João das Regras que continuou nos trabalhos a pedidos do sucessor D. Duarte (1423-1438). Entretanto, só se concluiu em 1446 sob as mãos de Ruy Fernandes, durante o reinado de D. Afonso V, ainda durante sua menoridade, e por isso se deu o nome de Ordenações Afonsinas. É desta época o aparecimento de uma coleção cronológica de leis conhecida como *Ordenações de D. Duarte* que serviu, parcialmente, de preparação da compilação posterior, ao lado do *Livro das Leis e Posturas*. As *Ordenações* encontram-se divididas em cinco livros, todos precedidos de preâmbulo, e muitas disposições foram extraídas dos direitos romano e canônico.

Os *Livros de Chancelaria* referem-se aos livros ou rolos onde se registrava os diplomas expedidos pela Chancelaria Régia portuguesa, repartição responsável não apenas pela expedição, mas também pela redação e validação, mediante a aposição do selo régio confiado ao chanceler pelo próprio rei, de todos os atos escritos de autoria dos reis de Portugal. Neles continham um cadastro ou tomo de propriedades, uma relação de instituições, pessoas ou povoações obrigadas para com o rei em tributos ou serviços, um inventário das instituições eclesiásticas em que o rei detinha o direito de padroado, os registros das inquirições ordenadas pelo rei, e os registros de chancelaria propriamente ditos. A numeração dos livros é independente para cada série.

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

No que diz respeito à utilização de fontes jurídicas medievais, há que se ter em mente que estas podem “oferecer ao pesquisador informações fundamentais para a compreensão da cultura, das instituições e do cotidiano peninsular medieval, uma vez que abarcam diversos aspectos da realidade da época”⁸. Esta nova abordagem, que historiciza os textos jurídicos, mostra um Direito como construtor e veiculador de idealizações do real, e que se manifesta não apenas como instrumento punitivo e repressor, mas também de regulação, ordenamento, representação e construção sociais.

Apesar dos avanços, como a visão das relações sociais e de poder como refletidas nestes textos, cabe defender o uso da documentação legal e normativa do medievo com as devidas reservas. Sua eficácia e alcance em termos de prática cotidiana são discutíveis, em grande parte por sua natureza teórico-doutrinária⁹, e consequente inaplicabilidade e resistência que enfrentaram. Afinal, muitas dessas compilações régias, com pretensa uniformização normativa, não conseguiram se promulgar como lei geral para toda a Coroa, convivendo com experiências concretas do cotidiano, como a outorga privilégios de cunho local, sendo forte a carga de ambiguidade da Lei¹⁰, de modo a atender demandas mais específicas da realidade social.

Entretanto, mesmo que estes documentos não reflitam a realidade, constatando ou não obediência das leis, pelo menos a representam e organizam, atuam sobre ela, e possibilitam o rastreamento dos problemas¹¹, bem como a compreensão das noções e indícios de práticas que sua mentalidade nos proporciona.

É notável que as diferentes obras produzidas pelos príncipes de Avis, sejam elas narrativas ou normativas, além de se mostrarem plurigêneros, fazem parte do mesmo projeto pedagógico de reforma social visando orientar os que frequentavam o Paço régio e povoavam as terras do rei. Ou seja, estudar os códigos jurídicos ajuda no entendimento do que poderia regular os costumes e direitos expressos em outra literatura, e preencher as lacunas de outros gêneros literários de textos, manifestando pontos de referência para concepções neles presentes, os quais transparecem através de diferentes escritas e práticas¹².

Percebe-se ao longo desse trabalho, a utilização de algumas fontes que ultrapassam um

⁸ SODRÉ, Paulo Roberto. “Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo” in: *Séries estudos medievais 2: Fontes*. Araraquara: ANPOLL, 2009, p. 152.

⁹ Ibidem, p. 158.

¹⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. “Depois do Leviathan” in: *Almanack Brasiliense*, n. 5. São Paulo: USP, 2007, pp. 56-57.

¹¹ Ibidem, pp. 160-161.

¹² SODRÉ, Paulo Roberto. Op. Cit., pp. 155-156.

pouco o período previamente delimitado, como é o caso das Chancelarias de D. Manuel. A opção pelo uso desses dados, referentes a uma época mais próxima do final do século XV, justifica-se pelo fato de se considerar o poder régio mais consolidado. Isto culminou com a maior organização das leis do reino, bem como o desenvolvimento de recursos para melhor executá-las. Portanto, avaliou-se que essas fontes forneceriam importantes registros, de teor mais pragmático, a se comparar com as legislações e literaturas criadas anteriormente.

Esta tese encontra-se dividida em 5 capítulos. O primeiro capítulo possui um viés essencialmente teórico e contextual, onde apresentar-se-á as discussões historiográficas mais relevantes a respeito do conceito de espaço e natureza (incluindo os elementos que a pertencem), bem como explicitar algumas questões metodológicas para o estudo do meio natural, seja usando referenciais geográficos, sociológicos ou antropológicos em comunhão com a história. Também incluirá uma exposição da conjuntura do advento da Dinastia de Avis, com a conseqüente centralização régia e formação de um ambiente aristocrático que relê elementos cavaleirescos como os jogos. Isto servirá de contexto para descrever o espaço natural português que acompanha as transformações entre os séculos XIV e XV.

O segundo capítulo se utilizará das fontes que compõem a Literatura Técnica de Avis para que se possa demonstrar a importância dos elementos naturais, através dos jogos medievais, como via de acesso ao conhecimento, e como isto é afetado à medida que uma nova postura de compreensão à natureza, mais prática, passa a vigorar. Não se trata de contrapor o antigo modelo contemplativo e simbólico com este outro mais científico e pragmático, e sim elucidar como eles convivem entre si, além do porque e de que forma esta literatura é considerada mais eficaz do que as outras para transmitir saberes, tendo em vista sua relação mais direta com elementos já cotidianos da nobreza medieval.

O terceiro capítulo examinará, a partir das mesmas fontes acima, as características do desenvolvimento das técnicas e instrumentos de adestramento, domesticação e manutenção (higiene, habitação, alimentação, saúde, etc.) dos animais aí citados, lembrando sempre que estes são animais importantes para o exercício das atividades (lúdicas, bélicas e pedagógicas) da nobreza, tornando-se signos distintivos desta. Daí a relevância de tal saber técnico para o rei, que investe na produção de tratados. Buscar-se-á mostrar não apenas os atributos práticos destas técnicas, mas também as analogias do adestramento animal com a “domesticação” humana, de forma a não só descrever as fontes, como também responder o porquê se reforça a importância do aprimoramento destas técnicas neste período e sua relevância pedagógica para o homem medieval.

No quarto capítulo serão analisadas nas fontes as posturas e tratamentos com os quais os homens medievais se relacionam com o espaço natural, levando em consideração os ambientes mais frequentados pela nobreza durante o exercício destes jogos e atividades que lhes caracterizam, como coutos e montados. Pretende-se perceber não apenas as diferenças com relação à anterior imagem destes ambientes florestais, como lugares mistificados e que provocavam terror, mas também as necessidades de apreender este espaço para melhor controle e delimitação. Usar-se-á já neste momento as fontes de caráter normativo que possam esclarecer algumas características acerca da domesticação destes espaços.

O quinto capítulo concentrar-se-á mais especificamente nas fontes normativas, buscando complementar as fontes literárias e responder de que forma os elementos mostrados nestas últimas são tratados pelas fontes jurídicas e normativas, que possuem um conteúdo mais pragmático. Busca-se perceber o modo como estas visões e posturas domesticadoras aparecem nas leis régias, a fim de tornar mais claro os usos sociais e políticos destas. Também preocupa-se aqui em mostrar a caça, e os demais jogos que lhe acompanham no seio da nobreza, como ritos de dominação social e do espaço, considerando as analogias desta subjugação dos elementos naturais já citados.

Esta tese se enquadra no círculo de pesquisas realizadas pelo *Scriptorium*, o Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos, localizado na Universidade Federal Fluminense. O *Scriptorium* possui uma tradição de estudos que envolvem temáticas acerca da estrutura do poder régio, das imagens construídas pelos reis, e outros temas políticos. Apesar de possuir a peculiaridade de se trabalhar especificamente com a natureza, e em parte com jogos medievais, seus objetivos e conclusões vão ao encontro dos demais estudos realizados pelo laboratório, permitindo assim amplo diálogo com outros trabalhos. Espera-se que o leitor se familiarize já com o tema e a estrutura desta tese, e que possa com isto conduzir com clareza sua leitura.

CAPÍTULO 1 – O ESPAÇO NATURAL PORTUGUÊS NO CONTEXTO AVISINO.

Esta pesquisa inicia-se fornecendo as referências contextuais que balizam todo o trabalho, tratando-se especificamente do contexto político, cultural e social que ambientava os séculos XIV e XV no território português. Aplica-se como pano de fundo a ascensão da Dinastia de Avis, juntamente com os movimentos iniciais de centralização monárquica e as necessidades de legitimação dinástica. Dessa forma, abarca-se tanto a formação de um círculo social composto de uma nobreza cavaleiresca secundogênita em ascensão, quanto de um discurso civilizador do Paço, criado para controlá-la e moldá-la de acordo com os valores da monarquia.

Abrange-se também o forte investimento cultural empreendido pela nova dinastia, especialmente no que tange à produção e circulação literária no interior desta recém-formada nobreza; bem como a profunda influência dos jogos cavaleirescos, como importantes elementos da cultura aristocrática, e sua releitura usando referenciais cristãos, a fim de transformá-los em atividades mais amplamente pedagógicas.

Este capítulo orienta-se, num segundo momento, na exposição do contexto do espaço natural português no período selecionado, com seus elementos animais e vegetais. Inclui-se, portanto, não apenas um panorama das características físicas e geográficas, dando atenção especial à situação da cobertura vegetal. Também elenca-se os principais elementos da fauna que habitavam essa paisagem natural portuguesa, destacando algumas espécies devido a importância de suas relações com o homem. Mais do que isto, avalia-se as transformações sofridas por estes elementos ao longo dos dois últimos séculos medievais, considerando o impacto da intervenção humana na natureza, a fim de compreender as demandas políticas e econômicas da sociedade.

1.1 Contexto Avisino – Legitimação dinástica e centralização monárquica.

Sabe-se da polêmica que gira em torno de se considerar a Revolução de 1383, marco português que dá início à Dinastia de Avis, como um processo revolucionário, em vista de não ter rompido com as antigas estruturas da sociedade portuguesa. No entanto, José Mattoso

partilha da ideia de que este processo trouxe consigo uma série de mudanças consideráveis, principalmente no que diz respeito à nobreza, a qual, segundo o autor¹³.

é profundamente afetada, não apenas pela revolução, mas por um processo que já vem de longe e de que ela é o acontecimento mais significativo. O último quartel do século XIV é realmente uma época de mutações para a composição, a mentalidade, os recursos naturais e a força produtiva da nobreza¹⁴.

D. João I, filho bastardo do rei D. Pedro, subiu ao trono após a resolução da crise dinástica que se iniciou com a morte de D. Fernando. Escolhido pelas cortes, fora apoiado principalmente pelos concelhos e pela nobreza de segunda, ainda que essa divisão partidária não chegasse a ser tão natural ou mesmo radical, pois muitos nobres de primeira linha acabaram engrossando as fileiras do partido favorável a D. João I¹⁵.

Nesta decisão estava em jogo a vitória das novas estruturas, vinculadas às cidades, ao comércio e às cortes, que ganhavam espaço em detrimento das antigas estruturas feudais. E isto explica o fato de D. João I de Portugal ter alcançado o apoio das mais importantes cidades do Reino, composta por “homens bons” que necessitavam de uma maior autonomia urbana e incentivos comerciais; da mesma forma que a nobreza de segunda, aspirando ascender socialmente, apoiou este personagem em busca de privilégios.

O fato é que a vitória de D. João I, não havia resolvido totalmente o problema da crise sucessória. Muitos foram os que questionavam a legitimidade da decisão das cortes, e assim da própria dinastia, o que tornou este período inicial marcado por relações ainda instáveis¹⁶. Esta conjuntura justificou a necessidade da nova dinastia buscar formas de criar uma genuinidade para seus reinados, os quais aos olhos de seus súditos e dos estrangeiros, deveriam ser vistos como legitimado por seu povo e por Deus.

Neste sentido percebe-se a união entre o sagrado e um embrionário sentimento nacional, como instrumentos que corroboravam o poder vigente. Acompanhando o claro de processo de centralização do poder régio, também apresentava-se a propaganda dinástica. NietoSoria¹⁷ se preocupou em relacionar a atitude mental dos indivíduos com os fatos concretos e instituições. Para o autor, cada transformação institucional que transmite mais

¹³ MATTOSO, José A. *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 278.

¹⁴ MATTOSO, José A. *A nobreza Medieval Portuguesa. A família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 15.

¹⁵ MATTOSO, José A. *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 287.

¹⁶ MATTOSO, José (dir.). “D. João I” in: *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 497.

¹⁷ SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos Del poder real em Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, pp. 19-20.

poder à monarquia, pondo em prática aspirações ideológicas antecedentes, é acompanhada por transformações na concepção do poder régio que justifiquem estas aspirações. A análise da literatura política, bem como dos símbolos do poder e das cerimônias régias, tornam-se fundamentais para o aprofundamento deste enfoque nas manifestações de concepções de poder vigente e propaganda política.

O autor define a propaganda política como “conjunto de processos de comunicação por cujo meio se difundem os valores, as normas e as crenças que formam as ideologias políticas”¹⁸. A propaganda é a mediadora das relações entre rei, realeza, e opinião pública, e funciona tanto pela justificativa de uma política cuja aceitação pode não ser unânime, adequando a opinião pública aos objetivos de um governo, quanto pela exaltação de um sentimento de pertença na comunidade política, reforçando a lealdade popular. Compõe-se de elementos e mecanismos que sustentam não apenas o fortalecimento do poder régio, glorificando a ordem e a prosperidade, mas também a exaltação da figura do rei.

Como exemplo de instrumentos usados na transmissão da propaganda do poder monárquico para os súditos, encontram-se imagens do poder e sentimentos religiosos, bem como espetáculos e cerimônias luxuosas, como as sagrações, funerais e entradas régias, unidas a procissões e banquetes. Mais do que simples entretenimentos coletivos, nos séculos XIV e XV esses eventos consolidaram-se como festas complexas, grandiosas e ricas de significação. Apesar de conscientes e intencionais em sua maioria, isto não significa dizer que mitos, ideias e sentimentos não possam surgir espontaneamente. E ainda que a ideologia da realeza não se materialize em instituições concretas, sempre atuou como filtro pelo qual se interpreta a realidade política¹⁹.

Assim, ainda carecia a nova dinastia de mecanismos mais concretos que impusessem a autoridade monárquica sobre os concelhos, o clero e a nobreza. Apoiado nas oligarquias municipais, o controle do clero e da nobreza era feito com a atribuição de diversas obrigações, como pagamento de tributos e até punições no caso de abusos de poder, e um dos maiores expoentes desse processo é a *Lei Mental*, que restituía o patrimônio régio, em parte dilapidado entre casas senhoriais²⁰. Iniciado por D. João I, esta política interna foi seguida sem rupturas nem mudanças por D. Duarte.

A efervescência política deste período fundamentou uma reordenação da sociedade em todos os seus âmbitos, e é dentro deste quadro que Paulo Accorsi destaca a importância de um

¹⁸ SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos Del poder real em Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, p. 42.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 43-44.

²⁰ MATTOSO, José (dir.). “D. João I” in: *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 500.

instrumento ideológico que fosse responsável por reestruturar a visão da sociedade, de modo que os sentimentos e comportamentos pudessem ganhar novos significados²¹. O processo de centralização monárquica e a conseqüente monopolização dos poderes vinha acompanhado não apenas da estruturação de uma identidade portuguesa.

Trouxe também consigo a constituição de um círculo social nobre capaz de difundir novos modelos de sociabilidade, e controlar os afetos e condutas tanto dessa nova nobreza que ascendia, quanto da velha nobreza, que se via forçada a se adaptar ao contexto. Essa sociedade tinha o soberano como figura central, fato que legitimava a autoridade deste por se constituir como exemplo dos ensinamentos morais a serem seguidos, e também como mediador dos conflitos existentes nesta nova sociedade mais heterogênea e segmentada²².

1.1.1 O discurso civilizador do Paço avisino.

Definidos por muitos autores como a Ínelita Geração, a Dinastia de Avis foi marcada por representantes preocupados não apenas com avanços territoriais e guerras, mesmo que elas estivessem revestidas com o ideal sacro de combate aos pagãos. Há que se lembrar que no século XV, aprofunda-se a transição da figura régia como predominantemente guerreira, o antigo rei dos campos de batalha, para as figuras tanto de um rei ministerial, ou seja, associado a múltiplas tarefas governativas, quanto de um rei sábio, que se dedica a exercícios intelectuais de forma a se aprimorar²³.

Esses monarcas passaram a encontrar na escrita e no estudo, especialmente sobre as virtudes do bom governo, uma forma produtiva de aproveitar seus momentos de folga do governo, mas sem se desviar das funções administrativas principais que passou a acumular. Isto indica que, ao contrário do que muitos pensavam, as atividades intelectuais eram bastante compatíveis com as administrativas. Isto é, uma forma de o rei se entreter, desenfadando-se das tarefas cotidianas, de modo que estivesse sempre disposto e não sobrecarregado quando chegasse o momento de cumprir seus deveres de reger os homens, segundo os princípios de Deus.

²¹ ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, p. 13.

²² *Ibidem*, p. 14.

²³ SARAIVA, José Antônio. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 113-115.

Dessa forma, a promoção da cultura, das artes e saberes fora extremamente valorizada por reis como D. João I, D. Duarte e D. Pedro, que manifestavam um gosto especial pela reflexão e pela justificação de seus atos. As próprias regras jurídicas racionais já tinham aumentado sua importância no governo das realezas do início do século XIV, apesar de os monarcas ainda não serem juristas²⁴.

Como diria Pimpão sobre os representantes desta Dinastia:

Cada um dos vultos que a compõem tem a sua fisionomia própria, a sua individualidade, o seu caráter, mas influi sobre eles um comum ideal de vida que disciplina a sua atividade, subordinando-a à consecução de fins que transcendem o indivíduo, e que podem resumir-se neste objetivo único: a realização da sociedade cristã²⁵.

Esta promoção da cultura encontrava no Paço que se formava ao redor do rei, seu maior foco de divulgação. Rita Costa Gomes muito contribuiu para elucidar os estudos a respeito da sociedade e ambiente cortesãos no final da Idade Média portuguesa, traçando um perfil consistente desse objeto histórico de fundamental observação.

Segundo a autora, a Idade Média utilizou um conjunto amplo de palavras para designar a corte régia, mas esta seria definida primeiramente como o lugar da presença do rei. De fato, o vocábulo expressaria dois elementos diferentes: o espaço material, seja este residência ou palácio, no qual vive o rei com sua *família*, ou seja, a comunidade doméstica; a comitiva variável e em constante movimento que o acompanha, isto é, vassallos e oficiais distintos entre si e investidos de alguma autoridade pública, que vivem a aconselhá-lo ou servi-lo²⁶.

Entretanto, há que se fazer uma importante ressalva a respeito das relações estabelecidas entre a corte e o Paço. Assume-se aqui, no que diz respeito especificamente ao contexto do baixo medievo português, preferir a utilização deste último termo, ao invés de corte, por representar uma ideia mais ampla, não apenas a corte e o rei, ou o núcleo civilizacional de onde sai a nobreza.

Mais que uma realidade social, a ideia de Paço apresenta forte dimensão política devido seu caráter de espaço, por excelência, da formação, expressão e exercício da cidadania,

²⁴ LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSP, 2006, p. 412.

²⁵ PIMPÃO, Álvaro Júlio C. *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*, Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, p. 215.

²⁶ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 1.

da soberania e do poder decisório, no caso a administração régia. Trata-se tanto do centro da origem e exercício do poder régio, crescente neste período, bem como do eixo polarizador dos conflitos e alianças inerentes a esta sociedade em formação. Também não se pode negligenciar seu aspecto de conjunto de instituições que materializam a mediação desse poder, o que implica em compreender o Paço como o terreno, o espaço físico e a administração.

O Paço se liga à realeza e a seu complexo de ideias, tradições e ritos, vindos das mais diversas origens, e reinterpretados pela instituição monárquica. Por exemplo, o Paço é muitas vezes identificado com o paraíso, o reino e a ordem do mundo, referindo-se sempre ao que é nacional, em oposição ao estrangeiro vinculado ao diabo²⁷. Isto é, cabe aqui destacar seu papel de *locus* onde se elabora (ou ainda o maestro regente das) representações que sustentam a unidade do reino, onde se constrói sua história, e se difunde o discurso que submete todos os súditos a uma nova dinastia.

Não apenas foco da produção de sentidos e costumes, o Paço se mostra como palco dos cerimoniais que os reproduzem e justificam. Uma estrutura física e simbólica onde se conjugam os espaços e atividades rituais necessárias não apenas para ordenar e organizar o quadro espacial e temporal desse ambiente, criando um ritmo de tempo específico. Estas atividades (que vão desde as cotidianas até as festividades e sagrações, coroações, etc.) servem também para identificar práticas culturais próprias desta forma de vida aristocrática, e distinguir no seio desse ambiente os indivíduos cuja presença tinha por objetivo o “serviço cotidiano” do rei, de seus demais componentes²⁸. Tendo em vista o caráter dessas atividades como mecanismos de exibição e legitimação do poder régio, vê-se aí a ligação do Paço com a cidade, visto que é nesta que se encontra o público deste espetáculo hierarquicamente regado e previsto.

A questão é que o Paço português constituiu-se como local onde o exercício do poder régio pretendeu realizar uma produção de sentido voltado para o controle não só moral, mas também político desta nobreza que se formava ao seu redor. Junto a isto, o Paço se consolidou como ambiente de recepção e circulação dos discursos de domesticação da nobreza, ou seja, do próprio ato civilizatório. Parte deste controle era voltado para o policiamento da violência, tão característico desta sociedade nos períodos anteriores, e isso se fez em grande parte com o controle de seu tempo, do ócio a que estava submetida.

²⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p.139.

²⁸ *Ibidem*, p. 295.

Este percurso social que se desenvolveu em direção a uma *mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica*, seguindo a diretriz de um maior controle das pulsões e dos instintos, insere-se no amplo contexto que Norbert Elias²⁹ definiu como *processo civilizador*. Segundo o autor, este ocorrera em vários períodos da história das sociedades, desenvolvendo-se no fim da Idade Média especificamente a partir da concentração do poder nas mãos de um só governante, o rei, juntamente com os monopólios de força/exército e fisco.

A revitalização da supremacia régia seguiu o fortalecimento do poder econômico dos reis, através do novo impulso do comércio e da moeda, e recuperação de antigos privilégios absorvidos pelos senhores feudais. Em contrapartida, grande parte da nobreza assistia não apenas a diminuição de seu poder aquisitivo, como a restrição das funções que davam campo de ação aos guerreiros, o que atraiu cada vez mais esses elementos para a proximidade e dependência do círculo régio. Esta conjuntura forneceu nova importância às instituições sociais da monarquia, acompanhada de mudanças estruturais na sociedade que possibilitaram ao rei tanto adquirir quanto preservar tal poder³⁰.

Dentre essas mudanças, percebe-se a formação gradual de uma sociedade hierarquizada tendo à frente o governante. O fato é que este círculo social interno, composto pela nobreza, começou a se tornar cada vez mais heterogêneo, devido aos acordos feitos pelo rei com vários grupos sociais diferentes para centralizar seu poder. Isto implicou não apenas no aumento da autoridade régia, tendo vista seu papel de mediador das querelas entre estes grupos distintos. Acarretou também, quanto às funções nesta sociedade, o aumento em número e a diferenciação em tipos, o que ampliou a dependência funcional entre as pessoas que nela viviam, criando uma rede de convivência mais complexa³¹.

Tamanha rede de interdependência necessitava de pontos de polarização de forças que permitissem surgir, em seu interior, um centro de equilíbrio cuja referência principal fosse a figura régia. A semelhança e proximidade a esta referência tornaram-se garantia de aquisição de honras e bens bem como manutenção dos privilégios e posição de distinção na sociedade, gerando uma pressão via competição interna pela participação nos serviços do rei.

A questão é que o fortalecimento do órgão central exigia de seus funcionários a observação de algum grau de consideração e espírito de previsão, além de um controle mais rigoroso, e polimento, de posturas e hábitos, bem como domínio das emoções. Segundo Elias:

²⁹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

³⁰ *Ibidem*, pp. 15-16.

³¹ *Ibidem*, pp. 196-197.

“Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’³². Essencial nesse caminho fora o surgimento de mecanismos de auto-controle e auto-disciplina nessa tutela dos afetos, a partir de ferramentas abstratas de controle como o medo e a vergonha, generalizando-se entre os indivíduos.

A situação torna-se mais complexa a partir do momento em que aumenta a tensão competitiva entre a nobreza e estratos urbanos, como a burguesia, a partir da ascensão desta. Foi justamente quando os contrastes entre os estratos altos e baixos se reduziram, acompanhados pelo aumento da pressão competitiva e da dependência funcional, que se despertou o alerta da classe superior acerca da urgência em conservar sua posição, que não encontrava mais tanta segurança. Neste ponto compreende-se o processo civilizador como não apenas uma suavização de antigos hábitos rudes e violentos.

Trata-se da consolidação de um ambiente cortesão com uma cultura própria, adotando um padrão, comum a toda nobreza europeia, de códigos de comportamento, bem como de linguagem, gostos, gestos que compunham a etiqueta. Afinal, a presença e vivência nesse ambiente de proximidade do rei, como no caso das cortes, mostrou-se fundamental para a manutenção do prestígio da nobreza como grupo privilegiado, distanciando-se das demais camadas sociais. A própria demonstração da civilidade régia tem uma ligação intrínseca com a corte e o desenvolvimento da cortesia. Tanto que a expressão “rei espirituoso”³³ difundiu-se no século XII, mostrando o rei como modelo do espírito da corte.

O autor faz a ressalva de que este processo não se fez de maneira planejada e intencional, por parte de pessoas isoladas³⁴. Pois é a dinâmica própria e concreta do entrelaçamento social, dos desejos e impulsos, que está por trás do processo civilizador. Entretanto, mesmo que certas etapas do processo sejam passíveis de ocorrer espontaneamente, as diretrizes deste processo civilizacional podem apresentar ordem e direção bem definidos.

Um exemplo disso é o específico caso português, cujo discurso do Paço apresentava características objetivas em “domesticar” a sociedade pela moralização de seus hábitos. A experiência portuguesa serve também para mostrar que esse processo civilizacional não se limita a um polimento do comportamento externo, ou físico, mas também interno, ou seja,

³² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, vol.II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.195.

³³ LE GOFF, Jacques. “Rei” in: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval, vol. II*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 408.

³⁴ ELIAS, Norbert. Op. Cit., pp. 193-194.

moral e espiritualizante. Esse dado nos permite diferenciar os processos de domesticação e civilização, apesar de considerá-los complementares.

Além disso, se à nobreza cabia o polimento da conduta para conviver o mais próximo do círculo régio, ao rei, o mais nobre de todos os seus pares, e representante de Deus em seu reino, cabia a função de fornecer o exemplo desta conduta. Nieto Soria trabalhou com a vigência da proposta de um paradigma moral do monarca, no qual a vivência religiosa constituía a base do modelo comportamental³⁵.

Para tal, a dinastia avisina contribuiu para a difusão de uma série de manuais de conduta régias destinados a educar os futuros príncipes em seu ofício. Afinal, o sangue assegurava a ascensão dos príncipes, mas não trazia consigo a garantia de que estes seriam bons reis. Daí a compreensão da necessidade do ofício régio ser ensinado desde cedo aos futuros governantes. Com forte conteúdo teológico e moralizante, estes manuais atrelavam as principais funções do monarca às valiosas virtudes do mundo cristão: o rei ideal tinha como prioridades a obediência a Deus e à Igreja, a promoção da paz e justiça em seu território, e atender às demandas de seu povo.

Isto porque no período conhecido como Baixa Idade Média, a virtude se consolidou como signo fundamental de legitimação do poder real, pois o autocontrole sobre os vícios era inerente às responsabilidades do ministério régio. Representando a alegação máxima das exigências de virtude, o monarca devia ser o mais virtuoso do reino, fato que fundamentava sua distinção e superioridade. Ou seja, se apresentava *a priori* como um personagem ético, e depois político, de tal forma que seus atos de poder deveriam se submeter aos ideais éticos.

A literatura política da época mostra-se veiculadora das virtudes esperadas por um rei, que se conjugam visando formar um modelo que pudesse alcançar o máximo de aceitação. Muitas coincidem com as virtudes teológicas e cardinais: temperança, justiça, prudência, fortaleza, e fé, esperança, caridade. A estas costumam juntar-se outros dons do Espírito Santo como piedade, temor a Deus, sabedoria, entre outros. Porém, no século XV, tais virtudes de inspiração do sagrado passam a dividir espaço com as de caráter laico, que enaltecem graciosidade, lindo gesto, formosura, cortesia, entre outros como clemência, misericórdia, e sinceridade³⁶. O que se exigia era sua capacidade de se autogovernar, tema incluído não apenas na literatura política, mas também nas mais variadas obras que constituem a *Prosa Moralística* de Avis.

³⁵ SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos del poder real en Castilla*. Madrid: Eudema, 1988, p. 78.

³⁶ *Ibidem*, pp. 85-86.

Dessa forma, a Dinastia de Avis aparece como a etapa medieval portuguesa deste processo civilizador, visto que a estratégia de propaganda dinástica e de supremacia régia acompanhou-se da preocupação com a educação da nobreza. Através da noção *discurso do Paço*, desenvolvida por Vânia Fróes³⁷, entende-se que o Paço consistiu no local de difusão da ideologia régia moralizante e civilizadora, à qual os nobres deveriam absorver e exibir.

As especificidades portuguesas referentes à figura régia foram construídas, mediante esta reordenação das imagens existentes no mundo cristão, visto a necessidade de legitimação da dinastia avisina que se impunha no país. Uma das representações mais importantes deste quadro, de caráter teológico, é a do governante com características messiânicas e evangélicas, que liga o rei, eleito por Deus, e o reino ao propósito divino de salvar a fé e a cristandade. E toda esta fusão de imagens sacralizadas culminou na exaltação da moralidade da ação do governante como fundamento da “boa governança do Reino”³⁸.

Visto a importância do franciscanismo como um dos substratos desta imagem régia avisina, a caridade aparece como uma das virtudes mais rigorosamente cultivadas. O pobre é o objeto de piedade e compaixão, aquele que pela ajuda e misericórdia eleva o cristão à salvação. Esta função foi assimilada pelo poder real avisino.

A virtude da generosidade também era bem valorizada pelos medievais. A liberalidade aparece com maior importância quando se trata da figura régia. E isto não apenas pelo dever real de representar o exemplo de conduta para seus súditos, mas também pela necessidade de manter a obediência e lealdade destes. A origem do poder régio é tratada pelas tradições políticas medievais tanto pela via da escolha de Deus, quanto pela via de um pacto entre governantes e súditos. Desta forma, a prática da generosidade através da distribuição de mercês pelos monarcas tornava-se tão importante para justificar sua posição, quanto a manutenção de sua imagem como sagrada e virtuosa. Como representante de Deus na terra, o rei deveria corresponder à generosidade divina em seu reino. O rei generoso conseguia conquistar e sustentar a fidelidade de seus súditos, quase sempre dispostos a acatar suas ordens.

Completando este quadro que relaciona a liberalidade régia com o fortalecimento da imagem e ação política do monarca, não se deve esquecer a importância atribuída à Magnificência. Esta se definiria como a capacidade de realizar despesas em benefício do bem comum, e cuja grandeza estivesse de acordo com o *status* de quem realiza. Acabou se

³⁷ FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval: UFF, Niterói, 1995. mimeo. passim.

³⁸ *Ibidem*, p. 118.

tornando uma virtude ligada intimamente à figura régia, como mostra tanto os diversos exemplos de gastos em cerimônias públicas, quanto nos temas literários onde a liberalidade manifesta sua grandeza através da magnificência. Assim, esta fortalece, sob a égide do rei, ainda mais os vínculos sociais baseados nas dádivas³⁹.

Esta educação, caracterizada por um avanço na “civildade” dos nobres, foi acompanhada de perto por uma série de avanços que esta sociedade assistiu. Um deles foi o próprio avanço das táticas militares que transformaram a guerra em confrontos mais estratégicos e menos brutais. Outro, de igual importância, é representado pelo avanço das técnicas agropecuárias, e mesmo da domesticação dos animais, que permitiu aos homens do baixo medievo maior domínio sobre a natureza.

Isto se torna de suma importância quando se lembra que, apesar dos avanços da organização urbana, Portugal não deixa de ser um reino eminentemente agrícola ainda com D. Dinis, considerado rei lavrador. A vida da maioria da população permaneceu essencialmente rural por muito tempo, desenvolvendo-se segundo o ritmo das estações.

Da mesma forma, todo o ambiente literário do Paço avisino se viu imbuído destes valores e ideais difundidos por seus príncipes e monarcas. As obras por eles produzidas, ou encomendadas, corroboram ideologicamente com a manutenção e legitimidade do poderio único e centralizado nas mãos do monarca. Sendo o governo do reino concedido ao rei diretamente por Deus, e tornando-se aquele representante Deste na terra, a fidelidade dos cristãos a sua religião é assim transposta para a relação rei/súdito. Como o rei era o senhor máximo em sua terra, esta afirmação torna-se fundamental para submeter todo o reino, em especial os audaciosos cavaleiros de sua nobreza, a seu comando.

1.1.2 A produção literária.

A respeito da literatura produzida nesse período da Idade Média, torna-se importante analisar não apenas seu lugar de produção, mas os meios de circulação dos textos e a forma em que eram consumidos. A posse dessas referências possibilita alcançar a ligação entre a difusão das leituras e a produção de efeitos concretos na sociedade, ou seja, como interferiam

³⁹ MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II (Portugal-1438-1495)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007, pp. 46-47.

nessa construção de comportamentos. Sobre esse aspecto, deve-se lembrar que “a obra medieval, até o século XIV, só existe plenamente sustentada pela voz, atualizada pelo canto, pela recitação ou pela leitura em voz alta”⁴⁰.

Esta predominância da transmissão oral sobre a letra na arte literária medieval, durante a maior parte de sua existência, vincula-se não apenas ao baixo índice de letramento da maioria da população. Ligava-se também à longa vigência da literatura em verso, como a poesia lírica e as canções de gesta, que mostrava-se como espaço privilegiado da performance, teatralidade e musicalidade. Afinal, só mais tarde é que esta atividade literária vai se consagrar em prosa, multiplicando-se no século XIII, a fim de atrair a literatura para a forma escrita⁴¹.

Tendo em vista que a prosa medieval fora criada para enunciar-se de maneira retórica, o surgimento do romance, destinado à leitura, implicou na conservação da leitura em voz alta por um período considerável. No entanto, apesar do prevalecimento do oral, somente a escrita possuía autoridade neste período, com o conjunto dos textos antigos, de preferência latinos, sendo o único modelo autorizado, consolidados pela Escritura, a servir de base para autores posteriores. Assim, a Baixa Idade Média resgatará a atenção ao livro enquanto objeto, e ao texto enquanto matéria a ser copiada de forma a se conservar os saberes das letras antigas⁴².

No entanto, tal atividade intelectual não mais se encontrava totalmente monopolizada pela Igreja, conservando-se a cultura medieval dita “erudita” também nas universidades e bibliotecas régias. As maiores da época, particulares e, sobretudo, as dos grandes senhores laicos, possuíam dezenas ou uma centena de livros, classificados em gêneros e temas variados. Assim, deve-se ressaltar não apenas que o ato de escrever era muito mais frequente do que supõe os manuscritos resgatados, mas que, em certas análises, não se pode supervalorizar eventuais determinismos sociais e econômicos em detrimento dos agrupamentos em função dos meios de vida literários, como as cortes⁴³.

No que diz respeito especificamente à literatura portuguesa, considerada aqui como produzida por autores de língua portuguesa, esta já pode ser encontrada desde finais do século XII, numa fase denominada por Joel Serrão⁴⁴ como *pré-histórica*. Corresponde a uma

⁴⁰ ZINK, Michel. “Literatura(s)” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru:EDUSC, 2006, p. 80.

⁴¹ BATANY, Jean. “Escrito/Oral” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru:EDUSC, 2006, p. 391.

⁴² ZINK, Michel. Op. Cit. p. 82.

⁴³ BATANY, Jean. Op. Cit. p. 383.

⁴⁴ SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de História de Portugal vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

literatura de cunho oral, incluindo contos, cantigas e provérbios, e que serviu posteriormente de base para a própria ficção escrita. A primeira escola literária em português, por exemplo, fora a das cantigas de amor, de amigo e de escárnio ou maldizer, compiladas em cancioneiros.

Na época de D. Dinis, principal incentivador desta escola trovadoresca, inicia-se o processo que desencadeará numa fase posterior, que coincide com a época em que começou a se difundir a prática de redigir em português. Este período foi marcado também pela tradução palaciana de textos jurídicos, sagrados, e romances de cavalaria, bem como pela tradução conventual de obras de apologética, doutrina e devoção⁴⁵. A morte de D. Dinis, em 1325, acarretou na contração desta escola galego-portuguesa, ou trovadoresca, ainda que alguns autores persistissem como cultores de seu lirismo até meados do século XIV.

A partir deste período, a prosa se difunde pelo território português, o que Mattoso alerta não encarar como falta de cultura literária. Com certeza, o extremo moralismo o Paço avisino, de D. João I a seus filhos, fora fundamental para difundir e valorizar o apego a este estilo literário. Estes consideravam a prosa como instrumento mais apropriado que a lírica para absorver os ensinamentos sobre moral e virtude, necessários a uma sociedade que se transformava, e que precisava constantemente do enquadramento de suas condutas⁴⁶.

Afinal, tratava-se de um contexto histórico em que o reino português se encontrava em busca de afirmação e ampliação. Aos olhos dos monarcas avisinos, a expansão do reino não dependia apenas do vigor do corpo e destreza das armas, mas também da moralidade dos costumes e da força de vontade. Por isso, “a literatura agora tinha um fim prático: tratava-se de formar homens rijos de corpo e de alma para a defesa e expansão da terra”⁴⁷.

Sobre os meios de vida literários especificamente portugueses, Oliveira Marques nos elucida que, apesar das gerais limitações a sua produção e divulgação, o livro já tornara-se um dos mais importantes meios de cultura nesse período do baixo medievo português, consistindo em um dos principais instrumentos de ensino. Certamente esta informação se refere prioritariamente aos segmentos sociais mais abastados, tendo em vista que possuí-lo era um luxo digno de ser exibido. Assim, “nas cortes e nas casas abastadas dos nobres, clérigos e burgueses, lia-se com frequência como meio de diversão e de educação”⁴⁸.

⁴⁵ SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de História de Portugal vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 34.

⁴⁶ MATTOSO, José (dir.). “Prosa Moralística e Técnica” in: *História de Portugal vol II*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 541.

⁴⁷ MONGELLI, Lênia M. (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 210-211.

⁴⁸ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 419.

De fato, as cortes régias e senhoriais consistiram nos mais importantes meios de cultura do período, aglutinando em seu interior a elite cultural do reino. Não havendo um tipo de cultura único, mas consoante aos grupos sociais existentes, esses ambientes desenvolveram uma cultura própria, estruturada nos ideais e valores da nobreza. Através delas, permitia-se um afinamento dos meios de comunicação através das regras de etiqueta e de inúmeras formas de expressão cultural, a exemplo dos saraus e jogos. Isto fora de suma importância para a circulação e difusão de saberes e conhecimentos, sejam eles filosóficos ou mesmo os de caráter técnico-científico, contidos nos livros que então se produziam⁴⁹.

Como visto acima, por ter o Paço como foco de divulgação, o ambiente literário cultivado pelos monarcas obviamente não escaparia a seu moralismo. Os reis avisinos estiveram devotados a ensinar, frequentemente emitindo juízo moral a respeito de tudo que liam e que presenciavam em seu cotidiano. E não se contentavam apenas em ler os famosos textos bíblicos ou os tratados herdados da antiguidade, puseram-se também a escrever: tratados, conselhos, cartas e livros.

As próprias limitações de circulação do monarca em torno de seu território de governo incentivaram traduções e compilações, elaboradas no círculo do príncipe e muitas vezes lidas em público, usadas como arsenais da propaganda. Também a reunião de grande quantidade de livros, unida à tradução de obras importantes e à composição de memórias que justificavam os atos régios, visaram a orientação de seu pensamento e ação, além de assegurar a legitimidade e reabilitar o prestígio de sua casa através de longas epopeias, com personagens aos quais o rei gostava de ligar a sua dinastia⁵⁰.

Tendo em vista esta frequente proposta pedagógica que circulou em torno da prosa avisina, cabe destacar os dois tipos de prosa que vigoraram neste período dinástico: a Prosa Histórica, e a Prosa Moralística e Técnica.

Quanto à primeira, destacam-se como expoentes Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, e Rui de Pina. Segundo Spina⁵¹, pode-se encontrar as origens da historiografia portuguesa nos *Nobiliários*, ou *Livros de Linhagens*, os quais tratavam-se de compilações sobre as genealogias das famílias nobres, e muito contribuiu para o desenvolvimento do estilo da narrativa. O mesmo autor afirma, entretanto, que uma posição de espírito mais crítica e uma investigação histórica mais científica só surgiram com as Crônicas.

⁴⁹ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 425-426.

⁵⁰ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981, pp.73-75.

⁵¹ SPINA, Sigismundo. *Presença da Literatura Portuguesa I: Era Medieval*. DIFEL: São Paulo, 1969, p. 78.

As sucessivas refundições da *Crônica Geral de Espanha* parecem ter levado à construção da *Crônica de 1419*, a primeira tentativa de uma crônica geral do reino, que narra a desenvoltura dos antecedentes de Avis. Depois desta, muitas outras foram louvadas. Embora se deva relativizar o rigor histórico desses textos, alguns autores consideram que a historiografia portuguesa se desenvolveu a partir da evolução desta prosa histórica.

Algumas dessas obras tinham caráter moralístico explícito, mas outras surgiram trazendo ensinamentos semelhantes, com uma tendência implícita, e foi o caso, por exemplo, das crônicas de Fernão Lopes. Lopes, utilizando seu caráter narrativo e com o objetivo direto de contar as memórias do reino português, apresenta os personagens principais de forma a exaltar suas virtudes, além de legitimar a dinastia pela identidade portuguesa que reunia o amor ao reino, ao Rei e a Deus⁵².

Quanto à Prosa Moralística e Técnica, descende de um gênero conhecido desde a Antiguidade, a Literatura de Proveito e Exemplaridade, cujo conteúdo estava sempre composto de exortações morais. A antiga e constante divulgação de fabulários, bestiários, parábolas e *exempla* a comprova. As características desta literatura vieram ao encontro do fundo moralista que os monarcas avisinos deram a seus reinados, através do discurso civilizador do Paço, atribuindo-se não apenas o dever de educar física e espiritualmente os nobres, mas também de expor uma apologia da ordem político-social vigente.

Havia nesta sociedade, caracterizada por um forte conteúdo simbólico⁵³, a consciência de que o uso de metáforas, analogias ou alegorias sejam mais apropriados a passar ensinamentos, visto que sua leitura era mais agradável e acessível. A antiga e constante divulgação de fabulários e bestiários a comprova.

Entretanto, os príncipes avisinos souberam valorizar outros meios de aprendizagem de seus ensinamentos práticos e morais. Além das histórias e alegorias, passaram a usar a experiência e a reflexão pragmática para chegar ao conhecimento. Ao mesmo tempo em que frequentavam guerras e caçadas, também se mantinham em reuniões onde se “jogava” a política, transformando todas estas atividades em material escrito.

Assim, vemos surgir um conjunto de textos que engloba livros como o *Leal Conselheiro*, a *Virtuosa Benfeitoria*, o *Livro dos Ofícios*, entre outros. No entanto, esta literatura também se uniu ao gosto pela experiência, a observação direta da natureza, o uso

⁵² ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, p. 121.

⁵³ PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 24.

dos sentidos físicos, como o faziam os caçadores que se entregavam diariamente na atividade da montaria, dentre os quais se incluem os príncipes de Avis.

E a importância da natureza e de seus simbolismos não passou assim despercebida por esta Dinastia, afinal o próprio Fernão Lopes usou a metáfora do azambujeiro bravo e da mansa oliveira portuguesa para enaltecer as virtudes do bom português, cristão, defensor de seu rei e de sua terra, de boa conduta, enfim, civilizado⁵⁴. Este português seria a mansa oliveira, cuja identidade foi se construindo em contraste ao castelhano, ao azambujeiro bravo, homens sem princípios, indignos de confiança e de hábitos grosseiros.

A Península Ibérica tornou-se um local privilegiado para desenvolvimento desta literatura de matriz técnica, visto que uniu a tradição germânica à árabe. *A priori* apareceram as traduções, e logo depois, no século XIV, as obras em língua vulgar. Em Portugal, predominam a tradução e a compilação. Dentre estas obras, também são de grande precedência as obras de cetraria, principalmente aquelas produzidas nas cortes da dinastia borgonhesa. Será a montaria o preferido da dinastia de Avis, conforme atesta a lista de livros *em lingoagem* que compunham a biblioteca de D. Duarte.

É envolvido nesse quadro que situo o *Livro de Montaria* e a *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, respectivamente escritos por D. João I e D. Duarte. Estes remontam a obras clássicas, e se ligam a uma série de tratados técnicos e didáticos originalmente portugueses que os precederam: O *Livro de Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do rei D. Fernando, O *Livro de Alveitaria* de mestre Giraldo, físico de D. Dinis, um *Livro de Cetraria*, de autoria desconhecida.

Isabel Dias⁵⁵ realizara um levantamento a respeito das obras portuguesas anteriores a D. Duarte que se encaixam no que se denomina de Literatura Técnica por representarem tratados acerca de atividades práticas, e proveitosas aos nobres, como a Hippiatria, a Cetraria e a Montaria. Em seu estudo, terminou por refletir sobre o papel social, cultural e político destas “artes” que se exercem através do contato com os animais e a natureza em geral, domesticando estes e apresentando um caráter civilizatório.

De fato, estas obras consistem em manuais técnicos de atividades ao mesmo tempo lúdicas e militares bastante apreciadas pelos cavaleiros e nobres da época, com o objetivo reunir em um só tratado todos os ensinamentos orais dispersos sobre as manhas, e profundo caráter pedagógico, assim como outras obras do período. Assumem-se direcionadas a um

⁵⁴ ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997, pp. 131-132.

⁵⁵ DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

público específico, no caso senhores, cavaleiros e escudeiros, que compunham a nobreza palaciana em recente ascensão devido ao apoio fornecido a D. João I, Mestre de Avis e pai de D. Duarte, na resolução da crise dinástica.

O conteúdo da maior parte dos textos estava bem longe de ser homogêneo. Percebem-se na composição da obra, certas passagens em que o ensinar e tratar com os animais é privilegiado, a partir das experiências pessoais dos autores e de seus companheiros. No entanto, os monarcas avisinos sempre estiveram atualizados aos valores de seu tempo, exigindo um investimento tanto físico quanto mental no exercício das manhas. Isto fez com que dirigissem muitas vezes a atenção de suas obras em direção ao homem.

Isto é, pode-se reconhecer uma série de passagens e capítulos que envolvem temas relevantes ao aprendizado, como códigos de comportamento, aptidões naturais, recursos materiais e temas psicológicos como a vontade, o esforço, o medo. Além disso, ressalta questões estéticas como a postura, e virtudes que devem ser cultivadas nesta nobreza mais próxima ao rei. Tudo isso demonstra um propósito pedagógico e social mais amplo: a prática da disciplina sobre os instintos⁵⁶.

Mais do que isto, muitas vezes mostra-nos apontamentos acerca do racionalismo do rei, valorização do empirismo, função didática e política da obra, e pedagogia baseada na educação da vontade. Legíveis também são os objetivos do autor em organizar corretamente nesta obra os variados conhecimentos, muitos deles desordenados e espalhados, já produzidos por teólogos, de modo que estes se tornem de melhor compreensão.

Com este referencial, desenvolve-se a ideia da Prosa Moralística avisina cumprindo o papel de reler temas antigos e cristãos de forma a legitimar o conjunto ideológico denominado *discurso do Paço*⁵⁷. Mais do que isto, destaca-se a importância da literatura técnica, unida às atividades lúdicas, como mecanismos de difusão dos novos costumes com os quais os governantes normatizaram seu círculo mais próximo de nobres, responsáveis por manifestar sua dignidade e distinção de posição. E é assim que a literária técnica da Dinastia de Avis, influenciada por um moralismo subjacente a um poder que em seu processo de legitimação criou novos valores, pode ser apresentado com a função de verdadeiro código de conduta da nobreza.

⁵⁶ SARAIVA, José A. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000, pp. 112-113.

⁵⁷ FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Niterói: EDUFF, 1995, pp. 20-21.

1.1.3 Ambiente aristocrático e jogos cavaleirescos.

Para todo este mundo medieval, regido por relações vassálicas e de servidão, existia um tempo reservado às diversões. Afinal, se o tempo agrário, do trabalho na terra, manteve-se como referência fundamental durante todo o medievo, a maior regulação deste, já no baixo medievo, trouxe também a importância da regulação de um tempo complementar, específico para o ócio. Este era inclusive esboçado nos calendários do período, onde na “construção idealizada das temporalidades na Idade Média, os meses de abril e maio estavam sempre associados à diversão, aos jogos e, principalmente, à nobreza e ao ambiente cortesão”⁵⁸.

Entretanto, se a nobreza mostrava-se detentora da maioria das distrações tipicamente medievais, a população que jogava, geralmente jovem e masculina, era recrutada em todas os grupos sociais: “O Povo possuía também formas de folgança e de esquecimento da labuta cotidiana, mas eram em menor número e menos requintadas”⁵⁹. Na teoria, o clero estava proibido de se ater a atividades mundanas que os afastassem de seu dever com Deus, mas na prática, além de possuírem suas próprias distrações (mistérios e cantos), o alto clero aderiu aos divertimentos da nobreza assim como o baixo aos do povo.

Jean-Michel Mehl⁶⁰, estudando os jogos na Idade Média, percebeu que o termo latino “*ludus*” era polissêmico e se aplicava a todas as formas de diversão, sejam peças teatrais, jogos de azar, intelectuais, ou “esportivos”. Isto porque o termo “jogo”, na concepção de Huizinga, determina qualquer

atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”⁶¹.

Assim, o autor define o jogo não apenas como impulso social, mas como o ambiente onde se processa o fator lúdico. Caracteriza-o pela diversão e pelo prazer, mesmo diante dos elementos de seriedade e respeito às regras; também pelo isolamento e a limitação, pois é

⁵⁸ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas dito de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 117.

⁵⁹ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 479.

⁶⁰ MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 25.

⁶¹ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 33.

realizado apenas num momento específico, que possui fim, mas pode se conservar na memória e ser repetido, desde que em local e período previamente delimitados. Dentre suas várias funções: desvela e canaliza tensões e conflitos; é imitação da vida real; liberação dos excessos de energia; recuperação de forças; preparação para a vida adulta; desenvolvimento das capacidades de adaptação às situações mais imprevistas, entre outros atributos⁶².

Como se mencionou acima, a vida medieval fora extremamente influenciada pelo espírito lúdico, repleta de jogos, desde os populares, de matriz pagã ou não, comuns a todas as categorias (momos, touradas, romarias, procissões, certos banquetes), até os sofisticados jogos de amor cortês e os solenes jogos da cavalaria, desenrolando-se dentro de um mesmo grupo, exclusivos da aristocracia. Estes dois últimos casos nos interessam mais, por demonstrar um aspecto fundamental dos jogos: o modelo lúdico como criador de muitas das formas fundamentais da vida social, servindo de base para os próprios cerimoniais, convenções e regras da vida aristocrática ou da cultura cavaleiresca.

Isto porque o jogo se encontra presente em todos os processos culturais, caracterizando-se como mais antigo, inclusive, do que a própria cultura. Segundo esta ideia, a cultura, em suas fases iniciais, possui um caráter lúdico, que se manifesta sobre as formas do jogo, caráter este que, no curso do desenvolvimento da cultura, vai sendo superposto por outros fenômenos culturais, seja pela esfera do sagrado ou pela política, filosofia, poesia, entre outros⁶³.

Devido ao mau tempo, ou outra série de fatores, os príncipes e nobres medievais, no interior de suas moradias, não se viam destituídos de distrações. Em muitos requintados serões e saraus das cortes a “dança, o canto e a conversação, contudo, eram preferidos à trova e ao espetáculo histrionico. Dançar tornou-se uma atividade obrigatória para todo o cortesão do século XV”⁶⁴.

Outros jogos de interior dependiam mais de sorte ou de reflexão. Os dados eram os mais populares, sendo substituídos em preferência pelas cartas mais para o fim da Idade Média. Tem-se notícia ainda da *tables*, com regras muito parecidas com o gamão, e a *marelle*, cujo objetivo era alinhar três peões sobre uma figura formada por linhas perpendiculares e oblíquas. Mas o xadrez era o jogo de salão preferido pela aristocracia, de difícil aprendizado, e consistindo em objeto de luxo. Seus movimentos eram semelhantes aos de hoje em dia, e

⁶² QUESADA, Miguel A. L. *Las fiestas en la cultura medieval*. Barcelona: Editora Areté, 2004, p. 27.

⁶³ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980, pp. 53-54.

⁶⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 482.

seu caráter de desempenho de funções intelectuais, formação do raciocínio e análise de situações elevaram-no, por seu sentido educativo, a um nível superior ao dos jogos de azar, normalmente condenados pela Igreja como diabólicos e pecaminosos.

Dentre as atividades ao ar livre encontram-se os passeios, realizados por todos como saudação à chegada da primavera, impulsionados pela fruição dos sentidos e o contato com a natureza. Dos jogos realizados com bolas destacavam-se o jogo de bilhar, onde, com uma bola, tentava-se acertar a dos outros jogadores; a *soule*, com uma variante que se assemelhava ao futebol, e outra em que se utilizava um bastão para lançar a bola; e o *jeu de paume*, nome derivado do formato da mão usado para se lançar a bola. Os senhores apreciavam muito a *quintaine*, que consistia num busto cravado no chão, mas que girava em torno de si, de forma que o cavaleiro tinha de acertá-lo o mais rápido possível para que o busto não lhe batesse nas costas⁶⁵.

Sem cavalo praticavam-se outras formas de entretenimento, como o lançamento de lanças e dardos, o salto, a luta corpo a corpo e o jogo da péla. Contudo, destacam-se mais os jogos que envolviam as manhas da equitação pelo pretendente a bom cavaleiro. Afinal, demonstrar boa montaria a cavalo, realizando várias manobras sobre a sela, consistia numa obrigação do nobre. Praticavam-se a cavalo, além de corridas e saltos, autênticos jogos como as *canas*, o *bafordo* e *tavolado*, além de outros que se compunham da combinação entre a arte da equitação e a destreza no arremesso, no tiro ou no uso das espadas.

À parte de todas estas atividades, tão apreciadas pelos homens da Idade Média, vê-se a excelência, no seio da aristocracia, de três delas: as justas, os torneios e a caça. As justas e os torneios eram atividades que estavam mais diretamente relacionadas com a guerra. Em princípio, a justa consistia no combate entre dois cavaleiros armados de espada e de lança. “Realizavam-se em geral num terreiro (teia) delimitado por vedações, com palanques e tribunas onde tomavam assento os espectadores, entre os quais numerosas damas. Mas havia casos de justas e torneios em plena via pública”⁶⁶.

Os torneios, aparentemente de origem germânica, não pararam de crescer desde o início do século XII. Nas regiões onde a Paz de Deus exercia o controle da violência, esta atividade parece ter sido a forma favorita dos cavaleiros extravasarem sua agressividade, além de meio de conquista de fortunas e fama. Basicamente era uma atividade em equipe que opunha duas tropas participantes, uma a pé e outra a cavalo, as quais se encontravam em

⁶⁵ VERDON, Jean. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, 1999, pp. 135-136.

⁶⁶ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 481.

locais convenientes, alinhando-se em dois lados com mesmo número de pessoas, e precipitando-se uns contra os outros. Revezava-se entre os lados os papéis de fugitivos e perseguidores, estando destinadas sempre a participantes montados e munidos de armas cavaleirescas, não deixando por isso de ser uma atividade perigosa.

Estas atividades já no fim do medievo apresentavam-se como espetáculos obrigatórios nas festividades, como quando se armava cavaleiro um grande personagem ou se instituíam um título de nobreza elevado. Passou a assumir cada vez mais o caráter de representação teatral ou de exibição de postura, com os cavaleiros vestidos por vezes ornados de equipamento ostentoso disputando prêmios. A ostentação de arreios e armaduras que acompanhavam os duelos dá prova disso.

Quanto à caça, era praticada em todas as estações e com tanta frequência que chegava a ultrapassar semanas, pois o gosto aristocrático por tal atividade era tamanho que não hesitavam em enfrentar todo tipo de intempéries e perigos. Estritamente regulamentada e reservada aos reis, nobres e proprietários de feudos, seu caráter fundamental era de atividade dividida fundamentalmente em dois tipos: *cetraria*, caça com aves de rapina domesticadas, e *montaria*, perseguição violenta com cães a animais⁶⁷. A caça com aves por era estática e realizada em área aberta, e era permitida também às mulheres por ser menos violenta.

A caça grossa, ou montaria, realizava-se com cães visando abater animais de grande porte, como cervos e javalis, sendo o uso de armadilhas permitido apenas para animais nocivos como os lobos. Era atividade de caráter viril e bélico, portanto exclusiva dos homens. Estes caçadores deslocavam-se a cavalo, em uma zona de atuação limitada, como as coutadas, com equipamento leve destinado a protegê-los.

A relevância destas três atividades citadas acima, para o ambiente da nobreza, está, em parte, no fato de incluírem em si o “jogo guerreiro ou as competições que satisfazem o gosto das rivalidades, que permitem tornar a estreitar determinadas solidariedades e estabelecer comparações, grupo a grupo”⁶⁸. Afinal, a nobreza compunha-se de grupos de cavaleiros e guerreiros cuja função social era defender a sociedade, indo às guerras. Todavia, estas têm, cada vez mais, seus períodos bem estipulados, principalmente após a Paz de Deus e algumas ações régias. O que fazer então com esta nobreza predominantemente guerreira em tempo livre, isto é, não bélico?

⁶⁷ GUERRAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 139-144.

⁶⁸ HEERS, Jacques. *Festas de loucos e carnavais*. Alfragide: Publicações D. Quixote, p. 1987, pp. 14-15.

Segundo Cardini, estes grupos de guerreiros e cavaleiros seguiam, já no fim do século XI, uma ética fundada na coragem, na fidelidade ao chefe, na amizade aos companheiros e na honra. Mais tarde vemos surgir a ética cavaleiresca propriamente dita, à qual se uniu os deveres de serviço à Igreja e defesa dos *pauperes*. Mas os valores correntes deste grupo envolviam uma apologia à guerra, fonte de recompensas e promoções para muitos jovens cavaleiros; e também à honra. Esta, juntamente com os feitos das armas e de cavalarias, era também evocada como recompensa dos atos gratuitos, exclusiva dos cavaleiros, daqueles que não esperam remuneração material, que enfrentam os perigos na função de defensores do povo cristão. O trabalho era incompatível com a honra, e viviam do direito sobre bens conquistados pelos antepassados, ou, quando precisavam de ganhos, se aventuravam fora do reino atrás de rendas⁶⁹.

À parte destes ideais cavaleirescos, a realidade mostra-se mais cruel, com a lealdade e a honra aparecendo muitas vezes como um negócio, ligado ao dinheiro e aos bens materiais. Os cavaleiros aparecem como um grupo ganancioso e oportunista, e os privilégios atribuídos a eles por sua função eram motivo de agressivos saques, usurpações, e confrontos sangrentos⁷⁰. Logo, os jogos, como torneios e justas, apareceram como uma excelente válvula de escape para a energia bélica dos cavaleiros.

Isto prova o quanto o ócio e as atividades a ele relacionadas passaram a ser uma preocupação de suma importância para a Igreja, e também para alguns monarcas, especialmente em relação aos atos da nobreza/cavalaria, que necessitavam serem regrados. Os jogos e as regras que produzem serviram para reproduzir um certo controle da violência desenfreada dos tempos de paz. O discurso da Igreja e de uma série de dinastias como a de Avis, em Portugal, traziam consigo um projeto civilizador que pretendia botar freios na rudeza da nobreza, desenvolvendo na ética cavaleiresca novos parâmetros de conduta que incluíam utilizar o tempo do ócio com sabedoria e temperança, de modo que possam despertar virtuosos aprendizados.

Assim, os jogos e outras diversões passaram a ocupar cada vez mais o tempo dos nobres, participando de seu cotidiano, sempre entre as refeições, ou em datas específicas, mas nunca episódicas. E, mesmo assim, não lhes escapavam a violência, pois muitos desses entretenimentos, a princípio inofensivos, culminavam em grande agressividade entre grupos rivais, com resultados sangrentos.

⁶⁹ CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro” in: LE GOFF, Jacques (dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 61.

⁷⁰ SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 195-196.

Entretanto, se este espírito de guerra civil enraizado, prolongado através de corridas e batalhas mais ou menos simuladas, justifica julgar a função social do jogo como válvula de escape para o espírito bélico, e entretenimento da nobreza nos períodos de ócio e tempos de paz, deve-se ter em mente que esta é uma característica que por si só não o define.

Dentre os múltiplos aspectos e articulações dos jogos que devem ser considerados, há que se destacar o papel do universo da caça, os torneios e a falcoaria, já bem enraizadas na cultura cavaleiresca, como necessárias à preparação do cavaleiro para a guerra⁷¹ através do exercício das armas e conservação da robustez do corpo. Tanto que o prazer proporcionado por estas atividades, bem como a necessidade de seu uso na educação dos nobres, resultou na proliferação de manuais e tratados a partir do século XII, a respeito de atividades como caça, montaria, alveitaria ou equitação, em que constava o adestramento dos animais, cura de ferimentos e etc.

Um bom exemplo é a Literatura Técnica da Dinastia de Avis que expressa bem as concepções do ócio do período. D. João I e D. Duarte mostram claramente em suas obras o quanto se preocupam em reabilitar esses jogos, que também chamam de “manhas”, as quais, assim como outras do seu tempo, reclamam haver decaído do uso dos nobres. Os monarcas não apenas culpavam a nobreza pelo relaxamento e descuido com relação a atividades de conteúdo bélico, como a montaria e a caça, como se esforçaram para fortalecê-las.

E não que esta característica tivesse perdido importância, mas as práticas destes jogos parecem ter ido bem mais além do que os objetivos puramente bélicos do período feudal anterior. Os príncipes de Avis cada vez mais se preocupam com os problemas morais, seja da caça e das demais atividades físicas, as quais tentavam equilibrar com as letras⁷², sempre tentando ensinar não só como tirar bom desfecho destas atividades, mas também virtudes.

Ou seja, permanece uma constante a preocupação, no período avisino, com o ideal de reforma dos hábitos (moral e costumes) da nobreza portuguesa, a qual, mesmo perto do alvorecer da modernidade, ainda possuía uma imagem intrinsecamente identificada com a cavalaria e seus atributos.

Todo o sistema de ideias desse segmento social, ainda encontrava-se impregnado pela ficção heróica e romântica da cavalaria, concebida como “forma sublime da vida secular”, e responsável por explicar a si mesmos, as questões de ordem política, e a própria construção de

⁷¹ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.134.

⁷² PIMPÃO, Álvares Júlio C. *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*. Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947, p. 55.

sua história. Entretanto, este ideal estético que consistia a cavalaria, confrontava-se muitas vezes com a realidade dos fatos: “Os próprios cronistas, ao descreverem a história do seu tempo, falam-nos muito mais da cobiça, da crueldade, da fria premeditação, do bem compreendido interesse pessoal e da subtileza diplomática do que da cavalaria”⁷³. Este contexto justifica a preocupação dos primeiros monarcas avisinos em realizar uma reforma moral e espiritual entre os seguidores destes ideais.

D. João I, por exemplo, mostrava-se um autêntico teórico da relação entre “corpo são e mente sã”, teoria resgatada da antiguidade, a qual tinha grande consideração, visto que, na educação dos jovens nobres alertava para a união que deve existir entre a arte corporal e a espiritual⁷⁴. Seu filho D. Duarte o seguiu nesta proposta.

A importância dada a esta espiritualização e moralização da nobreza do período coaduna-se com o fato de que o pensamento medieval não apenas mostrava-se profundamente carregado de concepções da fé cristã. Tal pensamento também, como afirmaria Huizinga, “não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão a piedade e a virtude têm de ser a essência da vida do cavaleiro”⁷⁵. Desta forma, os jogos, que já se ocupavam antes desta Dinastia na transposição das tensões pessoais, se tornaram um instrumento valioso para a educação da nobreza, e se transformaram em algo mais que uma atividade de caráter puramente físico.

Jean-Michel Mehl⁷⁶ se utiliza destas concepções de Huizinga para reconhecer o desenvolvimento das aptidões pedagógicas destes jogos, ou seja, sua maior participação na formação dos indivíduos. Admite que este processo não se separa do desenvolvimento de um reino que visa pacificar o espaço social apoderando-se do controle desta pacificação. Ou seja, o movimento de transformação dos jogos medievais se traduz nesse processo civilizador defendido por Norbert Elias.

Assim, as transformações que esta sociedade produziu em sua própria visão de mundo afetou também as atividades da nobreza dando-lhes uma forte dimensão espiritual e moralística. Esta veio a afetar o próprio ideal cavaleiresco, que passou a ser relido segundo os

⁷³ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséa, 1924, p. 49.

⁷⁴ LAPA, Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964, p. 316.

⁷⁵ HUIZINGA, Johan. Op. Cit., p. 50.

⁷⁶ MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 25.

interesses da realeza, a fim de espiritualizar as experiências físicas da nobreza através de um código de disciplina moral.

Por fim, torna-se relevante ressaltar que a legitimidade dinástica de Avis sempre esteve atrelada a um cerimonial rico em simbologias, e o Paço constituía-se no local de exercício da eficácia simbólica e do poder da propaganda, que incluía uma gama de festividades, entradas, e rituais. Deste modo, prosa técnica e moralística contribuiu para empregar um valor cerimonial aos jogos, inseridos junto com banquetes e danças, no centro dos ritos festivos. Considerados como referências cerimoniais tanto quanto as festas, jogos como a caça, a montaria e os torneios, aumentaram em importância para a cultura desta forma de existência, a ponto de justificarem a existência de funcionários especializados nessas atividades no corpo dos “serviços” do rei. Serviços que os deixavam mais próximos da corrida pela obtenção de cargos e dignidades na comitiva do monarca.

Também passaram a seguir padrões normativos como os rituais, repletos de gestos e signos, e se mostraram fundamentais na exibição não só da dignidade régia e as relações de lealdade entre o rei e os cavaleiros, seus súditos, mas também a própria distinção da nobreza. Afinal, estas atividades lúdicas estavam destinadas aos homens de boa linhagem, com virtudes e proveitos que devem ser principalmente mantidas pelos nobres. Obviamente uma hierarquia social, legitimada por elementos dos jogos, acompanhava esta distinção, caracterizando essa nobreza como este complexo conjunto de grupos funcionais que rodeiam permanente o monarca, e que possibilitam a existência da própria realeza⁷⁷.

1.2 O espaço natural do baixo medievo português.

Antes de se iniciar o panorama dos atributos a que este tópico se propõe, há que se fixarem dois posicionamentos historiográficos que José Mattoso⁷⁸ considera fundamentais, os quais outros historiadores corroboram quanto ao estudo de qualquer outra temática referente a períodos remotamente anteriores. Em primeiro lugar, tanto o aspecto do território medieval

⁷⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p. 23.

⁷⁸ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 320.

que se captava (vegetação-clímax⁷⁹, campos, luz e cores, etc.), quanto as formas dos sentidos captarem o território, eram diferentes do que encontramos atualmente.

Em segundo, no Ocidente medieval não se apresentava nenhuma paisagem totalmente original (a exemplo de soutos e carvalhais) como em seus períodos primitivos, tendo em vista que os homens atuavam ali há milênios. Isto significa que, ao se referir à paisagem vegetal do medieval, deve-se ter em mente tratar-se de um meio natural já em estado considerável de antropização, podendo-se reconhecer apenas a linha dos horizontes e o perfil das serras. Nicole Devy-Vareta se inclinaria, inclusive, a afirmar:

A Baixa Idade Média, período de organização dos espaços agro-silvo-pastoris, é globalmente interpretado como fulcral na evolução do ambiente de toda a Europa do Sul, que sofre então uma ruptura irreversível. O ambiente deixa de ser “natural”, no sentido de “imutável” em que geralmente se entende⁸⁰.

Seguindo este pensamento, encontra-se aqui um forte direcionamento em concordar com o quão equivocada se mostra a perspectiva do determinismo geográfico, pois se torna evidente que o surgimento de países/regiões e a constituição dos perfis de seus habitantes não são determinados apenas pelo território. Afinal, o fato de os espaços geográficos serem, em boa parte, construção do homem através da história, é justamente um dos fatores fundamentais para valorizá-los como objeto histórico (de longa duração), considerando suas especificidades a fim de compreender a história de um povo/região em determinado período.

Os próprios estudos atuais sobre estas questões, sejam eles arqueológicos e/ou paleoambientais, cada vez mais se preocupam em ir além do conceito de clímax, buscando agregar em suas análises os efeitos dos impactos da intervenção humana no modelo natural. A íntima integração destes dois pólos, no que tange ao estudo das transformações da natureza, culminou favoravelmente com o incentivo a abordagens interdisciplinares entre ciências naturais e ciências humanas e sociais. Dentre as vantagens desta abordagem da vegetação, ela

desenvolve-se a partir de uma dimensão humana e social a jusante das ciências sociais e partindo do pressuposto de que o ambiente territorializado resulta de um processo interativo entre fenômenos naturais e sociais. As questões ambientais não

⁷⁹ O conceito de clímax refere-se ao equilíbrio final entre clima-solo-flora-fauna após a evolução dinâmica (linear) em determinado tempo e espaço. Encontra-se vinculado a modelos biológico-naturalistas da vegetação, “que consolidam as noções de vegetação climática ‘primitiva’ (a floresta pré-neolítica) ou ‘potencial’ (comunidade vegetal que pode instalar-se após a cessação de qualquer intervenção humana)”, este último sendo o principal fator na ruptura do equilíbrio natural e na degradação subsequente da vegetação (Cf. VARETA, 2002, p. 168).

⁸⁰ DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 170.

dizem apenas respeito ao campo científico mais ligado ao natural, nem o ambiente é um novo objeto científico. A problemática do ambiente envolve todas as ciências particularmente as do campo social⁸¹.

Esta proposta, que relaciona natureza e sociedade através de um corpo teórico transdisciplinar, é responsável pela própria apropriação e redefinição do conceito básico de *ambiente*, elaborado pela ecologia vegetal entre cerca de 1890-1910. Este, a partir da segunda metade do século XX, deu novas dimensões à referência do “natural”, passando gradativamente a ser concebido como ambiente das sociedades, seja ele em grande ou pequeno estado de transformação.

É justamente este o ambiente que interessa ao presente estudo, ou seja, um complexo sistema que consiste na interação de componentes naturais e sociais, seja no mesmo tempo e espaço, ou não. Assim, privilegia-se uma investigação sobre o meio físico, não em si mesmo, mas através de sua dimensão social, buscando enxergar nesta nova tendência do ambiente a “rede de relações/valores não visíveis e indiretamente perceptíveis que se estabelecem, por um lado, entre ambiente biofísico e grupos sociais e, por outro, entre os próprios grupos humanos que interferem com o ambiente biofísico”⁸².

Enfim, apesar da perspectiva ambiental progredir como relevante questão nos estudos recentes, especialmente os relacionados com a vegetação, ainda se faz pertinente um reabastecimento dos fundamentos da análise geográfica da vegetação com elementos que lhe faltam. Entretanto, é justamente a ausência de um corpo teórico mais rígido na biogeografia, que concede o considerável grau de flexibilidade dos estudos a respeito da vegetação.

1.2.1 Características físico-geográficas do território português.

Apesar de se concordar com a relevância da ação humana sobre o ambiente natural durante o processo de construção de um território, ressalta-se que este não poderia ser criado sem considerar-se também a viabilidade proporcionada por determinadas condições geográficas. Isto implica em avaliar o conjunto das potencialidades naturais de um certo lugar, como relevo, solos, água, clima, vegetação e fauna.

⁸¹ DEVY-VARETA, Nicole. “Geografia, vegetação e problemática do ambiente” in: *Inforgeo*, 9-10, 1995, p. 25.

⁸² *Ibidem*, p. 20.

Há que se ressaltar a íntima relação entre condições climáticas e paisagem natural, tendo em vista as ações erosivas daquelas no ambiente físico, influenciando transformações e modelagem dos solos, vegetação, cursos de água, entre outros aspectos.

Assim, no que tange às especificidades físicas que remetem a Portugal, José Mattoso descrevera em sua obra uma divisão deste território em duas grandes zonas, segundo critérios “fundamentalmente geológicos, orográficos e climatológicos – esses que melhor aguentam a marcha do tempo”⁸³. Isto porque, apesar da sensibilidade da vegetação aos agentes modificadores e perturbadores ambientais (de origem natural ou antrópica), pode-se justificadamente supor que as distinções recíprocas entre as regiões naturais do país mantiveram-se relativamente no decurso dos séculos, uma vez que constituem em condicionantes fundamentais, dificilmente alteráveis mesmo pela civilização.

Conjugam-se então, um norte de características montanhosas e graníticas, além de clima predominantemente atlântico; e um sul plano e calcário, com clima mediterrânico preponderante. Resumindo, compreenderia o Norte em um terreno mais acidentado (com serras, outeiros, barrocais, socalcos, etc.), e “contrastos bioclimáticos diversificados, e acentuados pela repartição das serras e das colinas em todo o território”⁸⁴: uma fachada litoral/oceânica temperada e úmida, e um interior geralmente planáltico, relativamente seco, de temperaturas extremas. Quanto ao sul, menos destacadamente contrastante, apresentaria relevo com planaltos médios e bacias fluviais deprimidas, além de temperaturas mais elevadas, forte luminosidade e baixa pluviosidade, especialmente no verão.

Não se pode perder de vista que esta consiste menos de uma separação radical, e mais de uma mistura, onde alguns aspectos, sobressaem-se mais, e ainda são enriquecidos no interior com as tonalidades continentais, fornecendo ao território uma indistintabilidade em relação ao restante da Europa.

De posse deste rápido e conciso conhecimento das regiões portuguesas, segue-se à exploração do aspecto natural que mais interessa nesta pesquisa: a cobertura vegetal espontânea, juntamente com seus recursos, fornecida direta e gratuitamente pela natureza aos homens, e demais seres vivos.

Afinal, um dos lugares privilegiados onde se pode conceber a integração entre componentes naturais e sociais, como dito acima, é a floresta (e no caso português, em

⁸³ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 314.

⁸⁴ DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 168.

algumas regiões também a montanha), representada por suas múltiplas dimensões e funções (econômica, ambiental, social, etc).

Seguindo os rastros de pesquisas mais gerais sobre tais questões, mostra-se relevante a avaliação realizada por Jacques Le Goff⁸⁵ a respeito da situação das florestas durante a Idade Média. Utilizando-se do inventário produzido por Charles Higounet, o autor constatou que durante a Alta Idade Média, entre aproximadamente 500 a 1200, a Europa passara por uma fase que resultou num “regresso ofensivo da floresta”. Este processo encontrava-se mais avançado na parte meridional da Europa, onde a vegetação arbórea apresenta maior fragilidade ecológica.

Acerca das singularidades portuguesas, percebe-se a (ainda existente) dificuldade em se produzir uma descrição exata das características regionais deste território no período que engloba os séculos XIV e XV. Isto advém do atraso, ou mesmo ausência, de pesquisas especializadas, bem como a falta de objetividade das informações adquiridas sobre os bosques, florestas, matas, montes, serras, prados e pantanais.

Mesmo com o advento do humanismo italiano no século XV, alargando a terra conhecida e alterando o modo de ver e interpretar o espaço físico, Portugal prosseguirá por um período considerável com inconsistentes descrições humanísticas de suas terras e paisagens, tanto nas fontes literárias, quanto na representação gráfica. Isto porque, em alguns lugares, mesmo que se iniciasse uma observação de aspectos concretos, “contraditoriamente, os humanistas, ao recusar o fabulário que os medievais foram introduzindo na história e nos louvores, vão preferir o passado e a Antiguidade àquilo que podem observar”⁸⁶. Essa contaminação de referências antigas convencionais nas descrições dos lugares, afastam-nas do que poderia ser científico nesse humanismo português e peninsular.

Romero Magalhães afirma, pro exemplo, que a primeira tentativa de descrição abarcando todo o reino português surge apenas em 1597, período posterior ao aqui pesquisado, sucedida por outras cujos conteúdos descreviam “montes e serranias, serras, pedras preciosas, mármore e outras pedras, sal, azeite, vinhos, mel e cera, gado, cavalos, pescados, ervas, hortaliças, frutas, fertilidade da terra, sabor das carnes e frutos, lealdade dos Portugueses”⁸⁷. Tratam-se de tentativas de individualizar e marcar as diferenças da parcela

⁸⁵ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 89.

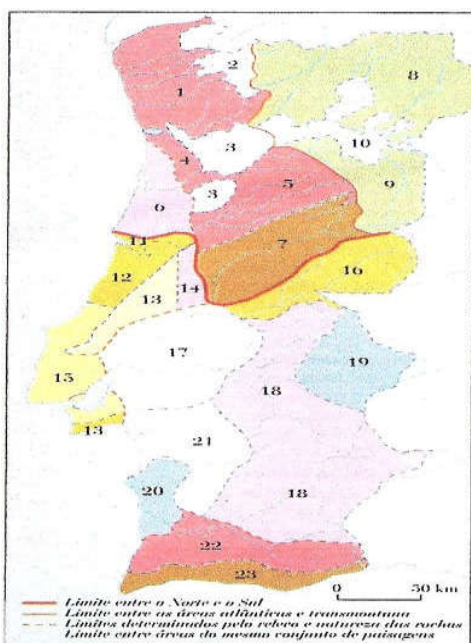
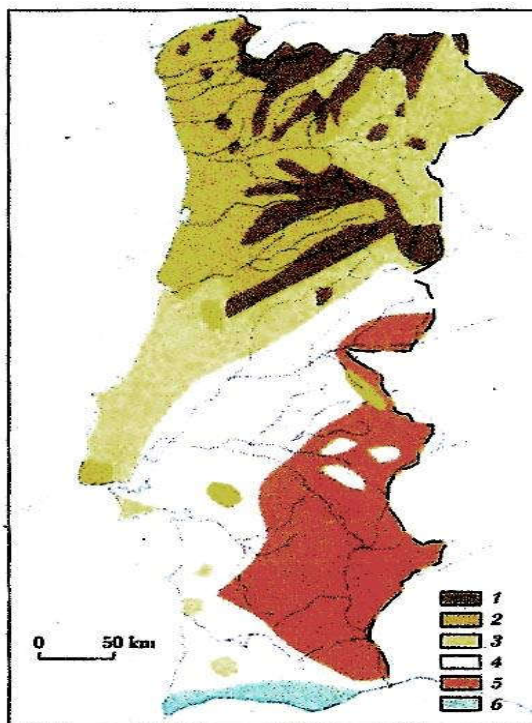
⁸⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 16.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 22.

portuguesa da Hispânia, bem como auxiliar no processo de apropriação e conhecimento de um espaço para o governar.

Figura 1 – Unidades da paisagem e áreas de vegetação portuguesas.

Unidades de paisagem: 1. Entre Douro e Minho; 2. Montanha do Minho; 3. Montanhas do Norte da Beira e do Douro. 4. Terras de média altitude da Beira Litoral. 5. Planaltos da Beira Alta. 6. Beira Litoral. 7. Cordilheira Central. 8. Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes; 9. Planaltos e montanhas da Beira transmontana; 10. Alto Douro e depressões anexas; 11. Baixo Mondego; 12. Estremadura setentrional, geralmente baixa; 13. Maciços calcários da Estremadura e Arrábida; 14. Depressões e colinas entre 7 e 13; 15. Estremadura meridional, geralmente acidentada; 16. Beira Baixa; 17. Ribatejo; 18. Alentejo de planície com raras elevações isoladas; 19. Alto Alentejo; 20. Alentejo litoral com elevações; 21. Depressão do Sado; 22. Serra Algarvia; 23. Algarve litoral ou Baixo Algarve. (Extraído de Orlando Ribeiro, 1987.)



Áreas de vegetação natural do território português: 1. Floresta caducifólia própria de clima temperado frio; 2. Floresta mista, caducifólias mais folhas perenes, com predomínio das primeiras, correspondente, na generalidade, ao noroeste atlântico; 3. Floresta mista, com predomínio de folhas perenes sobre as caducas, situada em Trás-os-Montes, Alto Douro, Beiras Transmontana e Baixa e Estremadura; 4. Floresta mediterrânica pura em que predomina o sobreiro, da Beira Baixa até a Vila Real de Santo António; 5. Floresta mediterrânica com predomínio da azinheira localizada a leste da área anterior; 6. Floresta mediterrânica da alfarrobeira, no Algarve litoral, entre cabo São Vicente e Tavira.

Fontes: MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 314 e 319.

No entanto, Portugal parece não ter se acometido de um destino diferente do restante do Ocidente europeu, visto que, à altura do período analisado, apresenta um desaparecimento de boa parte de suas florestas primitivas e, conseqüentemente, uma paisagem natural fisionomicamente distinta destas.

As cumeadas e terras altas, constituindo o que se denominava “montes” e geralmente convivendo com terrenos pobres devido as rigorosidades climáticas, também apresentavam-se desgastados pelo frequente uso do solo para apascentar os gados. Desse modo, duas informações são passíveis de serem dadas seguramente: nos inícios do século XIV presenciou-se já um processo de degradação do antigo coberto vegetal do país; junto a isto, já se fomentava o reflorestamento.

A respeito desses fatos, algumas relativizações devem ser mantidas, especialmente sobre considerar o período avisino como marco no que se refere às relações entre o homem e o ambiente natural. Em primeiro lugar, entre o período avisino e os anteriores, não se considera um corte tão decisivo no que tange às posturas de exploração dos recursos naturais, o que inviabiliza a utilização do termo “ruptura” neste aspecto específico. De fato, essas práticas de exploração, que antecederam a Dinastia de Avis, prosseguiram entre os séculos XIV e XV devido o aumento das demandas, ainda que possam se apresentar com algumas especificidades.

Pode-se garantir que em termos de ações políticas, no caso interferências régias como medidas protetivas e recuperadoras cujo fomento ocupavam as preocupações dos monarcas, visualizam-se algumas transformações, em prol da defesa dos espaços naturais, que permitem falar em ruptura. Entretanto, uma reflexão direcionada a se considerar o período em questão como marco para a questão da floresta no Ocidente europeu, justifica-se especificamente sobre a degradação da vegetação e esgotamento de recursos alcançarem uma etapa irreversível, mesmo com uso de medidas defensivas.

Dentre as causas do desflorestamento das matas primitivas que se verificou por todo o lado, seja pelo agravamento de condições anteriores ou pelo surgimento de novas, listam-se, as que se consideram principais para nosso interesse. Primeiramente, o pastoreio em larga escala, tanto pelo consumo de plantas específicas pelos rebanhos animais, que destruiu os

ecossistemas, quanto pelo pisar dos animais em solos delgados e secos, facilmente arrastados na estação das chuvas⁸⁸.

Em seguida, os arroteamentos privados e régios nas regiões mais povoadas dos séculos XII e XIII, como o Minho no noroeste português, expandindo searas, vinhas e olivais em detrimento das matas e florestas, que se afastariam cada vez mais do litoral. Do mesmo modo, é relevante a prática de queimadas a fim de limpar a vegetação espontânea nas novas parcelas de cultivo, alterando a estrutura desta e acentuando processos erosivos como o assoreamento no litoral. Finalmente, cita-se o consumo excessivo dos recursos florestais, visto o crescimento demográfico dos séculos XI e XIV, e aumento de demandas de necessidades básicas (alimento, vestuário, habitação) e secundárias (hierarquia, distinção e prestígio)⁸⁹.

Os resultados mais visíveis dessa deterioração e/ou contração da vegetação arbórea, juntamente com a degradação dos solos, foram a transformação de muitas florestas de sobreiros e azinheiras em montados, particularmente no baixo-Alentejo e nas imediações das áreas, agregados a agrossistemas regionais (nomeadamente na área das colinas, vales e planícies, lugares de maior concentração demográfica no país e com povoamento disperso); e a diminuição progressiva da superfície das matas, entre soutos atlânticos e bosques mediterrânicos, em detrimento de formações arbustivas como landes, estevais, charnecas e brenhas⁹⁰, intensamente exploradas em volta dos casais e nos montes; enquanto isso, mais clareiras se abriam nas matas de alto fuste⁹¹.

Até mesmo as matas reais, como confirmam os aforamentos, fragmentavam-se gradualmente sob a pressão da exploração e das culturas, afastando-se as áreas de abastecimento dos principais centros urbanos litorâneos. Todas estas referências permitem considerar o final da Idade Média como um período em que se abalaram as estruturas medievais da floresta. Contudo, mesmo considerado um território prioritariamente agrícola, e também pastorício, isto não implica que toda a área portuguesa estivesse abundantemente cultivada.

⁸⁸ DEVY-VARETA, Nicole. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986, p. 17.

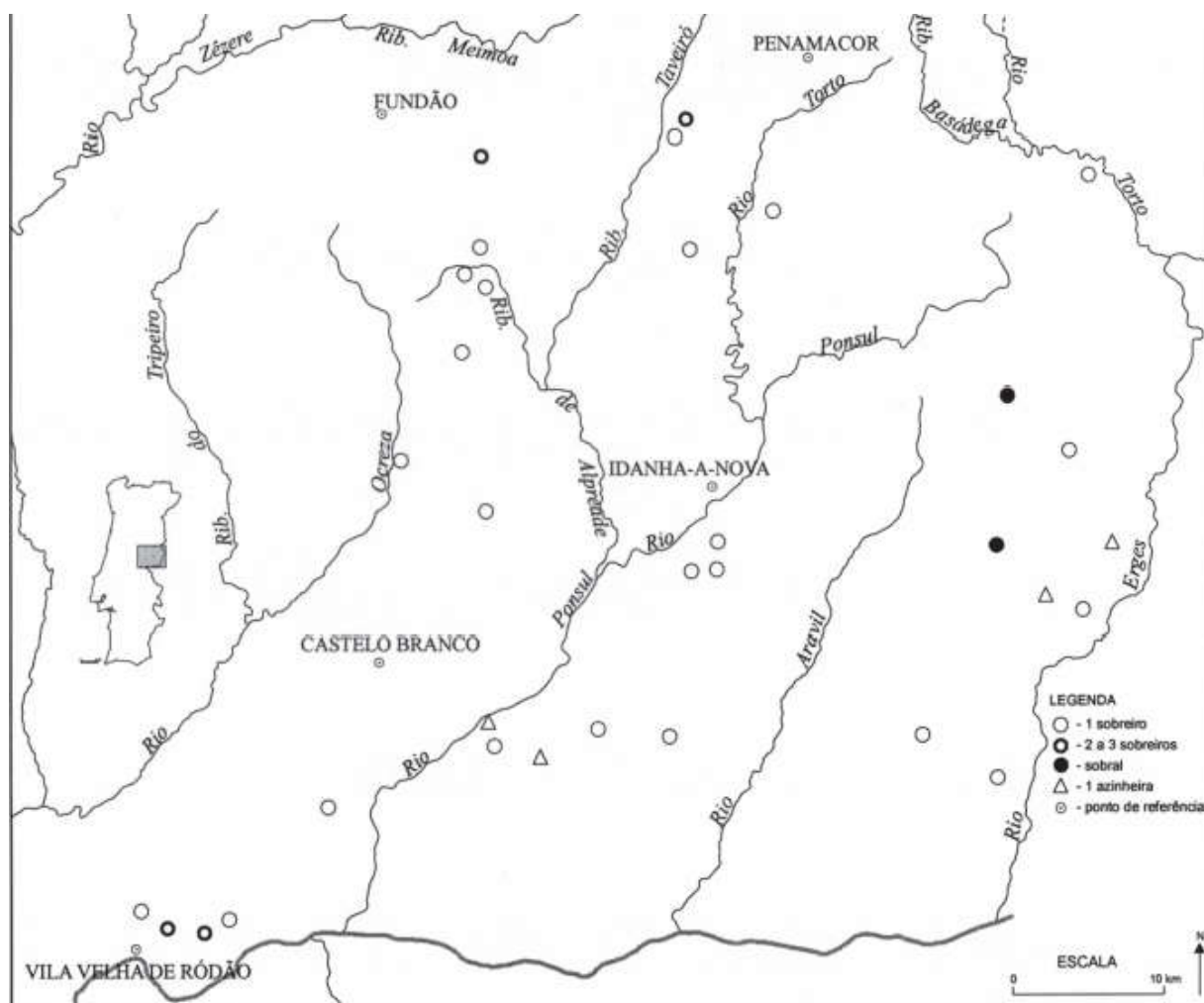
⁸⁹ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 323.

⁹⁰ “As ‘brenhas’ são muitas vezes referidas nos documentos medievos de Portugal mediterrânico. Este termo subentenderia vários tipos de formação vegetal fechada, de matagais arbustivos até matas onde dominariam árvores de pequeno porte no meio de um subbosque denso. Quanto à origem destas formações, pode-se admitir que resultaram de uma degradação da floresta natural, representada pela aliança e as espécies que a compõem” (Cf. VARETA, 1985, p. 53).

⁹¹ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, pp. 53-54.

Ou seja, todo este processo não interferiu no fato de que, ainda assim, as áreas incultas e florestais contemplavam “espaços muito mais amplos que hoje, com maciços muito menos emburacados por clareiras”⁹², mantendo-se assim, até o fim do período medieval, como territórios indispensáveis ao homem. Iria Gonçalves⁹³ confirmou o quanto as árvores, geralmente em formações cerradas compondose de pequenos grupos de indivíduos, mantiveram uma presença em todas as paisagens mediterrâneas.

Figura 2 – Exemplo de árvores do montado na Beira Interior.

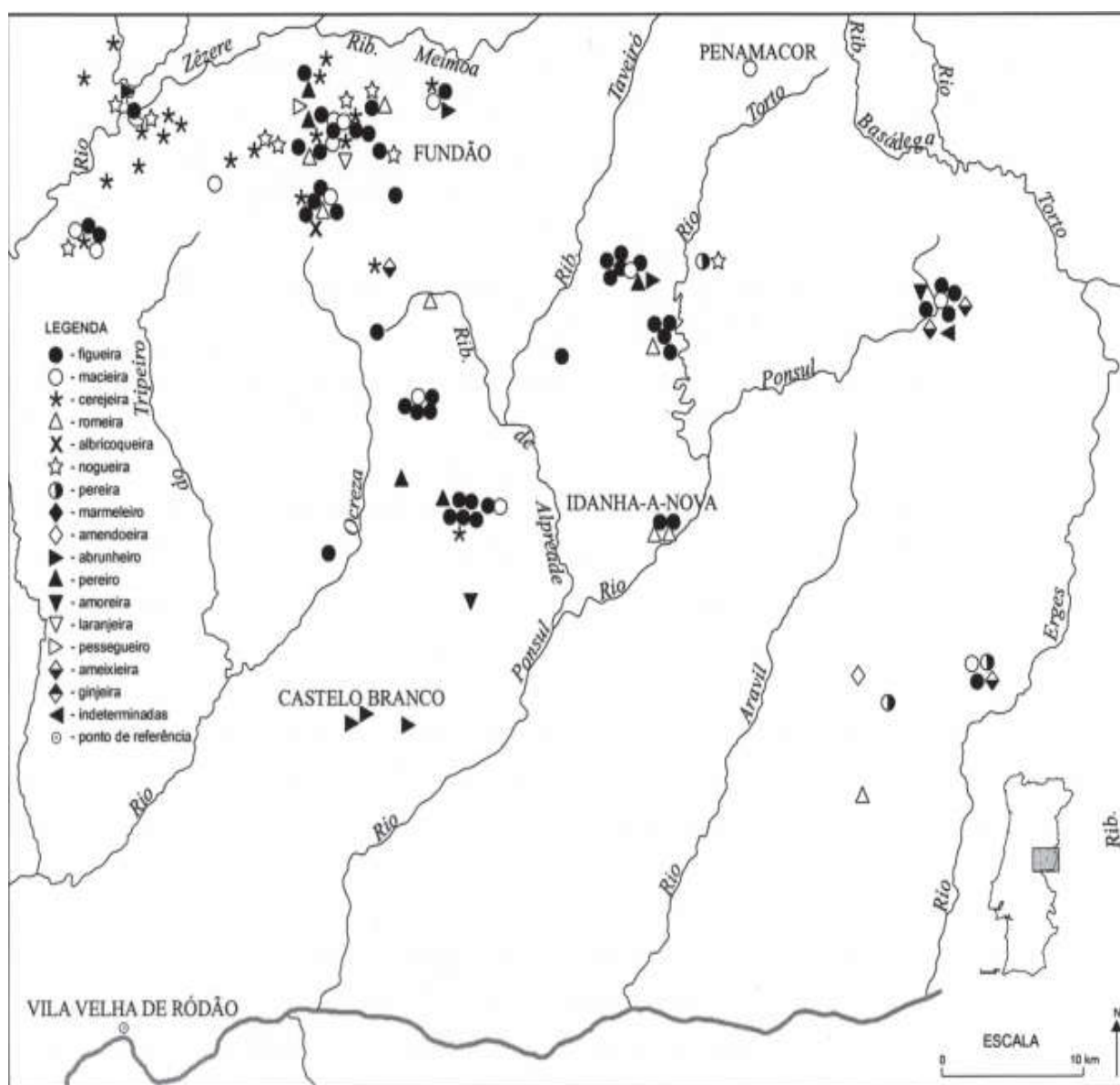


Fonte: “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, p. 334.

⁹² LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 89.

⁹³ GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, p. 321.

Figura 3 – Exemplo de variedade de espécies na Beira Interior.



Fonte: “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, p. 342.

Isto corrobora com as afirmações de Marc Bloch sobre como a floresta medieval não correspondia, na realidade, a este lugar isento de presença humana, integralmente selvagem, ou mesmo inexplorado e árido. O mesmo autor constata que, apesar do estigma de repelente e inóspita, havia todo um grupo de pessoas que conhecia e desejava o contato, até mesmo a vivência, com este ambiente, em sua maioria trabalhadores, como carvoeiros, porqueiros, caçadores, entre outros. No próprio século XII, presenciaram-se vagas de evasão das cidades para as florestas como resposta ao crescimento urbano⁹⁴.

Há que se destacar, inclusive, que as áreas florestais, com seu fornecimento de produtos essenciais para consumo cotidiano e organização econômica do país, eram consideradas como complementares ao campo e áreas cultivadas, aos quais muitas vezes se estendiam e misturavam, configurando-se em fonte de riqueza cobiçada por senhores e plebeus, num contexto da reconstrução agrícola ao longo da Baixa Idade Média.

É sabido como a árvore, na forma cultural que a Idade Média sobretudo utilizou, isto é, dispersa pelos campos, a pontear outros cultivos, não só os não prejudicava no seu ciclo vegetativo, como criava um outro andar de rendimento para o agricultor, exigindo-lhe apenas um muito limitado acréscimo de trabalho⁹⁵.

Quanto à utilização dos bosques e florestas, nota-se por um lado o grupo dos guerreiros, os homens da força física, os quais se inclinaram à apropriação da floresta medieval para fazer dela seu território de caça, basicamente na função de folgança para os senhores. Afinal, “a origem da palavra vem, sem dúvida, da expressão *silva forestis*, floresta que depende do tribunal (fórum) régio. Designava, na origem, uma ‘reserva de caça’ e tinha um sentido jurídico”⁹⁶.

Ao lado destes, encontram-se os camponeses que usavam as matas como território suplementar da atividade econômica, através da coleta de frutos e vegetais, mel e cera, lenha/carvão, adubo natural e pastagem de gado, e até a caça de lebres e coelhos, aves, e lobos e raposas, mas desta vez como “fonte apreciável de proventos, quer em carne, quer em peles”⁹⁷.

Somam-se ainda os exploradores que reduziam a floresta à condição de mata de corte, e fonte de matérias-primas como madeira, cortiça, toros e tabuados.

⁹⁴ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 90-91.

⁹⁵ GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, pp. 321-322.

⁹⁶ LE GOFF, Jacques. Op. Cit., p. 90.

⁹⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 109.

as madeiras ‘nobres’ da floresta eram as preferidas – o sobreiro, o carvalho, e o pinheiro manso para o liame e o tavoado. O pinheiro manso também servia para vergas e mastros; mas, para estas obras mortas, foi pouco substituído pelo pinheiro bravo. O carvalho roble ou ‘português’ e o sobreiro são espécies folhosas de crescimento lento; a sua exploração intensiva requer certos cuidados para permitir a regeneração dos maciços florestais e impedir a degradação dos solos⁹⁸.

O próprio castanheiro marcou importância no medievo português, adaptado às condições do solo e do clima, servindo não apenas de suporte alimentar e engorda de animais, mas como madeira de sustentação nas construções. Isto porque não apenas a lenha era o único combustível existente em Portugal, como também, para toda a civilização material e rural em que consistiu a Idade Média, os produtos lenhosos, oriundos de áreas florestadas ou de incultos, se incluíam no repertório de recursos imprescindíveis a qualquer atividade.

1.2.2 As transformações da vegetação em fins da Idade Média.

O atendimento destas necessidades vitais era mais efusivo no que tange às áreas mais povoadas do país, com população em constante crescimento, como os núcleos populacionais do litoral, ligados às atividades comerciais e industriais. Tanto que o aumento do consumo verificado nos centros urbanos do litoral, regiões mais povoadas como no caso do Noroeste, deu continuidade à degradação vegetal iniciada antes do século XIV, conduzida pelas ordens militares, poder régio e autoridades concelhias⁹⁹.

Todavia, durante o desenrolar dos séculos XIV e XV, à medida em que a procura de madeira e lenha aumentou, com o despertar do comércio externo, e a sobre-exploração florestal descontrolada avançou, nas serras algarvias e ocidentais do cercal e Grândola, fixou-se no território português o que se denomina de crise da madeira.

Esta ressoou em praticamente todas as áreas habitualmente arborizadas, sejam elas compostas de colinas ou planícies, e especialmente nas áreas mais secas, onde a regeneração da floresta tornou-se mais difícil, bloqueada pela procura de carvão, de lenha e de madeira, como por exemplo, em volta de Mértola. O “esgotamento progressivo das capacidades

⁹⁸ DEVY-VARETA, Nicole. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I. Porto, 1986, p. 9.

⁹⁹ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 322.

produtivas das matas”¹⁰⁰, e diminuição da oferta deste material, justificou que o período em questão começasse a demonstrar maior preocupação com a saturação dos recursos naturais da época face à percepção do avanço no desaparecimento das matas e florestas no território.

Mostra-se que o território português presenciou no período um constante empenho no combate a esta situação. Consta-se também que os mosteiros e ordens religiosas foram os proprietários de extensas áreas florestais na região que melhor zelaram pela manutenção do seu patrimônio, estendendo sua já funcional política de plantações e regulamentações de cortes nas reservas de madeira. Segundo Devy-Vareta:

As primeiras tentativas de fomento e ordenamento florestal surgiram, certamente, de modo espontâneo durante o período da formação do espaço rural (...) A floresta fornece então tantos produtos e serviços para todos, poderosos ou moradores, que deve ser regulamentado o uso dos seus recursos¹⁰¹.

Mas mesmo os poderes instituídos mostraram consciência a respeito da gestão dos recursos naturais, culminando em frequentes tentativas de conservação das matas. Afinal, percebia-se já a dificuldade de algumas áreas florestais em realizarem uma regeneração voluntária, devido às condições pouco favoráveis dos solos para o desenvolvimento das árvores. Dessa forma, medidas no intuito de interferir e estabelecer regras no fomento e ordenamento florestal do país vieram tanto dos esforços do progressivo poder central quanto dos poderes senhoriais e autárquicos:

Um das foram de caráter preventivo, instituindo penas contra incendiários, impondo rotas e superfícies aos rebanhos, obrigando ao plantio de árvores contra solifluxões, disciplinando a exploração das espécies, criando guardas monteiros; outras foram prospectivas, reflorestando ermos e arborizando paus e pantanais¹⁰².

Um dos exemplos mais famosos desse movimento é também conhecido como uma das primeiras políticas conhecidas em Portugal voltadas para o “fomento florestal em larga escala com uma espécie vegetal aí adequada, embora provavelmente forânea”. Trata-se da plantação de pinheirais entre Leiria e o mar, no norte atlântico, entre os séculos XIII e XIV, lendariamente atribuída a D. Dinis. Isto porque o pinheiro-bravo consistia num excelente

¹⁰⁰ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 53.

¹⁰¹ Idem. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 171.

¹⁰² MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 327.

combustível, pois tudo nele serve de lenha, invadindo assim os outeiros e montes no interior norte.

No entanto, esta gestão da utilização dos solos e reconstituição das matas sempre esbarrara em dificuldades como os constantes conflitos entre os divergentes interesses de exploração. Mais ainda, as medidas florestais da jurisdição régia, por cartas e regimentos, e a fiscalização encontravam obstáculos em serem aplicados localmente pelos concelhos (privilégios, isenções e restrições), especialmente em lugares com fraca densidade populacional. O próprio rei parecia mostrar indícios de não se encontrar devidamente informado a respeito do seu patrimônio florestal. Estes fatores colocam em dúvida sobre a eficácia destas políticas florestais do período, as quais se caracterizaram mais por medidas “soltas” e permaneceram essencialmente defensivas e fiscalizadoras¹⁰³.

Em consequência, alguns pesquisadores avaliam que algumas destas medidas se comprovaram corretas e eficazes, enquanto a maioria mostrou-se inadequada e simplesmente emergencial, sendo incapaz de conter a marcha da degradação. Entretanto, José Mattoso reproduz o pensamento de Carlos A. F. de Almeida, a respeito dessas tentativas:

Assistiu-se, nesta região, durante a Idade Média, a um período, séculos IX-X, de floresta-algo-inimiga, das sombras, dos medos e ladrões, ao qual sucedeu uma época de floresta-parcelada-possuída, nos séculos XI-XII, vindo depois o período da floresta-defendida-fomentada¹⁰⁴.

Ou seja, o baixo medievo há que ser respeitado como período crucial para a floresta (com as devidas relativizações feitas acima), caracterizando-se por propostas de domesticação e defesa dos espaços florestais, ao contrário da dizimação causada pela excessiva exploração do período anterior. Como demonstra Devy-Vareta:

Dos usos e costumes há muito adquiridos, passa-se pouco a pouco a um ‘ordenamento’ da exploração, fomentado pela diminuição ou estado de degradação das matas após os grandes desbravamentos dos séculos anteriores, enquanto a procura se agudiza à volta dos centros populacionais¹⁰⁵.

Além disso, alguns destes esforços foram responsáveis para que Oliveira Marques considerasse um certo avanço da floresta e de toda a terra inculta como uma das

¹⁰³ DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 172.

¹⁰⁴ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Editorial Estampa, p. 322.

¹⁰⁵ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 55.

características da crise do século XIV¹⁰⁶. O importante é que esse movimento garantiu que o solo português se apresentasse ainda revestido de alguma superfície florestal considerável, compreendida entre bosques e matas, e outros maciços de árvores e arbustos disseminados.

Junto aos principais conjuntos de árvores que compunham o que se denominava floresta, o mato de vegetação rasteira (carrascais, giestais, tojais, entre outros) também manifestou-se como um mecanismo rápido e espontâneo, de transformação dos solos antes cultivados. Contam-se “fogos-mortos, com herdades e casais abandonados, terras de pão e vinhas convertidas em baldios e em matagais, coutadas e florestas avançando e retomando os lugares de que as haviam expulsado as grandes arroteias dos séculos XII e XIII”¹⁰⁷, as quais mais tarde seriam retomadas com o novo crescimento populacional.

Assim, se alguns documentos atestam a descontinuidade do espaço das matas nas colinas, outros informam a existência de alguns maciços florestais, como na montanha minhota e as serras e vertentes da Peneda ao Marão e da Serra da Estrela à Lousã, e a subsistência de bosques mais inacessíveis. Os soutos de carvalhos e/ou de castanheiros encontravam-se entre a parcela de floresta preservada, provavelmente “jardinados”, em sua maioria localizados em posições marginais, com fracas densidades populacionais, como em Trás-os-Montes ocidental, da serra do Barroso à serra do Marão¹⁰⁸. Entre Douro e Tejo também apontam áreas florestais ainda numerosas, e existia uma extensa mancha florestal na margem esquerda do Tejo.

Já quanto ao Sul do Tejo, os solos mostravam-se mais arenosos, não proporcionando um povoamento florestal mais consistente, onde charnecas arbustivas ocupavam as extensões desfavoráveis à vegetação arbórea, então reservadas aos matos, mas não totalmente desarborizados¹⁰⁹. Isto permite dizer que a cobertura vegetal deste período da história portuguesa mostra vários contrastes, apresentando-se muitas vezes como um mosaico com formações arbóreas (entre outras, sobreiros e pinheiros mansos fora das áreas costeiras) e

¹⁰⁶ A respeito deste avanço dos terrenos incultos, o que inclui aqueles de caráter florestal como os bosques, em meados do século XIV, não se pode negligenciar como causa fundamental o papel do abandono das terras antes cultivadas devido à falta de mão-de-obra camponesa, num momento de redução demográfica, justificada pelas guerras ou pelas pestes. As medidas protetivas e restauradoras encontravam-se em estágios iniciais de proposição e implementação, não apresentando eficácia suficiente para explicarem por si só o movimento de retorno de algumas áreas florestais. Sobre o assunto consultar a obra *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, de Oliveira Marques.

¹⁰⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 95.

¹⁰⁸ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, pp. 50-51.

¹⁰⁹ Idem. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, pp. 170-171.

arbustivas (como tojais e urzais, nos cumes dos relevos) mistas do ecótono atlântico-mediterrâneo.

Prova desta conservação de extensões de florestas fora a proliferação de coutadas entre os séculos XIV e XV, como medidas protetivas acompanhando o aumento do poder régio. O próprio pinheiro-bravo acabava por se inscrever no que consistia a “coutada velha” da coroa, e justamente por isso ficou conhecido em certos registros do período sob a denominação de “pinhal del-rei”, tendo em vista que seu plantio encontrava-se ligado às ações do monarca D. Dinis e seus sucessores.

Em suas primeiras fases, as matas eram coutadas pelos reis como proteção à caça e, portanto, próxima a locais onde habitualmente residiam ou dos itinerários mais frequentados. Como exemplo, o rei tem todo o cuidado em delimitar as serras do Soajo e do Cabril e as matas entre Porto e Coimbra, estendendo-se com o tempo e com as preferências de locais de para suas estadias. O primeiro Monteiro-Mor do reino parece ter sido nomeado por D. Fernando em 1385, embora as funções do cargo, como fiscalizador e protetor das coutadas, já estivessem definidas.

As Ordenações Afonsinas transcrevem o Regimento dos monteiros de D. Duarte (1435) e a delimitação da ‘coutada velha’, que tinha então atingido a sua maior extensão. Juridicamente, as matas reais justapunham-se com os coutos dos mosteiros e as propriedades da nobreza e das Ordens Militares. Na realidade, a ‘coutada velha’ seria um espaço florestal descontínuo, onde se encontravam, quer matas dispersas ao lado de pântanos ou charnecas e do espaço agro-pastoril, quer maciços florestais mais extensos nas áreas menos povoadas ou mais afastadas dos mercados urbanos. Todavia, as referências documentais parecem mostrar que as matas ainda seriam preponderantes nas coutadas reais, no fim do século XIV¹¹⁰.

Contudo, partir de inícios do século XIV, e a exploração crescente de madeira, a “coutada velha” não mais representava apenas um espaço destinado às caçadas reais. A questão é que tais matas e coutadas passaram a ser reguladas, no período, por uma legislação especial e abusiva, que muitas vezes atuava em prol de atender o progresso da atividade venatória. As Cortes registravam e os concelhos regulamentavam posturas de exploração, proibindo certas condutas. Isto muitas vezes culminou no prejuízo de interesses da população local, à qual foram restringidas certas áreas onde habitualmente se abastecia¹¹¹. Outro conflito da proliferação das coutadas se dava entre a caça e a criação de gado, uma vez que estas

¹¹⁰ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série. Vol. I. Porto, 1985, p. 60.*

¹¹¹ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 108.

bloqueavam a utilização das terras delimitadas como pastagens para rebanhos, ainda que o gado porcino pudesse penetrar no sub-bosque na estação da bolota.

Tanto que ao longo dos séculos XIV e XV, “os ‘moradores’ queixavam-se constantemente das coutadas privadas ou reais, que os privavam da lenha, da madeira e dos pastos para os seus gados, além de facilitar a invasão dos campos pelas “bestas daninhas”. Algumas vezes os reis atendiam positivamente às queixas, salvaguardando os direitos dos moradores em detrimento dos privilégios dos monteiros e proprietários¹¹², ainda que aponte certas limitações àqueles. Entretanto, parece não ter havido mudanças significativas na organização das montarias¹¹³, desde que foram elaboradas, a partir de meados do século XIV, nem na administração das matas reais ou função dos monteiros.

1.2.3 Elementos da fauna medieval portuguesa.

Resta neste capítulo, dissertar a respeito de outros componentes relevantes que habitavam a paisagem natural frequentada pelos portugueses no baixo medievo: os animais. Afinal, a importância destes também deve ser ressaltada, principalmente pelos testemunhos atribuídos às medidas protetivas da fauna, como exemplo das coimas para os que infringiam a lei.

Quanto aos estudos referentes a este tema, Robert Delort considera a história dos animais como um ramo restrito de uma mais ampla história da natureza, a qual não pode ser concebida sem um estudo completo do meio na história. Para ele

A fortiori nous sommes très démunis en ce qui concerne non tellement les grands mouvements de la couverture végétale que les subtiles variations des espèces en tel lieu ou à telle époque. On voit combien l'étude de la faune, qui dépend si étroitement de tous ces facteurs (et, parfois influence au moins l'histoire des plantes), est vouée à l'échec, sauf, dans certains cas, si l'homme ou les sociétés humaines ont agi sur elle de manière à peu près visible¹¹⁴.

¹¹² DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 172.

¹¹³ Montarias também significam “circunscrições que dividiam o espaço destinado às respectivas caçadas. Cada montaria tinha um monteiro-mor nomeado pelo Rei e que fiscalizava este espaço. Também designava o pessoal para os cargos inferiores, dos monteiros de cada mata aos moços do monte” (Cf. VARETA, 1985, p. 59).

¹¹⁴ “A fortiori somos muito carentes no que concerne não somente aos grandes movimentos da cobertura vegetal, mas às sutis variações das espécies em tal lugar ou época. Percebe-se como o estudo da fauna, que depende intimamente de todos esses fatores (e, por vezes influencia ao menos a história das plantas), está condenada ao fracasso, salvo, em certos casos, se o homem ou as sociedades humanas tem agido sobre ela de maneira mais

Entretanto, o mesmo autor também detectara uma recente confluência entre diversos profissionais suscitando no surgimento de uma nova disciplina, uma espécie de zoo-história. Esta apresentaria vantagens de grande valor. Primeiramente, acredita que o acúmulo de conhecimentos da zoologia atual auxilie no estudo dos animais antepassados desaparecidos, tentando recriá-los.

Em segundo lugar, não leva em consideração apenas os documentos impressos em suas pesquisas, dando especial atenção aos vestígios materiais deixados pelos animais¹¹⁵. Assim, o estudo das ossaturas (providas em grande parte por bois, carneiros e porcos) fornece uma abordagem mais direta e tangível desta fauna medieval, ainda que continue valorizando suas cadeias de ligações com o homem, sob diversos aspectos: alimentação, gestão econômica, caça, rituais, higiene doméstica, etc.

Os obstáculos a esta análise das ossaturas, para a zoológica medieval, encontram-se na divisão desigual e raridade dos vestígios, frequentemente dispersos e de difícil interpretação, bem como em sua brevidade, que dificulta responder sobre os caminhos dos rebanhos, características regionais, objetivos de reprodução, efeitos da seleção. Os melhores dados vêm de fragmentos de animais que alcançamos. Além disto, “la composition des stocks de restes est redevable à la finalité alimentaire. Toutes les branches de l'étude sont d'abord tributaires de cette sélection de l'homme, qui n'a laissé derrière lui qu'un ensemble de déchets filtré par ses besoins, ses désirs, ses moyens”¹¹⁶, o que define o agrupamento fáunico colocado a seu redor e cuidados.

Em terceiro, para auxiliar as demandas desta zoológica atual, considera acrescentar também a relevância de documentos quantitativos (com cifras, preços e medidas), os quais apresentam dados mais objetivos que as fontes escritas convencionais, por sua vez parciais e dependentes do olhar e da sociedade de quem os produz. Afinal,

Dès le moment où l'on aborde des témoignages, de l'écrit comme de l'image, intervient l'homme, la vision médiévale de l'animal et la signification de cette vision

visível” (tradução livre). DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle”. in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 11.

¹¹⁵ Ibidem, p. 15.

¹¹⁶ “a composição dos estoques de fósseis é reservado à finalidade alimentar. Todos os ramos de estudo são de início tributários desta seleção do homem, que só tem deixado para trás um conjunto de fragmentos filtrados por suas necessidades, seus desejos, seus meios” (tradução livre). AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique. “L'animal et ses représentations sur le site clunisien de La Charité-sur-Loire du XIe au XVIIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 96.

dans le monde médiéval et par rapport au nôtre. L'étude zoologique, absolument indispensable, n'est alors que la première d'un certain nombre de lectures¹¹⁷.

Ou seja, mesmo que ainda que se careça de mais estudos referentes à maioria dos animais que estarão aqui citados, inclusive alguns preferidos no período, admite-se que esta contribuição vem melhor fundamentando, em dados concretos, as informações vindas de interpretações de textos, tradições folclóricas e do vasto imaginário. Como repercussão, assistiu-se nas últimas décadas, um considerável avanço dos conhecimentos fornecidos a respeito da fauna medieval.

Por exemplo, os animais apresentam-se cada vez mais como testemunho de si mesmos e seus espaços, e não mais apenas pela representação humana em descrições, pinturas e esculturas, ou limitados somente ao nível dos animais domésticos. Estas perspectivas muitas vezes aconselham mal sobre o tema, dando uma imagem pouco realista sobre as características mais salientes de determinada espécie¹¹⁸. Isto significa que tenta não se prender a uma abordagem imediatamente antropocêntrica do estudo dos animais, privilegiando documentos mais diretamente ligados ao animal.

No que diz respeito ao território português, um dos estudos mais expoentes consiste na análise realizada por Iria Gonçalves. Debruçando-se sobre as inquirições encabeçadas pelo poder central durante os séculos XIII e XIV, principalmente de Afonso III, a autora buscou perceber as espécies animais, em sua maioria selvagens, que habitavam as serranias minhotas, percorrendo seus matagais. Todavia, faz uma ressalva de que quando se procura “conhecer um espaço em qualquer das suas vertentes, ele mostra-se-nos, esse espaço na medida da sua apropriação pelo rei. Isto é, as terras imunes – e o caso do couto de Braga é, neste sentido, paradigmático – quedam-se impenetráveis aos nossos olhos”¹¹⁹.

Este dado fornece novamente um essencial alerta no que tange à interpretação das fontes que se manuseia para tais estudos. De fato, considera-se que os monarcas, desde os meados do século XIII, principiam a assumir, ou mesmo ampliam, o controle sobre os espaços do reino, como demonstra a itinerância régia, manifestando múltiplas formas de

¹¹⁷ “Desde o momento onde se iniciam os testemunhos, do escrito como da imagem, intervém o homem, a visão meieval do animal e a significação desta visão no mundo medieval e por relação à nossa. O estudo zoológico, absolutamente indispensável, é a primeira de um certo número de leituras” (tradução livre). DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle”. in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 15.

¹¹⁸ AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique. “L'animal et ses représentations sur le site clunisien de La Charité-sur-Loire du XIe au XVIIIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 95.

¹¹⁹ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2. Porto, 2006, p. 195

dominação deste (seja jurídica, ritual, etc.). Sendo assim, grande parte dos conhecimentos produzidos acerca destes espaços, como meio natural e seus componentes, encontram-se condicionados aos interesses régios, ou de grandes senhores, laicos ou clericais. Obviamente, essas informações não se apresentam imparciais, com alguns dados sendo preteridos a outros, o que cobra do historiador o dever de relativizá-las.

Além disto, há que se esclarecer que a maioria dos estudos sobre os animais em tempos remotos como o medievo, e isto inclui o presente estudo, não os tratam em si. O que mais se percebe é que dão atenção especial à interação dos animais tanto com o espaço quanto com o homem, o que se justifica em grande parte se pensar-se que foram domesticados ao mesmo tempo, e no mesmo movimento.

Com relação à primeira destas interações, é interessante notar o quanto a ação da fauna, e isto inclui todas as espécies, exerce transformações em determinado espaço, deixando marcas tão visíveis por todos os lados, que este passa a ser identificado e reconhecido devido à presença animal. Prova da importância dessa presença animal no espaço se mostra especialmente pelos estudos toponímicos, pela influência deste nos nomes dados às localidades. Isto porque “qualquer vocábulo, para poder transformar-se em topônimo e cristalizar tão indissolúvelmente ligado ao lugar a que foi atribuído que pode ter atravessado muitos séculos – até milênios – (...) precisa ser reconhecido como adequado a identificar o lugar”,¹²⁰.

Enfim, assim como os demais territórios no Ocidente europeu do baixo medievo, Portugal encontrava-se povoado de animais por todos os lados, sendo que a zoologia “nous confirme que les animaux médiévaux n'étaient pas exactement les mêmes et parfois étaient fort différents (animaux domestiques surtout) de ceux que nous connaissons”¹²¹. Esta fauna compartilhava, na maior parte das vezes, o mesmo espaço com os homens, com quem possuíam contato íntimo e frequente, e cujas relações pendulavam entre a afeição/proteção/cuidado, e a aversão/eliminação/temor, de acordo com a sensação física, psicológica e cultural que geravam.

Da mesma forma, os *habitats* dos animais domésticos e selvagens confundiam-se na maior parte das vezes, tornando-se mais difícil distingui-los com clareza no período em

¹²⁰ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2. Porto, 2006, p. 196.

¹²¹ “nos confirma que os animais medievais não eram exatamente os mesmos e por vezes eram bem diferentes (animais domésticos sobretudo) daqueles que nós conhecemos” (tradução livre). DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congress*. Toulouse, 1984, p. 15.

questão. Tanto os animais selvagens poderiam ser confinados para fornecerem produtos mortos, com ou sem o prazer da caça, quanto a criação poderia ocorrer sem controle da reprodução ou preocupação em torná-lo mais familiar.

Entretanto, destaca-se como “animais bravios”, consideravelmente diversificados em espécies em alguns ambientes, aqueles menos influenciados diretamente pelo homem, e que comumente encontravam-se vinculados à atividade da caça nos ambientes selvagens. Dentre esta fauna, incluem-se os que a Idade Média mais prezou, aqueles que entravam na composição do que se denominava caça de monte, ou caça grossa: ursos, javalis, cervos, gamos, veados, corços, cabritos monteses, estes últimos muitas vezes identificados.

O urso, conhecido pelos caçadores e pastores montanhese das florestas altas, fora considerado por Delort¹²² um dos animais que deixaram marcas mais duradouras no mundo medieval, por alcançar a dignidade de ser tanto montaria (no sentido de caça) dos grandes senhores quanto representar troféus desejados, visto que as patas do animal capturado eram entregues ao rei como taxa. Quanto aos cervídeos (cervos, corços e cabritos), eram considerados mais nobres em outros países, podendo ser convertidos em viandas, mas menos apreciados entre os portugueses, ainda que as pernas da presa poderiam ser exigidas pelos monarcas como prêmio.

No entanto, o animal priorizado pela montaria medieval portuguesa consistia no porco montês, ou javali, cuja espádua era também reservada ao rei quando capturado em montaria real ou senhorial: “Não foi em vão que D. João I lhe dedicou todo um tratado de caça, onde deixou bem patente a sua perícia em tal arte, perícia só possível de adquirir com muita prática e reflexão. Era uma presa nobre, o javali, e digna de comparecer em uma mesa farta e requintada”¹²³.

Apesar desta posição que ocupava no imaginário e no cotidiano dos homens do medievo, isto não impedia que em alguns termos de povoações, sua caça fosse autorizada a caçadores locais, como forma de proteger as culturas. Mas esta já era realizada de forma menos nobre, sendo permitida a utilização de armadilhas para auxiliar na sua captura.

Somam-se ainda, animais cujas raças são controladas mesmo que parcialmente, o que consiste nos selvagens domados, como lebres e coelhos, e falcões e açores. Estas aves eram

¹²² DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 64-66.

¹²³ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 200.

consideradas caras, raras, e usadas em outra espécie de caça igualmente nobre¹²⁴. Por isto, também alcançaram grande prestígio no período, tornando-se motivos de tratados de domesticação no baixo medievo português.

Além destes considerados principais e bem vistos, nota-se um número considerável de raposas, lobos e serpentes, estes diabolizados e daninhos, frequentemente vigiados e caçados por razões de segurança das colheitas e gado. Enfim doninhas e texugos, mostrando presença na toponímia, e alguma reminiscência do zebro. Fato é que para

acolher todos estes animais de grande e médio porte, alguns dos quais, pressupunha, para seu alimento, uma miríade de pequenos outros seres que lhe serviriam de presa, o Noroeste de Portugal contava com grandes maciços florestais que revestiam as montanhas, por certo, na época, até os seus cumes¹²⁵.

Ou seja, ainda que estas espécies venatórias, mais comuns ao Ocidente europeu, configuraram-se dispersas por todo o território português, legaram vestígios mais notórios de sua presença em torno do complexo montanhoso que é também galego e pela Galiza se prolonga. Isto porque estavam mais frequentes nos fragedos e matas das regiões montanhosas (da Peneda, do Soajo, do Gerês, do Barroso), mais agrestes e inóspitas, as quais afastavam muitos homens, ao contrário das regiões de povoamento das áreas mais baixas e vales dos rios.

E mesmo assim, a frequência humana nessas áreas não era tão rara assim já em fins da Idade Média, pelo menos não para uma parte considerável da sociedade. Dentre esta, homens que adentravam constantemente nos montes e montanhas, bem treinados para o enfrentamento e captura de animais selvagens de grande e médio porte que se criavam nesses espaços bravios. Muitos destes monteiros subiam os montes às ordens do rei ou nobre senhor, pelo direito de hospitalidade destes, para auxiliá-los na montaria como “desenfado” de suas tarefas cotidianas, de acordo com o costume vigente nas suas respectivas terras.

Mas havia também uma gama de caçadores plebeus que subiam por necessidade, pois ao contrário da montaria nobre, usavam a caça como parte de suas fontes de subsistência. Consciente dos costumes desses caçadores, os reis e senhores utilizavam-se das redes de

¹²⁴ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 64.

¹²⁵ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 198.

tributação para controlar este tipo de atividade cinegética, a qual também se via muitas vezes onerada com punições senhoriais¹²⁶, de acordo com as restrições ou proibições locais.

Contudo, uma relativa baixa frequência humana nas áreas de *habitat* desses animais se manifestou pelo fato de que se ampliou a transformação destas em áreas reservadas para a caça. Como vimos, o monarca se preocupou cada vez mais em zelar pela proteção desses ambientes no período em questão, seja pela regulamentação do ofício de monteiro, já antigo, seja pelo estabelecimento de coutadas cada vez mais extensas, nem sempre respeitando os direitos dos moradores que habitavam ao redor.

Isto porque o avanço do desflorestamento, como visto acima, culminou em vários lugares na diminuição do número e com complexo de espécies da fauna selvagem. Afinal, todos os elementos formadores do ambiente natural encontravam-se conectados:

Un manteau végétal plus ou moins dense, une composition différente des essences forestières et le climat d'une part, les défrichements, la concurrence des animaux domestiques et la pratique de la chasse ont évidemment agi sur l'importance de la population et la répartition géographique des animaux sauvages¹²⁷.

Assim, esta concentração das atividades cinegéticas, especialmente sobre as grandes espécies, em espaços juridicamente protegidos, contribui para a manutenção de certa abundância em animais selvagens nos meios, ao contrário dos lugares em que estes ocupam menor espaço por ser mais pobre, concentrando-se a caça em espécies menores, e ligando-se à predominância e desenvolvimento do rebanho ovino.

No que diz respeito aos animais domesticados, incluem na categoria uma série de espécies que fornecem à sociedade medieval não apenas força de trabalho, companhia e segurança, mas também bastante usados em numerosos produtos para alimentação, vestuário, ornamentação, artesanato, instrumental.

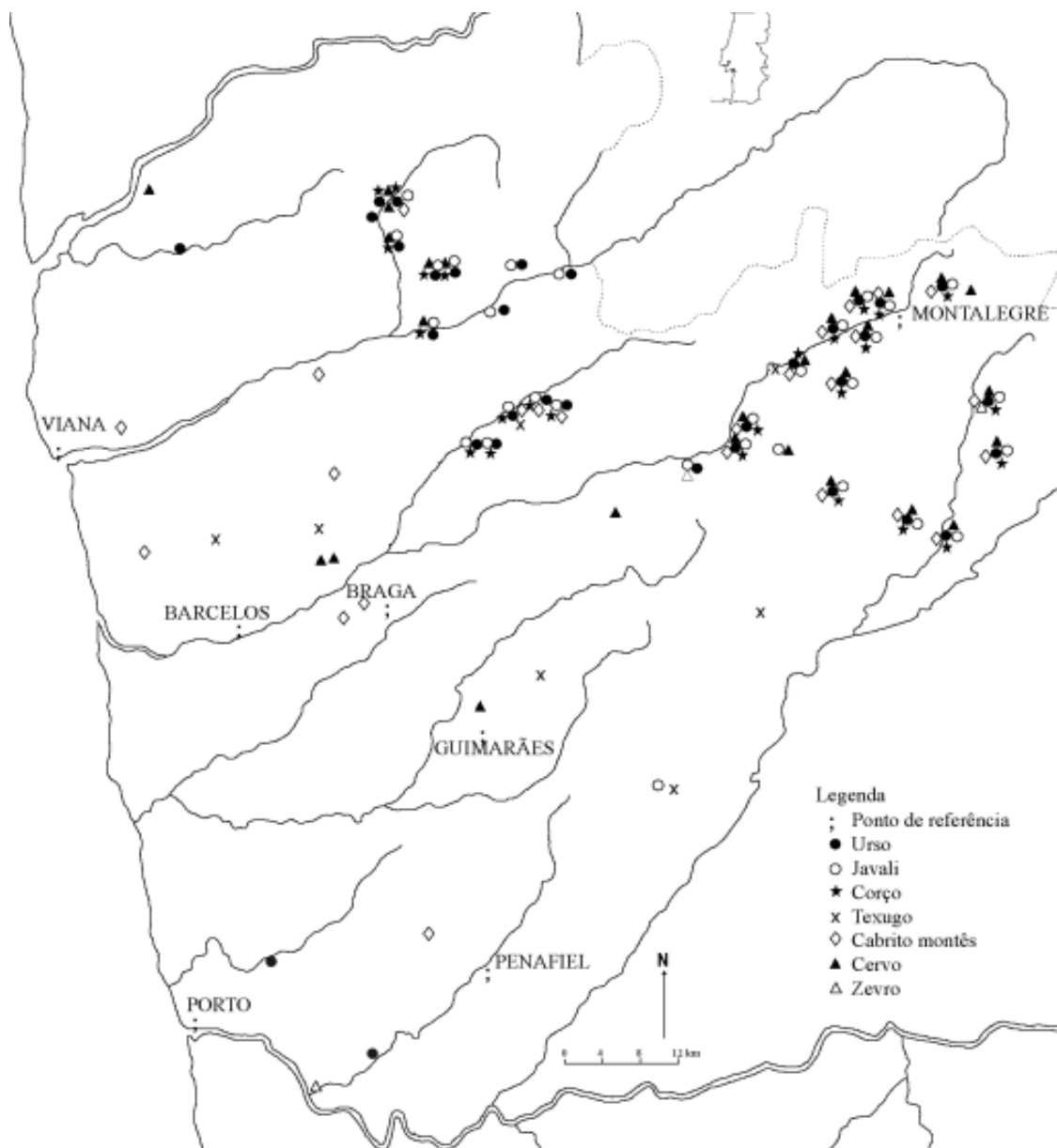
Em primeiro lugar encontra-se o cavalo, este fundamentalmente consagrado à guerra, e cujo consumo da carne era considerado tabu. Desde essa época já distinguem-se o *sagmatrius* para carga, tração e carroças; o *destrier* (corcel) para combate de cavaleiros com espada, freio, ferradura, sela alta e estribo; o *palafrém* como cavalo de passeio; a égua para as damas; o

¹²⁶ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 201.

¹²⁷ “Um coberto vegetal mais ou menos denso, uma composição diferente de espécies florestais e o clima de uma parte, as clareiras, a concorrência de animais domésticos e a prática de caça tem evidentemente agido sobre o tamanho da população e a distribuição geográfica dos animais selvagens” (tradução livre). BECK, Corinne. “Animal et vie quotidienne en France et en Italie d'après les vestiges ostéologiques (XIe-XVe siècles)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 111.

rocim de uso comum e do robusto para charrete e arado nas terras pesadas do baixo medievo¹²⁸.

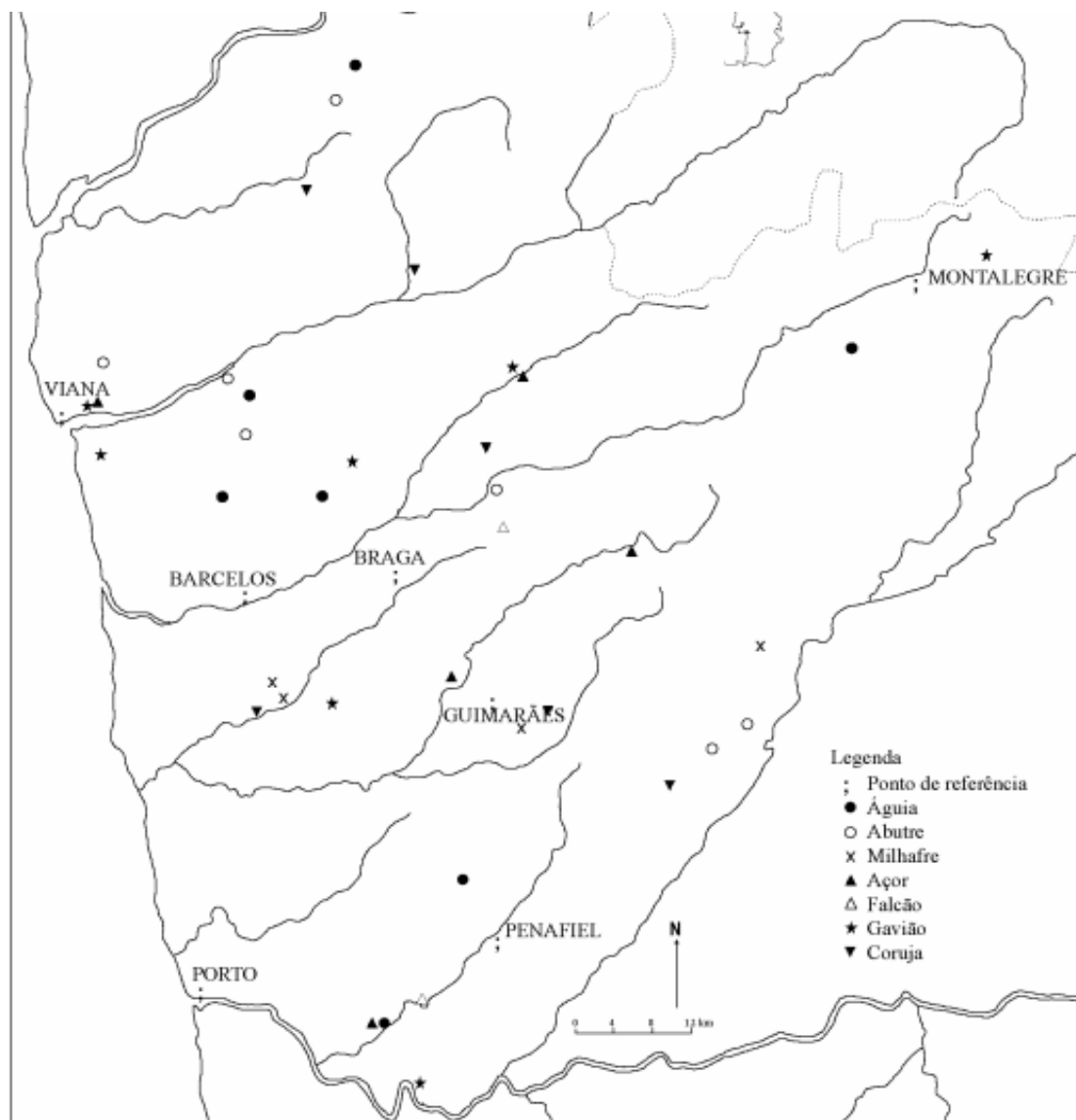
Figura 4 – Veação de grande e médio porte no noroeste português.



Fonte: GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 199.

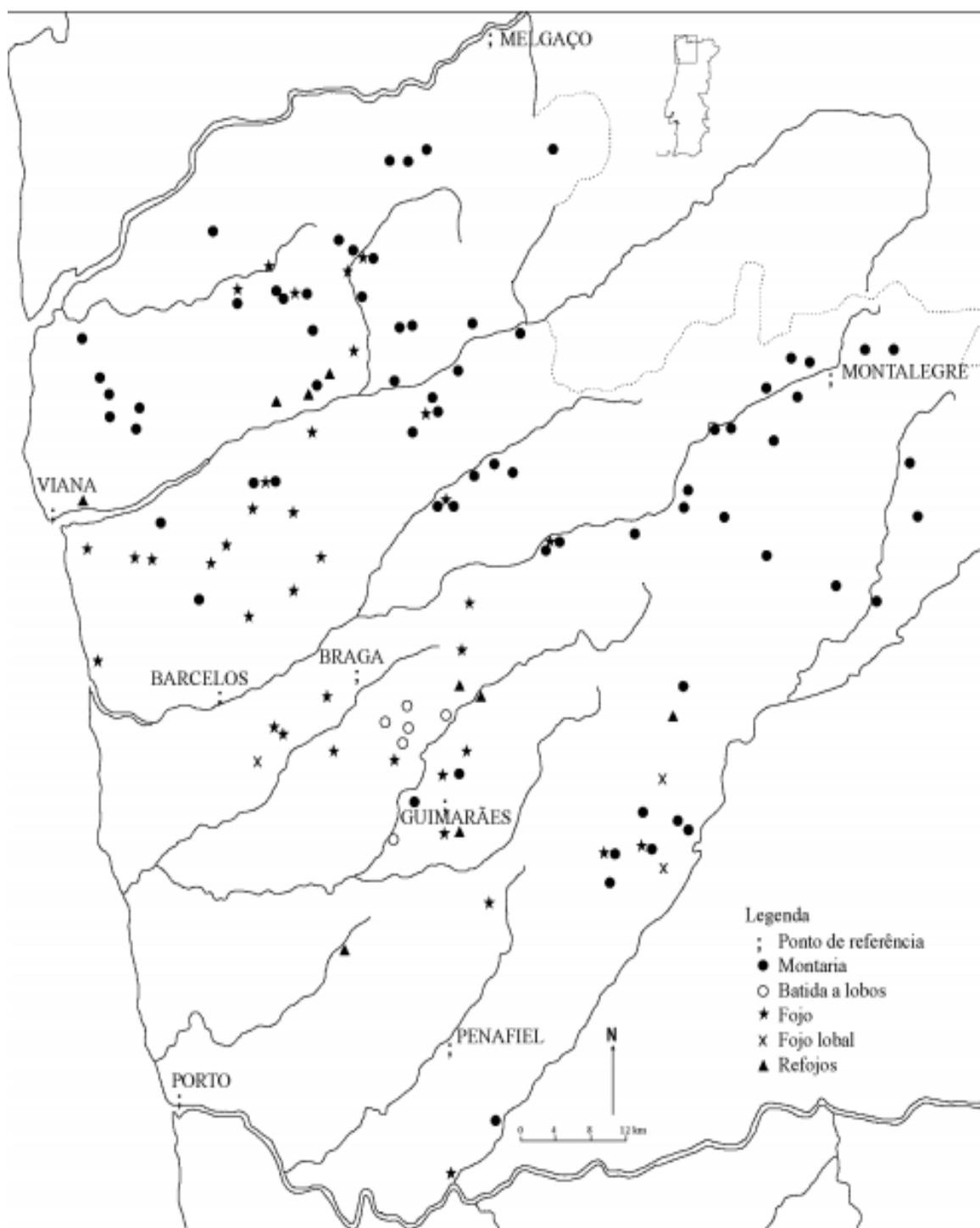
¹²⁸ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 61-62.

Figura 5 – Exemplo de aves de rapina no noroeste português.



Fonte: GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 214.

Figura 6 – Exemplo de modalidades de caça no noroeste português.



Fonte: GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 210.

Não é difícil compreender porque este animal, em particular o cavalo de guerra, alcançou uma posição tão privilegiada para a ordem cavaleiresca, colocando-o no lugar do mais nobre dos animais:

Ils sont plus que tout autre animal d'élevage, étroitement liés à l'homme et à l'habitat. Leurs restes osseux et surtout les ferrures et les éléments de harnais que l'on retrouve très souvent sur les sols des rues, des cours voire des bâtiments d'habitation témoigneraient de cette situation particulière que la fonction et le prix de ces animaux expliquent aisément¹²⁹.

Prova dessa situação também se mostra em quanto são biografados nos poemas épicos, romances de corte e verdadeiros tratados veterinários. Isto se refletiu inclusive no fato de serem muitas vezes melhor acomodados e tratados que muitos servos, possuindo estrebarias o mais perto possível da casa de seu senhor.

Em segundo lugar os cães, constantemente presente na vida cotidiana, circulando em todos os espaços, desde o interior das residências, até áreas de folgança, trabalho e armazenamento. Embora alguns tipos de cães se distinguissem desde a antiguidade, diversificados em várias raças e funções (guardas dos rebanhos, animais de estimação, companheiros de caça, entre outros)¹³⁰, ver-se-á mais adiante como o investimento régio, especialmente avisino, na necessidade de fornecer treinamentos específicos a estes animais, pode ter criado especializações nas matilhas.

Afinal, consistiam em elementos fundamentais na caça ao monte, sempre em considerável quantidade, exercendo o trabalho das matilhas régias, acompanhados dos monteiros locais. Ainda que alãos e sabujos fossem a preferência de reis como D. João I, outras raças eram treinadas para se usar em certas funções específicas nas caçadas: “Os grandes senhores constantemente renovavam as suas matilhas, quer por reprodução dos seus próprios cães, quer fazendo-os vir de terras distantes, quer recebendo-os como oferta ou direito”¹³¹.

¹²⁹ “Eles são antes de tudo, animais de criação, intimamente ligados ao homem e ao hábitat. Seus restos ósseos e sobretudo os acessórios e os arneses que se encontram muito frequentemente sobre os solos das ruas, cursos ou edifícios de habitação testemunham esta situação particular que a função e o preço desses animais explicam facilmente” (tradução livre). BECK, Corinne. “Animal et vie quotidienne en France et en Italie d'après les vestiges ostéologiques (XIe-XVe siècles)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 109.

¹³⁰ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 62-63.

¹³¹ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 202.

A Idade Média parece, sem dúvida, ser responsável por reabilitar o cão, amenizando as conotações negativas que lhe acompanhavam no imaginário social, provenientes da cultura judaica e dos primeiros séculos do Cristianismo, e tornando-o aceito com mais recorrência nos círculos humanos. Isto não ocorreu com tanta facilidade no que diz respeito aos gatos. Apesar de mais integrados no Ocidente do que se pensava (os domésticos comuns desde o século XII), os simbolismos negativos os tornavam menos afeitos a compartilhar da intimidade dos homens, com a maioria.

Há que manifestar-se também sobre a onipresença dos animais de capoeira, aves domésticas que eram criadas, controladas e bastante familiarizadas pelo homem, como galináceos, patos, gansos, pombos. Já no que tange às variedades de gado, Oliveira Marques¹³² manifesta não serem muito diferentes do que se encontra atualmente, embora fossem criados mais à maneira de animais domésticos do que de gado.

O porco medieval não era muito diferente do javali, de físico musculoso devido a algumas errâncias na floresta. Porém, doméstico e familiar por sua longa coabitação com o homem, de quem consumia detritos. Consumidos desde o Baixo Império Romano e apreciados desde começos da Idade Média pelos germanos, decresceram em importância no XI em relação aos que não produziam apenas produtos mortos, e também devido ao desmatamento das florestas de árvores folhadas e da raridade das nozes e glandes.

O boi era considerado importante fornecedor de produtos vivos e mortos, e grandiosa força de trabalho. Seu porte parece ter aumentado em fins do medievo, à medida que a pressão humana cai, liberando mais e melhores pastagens para o gado. O carneiro, assim como o boi, encontrava-se criado em quase todos os lugares fornecendo inúmeros produtos, com a proporção do consumo de sua carne aumentando sobretudo nos países que os criavam pela lã. Mais do que isto, suas raças já se encontravam selecionadas, especialmente no mundo ibérico, onde transformavam-se com a introdução de raças berberes, seguindo a expansão islâmica do VIII/IX, resultando no merino¹³³.

O pastoreio era realizado em larga escala nos montes e serras, na periferia das povoações e nas planuras. Viu-se acima que apenas “nos campos em pousio a atividade foi benéfica, mais do que as queimadas, mas apenas, como é óbvio, para o enriquecimento

¹³² OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 105.

¹³³ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 59-61.

bioquímico dos solos”¹³⁴. Afinal, a ação dos rebanhos de gado foram importantes transformadores de ecossistemas, tendo em vista que a seleção de vegetais por estes, quando de sua alimentação via pastos herbáceos ou “rama verde”, determinava a eliminação de associações fitológicas espontâneas.

À entrada do século XIV, detectou-se algumas melhorias em relação ao gado, em quase todo o ocidente medieval, resultantes de três séculos de crescimento econômico. Uma das consequências fora o aumento no número dos pequenos ruminantes, em detrimento dos suínos no norte e dos bovinos no sul. Isto modificou tanto a hierarquia dos rebanhos, quanto a gestão dos ovinos. Estes mostraram um crescimento no número de animais maduros, contrário do que havia até o século XIII, o que pode se explicar pela melhoria das condições gerais da criação, diminuindo a mortalidade dos jovens animais¹³⁵. Já quanto aos porcos e bovinos, mantiveram-se maioritariamente jovens, para consume da carne, até o século XV.

Deve-se ressaltar que tais melhorias nas condições de criação dos rebanhos e animais não encontram-se conectados apenas a um crescimento econômico cumulativo. Assim como no caso dos vegetais, essas novas condições estavam intrinsecamente relacionadas com um maior acúmulo de conhecimentos pragmáticos a respeito da natureza e seus elementos. Isto fora resultado do desenvolvimento de uma postura que pretendeu observar e experienciar o mundo natural através de um contato mais direto e íntimo. Dessa forma, a perspectiva de apreensão da natureza sob uma forma mais objetiva, culminou na transformação dos saberes advindos dela em matéria prática, gerando relativo aprimoramento técnico. Técnicas estas que, inclusive, suscitaram a demanda de serem registradas em escrito, sob a forma de livros, para melhor resguardar tal saber.

Por fim, detecta-se também em finais do medievo, um maior contato com animais exóticos, cujo conhecimento torna-se mais preciso a cada ano, principalmente através da organização dos parques régios. Mais ainda, tanto animais pouco ou mal conhecidos aparecem na literatura ao lado dos cotidianos, como também seres puramente imaginários. Os capítulos seguintes focar-se-ão justamente nessa relação entre as formas de apreensão da natureza e do conhecimento, destacando especialmente o mecanismo especulativo e simbólico bem como o pragmático e científico, para depois debruçarem-se sobre as técnicas desenvolvidas sob esta última perspectiva.

¹³⁴ MATTOSO, José. “O Território” in: *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 326-327.

¹³⁵ BECK, Corinne. “Animal et vie quotidienne en France et en Italie d'après les vestiges ostéologiques (XIe-XVe siècles)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 106.

CAPÍTULO 2 – AS NOVAS RELAÇÕES DA NATUREZA COMO FONTE DE SABER.

O primeiro dado que se deve elucidar no que tange ao estudo das relações desenvolvidas entre a sociedade medieval e o meio natural, é que este período histórico, mesmo em seu “outono”, na Baixa Idade Média, foi caracterizado por um considerável nível de dependência da natureza e de seus recursos, seja para o transporte, alimento, vestuário, combustível, ou trabalho. Este fator resultou não apenas de um predomínio da produção agrícola como atividade produtiva fundamental, mas também da insuficiência de um instrumental científico consolidado, que lhe permitisse maior previsão e controle dos fenômenos naturais¹³⁶.

Todavia, a dinâmica que perpassa pelas formas de apropriação do meio natural, incluindo a absorção de conhecimentos através deste, vai além do pragmatismo que marca a utilização da natureza, através do trabalho camponês na terra, como instrumento base para desenvolvimento de uma atividade primária capaz de prover sustentos para esta civilização (em grande parte agrária). Notadamente porque, estas relações só se estabelecem e se reproduzem devido à existência de um mecanismo que as legitima, e que implica na criação de um vasto sistema de representações da natureza por esta sociedade medieval.

Ou seja, levando em consideração que representações acompanham a prática cotidiana, muito mais do que no âmbito da apropriação material, a natureza necessita ser concebida no período medieval sob a lente do simbólico. Isto se torna mais importante quando adicionamos o fato que as condições precárias da realidade cotidiana da maioria da população da Baixa Idade Média, incitavam anseios por outro mundo/reino onde não tivessem que se submeter à natureza nem à condição social¹³⁷. Essa relevância do papel simbólico da natureza no sistema de representação medieval pode ser observada e comprovada em diversos tipos de textos do período, os quais largamente invocam e enumeram as forças que transitam no meio natural.

Com base nesse contexto, demonstra-se aqui a importância dos elementos naturais, especialmente através dos jogos medievais da nobreza de que as fontes tratam, como via de

¹³⁶ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 115.

¹³⁷ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 155.

acesso ao conhecimento, e como isto é afetado à medida que uma nova postura de compreensão à natureza, mais científica e pragmática, passa a se valorizada, compartilhando espaço com o antigo modelo contemplativo e simbólico.

2.1 Valores aplicados à natureza no medievo.

A ideia de se delinear os principais valores que a Idade Média aplicou à natureza, exige ressaltar alguns pressupostos conceituais, como de considerar que sua relação com o homem vai além de fonte de subsistência, mostrando a necessidade de se dar atenção ao aparato ideológico por trás das interpretações que o homem medieval forneceu a esta entidade.

A partir destas informações, parte-se do pressuposto de se considerar a natureza sob a perspectiva de Micheli que, adentrando seus densos significados, designa que este termo, em acepção geral, indica o conjunto de todos os seres que surgiram e vivem sobre a Terra, aludindo particularmente aos seus princípios constitutivos essenciais. A assertiva em questão apresenta, quanto à definição da natureza, uma intrínseca conexão entre duas importantes características: totalidade e essencialidade. Estas, por sua vez, associam-se pelo aspecto da espontaneidade, o qual acrescenta à ideia acima o fato de que todas estas “coisas existentes nasceram segundo princípios constitutivos essenciais, dados e não impostos pelo homem, que regulam o processo de nascimento das coisas”¹³⁸.

Ainda que abordemos a natureza como esta unidade de todos os seres, e regida por normas não impostas pelo homem, se isto não responde a todas as indagações de algumas sociedades atuais, a situação se torna mais complexa no que diz respeito à sociedade medieval. Esta ainda tinha que se responder, quanto a esta questão, quem havia criado tal totalidade de coisas e quem redigira as regras que regia seu funcionamento, o que conseqüentemente culminou na formação de todo um conjunto de representações pelo imaginário do período medieval.

¹³⁸ MICHELI, Gianni. “Natureza” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 13.

2.1.1 A natureza nas representações do imaginário medieval.

Na Idade Média do Ocidente europeu vigorou uma visão global do universo destacando Deus como o modelador e ordenador por excelência de toda a Criação, que incorpora a natureza: “Disse Moisés e disse a verdade, que **no primeiro começo, que Deus criara os céus e a terra e todas as outras criaturas; que criara o homem** e quando o criou que disse: façamos homem a similitão nossa”¹³⁹; e ainda

E por tanto diz e nos liures somos. ca **toda a nossa uida he no nome de deus.** que nenguu non pode uencer **que fez o ceo e a terra e totalas cousas que eles son (...)** Diz aqui san Iheronimo se **animalhas que son de pequeno ualor non ueen a terra que o deus non sabha**¹⁴⁰.

Os extratos acima permitem acompanhar e comprovar esta tendência inserida em toda a concepção medieval, e que se reflete explicitamente nas mais variadas fontes literárias do período: Deus aparecendo claramente como criador único do mundo e, por conseguinte, da natureza, incluindo nela todos os seus componentes existentes, seja humano, animal, vegetal, e mesmo o mineral. A forte crença nesta autoridade superior divina é seguida pelo estabelecimento de características como onipotência, visto que tudo que se encontra na natureza existiria pela obra e vontade de Deus, e onisciência, uma vez que não existiria nada, nem mesmo uma mísera criatura, vivendo sem o conhecimento e consentimento Dele.

Esta concepção de mundo, propagada durante todo o período medieval, parece ter se consolidado no século XII, quando a base cristã fora acrescida de outras referências como a humanista¹⁴¹, justificando a visão da natureza como espaço onde tudo se encontraria unido e alocado em seu lugar específico, e cuja função seria acomodar a ordem divina e as forças vitais que a compõem. Ao que parece, alguns textos literários apresentam esta ordem divina acompanhada de dois sentidos: o da vontade divina, ou comando imposto pelo Criador, e o da organização divina, ou posicionamento de elementos da Criação. Embora ambos os sentidos façam parte dos atributos do trabalho divino.

¹³⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 3 (grifo meu).

¹⁴⁰ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 142 (grifo meu).

¹⁴¹ CURTIUS, Ernst R. *Literatura Europea y Edad Media Latina*, vol. I e II. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1995, p. 180.

Contra esta razão, os que tinham que a carne era melhor disseram que esta razão não valia nada, no que dizem que Deus ordenou que as animálias fossem criadas de leite e que assim pareceria que até a fim tal deveria ser o seu mantimento; e neste dizer disseram que são errados, ca bem parece que assim em como lhes deu na primeira criação a comer leite, que assim lhes deu, depois que foram grandes, as outras coisas, porque todas as animálias são mantidas e **que bem parece que Deus não ordenou que as animálias fossem sempre governadas** por leite, senão a tempo certo¹⁴².

Somam-se a estas ideias, a de que se a vida de todos os seres deve-se em nome de Deus, sua responsabilidade não se resumiu apenas à criação e disposição dos componentes físicos desta, como o corpo, mas também quanto aos componentes espirituais, como a alma. Portanto, não se poderia viver sem suas mercês e graça divina, pois sem estas nada aconteceria na vida.

E sse presunçom, soberva ou vã gloria querem fazer levantar e trestimba[ndo] cayr, perdendo algũus começos de **bem da alma e do corpo que deos nos tem outorgados**, logo apresentando ante nossa renembrancha cam pouco per nos vallemos e podemos, conhecendo nossos fallicimentos **seremos guardados com sua graça** de cayr per os erros suso scriptos¹⁴³.

Vos que sodes perdurauis non deuedes temer nen doudidar que aiades de **uiuer sen a prouison e sen a mercee de deus**. E por tanto diz o filho de deus no euangelho. No queyrades temer os que matan o corpo, ca **non podem matar as almas dos homês**¹⁴⁴.

Isto se acumulou em toda uma ideologia que considerava Deus como responsável não apenas pelo mundo visível e mundano, mas também pelo que estava fora deste, isto é, o mundo invisível e espiritual. Mais ainda, desenvolveu-se também a crença de que estes dois mundos conviviam entre si, intermediados por Deus e sua maior expressão, a natureza, bem como que esta apresentava-se como reflexo daquela outra realidade, sagrada e além da vida. Esta posição dos elementos presentes na natureza, por muito tempo mantendo-se sensíveis e estranhos, aos olhos dos medievais, justifica o amplo vigor de uma postura interpretativa, guiada pelo sagrado cristão, que suscitou na constante busca por significados ocultos¹⁴⁵.

Ressalta-se aqui, no que diz respeito às representações que a Idade Média forneceu à natureza, que não se deve levar em consideração apenas referências do domínio do divino e do sagrado. Afinal, além de seus atributos visíveis, esta também aparece, aos olhos dos

¹⁴² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 36 (grifo meu).

¹⁴³ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 26 (grifo meu).

¹⁴⁴ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 142 (grifo meu).

¹⁴⁵ DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, p. 61.

homens do período, habitada e governada por uma gama de lugares misteriosos, seres fantásticos, poderes invisíveis e forças superiores, vindos de diferentes heranças culturais. Todos estes elementos apresentavam-se com consciência e vontade próprias nos momentos em que se relacionavam entre si e com os homens, ainda que o sagrado cristão se sustentasse como grande mediador destes contatos.

Jacques Le Goff, por exemplo, traçou o papel da floresta, e das atividades nela desenvolvidas, na mentalidade medieval, considerando-a como um espaço que agrupava realidades múltiplas, tanto materiais quanto espirituais. Era o espaço por excelência da cultura cavaleiresca, visto que continha toda sorte de aventuras e provações aos cavaleiros que pretendiam testar suas habilidades. Também retratada como “floresta traidora, pois ela é; em termos de moral feudal, o lugar das alucinações, das tentações e dos embustes característicos do simbolismo do deserto”¹⁴⁶. Enfim, condensava os mais lendários terrores tornando-se território de inúmeras incursões sobrenaturais e mágicas, do diabólico, onde animais selvagens, exóticos e monstros habitavam-na e assombravam-na.

Emanando extensa carga simbólica, o repertório fundamental do maravilhoso muitas vezes relacionou a representação da natureza com as maravilhas do mundo. A importância deste maravilhoso para a sociedade medieval, além da função de compensação e contrapeso à regularidade e realidade cotidiana, está em seu constante uso de variados elementos do mundo natural, guiando-o para o campo da representação simbólica e moralizante, fornecendo significações e explicações para maravilhas animais, por exemplo.

No que tange às ligações da natureza com este último aspecto, o maravilhoso, há que se constatar considerável intensidade. Era conhecido no medievo sob a designação *mirabilis*, incluindo “todo um imaginário que se pode ordenar em volta desse apelo a um sentido, o da vista, e de uma série de imagens e de metáforas visuais”¹⁴⁷. Apesar de também se relacionar com o sobrenatural, diferencia-se do *miraculosus*, por este se constituir no sobrenatural cristão cujo único autor seria Deus, enquanto aquele, relegado à *superstição* pela Igreja, recebera heranças continuadas de raízes pré-cristãs. Tanto que passara, durante a Alta Idade Média, por certa repressão ou ocultação de elementos pagãos, ainda que não deixasse de seduzir as pessoas, para irromper novamente nos séculos XII/XIII, principalmente devido ao interesse de uma cultura cavaleiresca em constituir uma identidade própria.

¹⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 96-97.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 46.

O maravilhoso fascina também os que não podem viajar, pois inunda a criação literária, científica, artística e até cartográfica. As imagens que se faz da Terra, nos séculos XII e XIII, dá lugar a descrições fantasiosas e lendas fabulosas. O gosto do público corrobora a ignorância e credulidade dos autores, levando-os a ampliar os relatos extraordinários. A Índia é a mais atraente em mistérios e prodígios, e também a Etiópia. Aliás, não era preciso recorrer aos livros ou a viagens a lugares distantes para entrar em contato com tais maravilhas. Bastava ao cavaleiro atravessar charnecas, rios, ou florestas, dotados de referências mágicas ou malignas, para penetrar no reino de fadas e deuses, mais fascinantes que perturbadores, ou encontrar animais que lhe falavam¹⁴⁸. O universo animal é lugar privilegiado onde se precipitam crenças, esperanças e fantasias da população medieval.

A ideologia civilizadora monárquica, fundamentada por suas intenções político-sociais, já havia se apropriado do maravilhoso, juntamente com seus simbolismos apropriados de atributos da natureza, para legitimar seus fins. Os espelhos de príncipes, principal referência literária quanto ao imaginário régio do período medieval, usavam com recorrência a analogia com a sociedade animal. Mais do que isto, este maravilhoso era usado para exibição ou propaganda do poderio. Um bom exemplo disto dá-se com o uso da heráldica e dos brasões, e a busca por origens míticas e lendárias feita pelas dinastias régias e famílias nobres¹⁴⁹, como os Plantagenetas e os *lusignans* associando sua ascendência à Melusina¹⁵⁰.

Por outro lado, em outros textos, a natureza aparece, repleta de alegorias, como tópico poético relacionado ao espaço natural cultivado (jardins) onde se classificava os elementos de acordo com cada sentido. A retórica literária medieval, herdada de exercícios da antiguidade, se apropriara desde cedo da natureza, criando uma representação desta ao invocar a paisagem ideal da poesia como tradição fixa, embora as descrições também estivessem bem além de

¹⁴⁸ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 170-171.

¹⁴⁹ LE GOFF, Jacques. "Rei" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. II, Bauru: EDUSC, 2006, p. 411.

¹⁵⁰ Apesar de sua filiação com sociedades mais antigas, Jacques Le Goff afirma ser a Melusina uma criação medieval, desenvolvida principalmente a partir do século XII na cultura cavaleiresca. Trata-se a lenda de uma personagem feminina e diabólica (portanto, expulsa por ritos cristãos) encontrada em bosques e charnecas por um cavaleiro. Após ser desposada, fornece ao marido não apenas uma prole exótica, como também prosperidade. Esta termina quando a família lhe trai, observando-a no banho em sua forma original (dragão ou serpente), fazendo Melusina desaparecer lançando maldições agrárias. Associada às próprias estruturas sociais e ideológicas, a lenda representa o ventre de onde saiu uma nobre descendência. É a encarnação social e mágica da ambição social da pequena e média aristocracia (cavaleiros e *militēs*), desejosos de alargar as fronteiras de seus senhorios (terras, castelos, cidades e linhagem). Esta suscita no XII uma cultura própria, cujo veículo será a bagagem cultural cavaleiresca enriquecida do maravilhoso popular (Cf. LE GOFF, 1989, p. 291 Et. Seq).

refletir a realidade¹⁵¹. Assim, a natureza apareceu durante muito tempo pintada de forma fantástica, muitas vezes repleta de fauna e flora exóticas, quando não fabulosas.

A estas heranças da antiguidade uniram-se alguns simbolismos cristãos na representação deste espaço natural, especialmente os relacionados com o Jardim do Éden. Segundo Vânia Fróes,

O campo, por exemplo, aparece como uma conotação edênica, pastoril, lírica, vinculada à noção messiânica e fortemente associada ao espaço presépio. A noção de horto, pomar, jardim é um símbolo comum a toda a Europa cristã e aparece sempre ligada ao paraíso terreal referenciado no Gênesis e fortemente reforçado pelo discurso franciscano¹⁵².

Esta paisagem possuía sempre um carácter prazeroso, ausente de fome e doenças, exibindo a fertilidade como elemento fundamental através de uma variedade de grupos de árvores, florestas com fontes, bosques e prados regozijantes. Tratava-se do *topos* do ambiente ameno (*locus amoenus*), geralmente bucólico, que consistia num lugar propício ao ócio/fruição/prazer, ao amor, aos sentidos e à arte, embora o uso de elementos estilísticos de luxo e riqueza não se coadunem com a real contemplação destas paisagens.

Quanto à valorização da *tempe* (bosque selvagem ou silvestre), muito colaborou o avanço da novela cortesã e cavaleiresca do século XII e as informações geográficas e topográficas da epopeia medieval, embora às vezes apareça fundido com a paisagem amena em seu centro, e sempre com analogias entre seus elementos naturais e a sociedade¹⁵³.

Ou seja, tanto a natureza era responsável por modelar as estruturas mentais do homem profundamente com seus efeitos, quanto o sagrado, que tratava a sociedade do medievo como reflexo da providência divina, influenciava as atitudes cotidianas para o mundo natural. Afinal, o mundo natural e o mundo social sempre possuíram no período medieval uma relação de equivalência, uma vez que acredita-se que as concepções de mundo/natureza funcionam através de regras que refletem as estruturas sociais e suas hierarquias. Passaremos a uma dessas atitudes relacionadas à natureza, ligada a uma de suas mais fortes representações.

2.1.2 Importante instrumento do saber.

¹⁵¹ CURTIUS, Ernst R. *Literatura Europea y Edad Media Latina*, vol. I e II. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 263.

¹⁵² FRÓES, Vânia L. “Teatro como missão e espaço de encontro de culturas” in: *Actas do Congresso Internacional de História. Missionação portuguesa e encontro de culturas*, vol. III. Braga, 1993, p. 190.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 287.

Pretendeu-se condensar mais acima, no que concerne à percepção da natureza durante a Idade Média, a ideia de que esta fora interpretada prioritariamente, durante praticamente todo este período, de acordo com suas relações com a criação divina, isto é, a natureza como expressão dos desígnios deste Deus.

Entretanto, deve-se ressaltar que, no interior desta sociedade agrária, a natureza não assumia o caráter de dádiva divina apenas no que diz respeito a seu papel de principal fonte de alimentação e subsistência humanas. Prova disto nos fornece Tullio Gregory¹⁵⁴, ao revelar que uma das representações mais relevantes da natureza, reforçada a partir do século XI, configura-a como o grande manancial de onde se extrai todo o conjunto de conhecimentos, saberes e técnicas, que o homem medieval poderia sorver e resguardar.

Tal visão converge inicialmente com a vigência de uma concepção onde a origem de todo o saber recai unicamente sobre Deus, o Ser Supremo, tendo em vista a crença de que este criara sozinho todo o universo. A literatura medieval é avultada de passagens onde Deus se destaca não apenas como o ser onisciente, ou seja, aquele que sabe de todas as coisas, mas também como fonte de onde emanou todo o conhecimento existente, do mais simples ao mais elevado. Do mesmo modo Deus é o responsável por fornecer a capacidade de entender a todos os seres sapientes, inclusive aos mais dotados como no caso dos pregadores. Deus é a fonte de racionalidade, visto que o homem puxou essa virtude de seu criador, que o fez a sua semelhança.

(...) primeiramente os que disseram que era melhor de lhes darem a comer leite, que era o melhor comer que os monteiros aos cães poderiam dar, esforçando sua razão, disseram que **Deus, que sabe todas as coisas**, ordenou que o mantimento das criaturas que animálias fossem, que fossem criadas de leite; e pois que o Deus assim ordenava, bem parece que o seu mantimento de leite devia ser também no começo, como até fossem grandes¹⁵⁵.

E certáa cousa he que toda esto há o galo de **deus cuio entendimento obra totalas creaturas que entendimento am**. E aquelas ainda que sse non mouen se non per sãs uertudes naturaes que am. **ca todo conhocer e todo mouer non pode séer sem deus**. E porque as obras do galo que ditas son. semelhanse com as obras do préégador. portanto pelo galo entendemos o préégador (...) Mais **onde auera o préégador tan grande entendimento se lho deus nõ der?** Ca assi dizen os santos

¹⁵⁴ GREGORY, Tullio. "Natureza" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 263-264.

¹⁵⁵ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 36 (grifo meu).

em uão trabalha a lengua do préégador. se dentro non for cõ ele a graça do saluador (...)¹⁵⁶.

Percebe-se, a partir dos exemplos das fontes, a ideia presente no medievo de que todas as criaturas aptas a adquirirem o atributo do “entendimento”, e agirem de acordo com ele, alcançaram-no segundo uma graça doada por Deus, que os permitiu usá-lo conforme seus desígnios. Isto implica em outro aspecto, complementar, no qual Deus está por trás de todas as tarefas, atividades e movimentos executados pelos seres providos de tal atributo, de acordo com a forma que o receberam. E isto vale mais ainda para as atividades que exigem maior conteúdo intelectual e raciocínio.

Em nome de nosso senhor Jesu Cristo: Segundo he mandado que todallas cousas façamos, ajudando aquel dito que de fazer livros nom he fim, por algũu meu spaço e folgança, **conhecendo que a manha de seer boo cavalgador he hũa das principaaes** que os senhores cavalleiros e scudeiros devem aver, screvo algũas cousas per que seran ajudados pera a melhor percalçar os que as leerem com boa voontade e quiserem fazer o que per mym em esto lhes for declarado¹⁵⁷.

(...) porende o muy nobre Senhor rrey dom donjs mandou a my meestre grinaldo que composesse e hordenasse hũu liuro ho mjlor que e my semelhasse em que conpillasse hordenamente todallas coussas que ssom contheudas em cada hũu destes liuros suso dictos / **E eu cooom ajuda de deos assy trelladey e hordeney todo per linguagem portugûes o mjlor que pude e enteny**¹⁵⁸.

Mais do que isto, ainda que a virtude do conhecimento pertença ao conteúdo espiritual do homem, sendo por isso mesmo tão eterna quanto este, uma das obrigações prioritárias daqueles que a possuem é se empenhar no aperfeiçoamento e elevação dessa virtude, o que é atingido através do constante e profundo conhecimento das coisas divinas, seguido pelo auto-conhecimento.

(...) e assim, quanto se a **virtude mais achega a conhecer o seu Deus, tanto é a virtude mais perfeita**, assim como **estas coisas que os homens têm para conhecerem seu Deus, não as podem alcançar senão pelo conhecimento**. Ainda mais, como a alma dura por sempre, assim esta **virtude de conhecer dura com a alma** por sempre; (...) ca ao homem cumpre **primeiramente, depois do conhecimento de Deus, conhecer si mesmo**, quem é e o que é e que poder tem; e depois se o tem de si ou de outrem e conhecer se o tem de outrem e porque lho quis dar, se pelos seus merecimentos, se por sua própria graça¹⁵⁹.

¹⁵⁶ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 134 (grifo meu).

¹⁵⁷ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 1 (grifo meu).

¹⁵⁸ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 2 (grifo meu).

¹⁵⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 49 (grifo meu).

Assim, levando em consideração que um dos deveres essenciais daqueles providos de entendimento seria conhecer seu Deus e depois a si, logo, consegue-se compreender que a natureza, como uma das grandes obras de Deus e expressão máxima de sua sabedoria, destacar-se-ia como um dos instrumentos mais valiosos de apreensão de conhecimentos do mundo, seja sobre Deus e o além, seja sobre os homens ou sobre as demais espécies. Ou seja, visto que cada um dos componentes do mundo natural fora criado pelo mesmo ser de quem originou o conhecimento, então o contato com estes elementos não faz mais do que contribuir positivamente com esta faculdade do “entendimento”.

E quanto ao cheirar, quando **homem vai por alguns prados e por sob algumas arvores que cheirem bem, alguma coisa de bem podem fazer ao entender** de folgança de sentido (...) e o porque, nenhum dos jogos não corrige assim todos os sentidos em geral para corrigir o entender do seu enfiamento, que recebe pelas coisas nojasas que lhe são demonstradas pelos sentidos, como este jogo de andar ao monte¹⁶⁰.

Este pensamento se apresentou simbolicamente aos olhares medievais, os quais visualizaram a natureza como o grande livro, escrito pelas mãos divinas, onde encontravam-se contidos os ensinamentos a serem apreendidos. Ernst Curtius disserta não apenas sobre a crença de que cada criatura seria, por si só, um livro, mas em como, sob a pena de determinados autores medievais, este pensamento alcançou proporções maiores¹⁶¹.

Segundo o autor, desenvolveu-se neste período, mais em direção ao baixo medievo, a consideração de que este processo de acumulação e compreensão de conhecimentos através do “texto” da natureza seria talvez melhor que nos livros escritos, ou ainda que seria o princípio inicial de absorção, para somente depois registrá-los em livro escrito. Algumas passagens da literatura medieval corroboram com este pensamento, demonstrando a ideia de como os antigos, antes de aprenderem a escrita, possuíam o hábito de apreender seus saberes sem os livros, embora se admita que o advento destes tivesse importância para a manutenção dos conhecimentos.

(...) e depois que o homem assim foi criado, foi razoável e sabedor; e **depois vieram os homens de geração em geração e começaram a provar as coisas e os conhecimentos delas** e viram que aqueles que algumas coisas sabem, tanto que morriam eles, os outros que depois deles vinham perdiam os saberes; **por ende, por**

¹⁶⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 18.

¹⁶¹ CURTIUS, Ernst R. *Literatura Europea y Edad Media Latina*, vol. I e II. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1995, p. 452.

se perceberem de se os saberes não perderem, cataram as figuras das letras e nomearam-nas e fizeram em como se por elas não perdessem os saberes; e então começaram a escrever livros em que os puseram; e assim outros fizeram livros de Gramática e de Retórica e outros muitos livros que falam de muitas coisas. Fizeram outrossim livros de Física e de Cirurgia e de Alveitaria e de Falcoaria e doutras muitas artes que seriam longas de contar¹⁶².

Outros autores do período, como D. Duarte, apesar de defenderem veementemente a relevância e vantagem de se escrever a obra de conhecimentos a que se dedica, deixam explícito a relação entre conhecimento e aprendizado natural, afirmando a possibilidade dos saberes serem apreendidos individualmente, sem o auxílio de obras escritas. Isto vai ao encontro da ideia anterior de que a natureza é um lugar propício a se absorver conhecimentos, aliás, em muitos aspectos, até mais prioritário que na sabedoria livresca.

Screvendo esto, algũus disserom que nom deveria filhar tal cuidado quem outros tantos e tam grandes sempre tem; e desy que **esta manha cada hũu per sy a deprende**, e porem era scusado sobr'ello escrever¹⁶³;

Ao[s] que dizem **que esta manha sem livro se deprende, digo que he verdade**. Mas entendo que a moor parte de todos acharam grande vantagem em leerem bem todo esto que screvo¹⁶⁴.

Unida a esta geral tendência de procurar na ordem sagrada presentificada como natureza, os elementos de composição dos conhecimentos oferecidos pela sabedoria divina, o pensamento medieval, durante boa parte do período em questão, também mostrou uma postura onde “nunca deixou verdadeiramente de considerar, ao lado dos pensadores e intelectuais da Idade Média, principalmente patrísticos, o grande avanço intelectual e filosófico que os mestres da antiguidade clássica haviam, em seu tempo, conseguido”¹⁶⁵.

De fato, o movimento conduzido em torno dos saberes guiava-os, na maior parte das vezes, a uma adaptação de uma série de heranças filosóficas da antiguidade, especialmente a matriz aristotélica, às demandas do sagrado cristão. Um bom exemplo disto nos demonstra as concepções filosóficas da natureza, ou o que se denomina de naturalismo filosófico, as quais foram influenciadas durante o período medieval, assim como todo o pensamento da época, por múltiplas concepções cujas variações se combinavam:

¹⁶² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 3 (grifo meu).

¹⁶³ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 2 (grifo meu).

¹⁶⁴ Ibidem, p. 3 (grifo meu).

¹⁶⁵ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza”. in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 163.

quer o naturalismo grego, cujo conteúdo essencial, de forma lável e indireta, sempre esteve presente no pensamento medieval, quer as doutrinas da natureza que se encontram em contextos filosóficos mais gerais, como as de inspiração platônica, neoplatônica e aristotélica, que tinham tido, na Idade Média, múltiplas elaborações, muitas vezes por intermédio das interpretações árabes, quer teorias filosóficas sobre a natureza tecnicamente definidas, como as mágico-astrológicas, e outros elementos ainda¹⁶⁶.

Fonseca enfatiza que este naturalismo de matriz filosófica, com frequente absorção de influências antigas, constituiu-se, durante quase todo o medievo, como a postura vigente em relação à percepção do conhecimento natural. Tal vigência explicar-se-ia, em grande parte, devido “a disposição medieval a uma relativa ‘desmotivação’ mental dos seus filósofos e intelectuais em aproximarem-se da natureza de maneira mais objetiva e independente”¹⁶⁷.

Todavia, discutindo sobre os mecanismos de se alcançar a compreensão das partes que constituem o mundo, o que inclui os elementos naturais, Micheli¹⁶⁸ nos demonstra que esta postura essencialmente filosófica é apenas uma das importantes vias de acesso neste processo, que abrange outra de caráter científico. Percebe-se entre as duas posturas, filosófica e científica, a existência de relevantes distinções quanto à metodologia utilizada na realização do processo, que possui objetivos diferentes, bem como nas finalidades atribuídas ao ato cognitivo, que é global no primeiro caso, e articulado em formas circunstanciadas e precisas, no segundo.

Compreende-se o quão anacrônico pode parecer a consideração do termo “científico” para definição de qualquer atividade intelectual exercida no medievo. No entanto, o período conhecido como Baixa Idade Média parece já demonstrar indícios da gestação, em determinados segmentos desta sociedade, de uma postura direcionada à valorização de um precoce espírito de investigação científica e objetiva, também inspirados na conquista dos antigos, mas ainda relutante.

Apesar disto, o avanço presenciado neste aspecto durante o medievo acontecera bem devagar, gerando um considerável período/espço de convivência e interação entre as duas posturas. Com base nesses dados, cabe agora, no restante do capítulo, analisar as expressões de ambas no âmbito das práticas e do pensamento medieval, avaliando os mecanismos de

¹⁶⁶ MICHELI, Gianni. “Natureza” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 21.

¹⁶⁷ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza”. in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Câne Editorial, 2004, v. 1, p. 163, apud WHITE, 1984, p. 244.

¹⁶⁸ MICHELI, Gianni. Op. Cit., p. 14.

observação, extração e reprodução dos saberes através do meio natural, bem como os elementos que lhe serviram de matéria.

2.2 A natureza e a especulação filosófica.

As afirmações expostas acima, na primeira parte do capítulo, nos orientam a atentar, no que diz respeito à proposta deste trabalho, para dois elementos predominantes na mentalidade medieval: a permanência, pelo menos desde o século XII, de uma rica metáfora que representava a natureza, perfeitamente ordenada e simétrica, como grande livro escrito por Deus, de onde se retirava os ensinamentos advindos deste; e a percepção do mundo terrestre como reflexo de outro mundo, transcendental e além, encontrando-se a natureza como mediadora do contato entre ambos.

A junção dessas duas ideias referentes ao lugar da natureza na sociedade medieval obteve como resultado “a concepção do mundo natural como fonte hieroglífica, verdadeiramente inesgotável, da manifestação, nos seres da natureza, dos auspícios revelatórios da sabedoria divina”¹⁶⁹. Isto vem a significar que, todos os elementos pertencentes à natureza, instrumento de apreensão de conhecimentos, foram encarados como enigmas a serem interpretados com o auxílio de mecanismos exegéticos, a fim de favorecer o desenvolvimento espiritual do homem.

Dessa forma, a sociedade medieval caracterizou-se por se compor de um forte conteúdo simbólico¹⁷⁰, o qual fluía através da consciência de que o uso de metáforas, analogias ou alegorias eram mais apropriados a transmitir estes conhecimentos sobrecarregados de significados ocultos. Ao mesmo tempo, a postura contemplativa ganhara vigor como mecanismo de extração desses saberes, por ir ao encontro dos métodos propostos e valorizados pela especulação filosófica. Tudo isto se comprova pela antiga e constante produção e divulgação de fabulários, bestiários, parábolas e *exempla*, cuja leitura considerava-se mais agradável e acessível.

¹⁶⁹ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza”. in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 163, apud WHITE, 1984, p. 244.

¹⁷⁰ PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 24.

Utilizar-se-á como um dos inúmeros exemplos desta literatura citada acima, e produzida durante a Idade Média, a obra *Uma versão portuguesa da historia natural das aves do século XIV*, um besteiário português de autoria anônima. Trata-se de estabelecer as características deste conjunto literário, especialmente no que concerne ao estudo de elementos da natureza sob a lente da contemplação filosófica e do simbólico, cujas interpretações utilizavam-se de recursos exegéticos, de domínio exclusivo dos poucos que os estudaram, notadamente os padres da Igreja.

2.2.1 Os bestiários e o caráter efabulador.

De fato, parte da sociedade medieval preocupou-se consideravelmente em difundir conhecimentos relativos à natureza através da produção de compêndios cujo caráter enciclopédico se manifesta por conterem um variado conjunto de informações e ensinamentos, seja sobre o mundo animal, seja sobre o vegetal e o mineral. Dentre as obras escritas mais populares abordando esses estudos encontravam-se os bestiários, latinos e vernaculares, os quais desenvolveram-se de forma gradualmente crescente ao longo do medievo, com adições e ilustrações, mas reproduzindo fielmente os conteúdos de seu protótipo matricial, o *Physiologus*¹⁷¹, de origem e autoria imprecisas, e do qual só se tem notícias a partir do século V.

Os bestiários eram assim chamados por constituírem-se em obras conhecidas pela descrição dos animais em geral e seus costumes, tendo em vista que, apesar da pequena evolução do elenco costumeiro de criaturas durante o período medieval, este reservara no referente material “o termo *besta* para indicar aqueles animais especialmente violentos e ferozes que, acostumados à liberdade da vida natural, eram governados por seus próprios instintos”¹⁷².

De acordo com os seguintes extratos de fonte, a temática da obra aparece claramente condizendo com a proposta de fornecer informações acerca das naturezas, propriedades e virtudes de determinadas espécies de aves. Estas palavras vêm demonstrar o compromisso do

¹⁷¹ DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. 15e congrès, Toulouse, 1984. p. 19.

¹⁷² FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 161.

conteúdo do texto com a exposição não apenas da constituição e atributos físicos dos animais de que trata, mas, principalmente, de seus hábitos naturais e características comportamentais mais frequentes, isto é, a manifestação concreta de seus instintos.

E primeiramente falaremos **das uertudes e das naturezas** que as póónbas am. En desuayrados logares achey desuayradas **propriedades e naturezas** que a póónba há. E por tanto me trabalhey meu irmão ffrey Ramiro que as possesse em aquesta obra que eu fiz a teu Rogo. A primeira natureza da póónba he. que em logo de cantar geme. Ca alma fiel e simplez que se entende pela póónba. geme e faz chanto polos pecados que fez de seu grado e de seu prazer¹⁷³.

Outra questão relevante que se pode perceber, e levada à discussão, diz respeito aos “*desuayrados logares*” de onde o autor afirma ter retirado suas informações. Obviamente torna-se uma tarefa difícil por não se conhecer exatamente a autoria da obra, mas esta não deixa claro se o autor, ou seu irmão, frei Ramiro, de fato frequentou tantos e variados lugares, nos quais adquiriu conhecimentos diretamente observados sobre as aves, ou se os dados, por desconhecimento de sua origem, foram na verdade apenas ouvidos e repassados em texto.

Esta última ideia parece ser mais verossímil se levarmos em consideração que a base empírica da maioria das informações dos bestiários do período geralmente vinha dos relatos de viajantes, de onde se extraía notícias de possíveis animais desconhecidos reais existentes em lugares distantes, ou de mera especulação filosófica, sem muita preocupação com a experiência e a observação via contato mais direto com a fonte.

Soma-se a isto, na composição dos animais bestiários, uma “ausência de interesse em classificar os seus animais numa escala de importância hierárquica que considerasse o grau de evolução das espécies”¹⁷⁴. Isto se dava principalmente devido ao vigor da teologia responsável por fundamentar a cosmovisão medieval, na qual as *animalhas* eram consideradas igualmente importantes, apesar de suas funções específicas.

Esta postura muito contribuiu para o fortalecimento do aspecto efabulador da mentalidade medieval, o qual se caracterizava nessas obras pela forte tendência ao exótico e pela falta de divisão entre o que pertencia ao real e ao imaginário, elementos que se encontravam bastante diluídos no pensamento medieval. Afinal, misturavam em seu interior espécies comuns com outras excepcionalmente admiráveis, sem a menor distinção de valor

¹⁷³ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 129 (grifo meu).

¹⁷⁴ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 169.

quanto à veracidade das criaturas, as quais eram apresentadas com o mesmo nível de credibilidade segundo uma possível base real. Tanto que muitos contemporâneos a estas obras consideravam-nas como sérias e importantes fontes acerca da história natural e para os conhecimentos de biologia.

Todavia, tais fatores serviram para demonstrar o espírito nada, ou muito pouco, científico dos bestiários e histórias naturais medievais, devido a pouca afeição de seus autores às possíveis descobertas que a ciência verificaria no campo da zoologia. Nesse sentido, os “bestiários perderam, propositadamente, a possibilidade de se tornarem matéria zoológica estritamente científica e verificável, mantendo em compensação, grande valor e significação no domínio da dogmática cristã”¹⁷⁵.

Inclusive, torna-se interessante observar, no interior do texto, o quanto a ideia de ciência é usada em ligação direta com a palavra sagrada das escrituras, portanto, parecendo estar fortemente vinculada ao dogma cristão: “As águas uiuas **demonstran a sciencia da escritura de deus santa**. Ca tal água come esta nos da beueragen espiritual e nos laua dos pecados”¹⁷⁶.

Afinal, deve-se atentar para o fato de que o caráter a-científico dessas obras é tão mais proeminente quanto observamos a preferência pelo constante uso de elementos revestidos de autoridade sagrada a fim de legitimar sua intenção e importância. Esta questão envolve a ideia de *auctoritas*, a qual inclui as autoridades invocadas nas obras a fim de lhe fundamentar o conteúdo e fornecer legitimidade ao discurso enunciado.

A autoridade é um dos tipos de argumento justificativo e persuasivo usado em toda uma série de gêneros literários escritos durante o medievo, como também no discurso oral. Assim, esta espécie de texto argumentativo “(...) é constituído por um conjunto de proposições que traduzem directa ou indirectamente uma posição (de autor) e reenviam a outrem individualizado ou colectivo, marcado ou não no discurso (...)”¹⁷⁷. Tal recurso retórico fazia parte das regras de composição e dinâmica discursiva destes tipos de textos, podendo ser invocada em nome de diferentes personagens.

¹⁷⁵ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 169.

¹⁷⁶ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 143 (grifo meu).

¹⁷⁷ BARROS, Clara. “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Primeyra Partida de Afonso X*” in: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. n°18-19, 1993, in: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_03969045_1993_num_18_1_1094, p. 403.

Duas autoridades são mais relevantes na legitimação do discurso, visto que se encontram com frequência em todas as obras medievais, tendo em vista o caráter pedagógico comum a todas. Tratam-se da autoridade divina e da autoridade baseada nos livros, autores e personagens de tempos anteriores. Em relação a estes últimos, o argumento da autoridade vem do fato da antiguidade ser considerada pelos medievais como verdadeiro repositório de sabedoria, fornecendo

preceitos e conceitos que funcionam como axiomas, nomeadamente os que são traduzidos do hebraico, do grego e do latim, línguas consideradas primitivas, de próxima origem adâmica, e acedendo, por esse fato, a um certo estatuto de perfeição¹⁷⁸.

Entretanto, a autoridade por excelência, mais frequentemente invocada, é a divina, isto é, Deus, o Ser Supremo, especialmente através das Escrituras, sua verdadeira palavra, mas também pelas autoridades eclesiásticas. Obviamente, se considerarmos que um dos pontos de unidade cultural do Ocidente medieval assenta na Cristandade, não é difícil entender que a eficiência desta autoridade se explica por não ser questionável, nem ser necessário prová-la, pois é justificada pela perfeição divina. Em diversos trechos, as obras em questão fazem referência à autoridade das escrituras, com passagens bíblicas e mensagens dos personagens relevantes, bem como à autoridade dos conhecimentos presentificados pelos Doutores da Teologia e dos textos antigos, que geralmente foram trasladados em língua vernácula ou mesmo serviram de base para criação de novas obras na Idade Média.

E esto he o **que diz o propheta Isayas** en pessoa de nostro senhor. Queyxando sse do seu pobóo de Israel hu diz a tortor e ááandorinha e a Cegóónha conhoceron o tenpo da sua uijnda. E o pobóo de Israel conheceu mjn¹⁷⁹.

Mandou Moyses no testamento que se algũu fosse limpho de gaffidade, que offerecesse dous pássaros e hũu deles auia de sacrificar o sacerdote en huu uaso de barro sobrelas águas uiuas¹⁸⁰.

(...) **ca diz a escritura** que aquele que ensina o ssabedor per sas parauoas deyta de sy aguas come de vaso que esta cheo. E por tâto eu que este liuro **traslado de latin** em linguagem non curo poder em ele os desuayrados sisos e **desuayrados entendimentos** que os **Doctores da Theologia** poseron. Em espoendo as **outuridades da escritura santa**. Ca esto pertéece ááqueles que queren séer

¹⁷⁸ BARROS, Clara. “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X” in: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. n°18-19, 1993, in: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_03969045_1993_num_18_1_1094, p. 408.

¹⁷⁹ — “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, pp. 137-138 (grifo meu).

¹⁸⁰ Ibidem, p. 143 (grifo meu).

letrados em Theologia e podem mais fazer noio ca prazer mais solamente possemos como dito he¹⁸¹.

Esta preocupação com a legitimidade dos conhecimentos fornecidos justifica-se principalmente pelos propósitos ideários dos bestiários que, assim como outras obras similares e até precedentes, objetivavam ser utilizados como importantes instrumentos pedagógicos durante o período medieval. Esta característica didática, cuja origem remonta a um gênero conhecido desde a antiguidade como literatura parenética, é bastante acentuada ao longo dos textos, onde se destacam claramente as intenções dos autores em ensinar um público de vasto alcance, dos letrados aos rudes, com objetivos variados que vão desde o acréscimo de conhecimentos, a como proporcionar entretenimento e desenfado:

(1. a) da cousa que quer saber quando a fegura daues. En aqeste liuro mais me trabalho eu de prazer aos simplezes e aos rudes Ca de dar e **dacrecentar sabença áaqueles que letrados e doctores son** e deytar de min aguas de sabença e de grandes entendimentos come de vaso cheo¹⁸².

Deve-se compreender, entretanto, que estes objetivos pedagógicos não contêm apenas a proposta de expor conhecimentos, de forma aleatória. Pelo contrário, estão ligados a diretrizes específicas como, no caso português, ao já indicado *Discurso do Paço* cujas propostas moralizantes serviram aos propósitos da legitimidade e centralidade do poder régio. Assim, religião e moral foram usados por diferentes obras para gerar ensinamentos que fundamentassem a eliminação, ou ao menos amenização, de aspectos selvagens e violentos da natureza humana, e direcionar a sociedade, sob os alicerces de uma existência virtuosa, para a civilidade e o refinamento do comportamento, cuja moralização inerente ao processo civilizador¹⁸³, elevaria os homens espiritualmente.

É por isso que se observa ao longo da obra selecionada, como exemplificam os trechos acima, uma série de considerações no âmbito do sagrado, que principiam pela obediência aos preceitos cristãos, especialmente pelos paradigmas fornecidos por sua instituição máxima, a Igreja, bem como pelo empenho do estudo das escrituras santas, consideradas uma das maiores fontes de ensinamentos e conhecimentos que o homem medieval poderia utilizar para seus aprendizados.

¹⁸¹ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 129 (grifo meu).

¹⁸² Ibidem, p. 129 (grifo meu).

¹⁸³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador (Vol. I e II)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Ca aquele que **obediente e dondo he áá Egreia** deue deytar de seu coraçõ os pecados que fez **pera se non nenbrar deles** per razon dalgũu deleyto ou de prazer que ã eles queira auer. ca a renenbrança do pecado com aquel deleyto que homén hj recebe faz feder e auorrecer a alma ááquel que a no corpo meteu¹⁸⁴.

A nona propriedade he que se assenta sobrelas aguas pera uéer pela sóónbra o açor. ou outra que qualquer que lhi possa enpéecer e que ante que lhi enpeesca. lhi possa fugir. Ca o que **bóó he pagasse destudar pelas escrituras sanctas pera conhecer os enganos do enmijjo** e conhocéndóós. que se sabha guardar¹⁸⁵.

Esta vivência correta do cristianismo culminaria com o ser humano servindo de exemplo a outros, justificando o claro objetivo de inculcar bons costumes nos homens, de acordo com a moral e preceitos cristãos, e demonstrando o aspecto “finalista” das moralizações e conteúdos dogmáticos bem delineados da sociedade medieval.

A segunda propriedade he ca non ha fel. ca **o que o bóó e fiel he**. non tem a amargura nen sanha nen queyxume sen ... contra nenhuu homen. (...). A quarta propriedade que as póónbas na he. que uoã muytas e em conpanha. ca o que bóó he sempre se paga da **bõa conpanha pera aprender sempre deles bóós custumes e bõas façanhas**¹⁸⁶(...).

(...) o que o **apostolo sã Paulo diz dos preegadores** maaos naquel logo em que dizem ‘porque ensinas em ta préeção que non furten pois tu furtares?’. E assi lhi pode dizer cada hũu. porque préeças aos outros que uiuan bem. Pois tu mal uiuer queres? E assi o preegador se fer primeiramente com sãs aas ante que préeque. ca sse esforça e sauiu pera fazer sempre ben. e **pera dar bõo exemplo de ssey sempre aaqueles a que préeça**¹⁸⁷.

Por fim, a diferença dos bestiários para as demais obras de conteúdo pedagógico do período está no fato de, por se tratar de uma compilação sistemática de informações zoológicas, estas encontrarem-se, por via de metáforas, incorporadas às moralizações de cunho cristão. Assim, estabeleciam-se relações harmônicas entre atributos/comportamentos animais e virtudes ideais e simbólicas, afeitas a inúmeras interpretações, sobre as quais veremos a seguir.

Ou seja, apropriaram-se de fontes primordiais de antigos simbolismos para investir em um enfoque que considerava a natureza a partir de representações emblemáticas, presente em quase todos os aspectos da vida humana, criando um conjunto de significações simbólicas e

¹⁸⁴ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 131 (grifo meu).

¹⁸⁵ Ibidem, p. 130 (grifo meu).

¹⁸⁶ Ibidem, p. 129 (grifo meu).

¹⁸⁷ Ibidem, p. 134 (grifo meu).

doutrinárias atribuídas em consonância com o ideário anagógico da Igreja, e sempre seguindo uma tendência que privilegiava o sagrado¹⁸⁸.

2.2.2 Contemplação e interpretações simbólicas.

Os dados mostrados anteriormente conduzem a uma reflexão: a grande parte dos pensadores medievais focou-se mais em discussões filosóficas e teóricas, apostando preferencialmente na contemplação como mecanismo de extração e apreensão de conhecimentos da natureza durante um longo espaço do período medieval.

Passagens da obra selecionada, lembrando-se que se trata de uma tradução, mostram que as propriedades dos animais, bem como suas naturezas, são na maior parte das vezes tratados pelo viés da contemplação e da abstração filosófica cujo teor se mostra generalizante. Assim, servem a um método de abordagem caracterizado pela observação indireta ou especulação, como se destaca pelo entendimento da natureza do pavão, que parece ter tido origem no que fora ouvido a respeito, por viajantes e até cavaleiros, ou no que fora lido em textos anteriores, mas não na utilização de técnicas que suscitem contato mais direto com os elementos naturais.

E porende aquele que ouer aquestes bês a que assemelhamos as naturezas da pónba pode tomar áas perque uoe ao çeo **contemplando (1 v. a) e cuydando os bees que lhi deus faze**¹⁸⁹.

Deuedes ainda a entender **uos que ouuides a natureza do pãoo**, que o pãoo quando o louuan alça a coa. e por esso dizen os meninhos ao pãoo, ‘faz a rroda faz a rroda’, e el enton alça e estende toda sa coa e anda derredor demonstrando sse da hũa parte e da outra. ca conhoce per sa uertude natural, que a coa hera a parte do seu corpo que mais fremosa he¹⁹⁰.

Isto também reflete outra característica comum aos bestiários, os quais, a despeito de os animais serem cotidianos ou maravilhosos, iniciavam a apresentação das criaturas basicamente através da mesma prática de descrição física e habitual, mas de modo apenas

¹⁸⁸ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 170.

¹⁸⁹ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 130 (grifo meu).

¹⁹⁰ Ibidem, p. 145 (grifo meu).

superficial. Os comportamentos das espécies animais são expressos sem acompanhamento de qualquer aprofundamento advindo de uma explicação ou análise que levasse em consideração do porque serem tais. Pode-se sempre conferir isto pelos comentários, por exemplo, sobre a natureza da águia, ou ainda o caso do açor, breves e raros.

Da aguya disseron os Sabedores que **ha vista muy clara e andando uoando muyto alta** sobrelo mar ou sobre outra água qualquer, dece a tomar os peyxes que uée andar so a agua. E pero mostran ainda os sabedores que a uista muyto aguda, disseron que fica os olhos nos Rayos do sol e non nos torna ende tan forte e tan agudo he o lume de ssa vista¹⁹¹.

Duas son as maneyras do açor. Hûu he manso e outro he brauo. **pero em desuayrados tenpos.** Aquele que primeiramente foy brauo. esse méésmo é depois manso. O brauo sol a tomar as aues mansas. e o manso sol a tomar as aues brauas. O brauo come logo as aues que toma. e o manso as que toma. leyxa as pera seu senhor. E depois o seu senhor abre as e da ao açor os corações delas a comer. E as outras cousas que as aues no uentre tragen com o esterco. deytá ás de longe. ca se dentro ficasse o esterco apodrentaria as carnes das aues e fariá ás feder¹⁹².

Outras descrições animais algumas vezes misturavam características fantásticas com as reais, pois continham em si boa dosagem de maravilhoso “em detrimento das verdades que as ciências naturais poderiam proporcionar em termos de conhecimento mais lógico e concreto da realidade”¹⁹³. Observa-se esse amálgama de informações verossímeis e imaginárias pela descrição do pavão, o qual, ainda que brevemente, é apresentado com cabeça de serpente e cauda cujas penas estão repletas de olhos.

Disseron aynda que o Pãao ha. cabeça de Serpente. ca o pegador deue guardar todolos sentidos que deus pos en seu corpo. e o entendimento e a vóontade pera nunca consentir nem fazer nenhũa cousa que seia contra deus e contra sua alma nen en dano de nengũ. e enton guardara sempre o seu estado. assi como a Serpente guarda sempre ssa cabeça (...) Disseron ainda que o Pãao ha algua das penas das áas ia quanto vermelhas (...) Disseron ainda que o Pãao ha a Coa longa. e **en cada hũa pena da coa ha muytos olhos**¹⁹⁴.

Afinal, o intuito principal deste gênero literário que inclui os bestiários, recheados de simbolismo, demonstrava pouco interesse em realizar um inventário com conhecimentos naturais empíricos que explicassem, não apenas descrevendo, os atributos e características, bem como comportamentos animais. Pelo contrário, o objetivo final tratava-se de fornecer

¹⁹¹ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, pp. 145-146 (grifo meu).

¹⁹² Ibidem, p. 130 (grifo meu).

¹⁹³ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 173.

¹⁹⁴ _ Op. Cit., p. 144 (grifo meu).

material que pudesse ser utilizado em prol da comparação com os costumes dos homens. Isto é, usar as obras como espelhos do mundo humano a fim de transmitir sábios ensinamentos e reflexões a este, através das animálias, sobre como cumprir os preceitos morais e mandados divinos.

(...) mais solamente possemos como dito he. as **propriedades que as aues** e algũas outras animalhas am. E **assemelhalassemos aos custumes que os homẽes am**¹⁹⁵.

E por esto diz a sancta escritura en hũu liuro que dizem Job. quen deu ao galo entendimento? Come se dissesse as obras que o **galo faz por que son tan certas que nunca sse erran. assi come se fossen feytas dalgũa creatura que entendimento ouuesse**. ffaz a escritura de manda pera dar a entender que o galo aia entendimento. mais porque as obras que faz nuncá ás erra e tan certas son come se as fezesse algũa creatura que entendimento ouuesse¹⁹⁶.

Não é por acaso que a parte que segue às descrições físicas do animal, correspondentes ao conteúdo da moralização, é mais densa de informações, tendo em vista que o animal é julgado por pressupostos morais e sagrados, que servem às intensas demandas em usar os dados animais para justificar determinados parâmetros que propõe o ideal de conduta humana. Percebe-se uma frequente associação entre os conhecimentos apresentados da gama de animais, com características que eram incompatíveis com a civilidade, como por exemplo, a lascívia e a infidelidade¹⁹⁷, fundamentando a eliminação de aspectos supostamente animalescos da natureza humana e justificando os homens como superiores aos animais.

Natura da tortor he que se paga dandar per logares sóós e apartados. E pero aas uegadas uay aos ortos e aos logares pera colher algũus grãos de sementes onde uiua. E porque póla tortor **entendemos aquel que esta em péendencia**¹⁹⁸.

Disserõ aynda da andorinha que há **conhecimento natural** pera fazer seu ninho en logares firmes assi ... casas e non en logares que ligeiramente possa caer. nen en logar muyto alto en que lhi o vento ligeiramente poderia enpéecer. e **per esto entendemos que os fazen verdadeyra péendencia**¹⁹⁹.

Dessa forma, os bestiários transformaram-se, principalmente após o ano mil, no repositório por excelência desta mentalidade por trás de uma postura que se propunha a realizar múltiplas interpretações simbólicas da natureza que, em sua totalidade era considerada como espelho dos desígnios divinos, e cujos elementos serviriam de exemplos de

¹⁹⁵ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 129 (grifo meu).

¹⁹⁶ Ibidem, pp. 133-134 (grifo meu).

¹⁹⁷ THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 45.

¹⁹⁸ _ Op. Cit., p. 132 (grifo meu).

¹⁹⁹ Ibidem p. 137 (grifo meu).

ensinamentos e edificações morais²⁰⁰. Vemos, por exemplo, a simbologia do açor bravo e manso, com o homem mal e o bom prelado, bem como a pedra frestada com Jesus Cristo e suas chagas. Mais ainda vemos o comportamento natural da pomba com o ninho usado para representar o discernimento de escolher os ensinamentos cristãos como melhor abrigo e conselho.

Pelo açor brauo que come logo as aues que toma. **entendemos o homen maaõ que se não queda de destruir os bõos feitos** e os bõos cuydos que os homéés bóos e simplezes fazen e cuydan. Mays polo açor manso. entendemos o prelado bõo e de bõa alma²⁰¹.

A oytava propriedade he. ca faz seu ninho na pedra fééstrada. ca o que bóó he faz sa folgança e pouca asperança nas chagas de nosso senhor Ihesu Christo **ca pela pedra fééstrada entendemos Ihesu Christo chagado assi como diz a escritura**²⁰².

A respeito deste instrumento utilizado pelos homens medievais para concepção da natureza, que consiste no símbolo, Michel Pastoureau o conceitua como um modo de pensamento e de sensibilidade que abrange todo o instrumental mental da cultura medieval. Dentre suas características principais estão a pluriformidade, visto que sua manifestação não se restringe a palavras e textos, alcançando imagens, objetos, gestos, rituais, crenças e comportamentos, revestindo tudo com aspectos variáveis e imperceptíveis²⁰³; e também a ambiguidade, fundamental a seu bom funcionamento e responsável por qualquer elemento a que se reserve significados possuir múltipla dimensão simbólica, como no exemplo abaixo onde o pardal é admitido possuir dois significados diferentes.

Diz no euangelho o ffilho de deus que dous pardaes que os an por hũa mealha e por cinque pardaes dam por huu dispondio. **Per estes pardaes entendo os homês que non son estauis e andan uagueiando polo mundo (...)** Mais **alguus dizem que per estes dous pardaes entenden o corpo e a alma. E pelos v pardaes entenden os v sisos do corpo que son o uéér, o ouuir, o gostar, o cheyrar, o tanger**²⁰⁴.

A estas características une-se a polivalência, pois o símbolo se expressa por múltiplos procedimentos, seja analógico, etimológico ou semiológico e se localiza em todos os âmbitos

²⁰⁰ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 163.

²⁰¹ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, pp. 130-131 (grifo meu).

²⁰² Ibidem, p. 130 (grifo meu).

²⁰³ PASTOUREAU, Michel. “Símbolo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 495-496.

²⁰⁴ _ Op. Cit., p. 142 (grifo meu).

da vida intelectual, social, moral e religiosa. No que diz respeito a esses procedimentos há que se destacar os inúmeros recursos retóricos, e artifícios literários herdados de uma longa tradição, usados pelos medievais na realização do processo de transposição simbólica. Afinal, a interpretação consiste justamente em dar significado àquilo que se apresenta cifrado em mensagens figuradas como metáforas, analogias, alegorias.

Especialmente, consegue-se detectar exemplos do estabelecimento de relações “entre o significado etimológico do nome do animal, a sua realidade material, real ou imaginária, e a sua derivativa interpretação simbólica”²⁰⁵, através deste extrato em que o nome do animal está ligado simbolicamente a um atributo sonoro que possui e às consequências comportamentais deste: “O pão assi como diz santo Isidro, **leua o nome do soo da uoz spantosa que da**. Ca pão lhi dizen, **porque faz pauor e espanto aaqueles que o ouuen** quando non estan percebudos e preuistos destes”²⁰⁶.

Da mesma forma, outro recurso consiste em comparações que visam “suscitar um raciocínio de tipo analógico. A analogia é um processo muito rentável para a dedução de significações: facilita a apreensão (e aceitação) de novos conceitos”²⁰⁷. Trata-se de se aproveitar de um conjunto de tópicos ou imagens já consolidados no público, para estabelecer correspondência com novos conceitos, criando relações de semelhança entre objetos diferentes. Isto é muito comum numa sociedade como a medieval, que possui uma concepção organicista de apreensão da realidade. Nos exemplos abaixo encontra-se tanto a analogia da águia com o espírito santo e o profeta Ezequiel, por este estar mais alto em grau de sabedoria assim como o vôo do animal que o assemelha, quanto entre as sabedorias escritas nos livros e os grãos das sementes nos bons terrenos, porque ambos quando se espalham geram bons frutos.

A ssan Iohanne euangelista pos **semelhança daguya ca entendeu polo spiritu santo** que no euangelho de Ihesu Christo en que auia de falar de tres pessoas e dũa substança e de como a pessoa do filho auia de receber carne e fazerse homen e aparecer antros homens e mostrar pelas obras que fazia que era deus uerdadeyro (...) ca a aguya a que o semelhou Ezechiel o propheta uoa mais alti e ué de mais longe ca as outras aues²⁰⁸.

²⁰⁵ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 172 apud BENTON, 1992, p. 71-72

²⁰⁶ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, pp. 143-144 (grifo meu).

²⁰⁷ BARROS, Clara. “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X” in: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. n°18-19, 1993, in: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_03969045_1993_num_18_1_1094, p. 410.

²⁰⁸ _ Op. Cit., pp. 146-147 (grifo meu).

(2 v. b) per que **entendemos os liuros em que aquela sabença iaz escrita assi como os grãos das sementes iazen espariudos pelos ortos e pelos agros**. E per tal sabença que o rreligioso acha e aprende nos liuros dos doctores recebe conforto e uida. ca aprende em como passe as tribulações e as tenptações quando lhi uéeren e em como sabha amar seu deus e seu proximo²⁰⁹.

A metáfora, também conectada com a analogia, é outro recurso bastante utilizado nos textos medievais, incitando relações de semelhança. A ampla divulgação de herbários, lapidários e bestiários fez com que produtos da natureza como animais e plantas fossem frequentes instrumentos de metáforas, os quais permearam esse tipo de obra, substituindo a significação habitual de uma palavra por outra ao estabelecer relações comparativas entre ambas.

Segundo os exemplos abaixo, as referências cristãs encontram-se representadas metaforicamente de diversas formas. Num primeiro caso, Deus apresenta-se como monte alçado acima dos demais, realçando sua superioridade através de uma estrutura geográfica. Da mesma forma, a imagem do pássaro não aparece por si, com a intenção de melhor conhecer seus hábitos e vivência, mas descrito com a finalidade, moralizante e religiosa, de simbolizar o fiel e a virtude humana da lealdade que o cristão deve manifestar.

Confio en **deus, que he monte alçado, sobre todolos outros montes**. Pois como dizedes uos áá mha alma e me conselhades. que me torne áá uossa seyta. Se o eu fazer. sérey **tal come o pássaro que he cousa leue e non he estauil**. Pelo nome deste pássaro que he en si cousa leue e non estauil **entendemos a linhaldade**²¹⁰.

Num segundo, a imagem cristã do sacrifício se associa a elementos vegetais demonstrando outra faceta do aspecto simbólico da natureza, além da referência animal. No caso, o cedro, cujo corte permite aproveitá-lo de diversas maneiras, é comparado a Jesus Cristo, cujo recebimento das chagas, despojando sua carne e sangue, foi extremamente proveitoso a toda a humanidade. Assim também sua morte para redenção da humanidade compara-se com a sementeira do grão de trigo, o qual para gerar frutos necessita morrer primeiro.

Diz o outor que **o cedro quandó talhan. que proueyta pera muytas cousas**. Ben assi o **filho de deus que he nosso cedro** quando foy corto per testemõihos falsos, e per açoutes e pelos clauos con que foy pregado na cruz. E pela lançada do seu lado muyto nos foy muy prouefytoso. ca remijo o mundo todo pela as morte. e pelo

²⁰⁹ Ibidem, p. 133 (grifo meu).

²¹⁰ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 139 (grifo meu).

sanguy precioso (...) Ca diz el assi no euangelho. quando o **gráao do triigo semea na terra**. se morto non for senlheyro ficara e nunca dara fruyto. E sse for morto, muyto fruyto fara²¹¹.

O fato é que se torna complexo estabelecer fronteiras específicas entre os recursos, visto a multiplicidade de suas utilizações nas estratégias de discursos, viabilizando inclusive a mistura entre eles. Em relação a este objetivo moralizante, há que se considerar o forte uso também de recursos alegóricos, os quais submetiam os seres vivos, bem como os prodígios e fenômenos presentes no mundo natural, sempre qualificados como sinais e exemplos da sabedoria invisível do Criador. A alegoria, por exemplo, seria uma sobreposição de comparação e modelo. Penso que poderíamos ver algo de estrutura alegórica nas passagens abaixo que parece usar uma história sobre o pássaro, que ao encontrar sua morada soa como uma alegoria da razão e bom entendimento do homem.

Diz o propheta David que o passaro achou casa en que morasse. Este **pássaro espiritualmente demonstra a rrazon e o bóó entendimento do homem** que he fundado en uertudes de fe e dasperança, e de caridade. Este entendimento tal demanda casa en que more e acha aquela casa que nunca foy feyta per mão domen e parayso. E poren diz o filho de deus no euangelho assy: Na casa do meu padre muytas moradas ha. A passara que soya uóár de Ramo en Ramo agora uoa ca das matas peráá casa²¹².

Pastoureau, prosseguindo seu exame sobre o símbolo, não se exime de valorizar a precisão e riqueza que compõem o léxico latino do símbolo, construindo assim um *sistema de valores ou de correspondências* que não se permite facilmente à generalização ou simplificação, bem como se firma na medievalidade, pelas mãos dos autores do período, através de procedimentos que exploram a amplitude da diversidade de espaços onde pode atuar e da flexibilidade dos modos de intervenção²¹³. Este amplo sistema de correspondências pode se perceber em algumas passagens da obra selecionada, como esta, abaixo citada, onde todos os elementos dos costumes e comportamentos naturais do tortor (ninho, ovos, etc.) são relacionados entre si e usados como símbolos para representar tanto virtudes necessárias ao comportamento cristão “civilizado” como elementos que rememoram a história bíblica de Cristo.

²¹¹ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 139. (grifo meu).

²¹² Ibidem, p. 140 (grifo meu).

²¹³ PASTOUREAU, Michel. “Símbolo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 495-496.

Dizen aynda que a tortor faz seu ninho em logares muy seguros e de gram prazer. ca o faz nas aruores dos ramos muyto espessos. Em aqueste ninho pon seus ouos de que saen a seu tempo seus filhos. **Pela aruor entendemos a cruz** em que prendeu morte polos pecadores o filho de deus. **Pelo ninho entendemos a ssahude** e a saluaçon das nossas almas. **Pelos ouos entendemos a esperança** da saluaçon e da saúde que atendemos. **E pelos filhos que dos ouos saen entendemos o amor** do nosso deus e de nosso próximo que deuen sauer todos aqueles entendem saluaçon das almas pela morte do filho de deus que na cruz recebeu²¹⁴.

Este, inclusive, seria considerado o aspecto do símbolo que mais deveria interessar ao historiador, visto que, na simbólica medieval, os elementos simbólicos não se caracterizam, ao contrário das palavras, por esta ou aquela significação particular, mas pelos seus usos, isto é, seus modos de intervenção, os quais se encontram intrinsecamente conectados ao contexto histórico-social em que foram produzidos:

Em todo o sistema simbólico, a estrutura sempre predomina sobre a forma, e o conjunto de relações que os diferentes elementos estabelecem entre si é sempre mais rico de significados do que a soma das significações isoladas que tem cada um desses elementos²¹⁵.

Por fim, entende-se que os grandes eixos da simbólica medieval são um produto da mistura de vários sistemas de valores e modos de sensibilidade precedentes, sobre os quais teólogos e autores medievais acrescentaram, ao longo do tempo, categorias próprias, mas impedindo que nada fosse eliminado completamente na simbólica medieval. Tudo “se superpõe em uma multidão de camadas que se interpenetram no decorrer dos séculos e que o historiador tem dificuldade para distinguir”²¹⁶, o que leva muitos ao erro de encarar o universo simbólico como arquetípico, universal e transcultural, quando na verdade tudo é cultural e deve ser estudado de acordo com contextos sociais e históricos precisos.

Contudo, é importante ressaltar que a via contemplativa, juntamente com a especulação filosófica, não se constituiu na única forma de se relacionar com a natureza neste período, a fim de retirar e interpretar os conhecimentos. Da mesma forma, é importante expor a ressalva de que não se deve restringir a interpretação simbólica da natureza, e muito menos a utilização dos recursos alegóricos e metafóricos, à esfera do imaginário.

Este viés se viu forçado a conviver com outro que avançava já no fim da Idade Média, em parte representado pelos filósofos naturalistas, a quem São Boaventura, no século XIII,

²¹⁴ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 133 (grifo meu).

²¹⁵ PASTOUREAU, Michel. “Símbolo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 505-506.

²¹⁶ *Ibidem*, pp. 506-507.

define não estarem relacionados a este tipo de leitura exegética típica dos espíritos contemplativos, tendo em vista que conheciam só a natureza em si e não como indício do inteligível²¹⁷.

2.3 Empirismo e contato direto com a natureza.

Ao longo deste capítulo observou-se que, no que tange ao tratamento dado aos conhecimentos relacionados aos componentes da natureza (animais, vegetais, geográficos, etc.), no período medieval assistiu-se durante sua maior parte o predomínio de uma perspectiva simbolista. Os livros de história natural, zoologia ou botânica do período mostraram, através da difusão de seu conteúdo, que o conhecimento objetivo da natureza encontrava-se preterido por um maravilhoso permeado de lugares fantásticos e criaturas extraordinárias²¹⁸.

No entanto, as frequentes elucubrações simbólicas viram-se em convívio cada vez maior com uma crescente postura que, especialmente no baixo medievo, guiava-se constantemente em direção à importância da busca de explicações de caráter mais científico, e à necessidade de valorizar informações mais factuais e concretas a respeito da natureza.

De fato, o maior reconhecimento, por parte de alguns indivíduos, sobre a relevância da utilização de mecanismos de observação que demonstrassem maior objetividade culminou, já nos séculos XII e XIII, com certo avanço do teor científico das pesquisas sobre conhecimentos naturais. Este movimento engatilhou um gradual movimento de sobreposição de certos embasamentos do imaginário pela observação objetiva, que incluiu a revisão de algumas crenças e conceitos tradicionais sobre a natureza, além de muitas desmistificações²¹⁹. A exemplo disto, assistir-se-á a floresta mesclando seu caráter de lugar do estranho e do maléfico com o de um espaço florestal conhecido e apreendido pelo homem.

Ao mesmo tempo que percebiam-se alguns conflitos entre as duas visões, especulativa/fantasiada e científica, quanto a determinados assuntos, observava-se mais ainda

²¹⁷ GREGORY, Tullio. “Natureza” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 264-265.

²¹⁸ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 155.

²¹⁹ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 175.

uma mesclagem entre elas, mostrando mais uma convivência do que uma oposição na relação que acompanhavam as mesmas.

Afinal, percebe-se a presença de determinadas crenças do imaginário, fornecidas, por exemplo, pelos bestiários, até pelo menos o século XVII. Contudo, o florescimento deles, durante o final da Idade Média, fora suficiente para suscitar o desenvolvimento de novas concepções sobre a natureza na mentalidade do homem medieval, e o surgimento de um tratamento remodelado entre o mundo natural e o homem, que principia a enxergá-la sob uma postura empírica e experimental mais pragmática.

Nos subitens abaixo serão utilizadas exclusivamente fontes literárias de caráter técnico, a fim de tornar perceptível os principais fundamentos, mecanismos e recursos em que se sustenta esta postura mais científica a respeito da natureza, ao mesmo tempo mental e prática, bem como sua utilização com o intuito da apreensão de saberes.

2.3.1 Experiência e razão.

Mário Martins²²⁰ trouxe importantes reflexões acerca deste assunto, ao ressaltar que os contemplativos não representavam todo o saber da Idade Média, menos ainda todo o saber científico, além de criticar a aceitação de místicos, filósofos, iluminadores e construtores de catedrais como expoentes únicos do conhecimento advindo da natureza. O autor também admite ser incorreto considerar a fauna pétreia das catedrais ou as iluminuras dos Livros de Horas como um compêndio de zoologia daqueles tempos.

Afinal, quando se intenta estudar uma sociedade específica, Huizinga faz o seguinte alerta:

As formas de pensamento de uma época não podem apenas ser estudados nos aspectos por que se revelam nas especulações teológicas, filosóficas ou nas concepções da fé, mas também nas da sabedoria prática e da moral corrente. Podemos mesmo afirmar que o verdadeiro caráter do espírito de uma época revela-se melhor na sua maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns do que nas manifestações da filosofia e da ciência. Porque na verdade toda a especulação culta, pelo menos na Europa, está filiada, por forma complexa, em origens gregas,

²²⁰ MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria” in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956.

hebraicas e mesmo babilônicas e egípcias, ao passo que na vida ordinária o espírito de uma raça ou de uma época se exprime ingênua e espontaneamente²²¹.

Desta assertiva pode-se aferir que as altas especulações é que se encontravam filiadas a origens antigas, na maior parte das vezes carentes de inovações e ultrapassadas em muitos aspectos. Já com relação à vida ordinária, o espírito desta época se mostrava mais espontâneo e, conseqüentemente, mais aberto a um acúmulo de novas experiências de conhecimentos, ainda que convergente com as antigas. Assim, aponta-se que, para além destes representantes simbolistas, como místicos e filósofos distanciados da realidade concreta, existiram na Idade Média os caçadores e os livros de caça para nos fazer enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza.

Responsáveis principalmente por romper com a rotina da vida cotidiana, constata-se a importância de determinados jogos e distrações em que participavam os medievais, por sua proximidade com a natureza, no desenvolvimento de uma relação mais pragmática com esta e seus elementos. Prova disso eram os prazerosos passeios ao ar livre, realizados a partir da chegada da primavera entre os espaços naturais ainda “selvagens” e, sobretudo nos amenizados. Mais do que estes, se destacam a prática de atividades físicas, em especial a caça, montaria ou altanaria (caça realizada pelo voo dos gaviões e também praticada por damas), e os torneios, os quais já estavam bem enraizados na cultura cavaleiresca²²², e se encontravam organizados com bastante precisão já no século XIV.

Como vimos no primeiro capítulo, o ambiente destes jogos e suas matérias serviram de instrumento para a produção de um gênero literário bastante peculiar, composto de uma série de tratados contendo uma variedade de saberes técnicos, como a denominada Literatura Técnica, no qual se incluem aclamadas obras produzidas pelos monarcas portugueses.

Uma das primeiras características que se visualiza nesta literatura é o claro apreço por uma relação de cunho experimental mais pragmático com a natureza, como demonstravam os caçadores que se entregavam diariamente na atividade da montaria²²³, dentre os quais se incluíam os príncipes de Avis. Dessa forma, as obras em questão apresentam em comum uma preocupação com o âmbito pragmático e cotidiano das matérias e artes de que tratam, âmbito

²²¹ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924, p. 233.

²²² VERDON, JEAN. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, p. 134.

²²³ MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria” in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956, pp. 99-100.

este que influencia o conteúdo dos ensinamentos e conhecimentos a serem transmitidos, os quais também são acompanhados de uma marcada tendência experimentalista.

Alguns extratos retirados das obras analisadas mostram claramente este caráter pragmático do saber que pretendem difundir, pois se tratam do manuseio de técnicas só validadas quando colocadas em prática. Por exemplo, parte dos ensinamentos diz respeito aos cuidados imprescindíveis para manutenção da saúde do animal e bloqueio de enfermidades, como alimentação e remédios, e não apenas o conhecimento teórico dos sintomas das doenças e condições físicas dos animais. Assim como os ensinamentos de cavalgar incluem técnicas de melhor tratamento do terreno e da montaria utilizada.

Don Fernando, pella graça de Deus Rey de Purtugal e dos Algarves, mandou a min Pero Minino, seu falcoeiro, que lhe fizesse hũ livro de falcoaria, no qual fosse escrito e declarado todas as doenças dos falcões e os nomes dellas, em que maneira se seguião e que senbrante faz o falcão ou ave a cada dor, e per que a o caçador deve conhecer, e per que guiza se deve curar e que mezinhas lhe devem ser feitas e per que guiza outrosy dos enbargos, que às aves vem das feridas abertas (...)²²⁴.

Ainda este jogo ensina mais a fazer algumas coisas que pertencem aos guerreiros, que um dos pontos que cumpre àquele que perfeito cavaleiro deve ser, que há-de saber fazer, assim é ser bom corredor, pois o andar ao monte lhe ensina a ter bom tento da terra e depois sofrer bem seu cavalo que lhe não canse tanto como a outro homem que o não haja usado; depois também saber passar uma terra grande asinha²²⁵.

Além disto, o empirismo com que se trata a natureza aparece em alguns trechos como a preocupação em demonstrar o uso prático que esta sociedade possui a respeito dos conhecimentos e propriedades das plantas e ervas (medicinais, etc.), como no caso de cravo, canela, “semente de zaragatoa”, “hermodatiles”, “torbite”. Da mesma forma que os ensinamentos ao monte visam construir uma prática de como lidar com os animais neste ambiente. Isto implica no fato de que tais conhecimentos foram provavelmente retirados da prática, que começa a aparecer como grande mestra.

(...) quando sentires esta doença a tua ave, trabalha de maneira pola trazeres en boa carne, e de quinze en quinze dias lhe dá hũ dente de alho, por esta maneira: toma o alho e tiralhe o ol[h]inho de dentro e deitalhe hũas feveras dassafrão dentro e à noite, depois que tiver a vianda quase guastada, lho mete na boca como prumada e o poeu na alcandora. Tomarás hũa pouca de triagua e untarás a ave debaixo das azas e nas coxas e en todalas juntas. Tambem he bom purgares a tua ave com hua pirola dazevar patico ou secotrin, como já diçe²²⁶.

²²⁴ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 1.

²²⁵ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 22.

²²⁶ LAPA, Manuel R. Livros de Falcoaria in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 226.

Pera cumprir o que screvy, que no monte daria ensynança per bem encontrar, eu acho que geeralmente per quatro maneiras encontramos quaees quer alymarias²²⁷.

Esta postura experimental pragmática dos tratados citados é em grande parte alimentada pela explícita seleção, por parte destes homens de ação, da observação direta como mecanismo preferencial de apreensão dos elementos naturais e extração dos saberes, técnicos ou não, que se propõem a difundir. Como definição tem-se que:

Todo processo cognitivo de natureza teórica, natural ou prática exige, para assegurar a sua própria sobrevivência, uma base constitutiva composta por um conjunto de fatos, de aquisições estáveis e seguras, cuja recolha é tarefa da observação. Logo, a observação surge como percepção atenta e consciente de situações, fatos, etc., pormenorizadamente apreendidos e considerados²²⁸.

Esta base comum, que se constitui no espírito de observação direta da natureza, desenvolve-se neste período através das novas relações homem/natureza, e demonstra uma visão mais exata e verdadeira do que num tratado de zoologia, porque a esses inúmeros compêndios faltaram mil vivências de um caçador como D. João I²²⁹. Utilizada tanto pelos autores quanto pelos companheiros das atividades, se expressa com relevância nas fontes em inúmeras passagens dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, retratando também o desenvolvimento desta capacidade como exigência básica para apreensão e manutenção os conhecimentos.

Por exemplo, encontra-se a necessidade da observação mais atenta dos hábitos e comportamentos animais, o que lhe faz bem ou mal, para lhes interpretar a natureza, o semblante para se diagnosticar alguma enfermidade, ou as condições ideais para se realizar a “prumagem”. Estas preciosas informações são fruto de um provável exercício de uma percepção constante dos caçadores anteriores, transmitido cotidianamente pela prática, especialmente oral, antes de se fixar em obra escrita.

Outros caçadores ño tem en conta darlhe prumadas, **não oulhando o tempo e disposição** en que estão, nem a grandura das prumadas; ysto he causa de se perderem muytas vezes, porque en tempolha podem dar que, não a fazendo, corraõ grande risque²³⁰.

²²⁷ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 101.

²²⁸ BESANA, Luigi “Observação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 55.

²²⁹ MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria” in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956, pp. 56-57.

²³⁰ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, pp. 207-208 (grifo meu).

E as[s]in conhecerás esta dor: **para mentes ao rosto** do falcão, e **verlhe ás o senbrante** do rosto triste e os lagrimais dos olhos inchados e o colo grosso, e quando se derramar ou quando deixar de voar tenta com o bico e dá no ouveiro (...) ²³¹.

E se isto não souberem, ou alguma vez o não provassem, **provem-no pelo ver e vendo** uns cães e outros que maneira têm, acharão que na natureza dos cães assim há aí sandeus, segundo mais ou menos, em como o são os homens, segundo a disposição que cada um recebe ²³².

Torna-se necessário mencionar que esta postura de observação direta não seria possível de se difundir, caso não viesse acompanhada de uma atitude que se caracteriza pelo contato mais íntimo e constante com a natureza, como se observa pelo convívio dos medievais, já no século XII, com uma fauna nada fantástica. De fato, têm-se informações sobre o período onde os animais domésticos não eram tão diferentes dos que se conhecem atualmente, e aqueles considerados ferozes não se mostravam tão menos familiares que os domésticos, tendo em vista que muitos soberanos e senhores dispunham de coleções de animais exóticos trazidos do estrangeiro ²³³.

Consegue-se enxergar a importância dada ao contato direto com elementos da natureza, esta grande fonte de sabedoria da época medieval, atestado pela maior frequência dos homens no monte ou em diferentes lugares naturais antes temidos, como a floresta. Soma-se a isto, um contato mais direto com animais, longe de serem fantásticos, como o trazer contínuo da ave na mão, o que é reforçado por uma postura mais voltada para a observação objetiva e cotidiana, exaltando a importância da prática no aprendizado das técnicas e demais saberes do gênero.

São aves que hão mister que as **traguão continuamente na mão**, por que, se lhe acontece alguma cousa, saibão donde lhe vem o mal [...]”. “O falcão nebrí não quer prumada de pano tantas vezes como os outros; Sam aves muy delicadas e amigas de gualinha [...]” ²³⁴.

Nas que bem nom võe, mal enfreadas e muyto avyvadas, nos lugares spessos darvores, desteiros, de barrocas, algares, morouços de pedras, e de trovões se devem mais guardar, por que nas semelhantes de taaes perigoos se nom p[o]dem bem arredar ²³⁵.

²³¹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 5 (grifo meu).

²³² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 127 (grifo meu).

²³³ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 166.

²³⁴ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 209 (grifo meu).

²³⁵ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 137 (grifo meu).

(...) e isto é bom ensino neste livro ser escrito, ca proveitoso será àquele que o tomar e obrar como dito é. Ca os que este livro lerem, não tenham isto por coisa vaidosa, que nós vimos e ainda pensamos que os **demais que ao monte andam, quando assim continuadamente a ele andam**, que se não sabem guardar; e esta coisa não tem em sua vontade de se assim guardarem, que a sua terra por que andam ao monte, todas estas coisas padece, ou cada uma delas²³⁶.

Todavia, apresenta-se a ressalva de que apesar destes conhecimentos da natureza se mostrarem apreendidos pelo contato mais direto e cotidiano com os elementos naturais, não se pode esquecer que, como mostram as fontes literárias, a mentalidade medieval continua acreditando na manutenção de Deus como intermediador máximo entre a natureza, e o homem.

Percebe-se também que é desta vivência do desfrutar da natureza que se deriva um realismo descritivo e naturalista de que só um caçador é capaz²³⁷. As descrições sobre as aves e as bestas encontradas no conteúdo destas obras técnicas são menos breves do que se percebe nos bestiários, além de se aprofundarem nos hábitos e características destas criaturas, ao invés de focarem preferencialmente nas simbologias que delas se poderia extrair. Mostram-se dados desde as qualidades e comportamentos, conhecimentos de diferentes maneiras, dos lugares onde se encontram, de como devem ser tratados e curados das enfermidades.

Mas ora, como quer que seja que esta coisa se assim faça, acontece em no monte muitas vezes continuadamente de se fazer, que o porco grande fica em no monte e os cães saem com o outro mais pequeno; e dizemos que sai com o porco mais pequeno, ca desta guisa, não lhe podem dizer que o sabujo camba o porco por que vai; e quando o camba, vai por o rasto de um porco e acha atravessado outro e deixa aquele por que vai e filha o outro, a iste dizem os monteiros que é cambar um porco por outro, quando o sabujo assim camba²³⁸.

Segundo dito he ante do outro capitolo dante deste, falando dos cajões, que às aves acontecê, digo que quando os falcões são lançados às garças ou às outras relés, segundo os falcões usão de matar, acontece que os falcões que garceiros sam [a]vem as[s]y às vezes que, quando o falcão anda con a garça ou quando a filha que vem con ella a terra, dalhe a garça con o bico no olho e quebralho; ou se he falcão perdigoeiro ou lebreiro, andando con a lebre ou con a perdix, acontece que topa ou [en pao ou] em tojo, de guiza que lhe quebra o olho²³⁹.

Vem envernar em muytas partes; os de Espanha são muyto bõs, principalmente os de Portugal, e são conhecidos por milhores os do campo do Mondego e os do campo de Santarem. Entre os falcões ha tres maneiras de prumagens: hũa negra e pedrada e são coroados e não são tão bõs voadores como os outros; são bõs mofareiros [...] he braços; sam muytos delicados en sy e muyto referteiros no tomar d'agoa (...) O

²³⁶ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 151 (grifo meu).

²³⁷ VERDON, JEAN. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, pp. 132-133.

²³⁸ JOÃO I, D. Op. Cit., p. 122.

²³⁹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 63.

caçador que ouber de tratar com elles ha mister que lhe conheça a condição, que de outra maneira, não fará cousa que aproveite²⁴⁰.

Cabe também destacar que um dos instrumentos mais relevantes para se alcançar o sucesso da observação direta e pragmática da natureza consiste no uso dos sentidos físicos na apreensão de conhecimentos. Deve-se prestar atenção a tal indicação do valor do plano sensível e sensorial, pois foi “essa vertente da visão medieval, sensível à observação mais naturalista da realidade dos fatos, que ainda indicava nos medievais o seu lado *homme moyen sensuel*, principalmente representado pelos rústicos e incultos campesinos”²⁴¹.

Assim, o papel da percepção sensorial se mostra tão importante na sociedade medieval que esta passou da oratória sagrada para a especulação místico-filosófica, até atingir toda a literatura europeia já no século XIV, inclusive a profana e a laica em geral, como o caso da Literatura Técnica produzida pelos príncipes de Avis, onde se observa a linguagem sensorial mais efusiva do que na contemplação, por conter uma série de recomendações sobre a manutenção dos sentidos alertas.

Alcança-se em determinados trechos das obras analisadas esse louvor em despertar o potencial da sensorialidade, que para os medievais era uma das principais fontes de entendimento das coisas do mundo e os melhores instrumentos para não deixá-los cair no esquecimento. O papel de relevância dado ao uso dos sentidos físicos eleva o cenário da natureza, imprescindível à caça e outros jogos, a uma das grandes vias para aquisição de bons conhecimentos e ensinamentos.

Pero para verdes alguma coisa disso, nós outros os homens, havemos cinco sentidos e outrossim o coração, o qual representa ao entender todas as coisas andadas; e **os sentidos mostram ao entender todas as coisas** por que o entender entende; ca os sentidos têm cada um sua virtude, pela qual o entender entende tudo aquilo que há-de entender; Ora, tanto que cada um destes sentidos é aventado com aquela coisa em que sua virtude há-de obrar, para demonstrar ao entender, logo o entender entende estas coisas que pelos sentidos lhe são demonstradas²⁴².

Veem aas aves grandes cajões em tall maneira que **nẽhũu omem nom ho poderia crear, salvo se visse esto de fecto**. Esto he porque nem se caçador nõ fosse: que hũ falcão matasse de golpe hũa guarça ou hũa lebre; pero já aveio a caçadores que virão a falcão matar a lebre, e lhe britou o falcão o pescoço ou as queixadas ou as espadoas, de guiza que logo hera morta, sem outro cão; esso mesmo forão **muytos**

²⁴⁰ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, pp. 208-209.

²⁴¹ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 164.

²⁴² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 11 (grifo meu).

caçadores, que virão matar o falcão a garça, de golpe, ou lhe britava a perna ou o pescoço²⁴³.

Alguns estudiosos defendem que este recurso da experiência sensorial, para muitos indivíduos do período, se sobreporia aos indiretos saberes livrescos, por ser capaz de revelar os verdadeiros conhecimentos divinos através de lições diretas e vivas. Inclusive, há um quase consenso de que não há conhecimento novo a ser inventado que a natureza já não contenha e tenha fornecido, recaindo a preocupação, assim, em penetrar nestes conhecimentos e gravá-los na memória, ou em texto.

(...) e **como pelos livros que eram feitos se não pudessem mostrar as perfeições que nela há**, nem outrossim que dessem ensino àqueles que houvessem sabor de serem monteiros, em como o poderiam melhor ser e assim mesmo em como se **pudessem guardar de algumas coisas que nela há** de perderem o ser bons; portanto nos trabalhamos com a ajuda de Deus de fazer este livro de montaria, no qual há LXX capítulos, divididos em três livros ou partes²⁴⁴.

Afinal, os próprios autores da Literatura Técnica demonstram também utilizar-se da ideia da natureza, no modo mais pragmático, como figura do grande livro natural e divino, no qual, inclusive, existiriam ensinamentos tão sutis e complexos que não se poderia colocar em escrito. Assim, ainda que se escreva sobre outros ensinamentos, torna-se evidente em várias passagens que a experiência prática, no caso dos conhecimentos naturais, seria mais importante do que a erudição livresca.

(...) ñõ enbarguando que **outros livros dizem que há outra pedra, ñõ no creas**, ca o falcão ñõ ha outro lugar en que a gere, e todas as criaturas que pedras que pedras hão, ñõ as gerão salvo na bexiga, e o falcão ñõ ha outra bexigua em que a gere, salvo nesta tripa susodita²⁴⁵.

Com isto, chega-se a um dos elementos de maior relevo nestas literaturas técnicas, que consiste em suas matérias se fundamentarem na experiência pragmática como requisito essencial para o aprendizado dos conhecimentos absorvidos no meio natural. Como um dos princípios fundamentais das disciplinas naturais, juntamente com a observação objetiva, a experiência prática visa, ao contrário daquela, se aprofundar nos componentes da natureza não apenas escutando-a, mas lhe interrogando e colocando à prova.

²⁴³ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 44 (grifo meu).

²⁴⁴ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 3 (grifo meu).

²⁴⁵ PÊRO MENINO. Op. Cit., p. 29 (grifo meu).

Importa aqui sublinhar o ponto de vista geral de onde se partia, que era uma atitude de exaltação da experiência enquanto tal, entendida na sua acepção mais concreta e particular, isto é, a experiência era concebida como uma série de observações empíricas ou de rudimentares manipulações técnicas, não organicamente construídas nem articuladas de um modo conceitualmente bem definido, mas ligadas entre si apenas pela crença na capacidade de poder compreender de imediato o ritmo espontâneo e vital da natureza²⁴⁶.

Deve-se esclarecer que a definição acima fora criada a priori para a experiência durante o período renascentista, mas acredita-se já poder encontrar esta postura no fim da Idade Média, como se mostra na literatura técnica avisina. Diversas passagens das obras mostram esta experiência como uma vivência direta e cotidiana das coisas, bem como uma frequência na prática dos conhecimentos. Outros trechos também revelam que a confirmação do saber encontra-se condicionado à experimentação, destacando a validade pragmática das regras ensinadas.

E esta **speriencia** achei muyto certa per mym, por que o provei sem o veendo fazer nem dizer a outro nehũu cavalgador²⁴⁷.

E ainda algumas vezes acontece que aqueles que assim erram, que ao cobrar recobram mais espertamente que os outros, que vão sobre a sua direita travessa, a qual não faz se é um, ou dois até três; ca se a estes todos errassem, bem está em direita **experiência** que pela minguá das vozes dos outros que não errassem, pois os que aí não há, não poderiam tornar ao rasto que erraram²⁴⁸.

Porque en o comesso deste livro disse que en elle non escrevera outra cousa, salvo aquella que hey feito per minha mão, pore digo que en livros de falcoaria vy escritas muytas cousas desvairadas e duvidozas em rezão do falcão que non quer mudar; os quais livros farião mudar o falcão em tres domas e em hũ mês; (...); mas porque erão as cousas tão duvidosas, nõ as quis provar (...)²⁴⁹.

Mais do que isto, os textos mostram passagens em que se demonstra inclusive, as experiências que costumam ser exercidas em outros lugares fora do território de Portugal, algumas delas usadas para se comparar com as técnicas nacionais, visando louvar estas como as mais apropriadas ao público alvo, o qual trata-se dos súditos portugueses.

Os bafaris são falcões muy ardidos, principalmente os das Manchas de Aragão; há hy muitas maneiras de bafaris; crianse en outras muytas partes, en Espanha, en Hirlanda; são aves de grande fome e voão muito a tira; são muy delicados; querense tratados como gaviões e nas enfermidades curados como nebris; matão as perdizes

²⁴⁶ BESANA, Luigi “Observação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, pp. 21-22.

²⁴⁷ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 22 (grifo meu).

²⁴⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 132 (grifo meu).

²⁴⁹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra Imprensa da Universidade, 1931, p. 67.

bem e algũs delles são de grãdes leiros e garceiros bõs e de ribeira, se são mudados no ar²⁵⁰.

Esto escrevo segundo meu costume geeralmente fallando, por que sey que algũs mouros, por muy curto cavalgarem (...); e os Irlandeses, por nom trazerem strebeiras (...). E assy cada naçom tem seu jeito, do qual nom me embargo, porque eu screvo principalmente para ensynar meus suditos, antre os quaaes esta declaro me parece mais aprovada maneira²⁵¹.

Da mesma forma, os tratados declaram conter em si o registro de diversas opiniões, algumas delas controversas, de especialistas consultados, preocupando-se em expor o maior número de boas experiências que conseguira reunir, o que demonstra grande confiança nos exemplos dos “bons homens do reino”. Neste tipo de saber, constituído de não uma, mas muitas experiências, leva-se em consideração a importância do saber passado por caçadores mais antigos e experientes, e transmitidos oralmente, antes de cair nos livros. E embora algumas vezes realize escolhas sobre o que se considerava mais certo, outras vezes deixava em aberto alguns temas para os leitores que tiverem algo a acrescentar, indicando a procura dos mesmos grandes homens para fornecer os conselhos necessários.

Há ainda uma observação, a respeito da citação de dizeres comuns a alguns caçadores, mostrando que a experiência de muitos, a que se ouviu dizer, reserva-lhes tal autoridade que se faz apta a constar no texto, bem como a importância de ensinamentos vindos de dizeres populares que funcionam na prática muito antes de virarem produto escrito. Assim, os ensinamentos teriam sido observados e apreendidos por este contato com a natureza, além de fundamentados pelos príncipes avisinos na autoridade de sua obra nesta matéria, que se sustenta pelo consenso entre os melhores monteiros que conhecem. A experiência dos bons, inclusive, é que define as normas das caças.

(...) logo sperando toda principal ajuda de nosso senhor deos, nos devemos endereitar com esforço e boo consselho nosso e **doutros que por grande saber, longas e boas speriencias bem saibham**, queiram e p[o]ssam em taaes feitos obrar e conssehar²⁵².

Ainda acontece em no monte muitas vezes, quando os senhores andam a filhar prazer eneste jogo de montaria (...) ca posto que lhes alguns porcos entrem no monte, aqueles que lhes mandam pôr os cães sempre os mandam pôr ao maior porco que no monte entra e fazem nisso boa montaria, segundo a **opinião de todos os bons monteiros**²⁵³.

²⁵⁰ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 210.

²⁵¹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 131.

²⁵² *Ibidem*, p. 25 (grifo meu).

²⁵³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 115-116 (grifo meu).

Grande bem e bondade he ho caçador, que a sua ave faz alcandora e forte e bem liada, ca **exemplo he dado de longo tempo aos caçadores** que tão firme devê de fazer alcandora ao seu falcão por hũa noite como se fosse por hũ anno. Esto he por os muytos cajões que podem aquecer aos falcões na má alcandora e que, verdade seja, já aconteceo desto que muytos falcões mor[r]rerão e quebrarão as pernas e as ás e forão maltreitos pola dita rezão (...)²⁵⁴.

A experiência é também corroborada pelo uso constante, ou seja, o exercício prático e frequente dos conhecimentos apreendidos para que estes sejam idealmente fixados e não caiam no esquecimento. Tanto que há alguns saberes técnicos que parecem ter se perdido ou encontram-se raros e limitados a poucos sabedores, e não por mera dificuldade, e sim devido ao desuso e falta de prática e técnica, bem como de experientes para ensinar. Inclusive, se alguns desses saberes foram encontrados para constar nos livros, outros podem em grande parte manterem-se orais.

(...) e com tudo isto lhes faz mister de haverem boa força e porque estas manhas têm os homens por duas coisas: a primeira por natureza, segundo Deus lhe dá graça; e a segunda do **uso**, ca muitas vezes vedes que muitos não têm estas manhas e **usando-as** cobram nelas; e ainda que as tenham da natureza, muitas vezes as perdem não as usando. Por ende, todos os fidalgos as devem desejar, ca por isto os antigos tiveram por bem de assacarem tais jogos²⁵⁵.

E ssaybham primeiramente que esta manha mais se acalça per naçom, acertamento de aver boas bestas, e **aazo continuado** dandar em ellas (...)²⁵⁶.

Há outra prumagem: de ruivos; estes são muyto estimados de boa condição; são de muytas prizões [...] Sam muito treitos todos os nebris de firlandas e dizem alguns caçadores que não ha nenhu que as não tenha. Ha hy **poucos caçadores que os saibão tratar**; a estes falcões acontecẽ muytos desastres de pancadas e quebraduras, por serẽ muyto foriozos no voar [...] ²⁵⁷.

Enfim, os príncipes de Avis usaram a motivação educacional como um dos principais motivos que os levaram a escrever seus tratados, utilizando-se do ambiente natural como um dos principais instrumentos de aprendizado. Assim, com o incentivo da valorização da experiência e da observação mais pragmáticos, conseguiram construir um conjunto de saberes pragmáticos a respeito dos animais e da natureza como um todo que jamais seria alcançado apenas através de especulações contemplativas e interpretações simbólicas, e sim com um aprendizado que se fazia melhor na prática.

²⁵⁴ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 61 (grifo meu).

²⁵⁵ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 15 (grifo meu).

²⁵⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 1 (grifo meu).

²⁵⁷ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 209 (grifo meu).

2.3.2 Influências científicas.

Se as atitudes e atividades cotidianas dos “comuns” foram importantes para difundir tal predisposição de encarar a natureza sob uma postura mais pragmática, fundamental também fora a participação das mentalidades mais intelectualmente instruídas, as quais se inclinaram para uma concepção e prática mais científicas.

De fato, parece observar-se, já a partir do século XII, certo “renascimento científico”, cuja propensão naturalista subsequente havia sido suficiente para colaborar com o acúmulo de informações diretas e práticas a respeito de componentes do mundo natural. Este desencadear “indicava o reconhecimento da necessidade, ainda que relutadamente pressentida, da superação tética da temente observação teológica da natureza que, fundamentalmente, caracterizava a visão medieval”²⁵⁸.

Mais ainda, mostrava uma tendência do conhecimento medieval direcionada a um racionalismo que se preocupava em não satisfazer-se com as limitações das antigas explicações sagradas, embora não signifique se desvencilhar delas totalmente. Em algumas passagens das literaturas selecionadas, os autores posicionam a razão no valoroso lugar de atributo fundamental para a apreensão de conhecimentos e aplicação prática destes. Também a razão aparece como importante árbitra da tomada de decisões corretas, de acordo com os tempos e lugares.

Se guardares em teus feitos **razom** e mesura, nunca ou tarde acusarás ventura (...). Porem entendo que pera esto será proveitoso saberem meus avysamentos, por o que tenho desta sciencia bem praticado e per **razom** conhoci desque penssey della screver²⁵⁹.

Acontece ainda algumas vezes aos senhores de estarem assossegados em seus desembargos e depois, quando lhes vem à mão com **razão** os poderem deixar, dizendo: vamo-nos desenfadar em andar ao monte²⁶⁰.

Esto he hũa cousa muy ligeira: [à] vianda que nõ he contra rezão de dar a comer ao falcão, as[s]y como [se] fala en outros outros livros de viandas contrarias, que são contra **rezão**, debes de fazer assy: (...) ²⁶¹.

²⁵⁸ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, v. 1, p. 163, apud WHITE, 1984, p. 244.

²⁵⁹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 135 (grifo meu).

²⁶⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 151.

Ainda assim, destaca-se a manutenção, à época, da crença de que a qualidade racional humana tratava-se de uma graça divina, visto que Deus, durante a criação do homem, quis que este fosse feito a sua similitude.

(...) e a ocasião porque disse Deus que o homem fosse criado a sua similitão, determinaram que foi por duas coisas. A primeira porque Deus sabia na sua alta sabedoria, que ele havia de ser homem; e por isso disse que o homem fosse feito a sua similitão. A segunda razão é porque ele queria **fazer o homem razoável**; e por isso disse que o queria fazer a sua similitão²⁶².

Desse modo, compreende-se que nesse alvorecer de um contexto mais racional, se a ideia de natureza conseguiu algum sucesso em não se prender a transposições simbólicas para atingir uma causalidade conectada mais intimamente ao cotidiano²⁶³, não tanto o foi em se desligar da esfera do sagrado.

Deve-se ressaltar que a ideia de racionalidade não se resume apenas no que pertence ao campo científico. A própria Idade Média, por exemplo, apresentou racionalidades variadas, dentre as quais a que girou em torno do sagrado. Esta, cujo domínio alongou-se durante quase todo a época medieval, não apenas pretendeu um controle sobre o maravilhoso, como apropriou-se do simbólico e da exegese como recursos fundamentais na interpretação e transmissão de conhecimentos, reservados a um pequeno grupo – no caso o clero. O pensamento simbólico, juntamente com as analogias e metáforas, consistiram numa verdadeira forma de conhecer o mundo, e organizar suas experiências.

Mais do que isto, a partir da valorização de autores e obras antigas, direcionou-se para um modelo de apreensão de saberes mais voltado para a contemplação e a especulação filosófica. No entanto, esta racionalidade envolvida no discurso do sagrado, e na crença no transcendental, não prescindiu do uso de recursos como a observação direta e a experiência pragmática em seus procedimentos. Afinal, no interior da própria instituição Igreja, ou seja, âmbito do sagrado, promoveram-se debates relevantes acerca de questões primordiais envolvendo temas como o empírico e a experiência. Recorda-se, por exemplo, dentre outros movimentos de espiritualização do período em questão, da Devocio Moderna²⁶⁴, de matriz franciscana, que incluía em suas concepções a necessidade de se experimentar, especialmente

²⁶¹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 68 (grifo meu).

²⁶² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 3 (grifo meu).

²⁶³ GREGORY, Tullio. "Natureza" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, p. 266.

²⁶⁴ VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

a natureza através da fruição, bem como o uso constante dos sentidos, a fim de se alcançar a transcendência.

O próprio movimento de moralização dessa nobreza, que passa a ocupar cada vez mais o espaço do Paço, tem como base um contexto dinástico que dá maior importância à espiritualização das principais atividades desse segmento. Prova disso está na ideia de que o cultivo das virtudes estava associado ao uso da razão (sobre os instintos), que por sua vez consagrava-se como uma dádiva divina, isto é, uma qualidade de origem espiritual, devendo ser fomentada através desta via, por excelência. Tanto que as matérias que compõem as obras de natureza técnica unem vários desses elementos (entre religião, filosofia antiga e ciência), investindo em uma razão que não serve apenas ao aperfeiçoamento físico do homem, mas também à sua elevação espiritual, bem como a justificar as relações estabelecidas entre estes e os componentes do mundo natural.

Essas constatações permitem confirmar, como já mencionado anteriormente, que não se pode estabelecer uma oposição, ou competição, entre as formas de saber que vigoravam simultaneamente nos fins da Idade Média. Essa postura de apreensão do saber, e da natureza, de caráter mais científico e realista, convivia constantemente com outras referências presentes no período como as pertencentes ao sagrado e ao maravilhoso, e mesmo as místicas e astrológicas, a partir das articulações destas com os fenômenos da natureza, bem como com o funcionamento do organismo dos seres vivos.

Muitas vezes esta convivência mostrava um aspecto de complementaridade, com as referências mais se aglutinando do que se excluindo, tendo em vista o próprio compartilhamento de determinados atributos e mecanismos comuns, como por exemplo, o uso recorrente de analogias. Desse modo, se na cultura medieval tudo encontrava-se interligado, os animais e plantas que consistiam em signos vivos dessa sociedade, mostravam-se capazes de se expressar por todos os campos, técnicas e saberes. Isto significa que os conhecimentos e percepções dos eruditos e contemplativos relacionam-se frequentemente com as práticas de observação objetiva e experiência empírica da natureza, “porque entre o especulativo e o material, entre o abstrato e o concreto a fronteira é sempre permeável”²⁶⁵.

A partir desse ponto, duas importantes ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, não é possível pensar que a racionalidade do sagrado serviu de entrave à observação empírica, nem que a compreensão da natureza no medievo evoluiu de uma via simbólica para outra

²⁶⁵ PASTOUREAU, Michel. “Símbolo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, p. 509.

empírica e científica. Em segundo, não se pode usar uma dicotomia entre real e imaginário para o período medieval, muito menos encarar que este último não seria capaz de produzir efeitos concretos.

Assim como deve-se atentar para o uso incorreto de oposições entre os elementos acima, também ressalta-se o dever de se

evitar as armadilhas sempre estendidas pela absurda segregação entre homem e natureza, cultura e natureza, espírito e matéria, que tem um peso ainda tão determinante no pensamento ocidental, e que tantas vezes falseia a reflexão sobre o lugar do homem na natureza e sobre as relações dos homens entre si²⁶⁶.

O fato é que os recursos citados (experiência, observação, empirismo, sensorialidade) não se destacaram como exclusivos do domínio da ciência, não servindo para diferenciá-lo das perspectivas do sagrado e do simbólico. A racionalidade científica medieval não se trata apenas da produção de um saber laicizado, portanto não exclusivo da esfera do sagrado, e distinto do livresco e erudito (cujo caráter era basicamente filosófico, contemplativo e especulativo), mas também seu propósito claramente político. O que lhe diferencia não são necessariamente os elementos que utiliza como importantes instrumentos de apreensão de conhecimentos sobre a (e através da) natureza. Suas especificidades concentram-se no tratamento e operacionalidade dos recursos citados, na seleção dos conhecimentos a serem apreendidos sob essa concepção e no processamento dos saberes adquiridos, bem como nas práticas extraídas dessa percepção.

O conjunto desses conhecimentos, assim como expresso em vários trechos da literatura mencionada são, assim, tratados e interpretados sob uma racionalidade própria, que os considera uma ciência, dando um novo sentido a recursos que já eram utilizados. Mais do que isto, a íntima ligação destas atividades com os animais e o ambiente natural, mostra que os saberes registrados, como o adestramento de animais, vinculam-se a uma postura específica que compreende na apreensão direta da natureza.

Outra distinção se liga à presença da *ratio*, e a manifestação de uma maior preocupação em organizar, sistematizar e classificar os conhecimentos, registrando-os e fixando-os através do texto, para futura transmissão e difusão. Afinal, isto implica em uma relação que desenvolve o pensar sobre o conhecimento produzido, e não apenas assimilá-lo e reproduzi-lo, bem como apreender o saber porque está escrito.

²⁶⁶ BARRAU, Jacques. “Animal”, in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 229.

Da mesma forma, a racionalidade científica não foi uma criação do baixo medievo, e muito menos se resume a este, sendo já considerada em períodos anteriores e outras sociedades. Aliás, muito se discutiu sobre o anacronismo do uso do termo ciência, cujo desenvolvimento pertenceria mais ao período moderno. Afinal, apesar de apresentarem autênticos saberes de experiências práticas e uma forma alternativa de se apreender a natureza, não chegam a elencar leis gerais de regência do mundo e dos seres vivos, e mesmo mostram uma visão fragmentária da ciência.

Contudo, em certos extratos das fontes utilizadas, os autores já consideram a utilização da palavra ciência para referir-se aos conteúdos das obras, e deve-se evitar o olhar teleológico de considerá-la a partir de como se configurará mais à frente, na modernidade. Isto porque a ideia de ciência na Idade Média apresentava suas especificidades, a partir de qualificações próprias, juntamente com a técnicas e o saber.

A utilização do termo ciência se revela principalmente na intenção de elevar o valor dos conhecimentos e ensinamentos expostos em distinção daqueles de menor valor contidos nos livros de histórias e fábulas. De fato, as ideias de metodologia de aprendizagem dos príncipes avisinios são expressas pelas mãos de D. Duarte, que acredita na técnica e na prática como veículos privilegiados de transmissão deste conhecimento mais científico, e como instrumentos de maior valor pedagógico que as fábulas e demais tipos de histórias, cuja compreensão tem mais difícil acesso ao saber. Isto se junta ao fato das obras conterem alguns termos em latim para determinadas enfermidades animais, o que demonstra a absorção de maior erudição a respeito dos conhecimentos naturais, indicando um teor mais científico, uma vez que não poderiam ser saberes apenas vindos da tradição popular dos monteiros.

E por que nom sey outro que sobr'ello geeralmente screvesse, me praz de poer **esta scyencya** primeiro em scripto, e antremety alguas cousas que perteecem a nossos costumes, ainda que tam aproposito nom venham, por fazer a algũs proveito, posto que a outros pareça sobejo (...). E os que esto quiserem bem aprender, leamno de começo pouco, passo, e bem apontado, tornando algũas vezes ao que já leerom para o saberem melhor. Ca se o leerem ryjo e muyto juntamente como livro destorias, logo desprazerá e se enfadaróm del, por o nom poderem tam bem entender nem renembrar; por que regra geeral he que desta guisa se devem leer todollos **livros dalgũa sciencia ou enssyança**²⁶⁷.

Aas vezes aqueeçe que o cauallo de ssa nacença naçe com seus nenbros desanaturadamente e esto he dicto **segundo latim de raro contingentibus**. // E outrossy pode seer chamado em latim de axstrum e quer dizer em nossa linguagem

²⁶⁷ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* (edição Joseph M. Piel). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 3 (grifo meu).

marauilha que auem raramente. // Assy como veemos que o caualllo naçe com as queixada de huso maj's longa ca de suso²⁶⁸.

Entretanto, percebe-se que a definição ou concepção de ciência do período encontra-se misturada à ideia de arte, a qual, de acordo com as concepções vigentes, pontua o caráter basicamente técnico de determinados saberes: Esta postura mais pragmaticamente empírica de valorização do gosto pela experiência se coaduna com a própria visão que as obras portuguesas em questão possuíam a respeito das artes sobre as quais dissertavam, encaradas como ciências.

Quando **as sciencias e as artes** soom escriptas e ensinadas segundo hordenamento quall devem podennas os homees achar mais asinha e ho entendimento er podellas mais ligeiramente filhar e entender²⁶⁹.

E logo en esta tavaoa, que se adiante segue, escrevi as dores que pude e soube conhecer; outrosy declararey en tal maneira que cada caçador, que **desta arte** queira usar, possa ser mestre de curar sua ave; e na segunda tavaoa sam postas todas as soldas e mezinhas, que às dores sam compridouras²⁷⁰.

Apesar disso, assume-se a certeza de um encaminhamento do pensamento medieval para a interpretação física e racional dos fenômenos e elementos naturais, unido a uma busca de causas oriundas de sua ordem própria, antes de recorrer a explicações sobrenaturais. Isto provocou a reação imediata dos meios teológicos tradicionais, com ásperos conflitos, mas a força da nova cultura logo gerou uma concordância de filósofos e teólogos em torno da supremacia da doutrina da causalidade celeste²⁷¹.

Afinal, não impediu que se encontrasse dentre as próprias figuras religiosas, alguns dos principais representantes da cultura medieval na valorização destas manifestações e conquistas do espírito de investigação científica e objetiva. Entretanto, foi imprescindível o aumento da bagagem cultural dos reis nos séculos XIV e XV, tendo em vista o desenvolvimento de relações mais íntimas entre estes e o saber e a cultura, para interferir no surgimento de uma nova relação de forças entre Igreja, realeza e ciência, três elementos que

²⁶⁸ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 18 (grifo meu).

²⁶⁹ Ibidem, p. 2 (grifo meu).

²⁷⁰ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. in: Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 1 (grifo meu).

²⁷¹ GREGORY, Tullio. “Natureza” in: LE GOFF, Jacques; Schmitt, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, p. 272.

se destacam em relevância na justificativa ou legitimidade de novas posturas em relação ao mundo natural²⁷².

Assiste-se, neste período, o surgimento inclusive de reis letrados, até eruditos, cuja curiosidade intelectual surpreendeu os contemporâneos. Tais monarcas, mesmo antes dos avisinos, criaram ambientes aristocráticos onde circulavam físicos e naturais, personagens representantes desse saber laico incipiente, e de grande importância para a difusão e desenvolvimento de certos conhecimentos, a maioria de origem natural, cujo conteúdo se aproxima mais da percepção científica.

Alguns extratos das obras comprovam a presença e atuação nos círculos régios desse tipo de profissional, cuja posição deve ter alcançado certo grau de importância, sendo referenciados nos textos, fundamentando certas assertivas, e inclusive dispendo de conselhos relevantes sobre as matérias, ou mesmo escrevendo sobre elas a mando dos reis. Também encontram-se algumas referências ao funcionamento das boticas e sua importância na produção e aquisição de mezinhas (remédios) e ingredientes, indicando uma preparação e uso de medicamentos e tratamentos com fundamento não totalmente vindo das tradições populares. Tudo isto propõe a penetração de outro tipo de saber, de matriz científica, convivendo com outros saberes dos “comuns”.

Dizem os **físicos que naturais são**, que quando se perde do homem haver bom fôlego, que se não faz senão pelas coisas que já dissemos, do comer e do beber sobejo e isto porque é: e dizem que quando o corpo está quedo, que então as humidades crescem sobejas fora da natureza e quando assim são muitas, que então sobem à cabeça (...) ²⁷³.

Aqui se acaba hũu liuro de aluejtarja que treladou e hodenou **mestre Giraldo físico** do nobre senhor rrey dom donjs per seu mandado na cjdade de Lixboa na era da encarnaõ de Jhesu christo mjll iije xvij. (1318) anos ²⁷⁴.

(...) tomarás a canafrecha verde e partilla has polo nó, e hũa rezina que deita por aly he boa pera estes cravos untados con ella; esta mezinha **achão nas boticas**, chamãolhe galbano. Tomarás unto da queixada de porco e untalhe a mão hũa vez pola manham e outra à noite, pera lha abrandares, e toma o mel de monheca, que **há nas boticas** (...) ²⁷⁵.

²⁷² LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, 2006, p. 408.

²⁷³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 20 (grifo meu).

²⁷⁴ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 59 (grifo meu).

²⁷⁵ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 230 (grifo meu).

A presença e convívio destes profissionais no círculo social dos príncipes e reis é tão considerável, que encontra-se quase generalizada na literatura do período, e não apenas atestada nas fontes literárias de teor técnico. No *Livro da dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, por exemplo, detecta-se importantes menções a mestre Guedelha, médico, sábio e astrólogo que atuou, entre outros, no Paço avisino junto aos Infantes D. Henrique e D. Duarte. Também percebe-se em outra passagem da mesma obra, como os conhecimentos naturais e da física, assim como a filosofia, eram debatidos no período entre os físicos, e não encerrados totalmente no saber livresco.

Eu o doctor dioguo uy hũa uosa carta, em que me encomendaueis que loguo uos enuyasse regymento de como se fazem e dão os pos contra pestenença (...). Pero com grande nojo e pesar da dita morte me creço sobeja vontade de saber que cousa era pestenença e uy liuros de física e filosofia e confery e debaty muyto com quantos físicos açhey bem entendidos e de feito começey de liuregar onde antes de todo era ceguo em tanto que topey em remédios naturaes com os quaes concordão os físicos , e Já com eles guareçerom dous que os somente fizeram²⁷⁶.

No que tange às relações estabelecidas entre o período medieval e o conhecimento científico percebe-se uma grande influência advinda de fontes e obras antigas. Tullio Gregory²⁷⁷ detectara, a partir do século XIII, os efeitos provocados pela adoção de textos científicos e filosóficos, traduzidos do grego e árabe, cujo sucesso fora imediato nos novos meios escolásticos e nas universidades. De fato, as ciências animais e vegetais, ou seja, zoologia e botânica, mostravam-se à época, herdeiras dos ensinamentos provenientes da antiguidade clássica, em especial ao aristotelismo, e a filosofia tomista, que influenciaram o escolasticismo.

(...) ca destes signos disse João Gil, e Albamazar no seu livro das diferenças e dos juízos e Ptolomeu no seu Almagesto e Ali Abem Rangel no seu Livro dos Juízos e o autor da Esphera e da Teoria dos Planetas e todos estes disseram que no céu oitavo, a que os astrólogos disseram a oitava esfera, esta esfera partiram os sabedores em doze partes (...)²⁷⁸.

(...) e diz **S. Agostinho no Solilóquio**, que não disse Deus que guardaria a fim dos dias do homem, mas que guardaria a que intenção e a que propósito o homem fazia as coisas que fazia, ca diz S. Agotinho que pára Deus mentes a que fim o homem faz o que faz, que na obra que é feita²⁷⁹.

²⁷⁶ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982, pp. 93-94.

²⁷⁷ GREGORY, Tullio. "Natureza" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006.

²⁷⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 64.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 24 (grifo meu).

Hende porque hy há hũu **liuro de alueitarja que fez theuderique** e achãno escripto desuairadamente segundo desuairados liuros // e há hy outro **liuro que fez Jurdam de caualero** que ffoy tirado deste de theuderjque segundo como parece / pero que pos em ell mayns e menos segundo como lhe semelhou // E outrossy este achãno escripto em desuairadas guisas e sem hordenamento dereyto²⁸⁰.

Tais textos propunham uma concepção do mundo, aristotélica-ptolomaica, guiada por leis e significados extraídos da filosofia natural e metafísica. Estas filosofias comportaram um conjunto de ciências filosóficas, e influenciaram, por exemplo, o reconhecimento da matemática por Roger Bacon como ciência propriamente dita, capaz de demonstrações verdadeiras, que extraem sua validade do “método experimental”²⁸¹, conjugada com a defesa do “trabalho manual” e a exigência de ampliar o mundo dos conhecimentos científicos.

Exemplo disso é o elenco de plantas de cultivo, até então herdado em grande parte da antiguidade, o qual parece ter aumentado, devido ao desenvolvimento de novas perspectivas e práticas agrícolas, cujo aprimoramento fora descrito pelos estudiosos da agricultura²⁸². Há algum tempo, os bosques, pântanos e outros terrenos não cultivados, se desligavam da significação negativa de lugar não humano que outrora adquiriram, deixando de ser concebidos como obstáculos às atividades produtivas do homem, e sim como potencialmente exploráveis.

A respeito dos animais, observou-se também os conhecimentos tornando-se cada vez mais amplos e precisos, ainda que continuassem apresentando analogias e moralizações. Mesmo as criaturas selvagens, em sua maioria pouco e mal conhecidos pela influência menos direta na vida dos homens, começaram a ser mais descritos, qualitativa e quantitativamente, no final da Idade Média. O uso de informações com maior fundamento científico e experimental²⁸³, fizeram deles quase tão familiares quanto os domésticos.

Quanto a estes últimos, não muito diferentes do que conhecemos hoje, a melhoria da criação seletiva que refinara sua provisão²⁸⁴, demonstra o claro interesse experimental mais pragmático diante da natureza. À criação de gado era conferido o *status* de atividade civilizadora por excelência, visto o trabalho domesticador com estes animais. Também pode

²⁸⁰ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 2 (grifo meu).

²⁸¹ GREGORY, Tullio. “Natureza” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 270-271.

²⁸² THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 33-34.

²⁸³ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 65-66.

²⁸⁴ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 166-167.

ser visto pela introdução de animais exóticos e raros, domados, através das coleções importadas para os parques organizados pelos soberanos, pelos quais exibia seu prestígio.

Esta ampliação dos conhecimentos a respeito da natureza pode ser visualizada nas literaturas técnicas através de trechos que mostram tanto ordenamento das categorias diferentes das espécies animais como, por exemplo, os tipos de falcões e suas respectivas plumagens, bem como a anatomia dos animais, todos carregando certo nível de cientificismo.

Non enbarguando que todos os falcões hão este nome próprio, convê a saber, falcão, são porem desvairadas prumagens delles, as[s]y moris e gerifaltes e sagres e burnis e bafaris e alfegues; e as[s]y como son desvairadas prumagês as[s]y hūs mais naturais desta dor, escrita en este capitulo. E antre aquelles que mais treitos sam desta dor, os gerifaltes, porque son mais quentes de sua natureza que os outros todos; e porê lhe vem esta dor mais ameude e devem ser curados todos os sobreditos falcões, que esta dor ouverê, sutilmente²⁸⁵.

Cajões vem às aves por desvairadas maneiras, as[s]y de feridas de garças como de gruas, como darvores por que os falcões entrão quando andão a caçar; [e] seguesse que vem estas feridas a fistolar; esta fistola sempre chegua às conjunturas, onde há ossos [e] nervos²⁸⁶.

(...) e digote que podes ver algũ falcão que averá tempo que trás as tripas fora ant[r]e o couro e a carne as[s]y como já verias algūs bois a que outro boy dá e lhe fura a ylharga e non lhe fura o coiro e trás as tripas antre o couro e a carne (...) ²⁸⁷.

Algumas informações não podem ser retiradas apenas de superstições ou referências simbólicas, como a relação das cores das penas do falcão com sua eficiência na caça, visto, por exemplo, no fato do falcão ruivo ser bom de presa. Esta informação teria de vir fundamentada na prática de observação objetiva do comportamento do animal, mesmo que a obra atual seja uma compilação de outras.

Todavia, às vezes os trechos carecem mesmo de uma explicação mais científica, tanto a respeito das causas das enfermidades, quanto dos conselhos sobre qual seria o melhor tratamento. Sente-se certa carência em relacionar os elementos naturais citados com sua real eficácia como cura e medicamento, a fim de se encontrar um fundamento mais lógico e apurado sobre o uso dessas práticas. Um exemplo disso, presente nas fontes, é a teoria dos humores, juntamente com a composição de sequidão ou friúra da água, justificando o aparecimento de certas enfermidades aos animais, bem como a seleção da cabeça como centro das dores.

²⁸⁵ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 36.

²⁸⁶ *Ibidem* pp. 29-30.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 65.

E esto se faz porque a frjura da auga doce ou siquidoem daugoa do mar naturalmente secam e apertam e fazem exutas as mãos e os pees do caualllo constringendo os humores e as jnfirnjidades que deçem pera aquelles logares²⁸⁸.

Porque a cabeça he principal membro de todo o corpo, e quando este membro he enfermo todo o corpo padece: porem digo que esta agua vidrada, de que este capitulo fala, que esta he a principal dor de todas as dores, que Sam geradas nos corpos dos falcões (...)²⁸⁹.

A situação se torna mais complexa, quando percebemos uma verdadeira mistura, ou convivência, de técnicas empíricas mais próximas do viés científico, portanto apoiadas pelos estudos dos físicos e naturais e não apenas da tradição dos monteiros, e outras cuja tendência ainda se liga ao terreno do sagrado, ou mesmo da superstição e da simbologia, e que não demonstram uma experiência muito comprovada. Isso acontece nos textos, por exemplo, quando o próprio físico Mestre Giraldo oferece orações junto com remédios, mezinhas, na cura de certas doenças. Pode-se entender que ainda seria um dever direcionar certos conhecimentos a Deus, fonte de todos eles, agradecendo através de orações no momento da aplicação concreta deles. Soma-se a isto a continuidade no uso frequente de metáforas e recursos do mesmo gênero na justificativa de algumas assertivas das obras.

Pera os adragunchos tomaras os bichos das cabeças dos cardos peteeiros. // E siom çinco e metelos na casca de hũa noz com hũa tira de pano cruu e sobre esto ata hũa ljnha de moça ou doutra que seia virgem e legalo ao collo do caualo ou aas comas e põelho a hũa sesta feira ante de sol saído e dirás tres vezes ho pater noster e que maria á onrra de Deos e se lho poseres a sesta feira sangraloas hũa vez e se lho poseres em outro dia sangraloas tres na rauoa, e tanto que estes bichos morrerem logo sera são e se naçerem estes adragunchos antre a hunha e ho cabelo nom façom esta meezinha que nom prestará²⁹⁰.

A esto respondo por me scusar e dar a outros que taaes obras quiserem fazer regra per a maneira e propósito que sobr'ello tenho, conssiirando o que lii do coração do homem, que he semelhante aa moo do moyinho, a qual botada per força das águas nunca cessa de seu andar, e tal farinha dá como a ssemente que moee²⁹¹.

Ou seja, ainda que a visão transcendente da natureza tenha sido dominante por quase todo o período medieval, o emergir da concepção mais científica lhe retirara a exclusividade de atuação, e fizera com que a atração pelo sentido figurativo, o qual compunha o conteúdo simbólico dos bestiários medievais, dividisse cada vez mais espaço com um empirismo mais pragmático.

²⁸⁸ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 10.

²⁸⁹ PÉRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 5.

²⁹⁰ MESTRE GIRALDO. Op. Cit., p. 60.

²⁹¹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 2.

Por fim, pela hegemonia desta cosmologia, a centralidade do homem encontrou-se exaltada pela conjunção do antropocentrismo bíblico com o geocentrismo aristotélico. Isto indica que nos finais da Idade Média, uma nascente postura científica já apresentava uma finalidade de resgatar o domínio humano sobre a criação que, segundo os teólogos, teria se perdido em parte devido o pecado original. O ideal proclamado pelos que defendiam essa tradição traduziu-se no propósito inicial dos estudos sobre a história e o mundo natural, o qual tendia a um teor prático e utilitário, e que se resumia em conhecer como a natureza poderia ser de serventia à espécie humana, e como deveria ser gerenciada e aprimorada para tais usos²⁹². Isto pode ser demonstrado nas obras pela preocupação com a procriação dos animais a serem usados.

Ainda soem muitas vezes os monteiros a ter por força as cadelas aos cães e isto não é o melhor que se nisto deve fazer, porque quando assim têm, as cadelas estão sempre contra sua vontade e por isto não tem mentes no cão que as tem e por tal coisa muitas acontece de não ficarem prenhas, porque é feito contra sua vontade; ca dizem os naturais que nenhuma animália, nem ave nem as outras coisas, que por ajuntamento concebam, que nunca empenham sem consentimento da fêmea²⁹³.

Sendo assim, este trabalho partirá para sua próxima etapa, a fim de analisar as relações entre esses processos de apreensão do conhecimento através de elementos naturais, e a sua concretização em práticas e técnicas de domesticação da própria natureza, segundo os imperativos contextuais que já se demonstrou existir no território português do baixo medievo.

²⁹² THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 32-33.

²⁹³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 31.

CAPÍTULO 3 – APRIMORAMENTO TÉCNICO E DOMESTICAÇÃO ANIMAL.

Ressalta-se, de início, que a maior parte dos animais com que se ocupam as fontes trabalhadas, referem-se àqueles de importância para o exercício das atividades (lúdicas, bélicas e pedagógicas) da nobreza, tornando-se signos distintivos desta. Isto justifica a relevância dada pelos monarcas no investimento em tratados, a fim de desenvolverem saberes técnicos que envolvam o aperfeiçoamento de práticas e instrumentos de adestramento, domesticação e manutenção (higiene, habitação, alimentação, saúde, etc.).

No que diz respeito às técnicas é importante considerar as afirmações de José Mattoso sobre a cultura e a civilização não serem possíveis sem elas, uma vez que sempre exprimirão realizações humanizadoras – sobre a pessoa ou sobre o mundo. Segundo o autor

não há ordem de uma população sobre um território sem tecnologia. Por outras palavras, qualquer cultura ou civilização é efeito e condição do *homo technicus*. A técnica assegura e exprime a socialização, o esforço coletivo das nações para se constituírem, fortalecerem e perpetuarem. É por isso que a cultura, a civilização e a técnica, olhadas como objetos antropológicos, não passam, afinal, de nomes diferentes da mesma coisa²⁹⁴.

Com relação a Portugal nos séculos XIV e XV, o autor, assumindo as restrições em falar de tecnologia, alinhou o instrumental decisivo que permitiu os habitantes deste território construírem Portugal e afirmassem suas especificidades. E embora não pressuponha que estes apresentem originalidade de meios e de aplicações no período, aponta que “as soluções encontradas fossem ou não originais, acabaram por formar um corpus cultural coeso, testado pela experiência e cristalizado em mentalidade”²⁹⁵.

Assim, o prosseguimento do diálogo com as presentes questões envolvidas neste capítulo exige que se remeta novamente a certas informações precedentes e imprescindíveis. Em primeiro lugar, deve-se manter em mente o fato de que o homem, no final da Idade Média, tenha já alcançado e acumulado um respeitável avanço em seu nível de conhecimentos e técnicas em relação à natureza.

Um sintoma disto, como em toda a Europa Ocidental, dá-se no próprio julgamento das atividades humanas, considerando o trabalho como punição divina durante quase todo o período medieval:

²⁹⁴ MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 374.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 375.

a esses julgamentos vêm se opor outros, mais otimistas, dispostos a reconhecer a força, a habilidade, a criatividade técnica empregada pelo homem no trabalho e a olhar com admiração o esforço intelectual daquele que procura construir um saber²⁹⁶.

Mas estes avanços só puderam se tornar visíveis e concretos quando se viram acompanhados por uma postura mais experimental, empirista e mesmo científica no final deste período, quando o imaginário parou de ser foco exclusivo de explicação quanto às questões naturais. Desse modo, assiste-se através das fontes jurídicas e literárias o florescimento de uma gama de técnicas que refletiam tentativas pragmáticas de obter maior controle sobre os recursos da natureza: como arroteamentos, diques, canais, açudes, moinhos, etc.

Mostra-se, portanto, não apenas as características e atributos práticos destas práticas, mas também alguns fundamentos ideológicos que as acompanham, de forma a responder o porquê se reforça a importância do aprimoramento de tais técnicas nesse período, e sua relevância pedagógica para o homem medieval.

3.1 Da dependência ao crescimento do controle sobre a natureza.

Apesar de se confirmar tal avanço técnico, este não parece ter sido suficiente para, por um lado, acompanhar o aumento da dependência de recursos florestais, à medida que a população europeia sofria um relevante crescimento; e por outro, recuperar esses recursos após sua drástica redução, devido a extenso uso de técnicas primitivas de exploração, como vimos em capítulos anteriores.

Assim, cabe aqui analisar como o homem medieval, ainda consideravelmente dependente da natureza, propõe-se desvencilhar ao máximo desses constrangimentos naturais e ocupar uma posição de dominação em relação à natureza através de sua domesticação.

Trata-se de se concentrar não apenas nas justificativas criadas pelo homem para se colocar como superior aos demais seres da natureza e, assim, assumir o controle desta como ordenador escolhido por Deus. Preocupa-se, também, em elencar os indicativos a partir dos

²⁹⁶ CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. “Pecado” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, 2006, p. 338.

quais pode se perceber que esta proposta de domínio da natureza assume um caráter mais domesticador e civilizado do que anteriores aspectos de predação quanto a seus recursos.

3.1.1 Justificativas de superioridade humana perante os demais seres.

Compreende-se, para a Baixa Idade Média, que os efeitos ecológicos e tecnológicos irreversíveis da extensão do cultivo, criação e corte de lenha, como a degradação de ambientes vulneráveis, culminaram em, alguns lugares, com a maior dependência humana de produtividade artificial mais eficaz e da produção de elementos domesticados. Em outros, quando a produtividade não podia ser satisfeita, “provocou o retorno a uma economia de subsistência”²⁹⁷ com apropriação de recursos espontâneos e técnicas mais rudes.

Desse modo, há que se sustentar a consideração que a sociedade europeia durante os séculos XIV e XV ainda apresentava um considerável grau de dependência em relação à natureza. As crises agrícolas destacadas por Oliveira Marques²⁹⁸, resultantes de pluviosidade excessiva assim como anos de seca, são uma das muitas demonstrações de como a natureza condicionava a existência humana no período. Esta imposição do meio natural mostrou-se por muito tempo, durante o medievo, mantenedora constante do domínio sobre o cotidiano do homem medieval, bem como do exercício das atividades deste.

O próprio *Livro de Montaria*, assim como outras espécies de fontes da época, traz informações sobre um território natural cujas características e funcionamento apresentavam inúmeros embargos geográficos (orográficos, climáticos, entre outros) ainda de difícil transposição no período:

E cada uma coisa que os assim embarga, a cada uma deve o monteiro pôr seu remédio, ca nas armadas muitas vezes embarga o sol e o vento e isso mesmo quebradas de água, que se fazem em tal guisa que o monteiro não se pode fazer a corrida à sua vontade; e ainda mais as embarga a espessura das árvores, tremedais de águas, pontas de montes que entram pelas armadas, que os embargam de não serem em sua direita razão²⁹⁹.

²⁹⁷ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: Biblioteca Einaudi vol. 16. ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 258.

²⁹⁸ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 94.

²⁹⁹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 161.

Ainda alguns cães por si mesmos, como dito havemos, erram e isto é pelos tempos, os quais tempos quando assim vêm, que fazem os cães errar, ou é pelo tempo todo ser um, que compreenda todas as partes do monte, assim como é o soão no primeiro dia do seu correr, ou muito grande aguião, que vem com tanta força de sobre as águas, que chove em na manhã ou antes; e nestes tempos tais nós dizemos gerais, porque compreendem todas as partes do monte, assim altas como baixas, a qual coisa não fazem os outros tempos todos, que adiante diremos³⁰⁰.

Em outras passagens pode-se perceber também que certas relações de prática e técnica com os animais estavam condicionados ao conhecimento do clima, o qual se constrói, segundo a experiência implícita e atestada, devido ao evidente e recorrente grau de dependência, tendo em vista que este consiste em um elemento natural ao qual não se possuía controle, apesar de já se apresentar graus de previsibilidade.

Assim, algumas etapas do adestramento das aves usadas na caça, como no caso das prumadas, desenvolviam-se de acordo com o tempo e o funcionamento da temperatura do ambiente natural, seja calor ou frio:

Algũs caçadores, como entra habril e por todo o verão, achão que he **mao darem prumadas a sua ave por causa do tempo quente e não as podem fazer como no inverno**, salvante se a ave tiver tão grande necessidade que despense com o tempo³⁰¹.

Da mesma forma, as preferências do período de concepção e geração dos cavalos, para que sejam melhor criados devido condições a condições mais favoráveis, condiciona-se pela quantidade de alimento (pasto) fornecido pelo solo, o que por sua vez implica numa direta dependência da interligação entre dois elementos naturais de suma importância: vegetação e clima.

E deues a ssaber que **o cauallo deue de seer conçebydo e geerado em tall tempo que possa naçer em yenko dauondamento deruas** // ca per esto a madre auera mais leite pollo paçer que auera auondosamente e gouernara o filho mjlor e se bem criado e bem gouernado ffor as carnes e os nenbros seera todo mais fforte e mais conprido³⁰².

Prova desta impossibilidade material da maior parte da população do baixo medievo em dominar a natureza com maior eficácia encontra-se também na crença e uso contínuo da magia e superstição como forma de obter tal controle (transfere a possibilidade de controle

³⁰⁰ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 127.

³⁰¹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 208 (grifo meu).

³⁰² MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 7

para outro plano). Como consequência, persistia também no período um relativo temor por parte do homem a certos aspectos da natureza.

Outrossim se devem guardar os monteiros que nunca ponham o seu alão ao primeiro porco que houver de filhar, quando a lua for muito minguada, e demais ainda quando for antrelunho, ca neste tempo tiveram muitos e bons monteiros que, se o alão fosse ferido, que logo ficava cobarde; e a isto ão acharam nenhuma razão, senão tão somente pela experiência, em que a provaram muitas vezes; e desta coisa ão devem maravilhar ser assim, que quando a lua assim é em antrelunho e faz ficar os corpos dos homens em fraqueza e ainda alguns em minguamento do entender, bem pode ser haver de sua virtude que quando o alão em tal tempo fosse ferido que ficasse cobarde; e pois esta coisa assim é duvidosa, demais que por alguns bons monteiros foi achada por verdade, devem-se os monteiros guardar-se de ão meterem os seus alãos em tal aventura³⁰³.

Soma-se a isto o fato de o contato inicial do homem com a natureza ter se caracterizado pela entrega e respeito a um ser mais forte e estável. Portanto, mostra-se bastante necessária a compreensão desta “transformação que o homem terá de operar para se colocar perante a natureza como amo e senhor”³⁰⁴, mudando gradualmente o modo com que se relacionava com ela.

Isto é, apesar da permanência desta relação de dependência entre o humano e o natural, ainda em inícios do século XIV, já se pode perceber o crescimento de uma manifestação antecedente: a vontade humana de dominação sobre a natureza e os seres vivos, em seu conjunto e em particular. Esta, segundo Delort³⁰⁵ ocupava já há algum tempo a mente dos homens do Ocidente medieval, sustentada principalmente pelo discurso de filósofos e representantes da Igreja, estes últimos sob a égide das justificativas bíblicas.

Não é em vão que as Escrituras investem boa parte de seu texto em incutir a ideia de ordenação da natureza, o macrocosmo, em torno e em função do homem, o microcosmo, mantendo a importância do intercâmbio entre todos esses elementos. “O mundo assim, centro do homem, se organiza de forma que todas as componentes têm ressonância no microcosmo”³⁰⁶, possuindo o homem o dever de interpretar seus significados.

Especificamente com relação ao mundo animal, viu-se que este possuía uma marca extremamente presente no espírito dos medievais, seja pelo nobre através da caça, o camponês com seu pastoreio, ou ainda os filósofos com suas interpretações e representações de

³⁰³ JOÃO, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 42.

³⁰⁴ MICHELI, Gianni. “Natureza” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 12.

³⁰⁵ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

³⁰⁶ Idem. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp. 81-82.

bestiários. E o homem serviu-se destas criaturas com variadas finalidades além da subsistência. Dentre estes inumeráveis animais que se tinha conhecimento na época, pode-se afirmar a existência de uma divisão entre selvagens e domésticos, com uma visão mais realista e precisa³⁰⁷.

Esta categorização tinha por base o mesmo pensamento filosófico, também influenciado por valores do sagrado, que se preocupava veementemente com a nítida distinção entre a natureza humana e a animalesca, sempre considerando a superioridade daquela por desejo divino: “Na ordem, dessas ideias, o que mais distinguia os animais, quando comparados aos seres humanos, era, segundo os santos patrísticos, a sua violência imotivada e sem objetivos definidos”,³⁰⁸.

Os extratos abaixo mostram como se encontram realçados neste tipo de texto medieval o aspecto de brutalidade com que se caracteriza o comportamento animal, especialmente os selvagens (como javalis, ursos, lobos, entre outros), cujo contato com o cotidiano humano era menos frequente que os domésticos. Esta brutalidade vinha acompanhada não apenas de um teor de violência indiscriminada, mas também de um impulso em atender os impulsos do desejo e da carne, os quais se configuram como sintomas de uma conduta considerada bestial, típica de criaturas inferiores.

(...) e quando o porco assim é muito cortado da ascuma, faz muito grande segurança ao monteiro de não receber dele mal, **ca posto que o porco seja animália bruta**, tanto que se sente muito talhado de ascuma, não faz dele tão grande força ao monteiro, como aquele que é talhado pouco³⁰⁹.

E segundo sua determinação, assy o faz executar, o que se nom faria se esta contenda hy nom ouvesse **nem se faz naquelles que assy bestialmente vyvem** que todallas cousas, que o desejo carnal requiere, todas seguem a sseu poder, nem nos que vyvem presuntuosamente e se gloriam em esta voontade carnal nom nos contrariar nem lhe nembrar algũa cousa do que deseja e se recea³¹⁰.

Outros extratos demonstram o grau de diferenciação entre a natureza humana e a natureza animal, a qual tenderia para o selvagem, que se direciona para a superioridade da primeira em relação à segunda. Esta superioridade expressa-se por uma relação negativa de vergonha e reprovação pelo conjunto social, no caso de algum ser humano for encontrado

³⁰⁷ DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp. 77-78.

³⁰⁸ FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cànone Editorial, 2004, v. 1, p. 161.

³⁰⁹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 148 (grifo meu).

³¹⁰ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 92 (grifo meu).

manifestando comportamentos de natureza animalesca: como o de se permitir frequentar os matos indiscriminadamente, ou atender a quaisquer vontades em detrimento das tarefas declaradas como boas e corretas por este mundo cristão.

Ca por certo grande embargo na vontade de ter **vergonha devia ter o rei, que seu tempo nunca despendesse noutra coisa, senão em andar por matos em como o fazem as alimárias**; ca como quer que o monte seja dado aos reis de andar a ele, pero todavia o mais de seu tempo deviam a pôr nas grandes coisas, que tem de fazer, que a seu estado cumprem (...); e deve trabalhar que faça sempre direito e justiça com temor de Deus³¹¹.

(...) na qual coisa é de notar por este exemplo que os cães fazem, que grande multidão de mal é quando, **qualquer animália que seja, demais os homens casoaveis** deixam de fazer as coisas que realmente são boas, por tão somente cumprirem os seus desejos, ou para pedir, ou para outra coisa qualquer, por que seja cumprida sua vontade³¹².

Mais ainda, a alma, considerada criação de Deus, era interpretada como a vida do homem, eterna, domínio da razão, reforçando a diferenciação entre e os animais. Afinal, acreditava-se no período que “Deus não reside neles de forma alguma, só o homem foi feito à sua imagem, e isto exclui qualquer animismo ou panteísmo”³¹³.

Esta oposição entre o humano e o animal, com base na posse dos primeiros de um pensamento racional e alma imortal, fora motivada por Santo Ambrósio desde o século IV, e aparece em importantes trechos daqueles denominados doutores da Igreja, como São Tomás de Aquino, bem como ao longo das obras selecionadas para análise. Nestes, torna-se claro o contraste entre a razão, atributo humano, e o instinto da natureza, que seria a força que rege a vida animal.

Porem dizem que **as alymarias per natureza se regem, e os boos homões per razom**. E aqesto nom se faz a todos, por que os menos se governam per ordenança della, e os mais per o desejo da voontade³¹⁴.

(...) e pelo **instinto de natura que tem de se guardar de seu contrário, assim como fazem todas as animálias**, segundo dito havemos no capítulo XXVIII, da parte primeira e assim por este instinto de natura , quando os porcos entram na armada em que é seu cajão, logo conhecem todos igualmente o que hão-de ter dali³¹⁵.

³¹¹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 28 (grifo meu).

³¹² *Ibidem*, p. 129 (grifo meu).

³¹³ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação: Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 227.

³¹⁴ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 52 (grifo meu).

³¹⁵ JOAO I, D. Op. Cit., p. 118 (grifo meu).

Importante acrescentar aqui que, embora a razão seja considerada um atributo divino destinado exclusivamente à humanidade, ela não pertence necessariamente à totalidade dos seres humanos. De acordo com as fontes, considerava-se a razão uma qualidade responsável por reger apenas os “bons homens”, ideia intrinsecamente relacionada aos membros da nobreza, seja laica ou clerical. Ou seja, esta noção abarcava geralmente apenas os detentores do poderio político, econômico e religioso do período, os quais reconhecidamente se preocupavam em colecionar uma gama de *status*, entre outros elementos que os distinguissem dos demais segmentos sociais.

Deve-se ter em mente que, constituindo-se num dom de Deus, a razão não se estabelece apenas como uma dádiva naturalmente ganha, tendo em vista a explícita necessidade de cultivo e manutenção, para se alcançar o pleno exercício desta. Certamente esse cultivo não podia prescindir de frequentes exercícios físicos e espirituais que envolviam a valorização da virtuosidade. Afinal, expressou-se anteriormente o íntimo contato que se podia estabelecer entre a razão e a alma, bem como a importância da demonstração de virtudes para ambos os pólos desta relação.

Também aqui é o idealismo dominante que leva as pessoas a deliciarem-se com a excelência da virtude em doses tão fortes. A virtude é concebida como ideia; a sua beleza brilha mais intensamente na perfeição hiperbólica da sua essência do que na prática imperfeita da vida cotidiana³¹⁶.

Isto explica, por um lado, a preocupação avisina com a difusão da virtuosidade e moralidade entre seus súditos, especialmente a aristocracia que lhe era mais próxima, e deveria servir de exemplo, juntamente com a família real, aos segmentos inferiores. Nessa sociedade, a razão associa-se a elementos comandados pela cristandade, como no caso das virtudes, servindo à construção de uma sociedade civilizada, no sentido de racional e espiritualizada/moralizada. Estes homens é quem deveriam ser os expoentes e representantes do reino, estando mais próximos aos animais pela carência do cultivo da razão, deveriam ser regidos como aqueles.

Todos esses argumentos, os quais também eram verdadeiras crenças, foram amplamente utilizados para legitimar uma ideologia que pregava a existência de uma hierarquia na qual apenas Deus encontra-se acima dos homens, pois, como já dito, fora criado à semelhança daquele. Isto implica no fato de que só o homem, único ser diretamente abaixo

³¹⁶ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséa, 1924, p. 163.

de Deus, e segundo a permissão deste, estaria capacitado a ordenar e comandar as demais espécies de animais, sejam aves ou outras.

Algumas passagens extraídas das obras analisadas ressaltam a crença fervorosa de que Deus foi o criador absoluto e senhor das aves, assim como das demais animálias, de todos os seres e também dos homens. Nestas passagens, pode-se observar também o reforço à ideia do governo e do poder sobre as animálias, aves ou bestas, no mundo terreno concentrar-se nas mãos dos homens.

E assi como o senhor do açor abre as aues que el matou e da lhi a comer os coraçoens delas. assi **nostro senhor poderoso que he senhor dos açores e dos que os tragẽ** abre os seus uentres. ca lhes tolhe os deleytos e os sabores da carne mostrando lhis pela santa escritura **quantos** perigoos e quantas mortes lhis poden ende nacer se os quiseren seguir³¹⁷.

O poder da fazenda se deparde em duas partes: **Hũa pera comprar e aver boas bestas; e a outra pera as governar**. E pera cada hũa destas, se grande voontade tiverem e muyto saber, a poucos fallecerá o poder (...)³¹⁸.

Os caçadores, que falcões não daver en seu poder, se hão de guardar que nunca darẽ de comer a sua ave sobre regeito, e pera esto a devẽ de poer en boa alcandora e mandar bem varrer de juzo, de guiza que o regeito nõ se possa esconder en nẽhũ lugar; e se nõ fez, esse dia non coma nen seja lançado a nenhũa caça nen chamado de rol³¹⁹.

Além desses discursos, o próprio maravilhoso, juntamente com seus simbolismos, já apresentava uma postura de submissão da natureza a serviço do homem. Um bom exemplo disto está na lenda da Melusina, que vigorou no período, e na qual Jacques Le Goff detectou uma atividade *arroteadora* considerável, no aspecto da propriedade rural: clareiras se abrem, terras se desbravam e florestas viram campos lavrados, a região de Forez passa de natureza a cultura³²⁰.

Por fim, pode-se identificar já nos finais da Idade Média, uma postura científica cuja finalidade era resgatar o domínio humano sobre a criação que, segundo os teólogos, teria se perdido em parte devido o pecado original. O ideal proclamado pelos que defendiam essa tradição traduziu-se no propósito inicial dos estudos sobre a história e o mundo natural, o qual tendia a um teor prático e utilitário, e que se resumia em conhecer como a natureza poderia

³¹⁷ _ “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, nº 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925, p. 131 (grifo meu).

³¹⁸ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 11 (grifo meu).

³¹⁹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 17 (grifo meu).

³²⁰ LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*, pp. 305-306.

ser de serventia à espécie humana, e como deveria ser gerenciada e aprimorada para tais usos³²¹.

Ou seja, “as atitudes humanas em relação ao animal estão profundamente impregnadas de religião”³²², não podendo ser explicadas apenas pelas inter-relações ecológicas. Estes posicionamentos partilhados pelo universo judaico-cristão não apenas alimentaram o discurso bíblico de que Deus colocara os animais como as demais criaturas da natureza sob o domínio natural do homem, a quem foram criados para servir. Isto encontra-se claramente expresso no próprio Gênesis 1, 28.

Também corroborou com outras posturas, pois explica a submissão, amansamento ou adestramento individuais de certos animais selvagens acontecendo durante toda a Idade Média, apesar de existirem algumas diferenças de razões, modos e condições, segundo a localidade. Todavia, “há uma unidade nesta diversidade: a do domínio crescente do homem sobre a natureza e seus recursos, que o obriga a um ajustamento constante às condições que criou e cria”³²³.

3.1.2 O caráter “civilizador” da domesticação natural.

Uma das grandes questões que se enquadra neste capítulo, refere-se justamente a esta proposta de resgate e estabelecimento do domínio humano sobre a natureza, a qual parece ter amadurecido especialmente em algumas regiões no final da Idade Média, relendo o discurso de subjugação e exploração do mundo natural sob o viés civilizador da domesticação.

Delort acompanharia o raciocínio de A. Gautier (1992) sobre a domesticação tratar-se de

um processo de microevolução iniciado pelo isolamento de um número restrito de indivíduos de uma espécie selvagem particular, em um nicho ecológico especial, estabelecido pelo homem e que obriga esses animais a viverem e se reproduzirem sob sua tutela e em seu proveito³²⁴.

³²¹ THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 32-33.

³²² BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 228.

³²³ Idem. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 259.

³²⁴ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 58.

Alguns estudos mostram que desde os tempos antigos, as economias de apropriação, como nos tempos e locais em que as atividades de caça predominavam, desenvolveram técnicas e práticas que permitiam algum nível de manutenção e a renovação dos recursos disponíveis. Seja através de sistemas de proibições periódicas para proteger determinado animal regularmente caçado, ou a caça seletiva que permitia a reprodução dos rebanhos.

Entretanto, o investimento humano no desenvolvimento gradual destas técnicas mais primitivas para um processo domesticador mais *stricto sensu* permitiu ao homem se libertar cada vez mais das constrictões impostas pelo ecossistema, embora conservando as marcas das condições naturais precedentes³²⁵. Mais do que isto, o homem começa a reduzir sua postura predatória em relação ao animal, cujos recursos consumia diretamente dependendo ao abatimento da fonte.

Cessa então, relativamente ao animal doméstico, a *predação* inicial, que dá lugar a um *parasitismo* sistemático. O homem passa a viver à custa dos seus animais, assegurando, no entanto, a manutenção, a reprodução e o desenvolvimento do rebanho. O abatimento dos animais passa a ser feito tendo em conta a necessidade de manter o crescimento do gado³²⁶.

De acordo com as definições acima, sublinham-se aqui dois pontos. Um deles diz respeito ao fato de esta postura domesticadora não ser uma invenção da Idade Média, visto que seguia um processo milenar, criando espécies e raças diferentes das primitivas. Na maioria das vezes, este processo prosseguiu com as mesmas tendências, apesar de apresentar alguns ritmos e premissas diferentes de acordo com o local de ocorrência. Assim, a Idade Média, como outros períodos históricos, presenciou períodos de retrocesso no processo de domesticação, em que partes da sociedade se viram de novo em torno de uma economia de subsistência dos tempos arcaicos.

Outro ponto, referente especificamente à temática estudada nesta pesquisa, vem refletir sobre a busca de maiores rendimentos não ser o único, ou mesmo o principal, motivo que levou à domesticação. Segundo Jacques Barrau,

Sauer [1969] expressou a ideia sedutora de que o lento, longo e paciente trabalho de experimentação empírica que a domesticação implica não podia ter sido obra de grupos humanos pressionados pela necessidade; ele atribuiu-o antes a sociedades que beneficiavam de uma abundância natural de recursos vegetais e animais

³²⁵ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 257.

³²⁶ Idem. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 231.

espontâneos que tinham, por isso mesmo, tempo suficiente para inventar esta nova relação do homem com o vegetal e com o animal³²⁷.

Dessa forma, compreende-se que o homem não fora induzido a colocar ordem na natureza apenas pelo tempo livre e necessidade de subsistência. Isto não justifica por si só o impulso e o começo da domesticação, pois algumas sociedades continuaram retidas na apropriação de recursos espontâneos devido a sua abundância e à adaptação tecnológica, social e ideológica a estas condições.

Esta ideia vem a ser corroborada com um dado já fornecido, a respeito de o homem se servir do animal segundo finalidades variadas, dentre as quais incluem fonte de alimento e energia, mas também suporte para ideias e rituais.

Isto significa que os animais, assim como as plantas, que foram alvos da domesticação, não implicam apenas em “fontes de alimentos, de matérias-primas, de materiais, mas também instrumentos do domínio do homem sobre o ambiente natural, bem como da transformação deste último pela atividade humana”³²⁸. Pelo contrário, deve-se ressaltar que em alguns casos as primeiras domesticações animais possuíam finalidades sagradas e ritualísticas.

Tudo isto vai ao encontro da proposta do presente estudo, o qual não se dedica a trabalhar com o aspecto da domesticação dos elementos da natureza conectados à produção econômica e à subsistência. Trata-se de encará-la no seio da sociedade cavaleiresca e da nobreza em fins da Idade Média, onde animais e plantas são domesticados por outros motivos, igualmente importantes, por apresentarem outras funcionalidades e significados, dentre estes o simbólico e o ritual.

Afinal, Delort afirmaria que a “verdadeira atividade de criação define-se de maneira socioeconômica, mas também biológica e cultural”³²⁹. Isto significa que as diretrizes políticas e culturais também tiveram fundamental importância no processo de domesticação animal ocorrido no período citado, convertendo a antiga exploração irracional e subjugação sanguinária.

Aqui, neste caso, também a própria teologia cristã, seguida por séculos de pregação durante toda a Idade Média, já nos finais do período possuía enorme responsabilidade em

³²⁷ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 246.

³²⁸ *Ibidem*, p. 257.

³²⁹ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 58.

fornecer os alicerces, no caso morais, a fim de justificar as iniciativas humanas de conquista do mundo natural, numa proposta de controle mais refinado.

Exemplos desta postura, já vistos anteriormente, são encontrados no baixo medievo português, como a expansão da criação de gado, à qual se conferiu o *status* de atividade civilizadora por excelência. Afinal, o grande processo domesticador realizado com eles produziu instrumentos melhores e animais mais adestrados, buscando melhorar os deslocamentos e os trabalhos³³⁰. O pastoreio parece também ter aumentado nos séculos XIV e XV, devido à melhoria das condições do rebanho.

Já no que diz respeito aos animais que não se configuram nas finalidades exclusivamente alimentares e econômicas, o que mais convém nesta análise, presenciemos outros exemplos mais pertinentes: aparecimento das coimas e a fixação de tributos sobre a caça grossa, como medidas de proteção das faunas, e de parte do ambiente florestal com função cinegética, tendo em vista a tradição da caça.

Soma-se a isto a existência de áreas de reserva como as coutadas, que aumentaram juntamente com o poder régio no século XIV, como provam a organização das montarias. Tanto que a “coutada velha” aparece mais extensa e delimitada nas Ordenações Afonsinas³³¹.

Esta proteção régia a animais como veados, corças e coelhos, restringia-os dentro dos limites próprios da “coutada velha”, tentando controlar um dos componentes relacionados com a exploração depredatória das matas. Isto porque a “caça grossa continuava a desaparecer em todo o território, já que é abatida pelos moradores para proteção do espaço cultivado, e que as matas se fragmentam cada vez mais”³³². Ainda que algumas destas coutadas já não desempenhassem a função cinegética, visto que esta atividade concentrava-se em espaços onde a arborização diminuía gradualmente.

Algumas passagens no *Livro de Montaria* mostram serem presentes no período estudado algumas ideias que reprovavam a matança de animais selvagens. Muitas dessas ideias possuíam matriz no sagrado, tendo em vista a relação entre o ferimento dessas criaturas e a perda da alma em caso de falecimento no exercício da atividade cinegética.

³³⁰ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 157-158.

³³¹ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 51.

³³² Idem. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986, p. 21.

Porque eles não tomam as coisas assim como se devem de tomar, ca em dizer que andar ao monte é vaidade e por isso não deviam a mandar defender que não matassem os porcos, a isto dizem verdade³³³;

Isto mesmo alguns dizem, que o homem que é ferido de porco, que se morre daquelas feridas, que sua alma será perdida; e **a isto dão razão, porque se mata animália bruta e que não é coisa lícita para fazer**. E isto, quem quer que o diz, a nosso ver não diz bem (...)³³⁴.

Apesar disso, reis como D. João I e D. Duarte discordaram dessa postura mais radical, justificando seu direito ao exercício da caça, e as vantagens que esta fornecia a quem dela participasse. Entretanto, esta defesa da arte de caçar e matar animais selvagens já vinha acompanhada da proposta de técnicas que buscassem maior eficácia, causando o mínimo de tortura ao animal. Isto, juntamente com as limitações da caça a momentos, lugares e pessoas específicos e programados, parece demonstrar uma apelo a uma imposição e domínio menos predatório em relação a este importante elemento da natureza que é a fauna.

(...) ca se por lícita coisa é havida os que vão sobre mar a ganhar de comer e posto que no mar morram, que não seriam suas almas pedidas, pois que vão trabalhar as vidas, pois muito o seriam menos os que andassem ao monte, ca os escudeiros e os moços do monte, todos por aquele trabalho em que trabalham, assim ganham de comer e vêm a grandes honras e estados, como os que vão sobre mar e muito mais; ca sabido³³⁵.

Hũa quarta maneira de ferir husso, touro, porco grande e pesado, a qual tenho por mais segura que nehũa das outras suso scriptas, teendosse logar em que se possa bem fazer, he por esta guisa: Tanto que o de cavallo bem encaçar cada hũa destas alymarias, emparelhandosi com ella leixea aa mão ezquerda, e fazendo volta venha de través a ella, e passando per detras a feira naquella parte da mão direita (...) ainda que cada hũa destas veações que assy ferir seja forte e brava. E por se ferirem mais prestemente, Elrrey meu senhor põe algũs avisamentos no seu Livro de Montaria, de nom levar a lança muito soobraço, por a / pontaria nom perder, e de leixar a veaçom encarreirar ou correr per algũu sopee, por nom fazer volta³³⁶.

Também se assistiu a introdução de animais selvagens e exóticos, domados, através das coleções importadas para os parques organizados pelos soberanos, pelos quais exhibia seu prestígio. E a constatação de um interesse experimental mais pragmático diante da natureza também culminou com o melhoramento da criação seletiva que refinara a provisão de animais domésticos³³⁷.

³³³ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 23

³³⁴ *Ibidem*, p. 25 (grifo meu).

³³⁵ *Ibidem* p. 25.

³³⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 106.

³³⁷ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 166-167.

Na prática, percebe-se o aperfeiçoamento das técnicas de reprodução dos cães, segundo a seleção dos melhores, entre os critérios da nobreza, de acordo com seu uso. Iguamente aprimoraram-se o treinamento destes, bem como cuidados com alimentação, higiene e habitação, especialmente a partir de D. João I, o qual, com maior saber prático e experiência, fora um dos pioneiros no tratamento específico dos cães. Tal treinamento, que surtiu no surgimento de algumas matilhas especializadas, fora acompanhado respectivamente pelo treinamento da nobreza. Estes animais passaram a ser tão bem tratados que os senhores e reis possuíam o hábito de destacar súditos específicos para os cuidados dos cães.

Alguns trechos contidos nos livros destinados à volataria, caça com aves, contém claramente a proposição do amansamento desses animais considerados selvagens, o que se destaca, por exemplo, pelo fato de se escandalizarem com facilidade. Trata-se já de uma perspectiva de não apenas dominar o animal, subjugando-o e abatendo-o para consumo direto, e sim torná-lo doméstico. Isto se pode perceber pelos próprios conselhos a respeito do trato com o animal que, para alcançar tais objetivos estipulados, exige a demonstração de maiores cuidados, como no falar e afagar o animal, e cuidá-lo muitas vezes em lugar isolado e mais calmo.

Ben assy pode el Rey fazer falcoeiro quẽ nunca trouve falcão em mão; **este que di en diante o saiba trazer e amansar até fazer roleiro e caçar con elle e fazer delle capa e todos garnimentos**, que o falcoeiro deve saber fazer, e digo que mais, que, por a rezão sobredita, deve bem fazer do Rey; o que nunca foy mestre de conhecer dor de falcão por esta guiza a pode conhecer e curar della e dar ao falcão [mezinha], se dor he que o falcão deva guarecer; ca [a] todos os falcoeiros nas cousas sobreditas amostraria qual era feita, [e] nõ pareceria que hera bẽ enpreguada en tal [ou tal ave] caçador³³⁸.

Quando quer que te vier o falcão de novo con os olhos cozidos da mão do roleiro, descozelhos has loguo e lavarinhos ás com hũ piqueno de vinho branco bon muyto brandamente, e porlhe ás seu caparão, que lhe não faça mal no rosto, **porque se escandalizão, e não lho tirarás senão dahi a tres dias, en hũa casa onde estejas só con elle, cõ carne na mão, falandolhe e afagandoo muyto (...)** Isto os faz muyto domésticos; e dahy por diante comessarás de o matinar não muyto demaziadamente, porque o andar desvelados lhe faz perder a fome; (...) **Como o tiveres feito roleiro, que pareça que está manço**, provalhe água em lugar onde faça praia baixa, en rezão e en lugar descuberto, pondoo fora daguoa co caparão; e tirao então e arredate fora (...)³³⁹.

Já nas obras cinegéticas e de equitação, o objetivo pedagógico apresentado explicitamente em seus conteúdos, não se reflete apenas em ensinamentos relacionados a

³³⁸ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 70 (grifo meu).

³³⁹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, pp. 212-213 (grifo meu).

educar os nobres que pretendem aprender as referidas manhas. Uma série de passagens apresentam outros ensinamentos que, embora devam ser ministrados pelos homens, encontram-se direcionados à domesticação, ou mais exatamente à *governança*, das bestas, no caso os cavalos e os cães. A capacidade de exercer o controle sobre esses animais, isto é, governá-los, é uma parte imprescindível do processo da boa criação dos mesmos.

E da maneira que se **há de teer na governança das bestas em verão e em inverno, e pera as poer em carne e governar em Ella**, e do conhecymento das doenças, criamentos e enssyno em seendo novas, nom entendo fallar, por que he largamente scripto em algũus livros dalveitaria³⁴⁰.

E da criação dos cães dizem os sabedores que falaram na criação de todas as coisas, que **as principais coisas a que devem ter mentes os que algumas criaturas quiserem criar, que assim é no governo** e depois na limpeza; e a outra é que os guardem o mais que puderem das cajões que por a novidade eles são prestes de ter. **E porque o governo é a mais necessária coisa que as outras**, porque minguido esta as outras duas não valeriam nada e de sobre este governo tiveram grande referta em departamento os monteiros sobre o criamento dos alãos e sabujos³⁴¹.

Há que se reparar ainda na manifestação de uma forte interligação de ensinamentos entre as obras, onde, por exemplo, os conhecimentos de ensino e criação do animal, presentes na precedente obra de alveitaria, conjugam-se com os saberes da obra de equitação. Tudo isto compondo um plano maior que converge numa postura de maior preocupação em domesticar com eficácia os animais de uso frequente da nobreza.

De fato, o maior objetivo pretendido era realizar a transformação destes animais em instrumentos úteis de forma que pudessem servir, enquanto vivos, a propósitos e interesses da aristocracia. Justamente por isso, o domínio sobre estas bestas deveria acompanhar-se com a preocupação em mantê-las em boas condições, o que claramente reflete um aspecto domesticador.

Trabalha por que a tua ave seja de **boa condição e muyto maneira ou releira e que tome bem aguoá, porque as faz domesticas** e avitalhe muytas doenças, e asy tão bem por ser boa caporoeira, porque se o non for nõ fará virtude e debatesse muytas vezes, que he causa de se quebrantarem, principalmente guaviães, que são deliquados, en que acordem muytas doenças³⁴².

Ressalta-se que estas “boas condições” a que se refere implicam em condições tanto físicas quanto comportamentais. Estas, para serem alcançadas exigiam um nível de correção

³⁴⁰ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 12 (grifo meu).

³⁴¹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 35-36 (grifo meu).

³⁴² LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 208 (grifo meu).

de hábitos, substituindo os antigos costumes naturais por outros menos selvagens. Afinal, acreditava-se na ideia de que os comportamentos poderiam ser mudados através do uso e contato contínuo com novas condutas.

Ca sabido é que acostumando homem com aqueles que mal acostumados são, forçado será tomar dos costumes daqueles com que acostuma: ca certo é que os costumes longamente usados fazem mudar a natureza³⁴³.

A esta coisa **deve corrigir o monteiro seus cães**, quando por cada uma destas guisas lhe vão errados, logo primeiramente queremos dizer, quando o porco grande fica nalguma moita e os cães saem por onde vai o outro mais pequeno³⁴⁴.

No que tange a esta correção, um dos sintomas práticos em que se nota realmente o reflexo de uma proposta de domesticação animal mais refinada, ou civilizada, dá-se através das passagens abaixo. Nestas, percebem-se conselhos e ensinamentos propostos a respeito da demonstração do máximo de mesura na utilização das esporas, instrumento de adestramento dos cavalos, e outros elementos de castigo, como paus e pedras. Reconhece-se a necessidade de minimizar a forma agressiva de amansar, visto que o excesso de ferimento ao animal está longe de representar a melhor forma de domesticá-lo.

Per aquestes avysamentos que screvo se pode veer **como convem guardar tempo ao feryr das sporas**, e que cadahũ per ssy consiire o que deve fazer, e pergunte aos que vyr que o bem sabem como he bem de feryr seu cavallo (...) **Nem ameude muito, mas per razoado spaço feira dellas** como veerá fazer aos boos cavalgadores; ca outro compasso nom se pode bem dar³⁴⁵.

E ainda quando toparem com algum dos cães, que assim saíram às vozes dos outros sabujos, **tragam-nos mal de palavra com que os cães são acostumados de ouvirem quando os quiserem castigar, e guardem-se de os não ferirem de pau, nem de pedra**, que em tal caso como este pelas feridas não lhe poderiam vir bem, antes lhes faria mal³⁴⁶.

Outros dados demonstram um aspecto também pertinente desta proposta de dominação mais civilizada sobre o mundo animal. Preocupa-se com a sobreexploração do animal no exercício das atividades humanas, o que era característico de uma relação predatória com a natureza, e os consequentes efeitos negativos que se pode desenvolver nessas criaturas.

Assim, encontram-se alertas sobre as doenças e males acarretados pelo tratamento rígido e o excesso de serviços demandados a alguns animais, de forma a recomendar uma

³⁴³ JOÃO, I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 26.

³⁴⁴ Ibidem p. 123 (grifo meu).

³⁴⁵ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 130-131 (grifo meu).

³⁴⁶ JOÃO I, D. Op. Cit., p. 127 (grifo meu).

dosagem na força e esforço exigido por estes. Aconselha-se também o cuidado com o corpo das criaturas, via fornecimento de água e alimentos nos devidos tempos, bem como a manifestação de uma postura mais amistosa, que se demonstra pelos afagos, para que as animálias superem seus próprios embargos, como o medo ou o cansaço.

E esta doença se faz do **gram premjmento da sela** ou da **gram carrega sobrellas espadoas** des que aquele inchaço e desque enuelheçe geerasse carne podre e corrupta. // E aas vezes apodreçe a par dos ossos dentro e rronpe ho coiro e deyta ende vrmo ou auga. // E esta doença chamam em latim *pulmo* e em nossa linguagem polmom do lonbo³⁴⁷.

Assim, quando os alãos forem de dez meses em diante e trouxerem colares, aqueles que os tiverem de ensinar tragam-nos às vezes nas trelas e que em trabalhando com eles, comecem de correr com eles, levando-os nas trelas; **e isto não seja em nenhuma guisa por força, senão por seus talentos, ca de lho fazerem fazer por força se devem de guardar os que os tiverem de ensinar**³⁴⁸.

Tanto que os tiverem tomados nas trelas e **lhes derem de beber, se acharem água, assim como dito havemos, afaguem-nos em tal guisa que lhes façam perder o medo**; e então tornem o mais toste que o fazer puderem àquele lugar, onde os cães cambaram o porco pelo cervo; e então dêem-lhes a saída por olho, por onde o porco vai³⁴⁹.

Enfim, em meio a esses movimentos e atividades característicos do período que compreende o baixo-medieval português, defende-se a visão de Robert Delort a respeito de uma mudança concreta nas relações dos grupos humanos com as espécies vegetais e animais, no viés de substituição da relação predatória por outra mais simbiótica.

Mais do que isto, a ligação de certas atividades humanas, como os jogos cavaleirescos, com o mundo animal e o ambiente natural mostra a íntima relação existente entre o pretenso polimento da conduta humana com o adestramento animal e o domínio da natureza, como partes complementares do mesmo processo civilizador. Isto porque, de fato, à época, “a ‘civilização humana’ era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza”³⁵⁰.

Ou seja, considera-se a importância do processo civilizador humano iniciado em Portugal a partir da Dinastia de Avis, através das diretrizes da ideologia monárquica. Estas contribuíram para o desenvolvimento da cortesia como modelo ideal desse espírito aristocrático que circulava no Paço, por sua vez influenciando, e sendo acompanhada, por um processo civilizador e “domesticador” da natureza.

³⁴⁷ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 38 (grifo meu).

³⁴⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 39 (grifo meu).

³⁴⁹ Ibidem, p. 126 (grifo meu).

³⁵⁰ THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 31.

3.2 Elementos da domesticação animal.

Mostrou-se acima o quanto as obras enquadradas como Literatura Técnica, produzidas pelos reis portugueses, a partir do século XIV, apresentam uma postura mais civilizadora, e menos brutalizada, com relação ao mundo animal. Portanto, notar-se-á, especialmente neste tópico, alguns elementos principais que acompanham, ou mesmo refletem, este espírito domesticador.

Este, por exemplo, culminou num maior esclarecimento e diferenciação dos tipos de animais utilizados pela nobreza, bem como as raças consideradas melhores, sempre destacando a comparação entre os mais selvagens e os mais fáceis de se amansar, além dos usos específicos a que se destinavam, e as qualidades exigidas para o exercício de tais atividades, incluindo suas implicações e necessidades.

Isto implica na observância não apenas das tentativas de aperfeiçoamento das formas de categorização e seleção dos animais, como um dos primeiros sintomas do desenvolvimento de uma atividade domesticadora. Da mesma forma foca-se nos valores e ideologias vindos da nobreza, e que fundamentam a escolha preferencial de determinados animais, visto que estes consistem em instrumentos materiais e simbólicos distintivos desse grupo social.

3.2.1 Seleção e categorização das espécies animais.

A primeira destas questões diz respeito aos mecanismos relativamente mais aperfeiçoados de categorização, e pode-se dizer de uma principiante taxonomia, os quais, conseqüentemente, culminam nos processos seletivos desses animais. Segundo Jacques Barrau a “capacidade de classificar é de fato uma das características mais marcantes do homem: ele tinha de ordenar a natureza para tirar o melhor partido dela. Como prova disto, temos as múltiplas classificações zoológicas do saber naturalista popular”³⁵¹.

³⁵¹ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, pp. 225-226.

O homem medieval não estava isento dessa capacidade. Pelo contrário, a forte influência cristã tornou-o bastante desconfortável com a desordem e a imperfeição. Isto justifica sua obsessão em buscar uma harmonia universal, que estivesse em pleno acordo com as ideias divinas, através da criação de ordens cerradas e organizadas segundo um encadeamento e gradação fundamentais.

Desde antes da valorização dos saberes de caráter mais científico, os numerosos bestiários e representações iconográficas realizavam o esforço de categorizar e hierarquizar os principais animais, imaginários e reais, que povoavam as obras literárias e os edifícios. De acordo com Delort, poucos insetos eram considerados, alguns como aves e outros como mamíferos, bem como peixes consistiam em todas as criaturas que viviam nas águas, ou que sobre a terra eram desprovidas de patas. Todavia, eram sobretudo as aves e os mamíferos terrestres que regiam esta literatura, mais abundantemente descritas e cuidadosamente individualizadas³⁵².

Obviamente, nem as intenções, e nem mesmo os critérios, levados em consideração no exercício dessas classificações ou categorizações estavam exclusivamente ou prioritariamente vinculados às necessidades orgânicas e econômicas do homem. Afinal, já fora afirmado acima que as relações entre o homem e o animal ultrapassa estas questões.

A essas necessidades somaram-se outras, com o mesmo grau de importância, a fim de suprir as exigências intelectuais do homem em produzir estes saberes de matriz naturalista (popular ou não). Inclusive, dentre as mais variadas e complexas contribuições que o animal forneceu ao homem encontra-se a de auxiliar o desenvolvimento científico deste, ampliando seu conjunto de conhecimentos sobre a vida, e até sobre sua própria fisiologia.

Assim, no processo de produção desses conhecimentos, deve-se salientar a relevância da experiência acumulada pelo longo e direto contato entre o homem e a natureza, que inclusive transformou a ambos, além do olhar mais pragmático em relação aos elementos desta.

Isto porque esta convivência prolongada foi a grande responsável pelo

desenvolvimento de um saber empírico da vida vegetal e animal, bem como comportamentos de apropriação que permitam a manutenção e a reprodução da reserva vegetal e animal sujeita à ação humana: trata-se de técnicas de caça e de recoleção seletiva, caça e recoleção ritualmente controladas através de proibições e justificação mágica ou religiosa³⁵³.

³⁵² DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, p. 77.

³⁵³ BARRAU, Jacques. "Domesticação" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 247.

As fontes demonstram que as criaturas em questão são selecionadas e categorizadas visando, entre outros motivos, a diferenciação entre os domésticos e os selvagens, o que culmina com a diferença entre o natural e o ensinado/domesticado. Tudo isto em prol de se diferenciar quais destes animais seriam perigosos, ou quais deles estariam mais propensos ao amansamento e, conseqüentemente, levados a uma convivência mais cotidiana e doméstica com o ser humano, atendendo a quaisquer que fossem a necessidades deste.

(...) ca tal dizer não tornava que o pão não fosse melhor mantimento que a carne, cá aquele Senhor que fez todas as coisas, esse fez que os lobos e os rapozos vivessem nos montes e comessem carnes e isso mesmo fez aos cães para viverem com os homens e que o seu viver fosse de pão³⁵⁴.

(...) ca onde destas coisas os sabujos são quites, melhor lhes é de dormirem fora que na casa, se a terra é tal como já dissemos. E isto **seja com protestação de não ser a terra em que os lobos comem os cães**, ca em esta tal não diríamos nós que os lançassem fora a dormir³⁵⁵.

Uma das diferenciações entre os animais, no caso entre as aves e as demais bestas, perpassa pela posse ou não da razão, um atributo que, como visto acima, é de suma importância para diferenciar o homem dos demais seres vivos. O uso da posse da razão, um atributo tipicamente humano, como critério para diferenciação entre homens e animais, pode também implicar na qualificação das bestas que estão mais propensas ao amansamento. Afinal, a razão era considerada um fator contrário à selvageria.

(...) porque [a ave] **non he criatura que aja rezão, não se pode guardar por sy nem pode aver tal guarda como as outras alimarias**, nem pode aver sangrias, ca seu corpo nom he desposto pella guiza das outras criaturas sobreditas, que aquelle proido hão; e se vissẽ que os falcões tirassẽ as penas velhas no tempo do inverno, quando as aves não mudão, dirião que as rezões susoditas que nõ [eram] convenhaves nem verdadeiras³⁵⁶.

De fato, constata-se que a maior parte dos animais tratados nas obras analisadas, já possuíam um histórico de domesticação, como cães e cavalos, ou mostravam-se como passíveis de serem domesticados, como as aves de rapina. A exceção a esses casos está apenas no javali, ou porco montês, o qual apresenta grande importância no *Livro de Montaria* de D. João I, mas não no sentido domesticador como os animais acima mencionados, e sim como

³⁵⁴ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 38.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 32 (grifo meu).

³⁵⁶ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 32-33.

uma besta a que se deve observar direta e frequentemente os hábitos, a fim de aprender a melhor dominá-la.

(...) e este estar assim o monteiro em entender o porco lhe é bom, quando está em lugares rasos ou limpos, no qual ainda o porco não mostre que anda em toda sua braveza; ca **no lugar que fosse muito espesso e ao monteiro parecesse que já lhe o porco mostrava toda sua braveza, ao qual os monteiros bem podem conhecer, quando virem que o porco anda encaçado dos cães e ladrando-se muito a miúde**, requerendo os lugares espessos e altos do monte; em na ladradura quando a fizer sempre acutela muito os cães quando o porco esta coisa faz; tiveram os monteiros que o porco que esta coisa fazia era já muito bravo e em tal lugar ao moço desta guisa levar a ascuma nas mãos³⁵⁷.

Entretanto, mesmo as espécies já consideradas domésticas e domesticáveis levantavam a necessidade do estabelecimento de subcategorias internas, de modo a destacar as variações de raças e identificar quais delas seriam mais fáceis de domesticar, e quais possuiriam as melhores qualidades de acordo com as intenções por trás de sua utilização. Nas obras de cetraria encontramos muito bem delimitada essa divisão entre as espécies de aves de rapina, juntamente com as características mais peculiares de cada uma no que diz respeito ao processo de domesticação.

Quando tiveres falcões nebris do Frâdes ou doutra parte (...). Os falcões sacres são aves de grãde voar; **querense muy bem principiados** e muytos caçadores não sabem se são mudados ou polos; são de sorte de milhanos; muitos delles **não sofrê com pessoa** (...) Quando os comessares de fazer há de ser acabados de purguar, e em aquillo que **ouveres de inpor não lhe tardes** muyto, porque são **muyto transportados**; e querem que o[s] facão e atraenos em verdes, que doutra maneira sam trabalhozos de fazer³⁵⁸.

Os alfeques sam falcões de muito **boa condição** e tem os **olhos muito fermozos**; vem d' **Afrika**; sam maos de fazer, porque sam de pouqua fome; em **Castella** sam estimados; matão as perdizes e as peguas e algüs delles os corvos e lebres. (...). Os esmiralhães san aves piquenas; dizem os caçadores que **são de casta de falcões, porque antre elles há todas as prumagens**³⁵⁹.

(...) e **a quantidade que faça a dita soma de garvanço, e se for ave delicada como gavião**, e se for ave mais rija, dalhe a quantidade pertencente pera Ella³⁶⁰.

En estes dias todos não coma, salvo se for hũ membro de franga em cada hũ dia, [salvo] **se for girifalte ou açor**, que deve comer mais o terço e assi meios as outras aves, que menores sam que estas susoditas³⁶¹.

³⁵⁷ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 137 (grifo meu).

³⁵⁸ LAPA, Manuel R. "Livros de Falcoaria" in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, pp. 209-210 (grifo meu).

³⁵⁹ *Ibidem*, pp. 211-212 (grifo meu).

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 219 (grifo meu).

³⁶¹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 22 (grifo meu).

A obra cinegética de D. João I segue a mesma tendência classificatória no que diz respeito à espécie canina e seus familiares, já concebendo linhagens, raças, e seus devidos atributos específicos. Também oferece alguns métodos pelos quais se devem selecionar os animais mais adequados à utilização pelo homem.

E deram outra razão, ca dizem que tanta é sua natureza de comer carne, que **todas as animálias que são do linhage dos cães são bravas, que se não mantêm pelos homens, assim como lobos ou raposos**, todos vivem no mais por comerem carne; e de mais que a razão o mostra, que se os cães fossem bravos, que se não poderiam manter por outra coisa e pois que lho assim provavam por natureza que outro comer lhes não pode ser mais natural que este³⁶².

No conhecimento que dissemos que os monteiros devem a conhecer os cadelinhos quando nascem, para escolher os que melhor forem, quando os assim quiserem escolher, devem-nos escolher por esta guisa: pelas cores, depois pelos talhos dos corpos e pelos sinais que cada um deles tem, em que se mostra os que devem ser bons ou maus³⁶³.

De acordo com o que indicam as informações fornecidas deve-se encarar a produção dessas classificações como algo além de catálogos gratuitos, tendo em vista que correspondem a um código de comportamento diante dos elementos e recursos do ecossistema. Código este que reflete os comportamentos humanos em sociedade, pois se apropria de critérios e hierarquias vindos destas relações:

A percepção da natureza e as relações entre os homens e a natureza refletem as relações dos homens entre si. No seio de cada conjunto social e cultural, o homem classifica e de boa vontade hierarquiza os elementos da sua biocenose em função de critérios ligados ao seu próprio sistema social, que lhe traz a marca das relações entre o homem e o meio natural ao longo da história da sociedade³⁶⁴.

Isto consiste em um dos motivos do porque as obras naturais medievais, sejam elas bestiários ou mesmo livros técnicos, apresentam muitas vezes uma dificuldade em destacar onde termina o animal e começa o humano. Afinal, os homens se posicionaram veementemente ou em similaridade/aliança ou oposição/dominância em relação ao animal, não obstante as variantes e ambiguidades, principalmente criadas cristianismo.

Nestes processos de classificação, nota-se que é frequentemente difícil para o homem distinguir-se totalmente do animal que ele espontaneamente antropomorfiza atribuindo-lhe virtudes, vícios e posições humanas, ou fazendo dele o símbolo (...).

³⁶² JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 36.

³⁶³ *Ibidem*, p. 33.

³⁶⁴ BARRAU, Jacques. "Animal" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 226.

E também sucede, no totetismo, que o homem tenha laços de parentesco com este ou aquele animal, ou esteja sob a sua proteção, ou ainda, na metempsicose³⁶⁵.

Muitos trechos das obras técnicas analisadas demonstram uma forte comparação entre os hábitos de determinados animais com condutas humanas, mostrando muitas vezes características comuns. Algumas destas comparações tratam de funcionamentos orgânicos e biológicos, como o estômago, enquanto outras se relacionam a atributos mais comportamentais, a exemplo do sono.

Ha muytos caçadores, que, quando dão de comer ou cevão a ave, cuidão que está a contentalas en lhe dar grandes papos, e errão, **porque as aves são como pessoas, a que os muytos manjares damnão os estomagos e se coronpẽ mais azinha**; por tanto não dêa a tua ave grande papo, en que seja de boa vianda, porque lhe causa muitas enfermidades e água, e quando vem quebrãtadas do caçar, se comẽ muyto, não guastão bem³⁶⁶.

E ainda digo que seria prol ao falcoeiro se pudesse fazer que à noite soltasse seu falcão, que non estivesse prezo, qua **as[s]y como o homẽ sonha e semelhalhe que corre ou que cay e acorda com medo de tal sonho, bem as[s]y faz o falcão, que sonha** que voa e que sonha que pouasa; e quando esto sonha cae da alcandora e nõ se pode tornar, e se prezo está e o nenhũ non ouvir e non lhe açor[r]er logo, as[s]y mor[r]e; e por esto dizem os falcoeiros antigos que todos os falcoeiros ganhão na mão e perdem na alcandora³⁶⁷.

Considerando o explícito objetivo pedagógico destas obras, em especial as produzidas pelos príncipes da Dinastia de Avis, pode-se compreender que este exercício, com forte influência retórica, consistia em tentar estabelecer padrões de similaridade, de forma a melhor expressar os ensinamentos naturais aos homens aos quais estavam direcionados.

Alguns animais apresentam comparações mais profundas, a nível até psicológico, com relação a condutas humanas. É o caso do cão, por ser considerado uma criatura mais domesticável que a ave de rapina, selvagem de natureza. O quesito domesticação é, dessa forma, um importante fator, responsável por fazer com que o animal seja mais facilmente assimilado a características humanas.

E se isto não souberem, ou alguma vez o não provassem, provem-no pelo ver e vendo uns cães e outros que maneira têm, **acharão que na natureza dos cães assim há aí sandeus, segundo mais ou menos, em como o são os homens**, segundo a disposição que cada um recebe³⁶⁸.

³⁶⁵ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 226.

³⁶⁶ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 207 (grifo meu).

³⁶⁷ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 70-71 (grifo meu).

³⁶⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 127.

Apesar da apresentação dessas similaridades, mantêm-se comparações e analogias que fornecem dados de oposição entre o animal e o humano, fundamentais para justificar a superioridade das características humanas, representativas principalmente da civilidade contrária à selvageria.

Um questionamento a este respeito consistiria no fato dos bestiários, obra de gênero diferente da literatura técnica, também tratem de ensinamentos naturais realizando este tipo de comparação. Assim, a resposta à pergunta sobre qual a diferença entre ambas está contida na finalidade das comparações realizadas pela literatura técnica, de expor conhecimentos mais pragmáticos, ao contrário do objetivo majoritariamente simbólico-pedagógico dos bestiários.

O caçador que ouver de tratar com aves há de ser muyto sofrido e de boa condição, por que as suas aves o seião; ha de **conhecer a doença e disposição em que está a sua ave e asy como o bon fizico conhece a compreição e doença do enfermo** e á de saber a **qualidade da mezinha, quanto obra**, se he rija ou branda, pera lhe dar a quantidade que for necessaria , respitando a disposição da sua ave e a qualidade da mezinha³⁶⁹.

A partir da noção de que alguns animais já haviam passado por processos de domesticação, há que se pensar em quais as diferenças que estas etapas anteriores apresentam em relação àquela considerada como Baixa Idade Média.

Neste aspecto deve-se ressaltar outro fato relevante sobre os animais retratados nos textos selecionados: eles não estão relacionados com o trabalho no campo, e sim a atividades bélicas e lúdicas tipicamente aristocráticas. Ou seja, é imprescindível considerar que se trata de animais voltados ao ambiente da nobreza, tornando-se símbolos desta, e instrumento de exibição de seu poder, civilidade e cultura.

Outro dado a que se deve dar a devida atenção é o fato de algumas destas obras, ou partes delas, consistirem em textos compilados, ou mesmo traduzidos, de obras antecedentes. Isto indica que realmente existia uma intenção domesticadora anterior ao período estudado e, conseqüentemente, nem todos os ensinamentos contidos nesta literatura eram novos na época.

No entanto, justamente por não se tratem de novos conhecimentos é relevante compreender quais os interesses do lugar de produção destes, no caso o Paço, em recolhê-los e registrá-los por escrito na linguagem vernacular portuguesa. Isto implica também em responder quais as diferenças do novo contexto social, político e cultural, e como estas podem se refletir em distinções dos textos estudados diante dos que lhe serviram de base.

³⁶⁹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 207, (grifo meu).

Já fora observado nos capítulos precedentes a clara intenção dos primeiros reis avisinos em escrever os livros em questão, de modo a resgatar as manhas e jogos sobre os quais consistem, além de ordenar suas matérias, para que não caiam em esquecimento. Tudo isto visando incentivar o aprendizado de saberes específicos a monteiros e cavaleiros, através de uma forma mais civilizada, acompanhando os paradigmas difundidos pelo Paço.

Contudo, mais do que isto, encara-se como dado confirmado a ligação do florescimento dessas obras técnicas com a voga de um tipo de saber experimental mais pragmático, e de certa forma mais próximo do espírito científico. O caráter de novidade destas obras pode estar na apreensão desses saberes vinculados à voga dos físicos e naturais, ainda que não fossem saberes totalmente novos em essência, uma vez que alguns já eram transmitidos oralmente.

A questão é que tais conhecimentos, expressando visivelmente uma preocupação com a ordenação da natureza, implicam em mais do que apenas inventariar os recursos disponibilizados por esta. Mais do que isto, eles demonstram uma forte inclinação em interpretar o seu funcionamento:

Em matéria animal, as ciências naturalistas populares e as suas classificações não são de modo algum simples catálogos das espécies úteis, mas sim interpretações do mundo dos animais, das inter-relações que o regem e que ele mantém com o resto dos seres vivos, inclusive com o homem. São faunas e bestiários e têm, sob este último aspecto, um caráter de moral ecológica e social³⁷⁰.

Isto é, seja no cotidiano ou nas cosmologias criadas, o animal nunca aparece isolado, e sim em intrínseca ligação com o homem, e os demais elementos, vivos ou não, que compõem a natureza. A isto se junta a ideia de que o homem se interessou por determinadas espécies animais por lhe fornecer diversão, por seu valor estético, ou por estar dotado de significado ritual, domesticando-os inicialmente por isto.

Sendo assim, percebe-se a importância da valorização simbólica que as práticas sociais lhe forneceram, como os cavalos, cães e falcões no seio da nobreza medieval. Valorizações estas que respondem como, dentro de uma mesma cultura e consoante à espécie, o animal poderia ser tão amado, venerado e idealizado, quanto caçado/consumido, desprezado e objeto de proibições. Estas questões levam à reflexão sobre as maneiras com as quais o homem encarou e interpretou as suas relações com o animal, útil ao consumo e ao seu pensamento, fazendo-o parte de um grande sistema simbólico.

³⁷⁰ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 233.

3.2.2 Valores da nobreza no processo domesticador.

Partiu-se desde o capítulo anterior de uma questão fundamental, que consiste na valorização de novas relações do homem com a natureza, mais pragmáticas, inclusive no que diz respeito à utilização do meio natural como instrumento de apreensão do conhecimento. O desenvolvimento deste processo resultou em efeitos práticos como certas mudanças em direção a um tratamento mais objetivo no que tange à domesticação e seleção de animais.

Compreendeu-se também, a respeito dos elementos mais notáveis da natureza, como no caso dos animais, o quanto pode representar um erro relegar a segundo plano a importância fundamental dos laços materiais entre estes e os homens³⁷¹. Entretanto, tão equivocado seria, da mesma forma, considerar esses laços, em sua maioria baseados na economia, como exclusivos, ou mesmo prioritários, durante a análise das relações entre os dois pólos considerados.

Afinal, as interpretações e elaborações ideológicas que acompanham a relação humana com os animais não devem ser menosprezadas. Isto não apenas porque os textos, ornamentos e imagens do ocidente medieval mostraram que o animal “desempenhou um papel considerável na vida e no pensamento do homem. As civilizações, entre as quais a nossa, que tiveram origem na ‘revolução neolítica’ da Ásia Menor privilegiaram, de resto, nitidamente o animal”³⁷².

Mais do que isto, como já fora dito e sempre é válido reforçar, as relações empreendidas entre homens e animais são demasiado múltiplas e complexas, ultrapassando as questões de subsistência. Dentre outras funções do animal, pode-se destacar também sua representação como objeto de medo, pretexto de escárnio, vítima ritual, ser sagrado, símbolo social. Ou seja, independente de ser real ou imaginário o animal na Idade Média ainda marcava forte presença em mitos, lendas, crenças e tradições humanas.

No sistema de valores que acompanha o processo domesticador realizado pelo homem, tendo em vista um maior controle e disciplinamento da natureza, os animais foram os

³⁷¹ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 227.

³⁷² *Ibidem*, p. 225.

elementos mais recorrentes em conotações, justamente por estarem alocados como os seres mais próximos do homem.

Assim, quanto ao plano positivo, “o animal poderá ser habitado por um deus, ou ainda ser um veículo entre o homem e o divino ou o sobrenatural”³⁷³, sempre com ambiguidades e ambivalências. Entretanto, não lhe escaparam também a imposição de certos aspectos negativos, principalmente no período medieval, onde aparece muitas vezes como “violador da ordem estabelecida”, fonte de bestialidade e, portanto, de pecados e impurezas.

A oposição entre pureza e impureza com relação ao animal foi uma constante nas sociedades anteriores, incluindo a medieval, tornando-se, inclusive, origem de tabus alimentares. Tais tabus também se explicam em grande parte devido às relações de afinidade, ou quase identidade entre os homens e determinadas espécies animais, comestíveis. Em alguns países da Europa Setentrional, por exemplo, a “semelhança entre o ato de matar o cavalo e o de matar o homem admite a comparação simbólica entre o cavalo e o homem”³⁷⁴, culminando com que não se alimente dessa carne.

Isto demonstra por si só, que as relações com os animais, baseadas na alimentação e subsistência, não são necessariamente prioritárias. Afinal, as complexas referências de base ideológica (religião, rito, símbolo) foram as grandes responsáveis por acentuar os significados que as espécies simbolizavam³⁷⁵. Com isto, assim como os laços materiais, influenciaram bastante os mecanismos que surgiram no período em prol da seleção e categorização dos animais.

E estes, conseqüentemente, interferiram diretamente nas práticas e técnicas de domesticação utilizadas. Isto significa que as ideologias produzidas, assim como o conhecimento experimental mais objetivo extraído da natureza e dos animais, também apresentou efeitos concretos e pragmáticos no que diz respeito à questão do tratamento aos animais.

Como exemplo, um dos indícios que os textos literários escolhidos para análise apresentam, diz respeito à necessidade de signos distintivos por parte da nobreza, de forma a acompanhar o processo civilizador das relações humanas que principiava no interior do Paço avisino. Processo este em que se observa a manifestação de uma contraparte, relacionada ao desenvolvimento de uma postura mais civilizada e domesticadora no que tange à natureza.

³⁷³ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 235.

³⁷⁴ VALERI, René. “Alimentação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 203.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 205.

Dentre os variados símbolos e instrumentos usados pela aristocracia para tal finalidade, muitos deles foram extraídos da natureza, à medida que esta sofria maior interferência humana através do processo de domesticação destes elementos naturais. Desse modo, muitos animais, seja por seus atributos, comportamento, e aparência, por exemplo, foram utilizados como instrumentos, materiais e simbólicos, de exibição da nobreza e suas qualidades, bem como expressões de atividades representativas de sua cultura, entre a cavaleiresca e cortesã (lúdicas, bélicas e rituais).

Prova de que o homem do ocidente medieval possuía certa dificuldade em organizar seu sistema de simbolismo social sem se utilizar do animal (e também do vegetal) nos mostra a heráldica. Esta, segundo Pastoureau³⁷⁶, desenvolveu-se a partir do século XII em quase todos os lugares da Europa, fixando-se em brasões e armaduras que representavam importantes linhagens régias e nobres, inclusive do Portugal medieval. Tratava-se de transmitir, através destes materiais, significações que valorizavam certos aspectos animais equivalentes a atributos humanos positivos.

Isto porque o simbolismo estava longe de ser um campo utilizado exclusivamente pelos contemplativos e exegeticos, bem como não se tratava de um recurso restrito apenas a obras como fabulários e bestiários. Mostrou-se, inclusive, no capítulo anterior, a importância que estes textos deram aos recursos simbólicos, juntamente com argumentos retóricos como a metáfora e a alegoria, a fim de transmitir determinadas assertivas, especialmente vinculadas a ensinamentos morais. Seguindo este modelo é que a pomba aparecera como símbolo da alma fiel, simples, boa e pacífica; bem como o pavão tornou-se um exemplo para que se busque renegar a vanglória e as bajulações, para não se tornar alvo de escárnio, pois a exibição revela a feiura.

As raízes de muitos desses símbolos animais podiam ser encontradas em uma antiguidade bem remota, mas sua riqueza emblemática e simbólica era tão potente, que uma considerável parte sobreviveu à longa duração, persistindo em influência durante o período medieval, mesmo em seus fins.

A literatura técnica, do mesmo modo coberta de objetivos moralizantes e civilizadores, também se apropriou destes recursos. Contudo, diferente do caso anterior, parece pretender fornecer ao simbólico uma utilidade mais pragmática. Um exemplo desta aplicação prática consistiu no uso destas para definir as qualidades e atributos dos animais que deveriam ser

³⁷⁶ PASTOUREAU, Michel. "Quel est le roi des animaux?" in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 113.

percebidos e cultivados, de forma a demonstrar, dentre as bestas, quais poderiam ser melhor utilizadas em atividades nobres. Dentre elas, especialmente destacam-se os jogos cavaleirescos, que em si possuíam um relevante valor simbólico para esta elite aristocrática.

Ou seja, reconhece-se a forte influência do simbolismo na formação de uma gama de referências ideológicas, físicas ou comportamentais, além do estabelecimento de determinadas analogias, algumas delas relacionadas com qualidades humanas, como vistos no tópico antecedente. Isto vem esclarecer que, apesar do humanismo, o qual começava a se formar em finais da Idade Média, tentar afastar o homem do animal, este não havia deixado ainda de exercer fascínio sobre o humano, continuando a ser usado como espelho deste.

Dessa forma, todos estes elementos tornaram-se imprescindíveis para a criação dos critérios e práticas de seleção e categorização dos animais. Lembrando novamente que se trata de animais escolhidos pela nobreza com intenção de sustentar suas necessidades lúdicas, bélicas, ou mesmo ritualísticas e de exibição, e por isso o sistema de valores desta aristocracia tornou-se fator condicionante.

Através dos extratos retirados das fontes literárias, a respeito da criação e adestramento dos cães de caça, falcões, e cavalos, compreende-se uma grande parte desses valores da aristocracia, e suas associações, que estão no processo e intenção da seleção e domesticação dos animais que lhes serão instrumentos materiais e simbólicos.

A primeira dessas associações não poderia ser outra que não a nobreza. Os alãos (que caçam) e sabujos (que localizam) se comparam com os senhores e os monteiros, sendo que aos primeiros era consagrado o título de a mais nobre raça de cães, portanto, estabelecendo-se a regra de treiná-los sem castigos, e com o máximo de refinamento, como condiz ao seu *status*³⁷⁷.

Mas enquanto o porco é vivo e o alão o tem esforçadamente, mordendo-o com grande força, tanto que sente que o porco é morto, logo o deixa, **este alão que assim fizer quer ser bom, logo mostra da nobreza da sua propriedade**, ca o alão que vindo é por sua nobreza, nunca se concentra das coisas que pequenas são³⁷⁸.

Outro trecho, mais especificamente relativo a uma espécie de falcão, afirma a importância que essa associação do animal com a nobreza tem para a mentalidade da aristocracia medieval. Esta é uma das principais qualidades que o torna demasiadamente

³⁷⁷ SOUZA, Risonete B. “Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 174-176.

³⁷⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 41 (grifo meu).

estimado no cotidiano da nobreza e do ambiente do Paço, ligando-se simbolicamente a ela como animal emblemático, e exaltado em seus atributos.

Os falcões nebris são aves muyto estimadas, a que se não sabe onde crião; algũs dizem que se crião en Neruega, que he terra muyto fraguozza e fria; e o dia não he mais que de tres horas; **en hũas partes lhe chamão peregrinos e en outras nebris e en outras nobres, porque o são**³⁷⁹.

Neste mesmo raciocínio, os gaviões se associam mais do que à nobreza, relacionando-se diretamente com a realeza, o que justifica a alta estima que possuíam no período, destacando claramente sua funcionalidade para os passatempos apreciados por este seletto e hierarquizado círculo social que acompanha o rei.

Os gaviães sam aves muy estimadas, tanto que dizem que en algũas partes se vem algũa nao con falcões ou açores e trazem hũ só gavião antre si, não pagua nenhũ direito **por ser ave realenga**, e se não trazem gaviães paguão. (...) somente digo que são aves muy delicadas e que se **querem muy bem tratadas** e com grande resguardo asy en as fazer como en as curar, porque querem as mezinhas muy desviadas das outras aves e brandas. (...) sam aves de muytas relés e **boas pera passatenpos**³⁸⁰.

Em seguida destacam-se como extremamente relevantes as referências ao belo, pois os critérios de beleza e formosura eram fundamentais a uma categoria social não apenas preocupada com a exibição, mas também com o ócio e a fruição. E tendo em vista que a fruição era alcançada através do apelo aos sentidos, a visão do belo era bastante valorizada no que diz respeito ao desenfado.

(...) **ora vede se o ver, que é o mais principal sentido, porque o entender filha com este mais prazer**, vede se quando anojado, se o pode perder, em ver muitos cavaleiros e escudeiros muito bem encavalgados de bons cavalos e outrossim vestidos como cumpre para tal mister, que não me parece menos bem trazer-se nas roupas que cumprem para o monte, que panos de ouro para dançar em sala, ca muito formosa vista é quando homem vê quem se bem traz³⁸¹.

Estes critérios de beleza e formosura não deixaram de interferir frequentemente na valorização das espécies e raças animais selecionadas e utilizadas pela nobreza em seu cotidiano: “Sejam também certos todos os monteiros, que os alãos são a **mais linda casta de cães**, que todas as outras que Deus fez e nós conhecemos”³⁸². Esta relevância encontrava-se

³⁷⁹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 208 (grifo meu).

³⁸⁰ Ibidem, p. 214 (grifo meu).

³⁸¹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16 (grifo meu).

³⁸² Ibidem, p. 39 (grifo meu).

fortemente relacionada com a escolha da casta dos animais, pois esta consistia em importante definidora do nascimento de animais formosos. Daí a preocupação com o controle dos que iriam gerar novas criaturas.

A primeira coisa e a mais principal que os monteiros podem **catar para ter os cães formosos, assim é catarem os cães e as cadelas que sejam formosas e de boa casta**; ca esta é a mais certa e principal coisa por que os cães vêm formosos, quando são de formoso cão e de formosa cadela. Ora deveis a saber que dos cadelinhos a nascença que melhor é, assim na entrada do inverno; e portanto todos os monteiros não devem a lançar as cadelas aos cães senão no tempo do estio³⁸³.

Explicou-se acima as íntimas relações que os valores e ideologias medievais possuem com o simbólico. Afinal, a civilização medieval é uma civilização do signo, na qual palavras, gestos, hábitos, tudo tem um sentido aparente e um sentido oculto. A nobreza reforçou essa mentalidade mais que todas as demais categorias, ligando seus critérios de beleza ao significado das cores. Segundo Pastoureau

Como regra geral, a Idade Média tem um senso das cores mais desenvolvido que a Antiguidade ou a época moderna. Julga cada uma delas com seu grau de luminosidade. As que refletem mais claridade (vermelho, branco, verde, amarelo) são as mais procuradas, em detrimento daquelas que não se sabe, por falta de conhecimentos técnicos, como tornar brilhantes. Isso é comprovado pelo estudo semântico dos vocábulos, mostrando que as populações medievais viam no azul uma palidez insípida, no cinza, algo de sujo e variegado, no castanho, um tom muito sombrio e no negro, uma ausência de luz sem brilho e inquietante³⁸⁴.

A escolha das cores é guiada por considerações hierárquicas não apenas quanto às vestimentas, mas também interferiu bastante nas relações com os animais de sua escolha, pois consistia em um fator bastante considerado na identificação de quais seriam os melhores a ser utilizados.

E saby que das **collores dos cauallos o mjlor he ho bayo cracro** e ho ruço cardeo solamente quem em al aja boas feituraz. // E o cauallo vall majs por seer estreo e alazam dũa perna ou de duas³⁸⁵.

E destas três cores que dissemos que os cães haviam, a melhor delas é a branca e depois a amarela e depois a preta; e com estas cores se misturam as outras cores muitas, assim como varzinos, pardos, grises, alazões e ainda outros sinais que os cães têm, assim como malhados e coleirados: e estas cores não são das que dissemos que eram seis, não são próprias por si, porque esta cor varzina sempre é misturada

³⁸³ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 30 (grifo meu).

³⁸⁴ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 91.

³⁸⁵ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 16 (grifo meu).

de amarelo e de preto e os pardos são misturados de branco e de preto e os alazões de amarelo e vermelho e preto (...). Assim quando os monteiros quiserem escolher os cachorrinhos na cama, de todas as cores devem escolher os que forem brancos, porque esta é a mais nobre cor que os cães podem ter, não por a cor ainda em si ser formosa, como é, mas esta é a mais nobre cor que os cães podem ter, não por a cor ainda em si ser formosa, como é, mas porque os demais são bons³⁸⁶.

Compreende-se que as relações estabelecidas entre as cores e as melhores condições do animal, sejam físicas ou comportamentais, não parecem possuir muito fundamento científico, como outros saberes advindos das experiências realizadas pelos físicos ou da observação dos monteiros. Esses conhecimentos parecem se justificar pela tradição do período que já havia consolidado as qualidades e características representadas por cada cor.

(...) ca **da cor do alazão não falamos, ca todos os monteiros a têm por má**. Ainda há aí outros cães que são malhados e estes não se contam por cores, mas por sinais, porque todas estão, ou as demais, sobre a cor branca; e porque estão sobre a cor própria por si, quaisquer malhas que tenham, todas se devem mais a nomear por sinais que por cores. Estes sinais, quando os cães os têm, sempre mostram da bondade que hão-de ter ou da maldade³⁸⁷.

No que diz respeito à questão estética, assim como em outras matérias, há que se ressaltar a obsessão que a Idade Média tinha com a perfeição. Sendo assim, a constituição física perfeita do animal era também muito considerada na escolha deste pela nobreza. Isto não apenas pelo fato de a perfeição física, segundo os critérios medievais, estar associada à beleza e à exibição, mas também pelo fato desta indicar que o animal seria mais eficiente no cumprimento das atividades a lhe serem incumbidas. Além disto, vigorava no pensamento medieval a ideia de que o interior e o exterior estavam conectados, assim a perfeição física indicaria qualidades internas melhores, ao contrário daqueles que apresentam anomalias e imperfeições.

E esto todo se faz segundo como sobeia ou myngua a materja da geeraçom (...). E esto aqueeçe hu a materja da geeraçom ou o lugar em que se faz ssom em tall gujssa que nom pode a natura mais ffazer ca hu ella pode senpre faz o melhor (...). E por ende deues a saber que os cauallos que **assy naçem como som desanaturados em feytura assy som desanaturados em manhas e em bondade ca a maa fegura do corpo mostra maldade nas outras coussas**. // E deues a saber que a cura destas enfjrmidades taees he se as podes trager aa tall feytura quall deuem a auer naturalmente per algũa arte ou per algũu engenho assy como ho caualo que tem dous rrabos talhem lhe hũu e as hunhas entradas pera dentro cada que ferrarem o caualo talhem lhe dellas de dentro³⁸⁸.

³⁸⁶ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 33-34.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 34 (grifo meu).

³⁸⁸ MESTRE GIRALDO. "Livro de Alveitaria" in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 18 (grifo meu).

E as feituraz do caualllo podense mjllhor conhoçer seendo ho caualllo magro em comunal ca **se muj grosso for encobririlha algũuas das maas ffeituraz que ouuer.** // Aynda deues a ssaber que **os caualllos ham algũuas naturas e propriedades em ssy segundo algũuas feituraz que ham estremadas**³⁸⁹.

Deve-se guardar o monteiro de **nunca trazer cavalo de maus sinais, assim como trastavado do rosto ou nos pés, nem de maus redemoinhos, que atravessem o coração, nem de outros maus sinais**, aqueles que no Livro de Alveitaria são reprovados, ca crede que nós vimos isto e no seu entender assim o afirma, que mais vale para andar ao monte um cavalo que assim seja pequeno e de pequena composição, que haja bons sinais, que um grande e de grande composição, que haja maus sinais. Devem-se de guardar muito de cavalo que é espantoso, ca nós dizemos que esta é uma das piores manhas que nenhum cavalo pode ter, que ao monte ande³⁹⁰.

Deve-se prestar atenção a algumas informações presentes nessas obras técnicas, principalmente em relação à questão do organismo dos animais, como no caso da “matéria da geração”. Estes aparentam ser mais elaborados que outros argumentos, de cunho totalmente especulativo, por estarem revestidos de um caráter mais próximo do viés científico.

Entretanto, não fica claro se estas explicações realmente foram acompanhadas de uma série de experiências para que se comprovem, ou se apenas absorveram, pela convivência, certas considerações de fundo supersticioso, como a crença de que o físico do animal corresponde a suas características interiores. De fato, no conteúdo das obras, uma série de características exteriores são utilizadas para definir qualidades ou defeitos inerentes ao animal. Estas características são inclusive imprescindíveis para a definição da utilidade do animal, como por exemplo, se este sofrerá com trabalhos mais pesados, como os que trabalham na terra, ou será destinado a atividades mais nobres.

Assy como se o caualllo tem o coiro hu sse junta a garganta com a cabeça muy ficado no osso. / Digo ca este caualllo he bõo pera lidar dell. // (...) **O caualllo que tem as orelhas grandes e penças e os olhos caudados seera molle e pregujoso.** // E outrossy se tirarem o caualllo mujto e teso pello rrabo e depois leixareẽno quanto o assy mais ffortemente tirar e colher tanto mais viuo e mais ardido he. // **E o caualllo que há os narjzes grandes e abertos e os olhos grandes naturallmente he ardido.** // (...) **E o caualllo que trage sempre o rabo bem metidiço e bem ficado antras coixas este tall seera sempre forte e soffredor e nom seera muj trjgoso,** // **E o caualllo que tem a coixa longa e ancha e as anchas longas e tendudas, este seera muj corredor.** (...) **O caualllo que tem as costas grossas como boy e ho ventre grande e ho espinhaço pando naturallmente seera soffredor de trabalho.** // E o que tem as juntas das pernas e dos braços grossas deue de seer forte. // E o caualllo que tem as hunhas todas brancas som maas e quebram ameude. // E outrossy saby que se o caualllo esta sobrelos pees jguaaes e dereitos e estremadamente sobre las

³⁸⁹ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 16 (grifo meu).

³⁹⁰ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 154 (grifo meu).

mãaos e que nom alce hũu mais que o outro nem anteponha, // tall cauallo tem todollos nenbros de dentro sãaos e firmes e os de fora outrossy³⁹¹.

Há ainda que pensar sobre a necessidade de exibição da nobreza, através de signos distintivos como os animais, por não se refletir apenas na questão estética. De fato, se a aparência do animal importa, ela não se limita aos seus atributos físicos, mas alcança também o problema da postura e da elegância da criatura, cujo porte deve acompanhar o de seu dono, obviamente nobre. Isto se mostra no trecho: “E **depois remetãno hũu pouco a deestro e a seestro** pero que o façam majs tirar ao deestro porque todollos cauallos naturalmente querem o seestro”³⁹².

E enquanto assim forem pequenos que estiverem em aquela casa, cumpre que a guardem, que não entrem nela muitos, por não lhes porem as mãos, ca sede certos que os cadelinhos são muito apalpações, que **o apalpá-los faz ser de mau cabelo**³⁹³.

Isto remete novamente a uma questão extremamente considerada pelos medievais sobre a aparência do animal: a formosura. Esta parece, de acordo com extratos das fontes, unir todos os atributos considerados acima. Entretanto, abre uma questão interessante sobre a sociedade aristocrática, a quem esta literatura técnica estava endereçada: a aparência não está necessariamente ligada à funcionalidade, mas está muitas vezes acima dela.

(...) e guardao sempre e vê o con teu olho e sabe que se a menina do olho nõ he ferida que o falcão cobrará toda sua vista; nã[o] enbarguando que quando a ferida he dada, todo o bugualho do olho he vazio, tão fermoço he o olho depois como se nunca fosse ferido; e se a menina do olho he ferida sabe que **nunca o falcão cobrará sua vista, mas cobrará a fermozura, que poucos homens conhecerão se o falcão he sego do olho ou não**³⁹⁴.

E de mais quanto os cauallos som mais grossos tanto majs aginha emmanquecem polla sobegidoem dos humores que lhes decem pera as pernas e pera as mãaos (...) E sabe que **o feno he cousa que emancha o cauallo e trageo bõ pera parecer**³⁹⁵.

Pódesse ainda mostrar **esta segurança per algũas mostranças contrafeitas, as quaaes nom tam soamente prestam ao parecer de fora** (...) E daquesto se filha hũa geeral regra: que por cousa que a besta faça, ora seja per nosso prazer, ora per o sseu della, se tal nom for que se de todo deva mostrar que nos pareçiramente as

³⁹¹ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, pp. 16-17 (grifo meu).

³⁹² Ibidem, p. 14 (grifo meu).

³⁹³ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 32 (grifo meu).

³⁹⁴ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 64 (grifo meu).

³⁹⁵ MESTRE GIRALDO. Op. Cit., p. 10 (grifo meu).

fazemos, sempre devemos mostrar que aquello tam pouco sentimos, nem nos torva como se fossemos passeiando³⁹⁶.

Vemos nesse caso que a aparência formosa da ave encontra-se como elemento mais preocupante do que o funcionamento de sua visão. Isto diz muito sobre a cultura aristocrática que começa a se formar nesse período entre a nobreza que acompanhava os príncipes avisnos, na qual a aparência principia a ser mais cultivada que a essência. Daí a necessidade mais veemente da domesticação dos comportamentos, seja dos homens, seja dos animais que lhe serviam de espelho.

Fermoza cousa e grande bondade he do falcão, que he ave tão piquena e trava en hũa grua, que he tão grãde ave e tão brava, que tão somente hũ homen que a toma en hũ laço nõ se ousa a chegar a ella, temendosse do golpe que della entende de aver. Maior louvor deve de aver o caçador, que tal coração mete ao dito falcão; e des que nasceo nunca caçou senão relés pequenas as[s]y como adês, cirizetas ou ponbas ou outras aves semelhantes e **lhe faz avor[r]recer aquellas aves a que foy criado e per fermoza arte lhe faz filhar aquelas que são fora de sua natureza;** porque nunca foy homẽ que o falcão bravo visse matar a grua, nem garça, nem abatarda, porque a o caçador faz matar por sua sutileza³⁹⁷.

Outros valores da aristocracia somam-se a estes de matriz mais estética na percepção das habilidades demonstradas pelos animais, a serem consideradas. Mas desta vez, consistem em qualidades físicas e comportamentais, intimamente vinculadas a certos valores prezados pela cavalaria, mesmo que sobrevivente apenas na ideologia desta nobreza, e perpassadas através de atividades em parte ritualizadas como os jogos.

Tendo em vista que esta categoria social encontrava-se vinculada às atividades bélicas, esses jogos cavaleirescos mostravam, além de seu conteúdo lúdico, um considerável apelo como treino para a guerra, justificando que dentre estas qualidades valorizadas estejam a valentia e a intrepidez (ardimento), a força, a ligeireza, assim como a mesura/comedimento e a segurança. Todas estas servindo a construir um animal cujos dotes acompanhem os de seu dono e senhor.

Assim, quando o alão tem o porco e o mata na boca e o deixa de boamente, não o faz senão com nobreza de si, porque sente que aquele porco, que assim tem, é morto, que já contra ele não deve **demonstrar sua força, nem seu ardimento** e, porque o sente, por tal o deixa de boamente³⁹⁸.

³⁹⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 63-64 (grifo meu).

³⁹⁷ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 59 (grifo meu).

³⁹⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 41 (grifo meu).

Os cavalos, aqueles que os puderem trazer, devem-nos **haver fortes e muito sãos, que não tenham nenhuma manqueira e da maior ligeirice que os que eles puderem a ter**; e a mais principal manha que o cavalo do monteiro deve haver, aquele que o houver de buscar, é que **o haja de boa boca** (...), e quando o cavalo assim é de boa boca, pode-o parar, ou desviar em tal guisa escusará o cajão, que não cairá ou topará com ele, assim como soem a fazer aqueles que trazem cavalos que não são de boa boca³⁹⁹.

Mas se andar sobre **valente cavallo, e que seja prestes aas sporas, e de rostro seguro e bem aderçado**, ao primeiro topo filhe cada hũa das pontas, e vaa bem atentado por se guardar de cayr sem proveito, como a muytos em tal tempo acontece⁴⁰⁰.

Deve-se deixar claro, portanto, a profunda relação de influência entre os valores e padrões expressos por esta sociedade aristocrata do baixo medievo, por um lado, e as técnicas e tratamentos desenvolvidos para a domesticação dos animais no período. Afinal, são as ideologias e atividades perpetradas por este segmento que definiam o que se esperava de certos animais, e qual uso destes seria mais propício aos nobres. Consequentemente, orientavam também as escolhas dos atributos e qualidades a serem cultuados, tanto nos homens quanto nos elementos que os rodeavam, o que inclui os animais que lhes servem de exibição e representação.

Por sua vez, a busca pelo desenvolvimento e aprimoramento desses atributos e qualidades nos animais, seria responsável por conduzir, e refletir, ao desenvolvimento de práticas e técnicas específicas para seu desenvolvimento com eficácia. Ou seja, mesmo julgando-se que nas relações cotidianas tais práticas e técnicas não condiziam perfeitamente ao que se dispunha nos livros, estas servem para mostrar os valores e tendências que se priorizava, e se buscava difundir no seio desta sociedade.

Um bom exemplo consiste na preocupação da nobreza com a manutenção da etiqueta, segundo o bom desempenho das atividades que lhes pertencem, justificando a necessidade de desenvolvimento de técnicas e instrumentos que aperfeiçoassem o adestramento dos animais, à medida que o comportamento humano também era polido. Técnicas e instrumentos estes, a serem vistos na seção abaixo, e expressos em vários trechos da *Literatura Técnica* da Dinastia de Avis, juntamente com as posturas corretas e condutas virtuosas, dignas da nobreza, a serem exercidas.

³⁹⁹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 153 (grifo meu).

⁴⁰⁰ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 114 (grifo meu).

3.3 Desenvolvimento de técnicas de domesticação no medievo.

Apresentou-se anteriormente o grau de relevância que os princípios e as técnicas desenvolvidas pelos homens demonstram, no sentido de contribuir para civilizar a própria humanidade. Além de representarem as relações entre os homens e os objetos que manuseiam, as técnicas ainda expressam a capacidade dos supostos materiais e formais no intuito da formação de identidades e distinções, como elementos de uma mesma estrutura social⁴⁰¹.

Entretanto, mais do que isto, compreende-se que a experiência técnica possui uma realidade histórica, e é justamente este aspecto o responsável pelo maior desenvolvimento desta experiência em certas épocas do que em outras. De posse dessa informação, pode-se concordar com a defesa de que

Já é tempo de encarar a Idade Média, ao menos no seu período final, como uma época renovada e inovadora, muito distante da estagnação monolítica que as gerações passadas quiseram nela ver. Os séculos de Trezentos e Quatrocentos foram, a tal respeito, francamente positivos na criação de novas técnicas e no aperfeiçoamento de muitas antigas⁴⁰².

Prova disso observa-se através da importância de alguns jogos da nobreza, inclusive ultrapassando sua utilidade apenas lúdica e bélica, no desenvolvimento de técnicas e instrumentos, como, por exemplo, no que diz respeito ao domínio e, especialmente, à domesticação dos animais que possuíam contato mais direto com os homens medievais.

Concentra-se, portanto, nesse momento, em observar mais diretamente quais seriam as técnicas e práticas de adestramento e tratamento do animal pelo homem, que compõem essa proposta domesticadora de caráter mais civilizado, com pretensa redução do nível de agressividade, bem como o instrumental utilizado nesse processo, a fim de que se lhes possa tirar melhor proveito de acordo com a atividade a que estará direcionado.

3.3.1 Práticas e instrumentos de adestramento.

⁴⁰¹ MATTOSO, José. *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 313.

⁴⁰² OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 46.

Deve-se refletir novamente a respeito das relações intrínsecas entre este maior contato direto entre animais e homens, e a formação do saberes capazes de criar, ou mesmo aperfeiçoar, técnicas de cultivo e criação, bem como métodos de caça. Afinal, “mediante a observação prolongada de vegetais e de animais no estado natural, formou-se certamente o leque de conhecimentos que tornou possível a invenção do cultivo dos vegetais e da criação dos animais”⁴⁰³.

Anteriormente, o caso da captura de exemplares de animais levados aos acampamentos das sociedades caçadoras, e fechados em recintos para se constituir uma reserva em curto prazo, já apresentava uma ideia da passagem do amansar à domesticação. Assim, a Idade Média também deu margem para a observação mais pragmática a esse processo domesticador, como no caso da importação de animais pelos reis medievais que adquiriam e mantinham animais selvagens e exóticos, cativos em seus parques particulares.

Técnicas de batidas no mato, visando a movimentação controlada de um rebanho, são certamente tão antigas como a atividade cinegética, segundo a qual se “desenvolveu uma convivência entre caçados e caçadores que permitiu, através de métodos de caça seletiva, agir sobre a composição, a reprodução, o crescimento e o movimento do rebanho, o que equivalia a iniciar uma forma de protocriação doméstica”⁴⁰⁴.

Dentre os objetivos e intenções que se concebe a respeito da domesticação animal, destacam-se frequentemente dois. Primeiramente, a proteção desses seres contra possíveis ataques de predadores, o que não era tão raro tendo em vista as permissões medievais de caça para abate de raposas e lobos, considerados daninhos. Em segundo lugar, intervenção na produção e reprodução das criaturas em questão, assegurando os ecossistemas domésticos onde se encontram inseridos. Por fim, o controle dos movimentos desses animais, seja do rebanho ou da caça, facilitando o acesso aos recursos que fornecem.

Tão importante quanto isto é identificar também o lado do animal neste processo de domesticação, ou seja, os efeitos que esta produz naquele. Percebe-se um aumento da dependência da ação humana, enquanto se reduz as capacidades autônomas de satisfazer suas exigências vitais, como alimentação, reprodução e proteção. Além disto, nota-se por um lado

⁴⁰³ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 250.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 250.

“a eliminação progressiva de todos os entraves à sua utilização pelos homens; por outro lado, o acentuar de todas as características favoráveis a sua utilização por parte dos homens”⁴⁰⁵.

Ressalta-se que estas transformações, realizadas gradualmente, ocorrem tanto em características anatômicas ou fisiológicas, quanto em características comportamentais. Certamente sempre se direcionam à melhoria do aproveitamento de cada animal para satisfazer necessidades humanas, e não apenas para consumo direto, fornecimento de produtos ou força de trabalho. Afinal, mais uma vez lembra-se que as relações dos homens com os animais não se limitam a questões econômicas e, portanto, estas não justificam por si só o processo de domesticação.

No caso das características comportamentais, a mudança mais nítida consiste na redução, ou até eliminação, da agressividade⁴⁰⁶. As técnicas de adestramento e amansamento fornecidas pelas descrições contidas nas obras que compõem a Literatura Técnica da dinastia de Avis, bem como suas precedentes, mostram bem esta que é uma das principais facetas do processo domesticador.

Cabe destacar, dessa forma, algumas técnicas e práticas domesticadoras usadas pelos homens nos animais, a partir do momento que estes apresentam idade suficiente para entrarem em treinamento. Afinal, os tratados técnicos mostram claramente em seu conteúdo que esta é uma matéria cujo grau de relevância é igual ao das enfermidades e dos primeiros cuidados com a besta.

A primeira he das coussas que conuee ao cauallo do tempo em que naçe ataa o tempo que lhe deytam freo e sella // A segunda he de todallas enfermidades que podem acaecer aos cauалlos da cabeça ataa os pees também de doenças naturaes como doutras acidentaaes que lhes podem aqueecer⁴⁰⁷.

A primeira questão referente a esse processo diz respeito ao próprio amansamento da besta, visando acurar nelas maior potencial de obediência às ordens e atividades que eram exigidas pelo dono, ou treinador. Este aparece como o princípio inicial da domesticação, a partir do qual outros girarão em torno, e muito se liga ao desenvolvimento de uma relação mais íntima e pessoal com o animal, a exemplo da preferência explícita em trazer a ave em mãos, em contato direto.

⁴⁰⁵ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 251.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 252.

⁴⁰⁷ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana, vol. XII, n° 1-2*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 2.

Hora vede, os que desta arte quizerdes aprender, [se] trabalhades de fazerdes vossos falcões muyto bõs e non serdes priguizosos e serdes sofridos aos vossos falcões e serdes obedientes ao vosso falcoeiro mor e nunca vos avor[r]ecer de trazer vos[s]os falcões nas vos[s]as mãos, que lhe acontecem [cajões] nas alcandoras⁴⁰⁸.

Para alcançar este objetivo, disserta-se sobre vários elementos auxiliares no amansamento dos animais, de modo que eles estejam devidamente dispostos para que logo depois se prossiga aos seus demais ensinamentos. Os extratos abaixo incitam a considerar, novamente, a intrínseca relação entre as práticas domesticadoras descritas anteriormente, como o lugar e o tipo de alimentação, e o adestramento animal. Da mesma forma, auxiliam também outras práticas como o “esfavelar” do cavalo, que contribui para a alocação dos freios neste, devido o arrancar dos dentes da parte posterior da mandíbula.

Os alfeques sam falcões (...) quando tomares na lebre **não lhe dêis de comer senão em syrna do cavalo, pera o ensinares a tomar a sella**, quando a lebre he morta se não se ponzar no chão; **quando o sevares, se entrar bem na lebre, dalhe o coração della, que he boa vianda e de que se elles pagão; os mudados do ar sam milhores**⁴⁰⁹.

O caualllo deue de seer esfauelado des quatro anos adeante pero he mjllhor de o esfauelarem aos cinco anos e esto he por lhy nom naçerem outra vez o dentes. // (...) E deues a saber que **o caualllo emgrossa mais desque he esfauelado e torna mais mansso e de mjlhores custumes**⁴¹⁰.

Encontra-se todo um aconselhamento a respeito dos melhores tempos para se realizar as atividades de amansamento, como, por exemplo, o aprisionamento do animal, considerado necessário aos inícios de seu adestramento. Tempos estes referentes não apenas às épocas do ano que apresentam as melhores condições climáticas, mas também às idades específicas de cada espécie animal para o início, e mesmo a duração do processo, de acordo com as dificuldades que cada espécie apresenta à domesticação, como no caso de algumas aves.

O caualllo deue de seer filhado primeiramente e preso em tempo temperado e nuuioisso e que nom faça gram quentura ca pollo gram trabalho de quando o prenderem se o tempo ffor queente rreçebera hende dapno (...) ⁴¹¹.

Às vezes acodem muitas doenças ao tirar da muda; pera **ysto ha mister grande tento ao tempo do deceinar**; (...) e acabadas estas, que será já algũ tanto a enxulha

⁴⁰⁸ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 70-71.

⁴⁰⁹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 211 (grifo meu).

⁴¹⁰ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 15 (grifo meu).

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 8 (grifo meu).

fora e elle mais seguro no debater, polo em hũa alcãdora, onde estê o mais asesegado que puder e se não debata; se for falcão ou açor ha mister trinta noite pello menos, e se for ave delicada menos noites⁴¹².

Um fator interessante percebido nas obras pesquisadas consiste em se considerar a companhia de outros animais, de mesma espécie e já previamente domesticados, quando do início do amansamento de um animal. A princípio acompanhando suas mães, até que alcancem idade suficiente para saberem mover-se sozinhos, as vantagens do acompanhamento de outro animal prosseguem ao longo de todo o processo de adestramento, inclusive para facilitar os contatos iniciais do treinador com a besta. Lembra-se que a sociedade medieval é bastante regida pela exemplaridade, ou seja, por seguir modelos de outros homens cujo valor seria maior, e isto parece se refletir nas relações de domesticação com o animal.

E ho filho deue a sigujr a madre conthinoadamente per boos logares cheos deruas e de paçeres ataa que venha a hydade de dous annos e nom mais. // Ca o cauallo naturallmente despois dous annos mouesse pera se juntar com as egoas⁴¹³.

E depois que ffor preso metâlhe hũa cabresto bem ffeito na cabeça e **tragãno em companhia com outro cauallo manso o melhor que poderem pra aquell logar hu ho ouuerem damansar e densignar** (...) Deues saber que há mester pera o cauallo seer mais asinha mansso destar presso de dous ramaaes no preseuell em tall guisa que por as braeaza nom se possa tirar a hũa parte nem aa outra⁴¹⁴.

Sobre o contato a ser realizado entre o homem e o animal, ou seja entre treinador e besta a ser adestrada, considerava fundamental a prévia domesticação humana, ou seja, uma postura mais civilizada perante o animal, a fim de demonstrar tato, docilidade e mansidão no contato com a besta, e assim contribuir com a respectiva redução de sua braveza. Da mesma forma, recomenda-se a não utilização de posturas e movimentos esquivos nem graves, sob o risco de ocorrer retrocessos nos avanços obtidos durante este processo.

E o outro cauallo ou outra besta este senpre a par dell por se afazer com ell e por tal que mais seguramente se possa homem a ell chegar. // E deue~no a tanger com as mãos muj mansamente per cada lugar e esfregarlhe com ellas a cabeça muj doçemente er tragerlhas muj mansamente per todo o corpo e estremadamente pellas pernas e pellas mãos e alçemlhas mujto amende e batam lhy em ellas como quem o quer ferrar // E deues saber que nom deuem fazer ao cauallo ataa que seia bem mansso nem hũa coussa esquiua nem que o mujto agrae⁴¹⁵.

⁴¹² LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 215 (grifo meu).

⁴¹³ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 7.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 8 (grifo meu).

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

Parece de fato ser esta uma experiência domesticadora e “humanizadora” para ambas as partes. Inclusive isto serve de justificativa para que uma das etapas essenciais do adestramento de determinados animais, como os cavalos, seja justamente levá-los a lugares onde se encontra uma quantidade considerável de pessoas, de forma que se elimine seu espanto, e condicione seu comportamento a ser mais manso e adaptado aos momentos de contato mais direto com o elemento humano.

E ao correr soltemlhe a rredea mais nom toda e parêno mansmente ataa que pass per çinquo annos e nõ no coytem das esporas ca pella ventura tornarja ende rreuelador ou meçerja as sedas e se nom fezer bem com hũu freo metamlhe outro. // Outrossy he bõo ao cauallo de o caualgarem mansamente pella villa e fazerõno hjr ameude per hu jouuerem coiros e per hu esteuer mujta gente e per hu laurarem os ferreiros e os tonoeiros e per logar de feira e esto lhe fazem por seer mais seguro e que nom filhe mais espanto. // E se pella ventura se temer da primeira o cauallo djr per estes logares taaes feirão mall com hũua vara e nom com esporas⁴¹⁶.

Mais uma vez, destaca-se a relevância da ligação entre os demais ensinamentos pertencentes ao adestramento animal, com as aptidões e habilidades que deveriam ser cultivadas neste, a fim de que fossem eficazmente apresentadas na desenvoltura das atividades das quais os homens lhe faziam serviço. Inclusive pode-se separar entre esses atributos, os que são de condicionamento físico, como, por exemplo, o desenvolvimento de maior força nos membros ou velocidade, daqueles que são comportamentais, como o despertar da coragem do animal no exercício das ordens.

E trabalha te que o tenpo em que naçer o cauallo que naca em logar de montes / ca sobindo e descendo per logares de montes as coixas e as pernas e as hunhas dell faransse mais ffortes e mjlhores. // E ajnda em estes montes deue aver pedras e seixos ca se o cauallo desta naçença ffor criado em logares de montes e de pedras seera ende melhor e mais vssador e mais fforte nas pernas e nos pees e nas hunhas e nos outros nenbros⁴¹⁷.

E desque passar pellos quatro annos façãno saltar saltos pequenos. E desque er passar pellos cinco anos façãno saltar saltos mays grandes pero cumunaaes ca dos saltos muj grandes sem mesura podesse ende perder o cauallo ou pode morrer. Outrossy digo que ao começo de mostrar o cauallo a fazer e a correr no fazer deuenlhe colher o freo pouco e pouco de gujssa que traga a cabeça colheita e nom per força⁴¹⁸.

Grande bondade he ao caçador, que he muy sofrido a sua ave; e ysto por muitas

⁴¹⁶ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, pp. 14-15.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 7.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 14.

rezões: a primeira he por o falcão lhe não tomar medo ao rosto, a segunda por lhe nõ quebrarẽ as penas e por outros muytos cajões, que às aves aconteçẽ, pello caçador sanhudo⁴¹⁹.

O adestramento dos animais pode ser considerado um grande exercício de comedimento para os homens, tendo em vista que a mesura é exigida apenas como comportamento a ser ensinado ao animal, mas deve ser manifestada pelo próprio dono ou treinador nas cobranças que são demandadas à besta. Isto é, adestrar implicaria num equilíbrio entre a moderação, facilitadora do amansamento, e o rigor, a fim de atingir o recrudescimento das qualidades esperadas.

Por fim, se as técnicas são importantes para compreensão do processo domesticador estabelecido entre os homens da Idade Média e os animais, da mesma forma se mostram os instrumentos utilizados nessa relação. Afinal, o aparato físico e instrumental é imprescindível a qualquer atividade humana, desde as mais antigas até as mais modernas.

Quanto aos falcões, pode-se destacar a alcandora, que basicamente consiste no poleiro onde muitas vezes se coloca o falcão, seja para descanso, ou mesmo quando está para ser carregado pelo falcoeiro que o não pode trazer em mãos. Importante também é o caparão, o qual se trata de uma espécie de carapuça para se colocar na cabeça das aves, muitas vezes ligada a um contrapeso por uma correia. Este instrumento não se relaciona apenas à intenção de amansamento, servindo para garantir que a ave mantenha-se mais sossegada, mas também para impedir que o treinador seja ferido pelo falcão, ou que o falcão fira a si mesmo em determinados momentos. Ou seja, apresenta-se um cuidado com a segurança do animal juntamente com a intenção domesticadora.

(...) e as[s]yn poenlhe o caparão e põe ao caparão hũ contrapezo e poeno leguado na cor[r]jea do caparão e seja por tal figura que o falcão se nõ cosse no olho e seja posto em casa escura (...) ⁴²⁰.

A algũs falcoeiros acontece que, quando vão a algũs lugares s trautar algũas cousas que fazem mister, hão por embargo levarẽ seu falcão em sua mão e deixão os falcões na alcandora; e porque ha hy falcões queixosos e porque nõ querẽ socegar na alcandora, poenlhe o caparão (...) e quando o falcão quer tirar o bico fora não pode, que o non leixa a correa, e con a força de tirar, que as[s]y tira, torcêlhe as queixadas e saẽ de seu lugar, de guiza que o falcão non pode ser[r]ar a boca e tenna desviada ⁴²¹.

Acerca dos cavalos, demonstra-se a utilização de um instrumental mais amplo, ou pelo

⁴¹⁹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 34.

⁴²⁰ *Ibidem*, pp. 63-64.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 66.

menos mais minuciosamente descrito nas fontes. De início cita-se as selas e estribeiras (estribos, onde se apoia os pés), usados para acomodação do cavaleiro junto ao animal, e as rédeas, freios e cabresto, além de cordas e ferraduras, utilizados para domínio da besta e controle de sua condução, todos estes já bem conhecidos. Sobre estes instrumentos, destacam-se inúmeras informações sobre os mais variados tipos, bem como conselhos sobre quais seriam as melhores escolhas, de acordo com a ocasião ou espécie do animal.

As strebeiras nom tanto apertadas que o pee dellas nom possa sayr, nem assy largas que per ellas passe ou faça fraco cavalgar. E nom se tragam compridas fora de rrazom, por muytos perigoos que dellas se recrecem, como a esperiencia bem ensyna, ainda que per fantasia e nom boo/custume muytos assy as tragam⁴²².

Os ffreos som de mujtas magneiras. Há hy hũu freo que chamam de barra porque há duas barras atrauess e hũua a longo e he este ho mjlor e mais ligeiro ca os outros. Há hy outro freo que chamam de meo mordimento e há duas barras atraues e hũua ao longo partida per meo (...) Ca segundo esto tall freo lhe deue a catar que seia mais aa vontade daquelle que em elle andar⁴²³.

As prisooes das bestas deuem seer fectas per tall guissa. // Prjmeiramente o cabresto deue de seer feyto de coyro grosso e forte pero que seia doce. / E deue de seer tall que lhe cayba na cabeça. / E deue de teer dous ramaaes per que estee presso ao preseuell assy como he dicto no capitollo dante deste. // E deue de teer boas soltas compridas e bem feitas. // E em quanto ffor o cauallo nouo seiam de lãa e depois podênas fazer doutras cordas. // E outrossy nas pernas deue de teer hũua corda legada a de parte em cada perna. E esta prisam chamam arretall e deue estar de tal guissa liado que nom possa hir contra diante. E esto todo he fazem pera estar mais guardado e pera nom emmanqueçer estando mall preso e per outros cajoos que lhe aqueçerjam⁴²⁴.

O cauallo (...) deue de seer filhado e presso prjmeiramente com laço de corda grossa e forte e deue de seer de lãa porque he majs molle e majs doce ca a do linho⁴²⁵.

O importante é perceber a manifestação das fontes a respeito das escolhas entre a diversidade destes tipos, visando levar em consideração um considerável grau de conforto e segurança do animal, e não apenas o domínio e adestramento. Por isso que as linhas dos tratados não se limitam a expor os melhores materiais para o fabrico desses instrumentos e as possíveis formas que ele possui, mas principalmente em como devem ser utilizados nas bestas a fim de extrair delas maior eficiência, causando o mínimo de danos, seja por ferimento ou desgaste.

⁴²² DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 136.

⁴²³ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 12.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 9.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 8.

Fferrados deuem seer os cauallos de taes ferraduras que sejam rredondas assy como as hunhas e seiam os canellos dellas delgados e chãaos. / Ca se as ferraduras forem leues e bem fectas alçará per hy ho cauallo majs ligeiramente os pees (...) E se vsar dandar sem fferraduras em quanto for nouo teera per hy depois os cascos mays grandes e mais ffortes⁴²⁶.

Deues a saber quando primeiramente meteres o ffreo ao cauallo deue de seer ligeiro e doce e que nom tolha delle espanto ca se doutra gujssa fosse poderja ende tornar boquimolle e deuêno coçar mujtas vezes no dia ataa que seia mansso e se colher pauor do ffreo huntêlho do mell e envolluãno em estopas. // E desque for husado do ffreo deyttmlhy saco ou pano ligeiro per dous dias e tragãno mansso pellos canpos. // E depois caualguem em elle hũ homem ligeiro em ouosso con uará e sem esporas e tragao em muj pequeno passo e hũu homem ante ell e esto seia cada dia manhaa e serãao⁴²⁷.

No que diz respeito aos cães, elemento fundamental no exercício da montaria, usavam-se frequentemente as trelas, como forma de melhor conduzir o animal, bem como evitar que este se ponha em perigos desnecessários. Outra ferramenta essencial do caçador era a trompa, a qual “os manuais de caça consagram uma longa exposição à arte de apupar e buzinar, especificando cada um dos códigos, muito variados que correspondem a cada uma das fases da caçada”⁴²⁸, e muitas vezes aparece como símbolo de fidelidade, apesar da hostilidade da Igreja.

Outrossim sejam percebidos todos os monteiros que não prendam os alãos para fazerem presos, a menos que não hajam acabado o ano; ca de certo está que se os prendessem, que todos safam mancos das pernas. Pero **não deslouvam os monteiros que desde que os alãos trouxeram colares, de os trazerem nas trelas, para os começarem a ensinar a andar nelas**⁴²⁹.

E quando chegarem acerca donde vierem os sabujos correndo com o porco, não os ponham a menos que não cheguem à travessa do porco; e **desde que os sabujos passarem, ou alguns deles, então lhes tirem as trelas e falem-lhes de rijo, tangendo-lhes as buzinas e façam o mais que puderem de irem o mais acerca deles que puderem ir, todavia falando-lhes e tangendo-lhes de tal maneira, que sempre os sabujos hajam esforço dos moços que os puserem**. E quando chegarem à encarna, logo os moços os tomem nas trelas e façam afastar a fora os outros sabujos e então achem-nos ao porco e, se quiserem comer nele, deixem-nos comer e não muito e guardem-nos de se roerem por não filharem cajões⁴³⁰.

⁴²⁶ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 12.

⁴²⁷ Ibidem, p. 13.

⁴²⁸ GUERRAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 143.

⁴²⁹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 33 (grifo meu).

⁴³⁰ Ibidem, pp. 43-44 (grifo meu).

Com relação especificamente à práticas cinegéticas aristocráticas, Guerrau⁴³¹ afirmaria que seu equipamento sugere mais um distanciamento do enfrentamento que um substituto da atividade guerreira, visto que o instrumental parecia consistir de peças mais leves, diferentes dos combates e torneios, destinadas apenas à proteção contra intempéries e outros obstáculos naturais. Todavia, as fontes aqui consultadas parecem discordar um pouco desta visão.

Em muitos extratos, relativiza-se as funções desses nobres jogos de cavalaria, buscando sempre reforçar a importância da caça, assim como as justas e torneios, como treinamento “militar” de um segmento social que ainda assumia a função bélica como prioritária e distintiva.

E anda que os antigos tivessem todos estes jogos assim alevantados, todavia não lhes pareça que estavam abastados ao que cumpria, por quanto se havia de fazer em feito de armas, ca as manhas do corpo que pertencem para homens de armas são estas: primeiramente haverem bom fôlego, depois serem ligeiros na coisas que de susso dissemos; outrossim braceiros e depois ferirem de faca e de espada e de todas as outras armas que se de susso referem; ainda mais saberem ferir de justa; e com tudo isto lhes cumpre haver bom aviamento, para que saibam obrar destas manhas assim como lhes convém, nos lugares onde cumprir de se fazerem; e depois levarem suas armas bem apostamente e depois cavalgarem bem; e com tudo isto lhes faz mister de haverem boa força e porque estas manhas têm os homens por duas coisas: a primeira por natureza, segundo Deus lhe dá graça; e a segunda do uso, ca muitas vezes vede que muitos não têm estas manhas e usando-as cobram nelas; e ainda que as tenham da natureza, muitas vezes as perdem não as usando. Por ende, todos os fidalgos as devem desejar, ca por isto os antigos tiveram por bem de assacarem tais jogos⁴³².

Certamente, essa função não dá conta de explicar a complexidade da atividade cinegética, que acumula outras características de mesma relevância como a ritualística. Mais ainda, ressalta-se através dos instrumentos e materiais utilizados nos jogos, menos violentos e fatais no baixo medievo, que esses se configuram mais como uma guerra simulada, transpondo as tensões provenientes das competições internas da nobreza. Afinal, as “realidades da vida da corte ou da carreira militar ofereciam muito poucas oportunidades às finas pretensões do heroísmo e do amor que lhe enchiam a alma, de forma que tinham de ser representadas”⁴³³. No entanto, não se pode negligenciar a ligação com a guerra expressa nestas atividades.

Deve-se ter em mente que as fontes revelam um tratamento de domesticação mais civilizado, não só por uma consciência menos predatória e mais simbiótica, mas pelo próprio

⁴³¹ GUERRAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 139-140.

⁴³² JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 15.

⁴³³ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924, p. 61.

processo de refinamento das relações pela qual a sociedade aristocrática medieval passava, e que influenciaria suas relações com a natureza. Contudo, não se resume a isso, pois comprovam a consonância dos valores e atividades cultuados pela nobreza, com os atributos, qualidades e práticas selecionadas no processo de domesticação, como visto no tópico anterior.

3.3.2 Métodos de cura e manutenção do animal.

A primeira etapa que percebemos nas fontes da literatura técnica a respeito do que se compreende como domesticação dos animais, diz respeito a sua absorção e tratamento no seio do ambiente doméstico, o que envolve cuidados desde seu nascimento até a hora do verdadeiro treinamento, amansamento e domaço.

Há que se lembrar que o ambiente doméstico dos animais em questão, era um ambiente da nobreza, que no momento passava de um status de cavaleiresca (caracterizada pela violência) para um processo de transformação que desembocaria na formação de uma sociedade e cultura aristocráticas. Assim, os tratamentos citados envolvem alimentação, higiene, habitação, e certos aspectos de segurança e saúde; e condizem com o fato de que esses animais eram instrumentos da nobreza, para usos diferentes do econômico, como desenfado, guerra, distinção, etc.

Em primeiro lugar, demonstra-se uma relevante preocupação com a alimentação adequada do animal a ser domesticado, referindo-se tanto ao que lhe seria servido de comer, quanto ao de beber. Trata-se de tentar estabelecer padrões não apenas em relação aos tipos e condições das espécies que comporiam a alimentação, mas também à quantidade e ocasiões (momento e lugar) ideais na realização desta.

As coussas que os caualllos deuem a comer som estas // feno / e palha. / orgo / auea. / e coussas semelhauees a estas que ssom seu comer e as çea. // E se ffor cauallo nouo vse de comer erua e feno e orgo por que com estas coussas alargara mais e crecerlham os nenbros mays. E sse já for de idade mais conprida coma palha e orgo tenmays. Porque polla siquidade da palha ho cauallo emgrossa ligeiramente pero nom mujto. Mais tragesse em boas carnes e conujnhauées e seera mais forte e podera mjllhor trabalhar e mais seguramente⁴³⁴.

⁴³⁴ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 10.

Coussa proueitosa he ao cauallo de nom comer nem beber em quanto ffor muj queente mas deve mlhe deytar no colo pano muj ligeiro e tragello pelo chãao muj mansso ataa que arrefeeça e depois tragelo muj bem e des que for frjo denlhy a comer e a beber se quiserem⁴³⁵.

Pera trazeres sempre o teu açor limpo con fome, lhe dá de quinze e quinze dias hũ piqueno daçuquare candil en jejũ, tamanho como dous garvanços, e metelho póla boca e poeno ao sol hũa hora até fazer duas ou tres tolheduras, e depois lhe dá de comer⁴³⁶.

Esta preocupação incide no fato de que se considerava a alimentação como um dos itens fundamentais ao bem-estar da besta, o que implica não apenas no desenvolvimento perfeito de sua compleição física, segundo os padrões da época e do segmento social em questão, mas também como fator correspondente às outras qualidades que os animais deveriam despertar.

E esto he porque a augua desta magneira polla mollidõe e polla grossidade he majjs caente e demajjs grossa sustança e emgrossa per hy majjs o cauallo e trageo majjs refeito e majjs carnudo. // E porende er entendy que auga e muj corrente nom pode mujto nudrjr nem emgrossar o cauallo⁴³⁷.

Outros caçadores ha, que lhe parece que por trazerem a sua ave magra seja de mais fome, e enguanõose, porque [a] ave magra quando a lanção a algua prizão deixa de pegar, por causa de fraqueza, e outras, con grande fome, esmorecem e não querem voar. Hũ caçador dezia que antes queria que a sua ave fizesse ruindade de guorda que não poder de fraca⁴³⁸.

Percebe-se também a estreita relação que os medievais estabeleciam entre a alimentação e a saúde do animal, onde o excesso ou falta de alimentação, bem como o tipo e a qualidade dela, poderiam ser motivo de certas enfermidades nos animais.

E quando esto comer este bem coberto e nom estee ao aar ca a freura destas heruas se bem coberto nom fosse ho faria ligeiramente arrefeecer de gujssa que lhe veerriam ende allgũuas enfermjdades⁴³⁹.

Os falcões que ameude soen a comer viãdas grossas gerão pedra e esta pedra gera na tripa por que o falcão tolhe, onde se junta no cu do falcão, [e] he feita como pedra [crê]. Esta pedra quando as[s]y he gerada podeslho entender tu quando vires o falcão tolher hũa vez e logo tolhe outra en pos aquella, e depois desto vay con o bico ao cu, e tras a vianda apressa no bico e bate con o rabo na luva, [e] enche s penas do

⁴³⁵ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 11.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 14.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 11.

⁴³⁸ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 207.

⁴³⁹ MESTRE GIRALDO. *Op. Cit.*, p. 11.

ouveiro de merda; sabe que então há pedra⁴⁴⁰.

Da mesma forma, a alimentação era bastante utilizada no âmbito terapêutico, a fim de tratar certas enfermidades que não teriam outro remédio além da adequada refeição.

Quando a tua ave vier quebrantada do caminho ou da caça, a carne que lhe deres ao comer seja molhada no pó do açucare branco bem moído, ou também lha molha na semente dos mastruços pisados⁴⁴¹.

Outrossy des que o cauallo for de ydade conprjda coma ferraes pera se purgar e esto deue de seer hũa vez no anno no tempo do verãao per espaço de hũ mês. (...) Outrossy quando derem orgo ao cauallo pera cear aljnpêlho muj bem e depois ponhãlho na manjadoira ca o poo da ceuada sooylhe a fazer tosse e dessequa o dentro no corpo⁴⁴².

Outros dados de mesma importância, e também complementaridade à alimentação dizem respeito à habitação e higiene que se fornecerá ao animal. Sobre a habitação, esta nunca se refere, nas obras pesquisadas, apenas ao espaço que servia de estadia ao animal, mas toda a infra-estrutura física de tal ambiente (manjedoura, material da cama, etc.) e suas condições de abrigar decentemente a besta.

Deues a saber que a estada dos cavallos deue de seer temperada e boa e deue de seer cada dia linpa do estrabo e de todo lixo. // E aa noyte façam-lhe boa cama da palha longa ou do feno e estrem lhe bem a estada pera folgar hy⁴⁴³.

E o mais do nutrjmento e do sangue e dos spritos vaylhe contra aas partes derradeiras. // E por que com ellas nom bulle tanto nem filha hy tam gram sofrjmento como de diante conuem que se nom consuma hy tanto e que filhe hy mayor nudrjmento e mayor grosura. // E assy parece que mais engrosara ho cauallo no alcafar e nas partes derradeiras teendo a manjadoira e a estada baixa de deante. // E seera majs ligeiro na cabeça e no collo e nas mãos e majs descarregado e majs leue dos peytos⁴⁴⁴.

Já quanto à higiene dos animais, pelos trechos abaixo, ela mostra-se intimamente ligada à alimentação e habitação destes. Consiste em banhos e outras práticas que visam não apenas a limpeza externa do animal, como o expurgar dos piolhos, mas também interna, como no caso das tripas das aves de caça.

⁴⁴⁰ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 27-28.

⁴⁴¹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 229.

⁴⁴² MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 11

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, pp. 9-10.

E sabe outrossy que estando ho cauallo na estada tanto que ffor de manhã tiremlhe a cama e ponhamlhe ho almafaçe e ho mondill e alynpêno muy bem e esfregêno muito estremadamente nas coixas e nas pernas e nos trauadoiros assy como virem que lhe mester seera (...) E quando tornarem ho cauallo pera a estada em nenhũa guissa nõ no metam no estrabo ataa que sejam as pernas bem limpas e bem emxutas da augoa ca mujtas vezes a quentura do estrabo se lhe acha as mãaos ou as pernas molhadas faz lhe enfermidades desuairadas assy como ouas e eyriços e greças e outras coussas muytas⁴⁴⁵.

Antes que **metas a tua ave na muda, banha[a] do piolho**, se o tiver, e, como entrar março lhe começarás a dar **azeite lavado em carne de lebre, porque con ella obra melhor: ysto pera lhe matares os seumes e alinpar as tripas**, e depois lhe dá hũa pirola daguarico; querselhe muda e com cousa em que possa tomar agooa, e onde lhe dê o sol, pera se curar⁴⁴⁶.

Torna-se bem visível a relação que a higiene possui com os hábitos e aptidões do animal, sendo sua manutenção uma questão essencial para que os animais consigam ser virtuosos, ou seja, demonstrarem boas habilidades, e mesmo propensão a serem amansados e ensinados, isto é, domesticados. Por isso, a tendência em separar os animais que não se encontram limpos dos demais, a fim de evitar que o contato transmita malefícios de um a outro.

Quando tiveres falcões nebris do Frâdes ou doutra parte, dalhe primeiro a comer algũs dias **boas viandas e banhaos loguo do piolho**, e dahi a oyto ou dez dias **purgaos con hũa piquena dalquetira na prumada**, e a outro dia **dalhe a alforvas na prumada**, porque con ysto alinpão muyto e fazlhe grandes fome; e ysto quando ouveres de caçar con elles⁴⁴⁷.

A **ave que trás piolho nunca tem fome ne faz virtude**, (...) trabalha sempre por teres a tua ave apartada doutras, porque **he grande desgosto per[a] ave ter piolho**; quando o quizeres **banhar**, ha de ser desta feição: no inverno, ao sol e se o não ha ao fogo, e se for verao à sombra⁴⁴⁸.

Não se pode esquecer também o quanto essa questão da higiene liga-se a uma permanente preocupação estética que, como vimos acima, é um dos reguladores por excelência do sistema de valores que começa a florescer no segmento da nobreza.

Somam-se a estas, outra preocupação, a qual transformou-se em tema recorrente ao longo das obras literárias consultadas sobre o período estudado. Tratam-se de constantes alertas acerca da segurança dos animais seja no momento de sua criação, treinamento ou utilização. Este cuidado deve começar já a partir da sua concepção, antes mesmo do

⁴⁴⁵ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 10.

⁴⁴⁶ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 214 (grifo meu).

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 209 (grifo meu).

⁴⁴⁸ Ibidem, pp. 215-216 (grifo meu).

nascimento do animal, quando ainda presente no ventre materno. Afinal, este primeiro cuidado seria uma condição imprescindível para que o animal nascesse em condições aceitáveis para uma futura domesticação e utilização.

E depois que souberes que a egoa concebeo de tall caualllo faze de gujssa que a nom tragas muj grossa nem muj magra ca se for muy grosa apertara em ssey o fjlho polla mujya grosura e polla mujta humjdade que auera em ssey e nom se poderam os nenbros dell estender quanto deuem e seerja ende mais pequeno e mais sumjdo. / Outrossy se er ffor muj magra nom poderá dar tanto nutrjmento ao filho no ventre quanto compre auera hende de sayr fraco e magro e assy parece que a egoa deue de seer nem muy magra nem muj grossa e per esta gujssa a deuem manteer⁴⁴⁹.

Outrossy deues a saber que lhe nom deuem dar gram trabalho nem deue de seer ferjda ca per cada hũa destas cousas se poderia perder o filho ca lhe poderjam quebrar os liamentos em que esta liado e mantheudo no lugar em que ffoy geerado e auerja de sair deste logar ante tenpo e asy sse perderja⁴⁵⁰.

Tal zelo com a segurança do animal é incitado a continuar pelo restante do seu desenvolvimento, mediante diversas práticas, como por exemplo, garantir que não seja gravemente afetado pela exposição a extremos de temperatura, mantendo-os em condições mais amenas e confortáveis sempre que possível. Mais ainda, valoriza-se a postura do senhor que é comedido com a utilização das bestas, independente do tipo de situação ou propósito.

Os caualllos deuem assy estar cobertos no tenpo do jnuerno deuem a teer cobertas de lã e de ljnho por estarem majs queentes. // E no uerãao deuem a teer sollamente cobertas de linho por estarem nedeos e guardados das moscas⁴⁵¹.

Deues a saber que todollos caualllos deuem a auer trabalho temperadamente em andar e em correr e em saltar ca ssom per hy mais sãaos e mjlhores, e mjlor emsignados. // E guarda senpre o caualllo do gram trabalho nos dias canjcolares .s. em nos dias da gram queentura e do gram frio assy como no julho e no agosto e no janeiro e he bem dauer o caualllo em estes messes folga e boom pensamento e denlhe na quentura boa casa frja e linpa e de noyte cama ca mujtas vezes se o caualllo trabalha na gram quentura quebra lhy a çofra e desseca ataa que morre⁴⁵².

Aponta-se aqui uma tendência bem diferente da exploração compulsiva da força do animal, lembrando de lhes fornecer os devidos descansos para sua recuperação, além de evitar colocá-los em situações e tempos constrangedores, ao invés de forçá-los até o esgotamento de suas capacidades. Afinal, já se admitia, no período em questão, que uma das grandes causas de enfermidade dos animais estava conectada aos excessos de trabalho, seja esse percursos ou

⁴⁴⁹ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, pp. 6-7.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 7

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 17.

carregamento. Ou seja, mostra-se a consciência de que a culpa dos problemas manifestados pelos animais usados pelo homem advém muito da própria falta de tato e omissão do mesmo, e não apenas do ambiente ou de fenômenos invisíveis e inexplicáveis.

Algũas vezes auem que o peyto do cauallo he agrauado em tall gujssa que o embarga em seu andar e fazeo mais pesado. // E esta doença chamam carregamento dos peytos. // E fazesse de sanguy sobejo ou de trabalho sobejo ou de gram camjnhu ou de gram carrega⁴⁵³.

E debes saber que [as] dolores susoditas se gerão por muitas rezões: a primeira, por negligencia dos caçadores non quererem dar a depenar nem a tirar a seus falcões; outrosin quando as aves vem molhadas em tempo do inverno e son [postas en] alcandoras más, en que se non ousão os falcões a olhar nem a sacodir; outrosin en casas de fumo; outrosin nõ son postas ao sol, neẽ andão aparelhadas quando lhes cumpre, nem som postas na agooa, e quando não ha tempo de se lançarẽ não as chamão ao rol⁴⁵⁴.

As manifestações deste tipo de pensamento, presente nas fontes, permite assumir certo grau de transformação ideológica nas relações entre o homem e a natureza no baixo medievo, que suscitaram nessa postura de domesticação mais civilizada com os animais. Não é por acaso, por exemplo, que esses tratados esboçam longas linhas a respeito da saúde das bestas, apresentando uma ampliação, sentida como necessária, nas técnicas e práticas de tratamento e cura das mais diversas adversidades que podem lhes acometer.

Dentre as causas das enfermidades listadas no conteúdo das fontes percebe-se uma certa mistura. Há aquelas que possuem fundamentos mais científicos e visivelmente observáveis, advindo de experiências próprias ou do aconselhamento dos mais experientes, como no caso do excesso de alimentação ou de esforço e trabalho. Outras, ainda se prendem a um conteúdo mais especulativo, como a teoria dos humores, resgatada da antiguidade e ainda presente na época, ou mesmo elementos mais imaginários, como a ingestão de coisas “corruptas” e seus efeitos no organismo.

Ahy outra doença que vem ao caualo per mujto comer ou per mujto beuer e aas vezes lhe vem do gram trabalho sem mesura e chamamlhe em nossa lñguagem augoamento (...) E esta emfirmjidades aperta grauemente ho caualo mujtas vezes pollo sangue e pollos humores que lhe assy correm como dicto he⁴⁵⁵.

Vem aos caualllos hua jnfirmdade no peyto e antre as pernas nas rreigadas das coixas e deçemlhe aas pernas e aos braços e faz jnchar e rreentar per muitos

⁴⁵³ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 29.

⁴⁵⁴ PÊRO MENINO. “Livro de Falcoaria” in: *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: Lello & irmao - editores, 1981, p. 11.

⁴⁵⁵ MESTRE GIRALDO. Op. Cit., p. 32.

logares. // E esta jnfirmjidade chamam em latim *uermis* e em nosa linguagem adraguncho e fazemse estes adragunchos dumores maaos queentes e sobeios criados per longo tempo e correm a hũa landoa que cada hũu cauallo tem naturallmente no peyto. // E outrossy corre a outra que tem antre as coixas a par de as natura⁴⁵⁶.

Quando ho cauallo come algũa coussa podre e corrupta geerasse ende sanguy corrupto e fazelhe esta doença na ljncoa. // E aas vezes xe lhe aprende doutro cauallo que esta door tem que esta com ell na cassa ca esta jnfirmjidade he tam corrupta em ssy que se aprende dUu ao outro⁴⁵⁷.

De acordo com a teoria dos humores, o mundo seria composto de quatro elementos (ar, água, fogo e terra), respectivamente associados a quatro humores (sangue, fleuma/linfa, bÍlis e melancolia). Saúde, doença e morte variavam segundo o intercâmbio destes elementos, seus excessos ou carências. Além disso, teorizava-se que o corpo possuía quatro membros principais (coração, cérebro, fígado e partes genitais), os quais buscava-se estudar, bem como os clérigos usavam em comparações bíblicas⁴⁵⁸.

Ou seja, o campo da superstição e do imaginário estão bem longe de extintos no que diz respeito às questões de saúde, mesmo quando identificamos no final da Idade Média um avanço no campo dos conhecimentos em prol de uma postura mais científica destes. Como já mencionado, esses elementos convivem no mesmo espaço, e as fontes comprovam, por exemplo, o uso ainda de certas formas de tratamento vindas do saber popular, e bastante vinculados a práticas sagradas ou mágicas.

Item. Pera esta door prestam estes nomes escritos em feria quarta na lũa mjnguante em purgamjnho virgem e atados com hũa ljnha de moça virgem antre as orelhas da besta. E deueos de trazer ix dias. E fim delles jrsse a hũu Rio corrente e deslegue o dicto escripto e deitẽ no na augua e os nomes som estes. Terram vácu assas magna e manjc⁴⁵⁹.

Inclusive, muito se deve questionar a respeito de como apreender estas informações, seja através de observação e experiência próprias, ou aconselhamento dos mais experientes, lembrando que muitas obras ainda tratam-se de compilações de conhecimentos antigos. Ou seja, preocupa-se em identificar qual o fundamento das informações contidas nos tratados: relação entre alimentação e temperatura do ambiente causando enfermidades; relação entre consistência e temperatura da água com a consistência física do cavalo, entre outras. Vale pensar se teria uma lógica mais próxima da científica, ou simplesmente baseada na tradição

⁴⁵⁶ MESTRE GIRALDO. "Livro de Alveitaria" in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 26.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 24.

⁴⁵⁸ DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, p. 77.

⁴⁵⁹ MESTRE GIRALDO. Op. Cit., p. 28.

oral popular.

Outras práticas, que parecem constituir de hábitos caracteristicamente primitivos, ainda encontravam-se bastante usadas. O fogo ainda era considerado uma das melhores técnicas de tratamento para as mais variadas enfermidades, de forma que era recorrente o uso de queimaduras nos animais, com ferro aquecido, para o expurgo de males.

A esta dor desta aguoá vidrada farás assy: filharás ferros feitos per esta guiza que aqui esta figurado, que tem dũ cabo hũ botão e he tal como o ferro que abotoão as bestas, e aquentaos bem ao foguo e derriba o falcão muy mansamente e poenlhe aquelle botão quente en hũa cova que lhe acharás antre o olho e venta (...) ⁴⁶⁰.

Capítulo dõgurão: Esta doença se lhe gera da aguoá e de outras más desposições; he hũa dor que dá às aves no miolo, e deixãose cair da alcandora abaixo e fazem como demoninhados; também vem esta dor às aves de quando ven no inverno de fora molhadas e sam postas en alcandoras, en que se ousão curar, e en casas de fumo; (...) e então toma hũ botão de ferro e aquentao, que estê vermelho e da feição como os con que poê o foguo às bestas e o tamanho conveniente pera a ave a que puzeres (...) ⁴⁶¹.

Apesar disto, pode-se, sim, falar sobre alguns avanços em técnicas e práticas terapêuticas e curativas no baixo medievo, mesmo que algumas consistissem em avanços sobre equivalentes mais antigos. Obviamente isto não se encontra desvinculado da produção e difusão de conhecimentos vindos de um contato mais direto e prático com os animais, principalmente no que diz respeito a sua fisionomia. Surgem com a recorrência, inclusive, de mais profissionais especializados nesses tipos de saberes, como os “cirurgiães” e os físicos, cuja frequência nos círculos régios passa a ser cada vez mais requisitada.

E se vires que hy nõ fica carne, filha o catanes, que acharás aos sirurgiães, e poeno en hũ couro feito pella guiza que dito hey e seja cada dia tirado e linpo e posto no pé ou pé do falcão, e des que vires que a cova he chea de carne nova, poenlhe do diaquilõ, que acharás aos sirurgiães, pella sobredita guiza ⁴⁶².

Dentre essas práticas aperfeiçoadas, percebe-se a difusão, nas obras estudadas, de técnicas cirúrgicas sobre o animal, ensinando como e quando, e também os instrumentos necessários a se cortar o animal para lhe retirar os elementos formadores da enfermidade.

Quando vires que lhe jncham aquellas landoas tamanhas como ouos ou meores e que lhe apertam as artejas da garganta filha hũu ferro feruente agudo e queimalhas com

⁴⁶⁰ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 8.

⁴⁶¹ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 220.

⁴⁶² PÊRO MENINO. Op. Cit., pp. 39-40.

elle per meyogoo ataa rraiz della: tambem da hũa como da outra se ujres que lhe conpre. // Outrossy podes assy fazer abry lhes ho coiro com hũa naualha e tiraas de rays e desque lhas tirares inchalhe a chaga de estopa linpa metuda na clara do ouo e legalha que nom caya. // E depois er tirã lhas esta estopa ao terçer dia e laualhas chagas com ho ujnho quente cada dia duas e tres vezes e tenhas senpre exutas e ljnpas e curalhas as como outras chagas⁴⁶³.

Outrossy sabe que se o jnchaço dos conpanhooes ffor da quebradura da pele como dicto he nom há outra cura se nom esta deuẽno a crastar e tiraremlhe ho conpanhom da parte honde quebrou a pele ou anbos se quiserem. // E desy voluamlhe as tripas dentro o mjlor que poderem. // E desy cosamlhe aquella pele per hu quebrou⁴⁶⁴.

Complementar a estas práticas, passa-se ao ensino de outras como técnicas de sutura de ferimentos, com os instrumentos mais adequados ao procedimento e o método de realização desta, além de apresentar elementos a serem usados na execução dos curativos, atendendo sempre às necessidades de limpeza, desinfecção e cicatrização dos ferimentos no animal.

(...) que quando o falcão he ferido de grua ou de bico de garça deve[s]lhe acor[r]er por esta guiza: filha hũa tizouras ben agudas e trosqualhe aquelle lugar onde he aquella ferida e filha hũa agulha sutil e hũ fio de sergo retorcido [e] cozelha por esta guiza: todolos pontos que en ella forẽ dados, cada hũ seja legado sobre sy⁴⁶⁵.

(...) quando vires que con este remedio todavia non desincha e te parecer necessario aberto, toma hũa lanceta muyto sutil e abrelhe onde estiver inchado, e tudo o que estiver cancererado o corta e lavalho con agoa ardente e depois enxugalhe a ferida con hũ pano e corelha muyto sotilmente con hũ fio daretrós e polvorizalhe toda a ferida con os pós daruda torrada bem moida, ou con os pós da grã, e cada dia lhe borifa aquella costura con agoa ardente e lhe deita aquelles pós e poeno ao sol e nõ lhe dês muyto de comer (e), por lhe não quebrarẽ as pontas⁴⁶⁶.

Por fim, é importante conectar estas preocupações e cuidados com a saúde do animal de forma que este, obviamente, esteja o mais disposto possível para realizar com o máximo de eficácia as atividades em que serão usados. Mas, além disto, algumas práticas possuem um objetivo mais definido, que implicaria no desenvolvimento constante de atributos nos animais que se tornarão instrumentos melhores aos homens, como no caso do uso das sangrias não apenas como método curativo, mas para manutenção das forças da besta, uma qualidade bastante requisitada no padrão de valores desta nobreza que ainda mantinha referencias da cavalaria.

⁴⁶³ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 25.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 37.

⁴⁶⁵ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 60.

⁴⁶⁶ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 227.

A sangrja dos cauallos deuesse assy de ffazer deuem a seer sangrados quatro vezes no anno e na vea do collo costumada. // Convem a saber hũa vez no março. // E no Junho outra. // E no setembro outra. // E no dezenbro outra / ou no Janeiro se fazer tempo mais tenperado pera sangria e em cada hũa destas vezes tiremlhe sangue tenperadamente. // E deues a ssaber que o cauallo caualgado e guardado assy como desusso dicto he durara em as força de vjnte e sete ataa trjnta annos⁴⁶⁷.

Muitas são as ressalvas existentes a respeito das informações que se pode extrair destas fontes literárias, afirmando que elas podem não necessariamente corresponder fidedignamente ao que ocorria na realidade medieval. Até porque, nem mesmo os textos jurídicos do período, Chancelarias e Ordenações, são totalmente capazes de sugerir uma exatidão entre a lei e a sua aplicação.

Entretanto, mesmo que estas fontes estejam ligadas aos interesses e ideologias régias e nobiliárquicas, portanto longe de imparciais, podem e devem ser utilizadas como indicativos de propostas e intenções que se pretendiam concretizar, a partir do lugar do enunciador. Ademais, a recorrência dos livros técnicos de fontes autorais variadas, e sua presença nas principais bibliotecas régias indicam, de modo inegável, sua importância adquirida no fim do medievo.

⁴⁶⁷ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, pp. 15-16.

CAPÍTULO 4 – APREENSÃO E CONTROLE DO ESPAÇO NATURAL

O capítulo anterior se propôs intencionalmente a focar nas especificidades das relações humanas, do período medieval, com os elementos da fauna, componentes dos ambientes selvagens ou não, com os quais mantinham contato. Perpassou-se, desta forma, pelas posturas de domesticação, bem como as práticas, técnicas e valores que se conectam a esse processo. Afinal, o estudo do ambiente que tem como centro o homem, seus pontos de vista, suas reações e técnicas, deve principiar com aspectos como a dominação ou ocupação do espaço, pela história das ciências e mentalidades, e até agricultura e criação dos animais.

Cabe, portanto, a seguir, considerar outros elementos da natureza, cujas relações com os homens também se mostram imprescindíveis para o desenvolvimento e compreensão das sociedades. Trata-se, neste caso, das relações do homem medieval com o próprio espaço natural, o que inclui o espaço vegetal e o espaço geográfico, bem como os elementos da flora que se encontram presentes nesses lugares que estão longe de serem pouco frequentados.

Assim, pretende-se esclarecer as posturas e tratamentos que começam a se difundir no baixo medievo, em diferença à anterior imagem desses ambientes, como a floresta, como lugares mistificados e incitadores de terror. Mais ainda, perceber as necessidades de apreender melhor tais espaços para seu controle e sua delimitação, tanto quanto outras características domesticadoras. Será levado em consideração, principalmente, os ambientes mais frequentados pela nobreza, como aqueles utilizados durante o exercício de jogos e atividades que lhes caracterizam, como coutos e montados.

4.1 Acréscimo de conhecimentos sobre o espaço natural e os elementos vegetais.

Em primeiro lugar, considera-se necessário avaliar as melhorias no plano dos saberes acerca desses espaços naturais e elementos vegetais que permitiram, inclusive, desvencilhar-se de alguns constrangimentos naturais, minimizando os efeitos da dependência que a sociedade medieval ainda mantinha com muitos elementos da natureza. Passa-se, portanto, através dos desenvolvimentos das condições mais pragmáticas de relações com a natureza, destacando alguns efeitos de caráter empírico e experimental resultantes desse movimento.

A partir disto, direciona-se a análise para as práticas humanas de imposição às vicissitudes da natureza, as quais tais saberes influenciaram. Trata-se de distinguir os aspectos de uma dominação mais voltada para a exploração agressiva dos recursos naturais, vigente até então, e uma postura divergente, na linha de uma domesticação que se pretendia num caráter mais civilizado e de conservação de tais recursos.

4.1.1 A contribuição do saber empírico.

Observou-se no capítulo anterior o quanto a sociedade medieval, prioritariamente rural na maior parte do seu período, encontrava-se em uma considerável dependência de elementos da natureza, cuja imposição determinou por longo tempo os múltiplos aspectos de seu cotidiano. Isto, obviamente, não se dava apenas com relação aos elementos da fauna, já devidamente retratados, mas também aos demais elementos que compõem o espaço natural, sejam estes relacionados à vegetação ou mesmo a outras características geográficas de tal espaço.

Sobre este aspecto, no que diz respeito aos componentes vegetais, deve-se lembrar, por exemplo, que o Ocidente medieval demonstrou extrema necessidade de recursos florestais, como lenha e madeira. Esta apresentava considerável variabilidade de tipos, tamanhos e procedência, assim como constituiu-se em material a ser empregado com as mais diversificadas funções: “para o aquecimento, a construção de casas, móveis, cercas e proteção para as plantas servia também para o cozimento e inúmeras outras atividades, inclusive para o fabrico de instrumentos de trabalho”⁴⁶⁸.

Mais do que isto, os diversos tipos de cultivo estavam bem mais dependentes da natureza do solo, das características de irrigação e do clima. Tanto que os cereais mais cultivados eram aqueles mais adaptáveis a essas condições, como o caso do centeio. A vinha também destacava-se por brotar em variados terrenos, resistindo a temperaturas extremas, bem como à umidade e aos ventos.

Já com relação ao espaço natural, um bom exemplo nos mostra Pastoureau a respeito das viagens ao longo do período medieval. Segundo o autor, a precariedade dos meios de

⁴⁶⁸ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 121.

circulação, e conseqüente dificuldade de mobilidade, tendo em vista a péssima qualidade (ou mesmo ausência) de estradas e caminhos. Isto acrescentava à experiência das viagens uma seqüência de entraves e perigos, principalmente por obrigarem os viajantes a atravessarem florestas, charnecas, pradarias e acidentes naturais (o que não deixava de ser considerado uma aventura)⁴⁶⁹. A própria tentativa de utilização ao máximo das vias fluviais, como rios e ribeirões, consideradas mais seguras e menos dispendiosas, estava condicionada à permissividade das estações e da geografia.

Sobre os embargos que a natureza fornecia a quaisquer pessoas que em seus ambientes buscasse frequentar, os tratados técnicos de D. João I e D. Duarte são bastante ilustrativos. Os textos intencionavam mesmo mostrar, aos nobres que praticavam a montaria e equitação nesses espaços mais selvagens, toda a espécie de intempéries e entraves que eles poderiam encontrar em sua passagem e permanência por tais ambientes, a fim de prevení-los dos acidentes e constrangimentos, e mostrar como remediar a situação, quando possível.

Os primeiros dados que se percebe referem explicitamente às características climáticas (clima, temperatura, chuvas e ventos, entre outras) desses espaços naturais que, obviamente, mostram efeitos mais agressivos aos que com ela possuem contato.

E outros disseram outra mais certa razão para conhecer este porco, se é da manhã ou não; ca dizem, se esta sequidão se faz por chover e que desde que pelo chover corre este vento com esta força, que não embargando isto, que se não deixa de saber isto, de que horas é; **ca dizem que sabido está que quando chove, demais se as chuvas são grandes ou ainda comunais, que todos os rastos que de antes das chuvas são, todos ficam mortos. E por isto, se o rasto fica em todo lugar vivo, assim em como deve de ser, não embargando a sequidão do vento, bem podem dizer que des pela água é aquele rasto.** E a dizer de que horas é, disseram que devem a pararmos, em que horas deixou de chover e que de tais horas é aquele rasto⁴⁷⁰.

Na parte que dissemos antes, que o monteiro pelo cheirar do seu sabujo provando hora de um rasto no outro e que por isto podia saber de que horas era, em como quer que assim seja, há aí algumas coisas que os tempos muitas vezes fazem aos sabujos fazer, por que os monteiros são em si mesmos enganados por este cheirar do sabujo; (...) Ainda se fazem **outras coisas que a também embargam os sabujos a bem cheirar o porco se for da manhã, que acontece nos tempos de inverno, que vai o porco da manhã e acontece cair tanta neve ou geada em na manhã que acrescenta o rasto,** que os sabujos não o cheiram daquela guisa que soem a cheirar o porco que estes embargos não tem⁴⁷¹.

Além disto, destacam-se outros elementos naturais de embargo ao homem nesses ambientes, que são da mesma forma importantes em terem atenção. Consistem em

⁴⁶⁹ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 158.

⁴⁷⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 67 (grifo meu).

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 60 (grifo meu).

características geográficas vinculadas ao relevo, hidrografia e vegetação que compõem tais ambientes e que muitas vezes não eram fáceis, no período em questão, de serem percebidos e mesmo contornados. A textura do solo, sua composição ou não de pedras e lamas, a espessura dos matos e árvores, a largura dos caminhos e passagem das águas, a tudo isto necessitava bastante cuidado e precaução.

Nas bestas mancas dos peitos, braços, mãos, e das que per cansaço carregam sobre os freos, que se encaçam nos nervos, ou nas mãos se roçam; **de soobpees, terras ryjas e de pedras, posto que de llama sejam, mais spicialmente se devem guardar.** Das que som carregadas diante, andam baixo das mãos e os braços per manqueiras ou maa geyto, **mal desenvolvem de correrem per mato spesso e pejado per lama, augua ou ervaçal, muyto devem seer avysados.** Nas mancas das pernas, de fraco lombo, que a ssella filhem e que sejam doentes de polmeira, fracas ou cansadas, ou que as cilhas corram as hereitas, se guardem; ca per sua fraqueza podem a sseu dono mais empeecer ou fazer empacho. **Nas que roçam nas pernas, folloas, spantadiças e sobejo aguçosas, per ladeiras, camynhos streitos e apertados passos, mais se avysem.** (...). Nas que correm ho mato saltando sobre as mãos carregadas diante, e que carreguem sobre os freos, e das fracas dos braços; **de logares de covas de coelhos e muyto molhadas charnecas, mais se guardem**⁴⁷².

(...) mas em como quer que assim seja, os monteiros não podem tanto que se possam guardar de cair, **porque muitas vezes caem os cavalos em covas de coelhos e em covas de sobreiros velhos e em paus atravessados ou em tremedais de águas e noutras muitas coisas que se não podem contar;** mas emper, há aí duas coisas que são tão certas para estes montes de charnecas, em que homem não pode bem ver a terra pelo mato que a embarga, que não pode por ali passar que a de leve não caia, se a todo correr for; e são estas: a primeira é atravessar vale que seja grande ou pequeno; a segunda correr a cavalo por meio do vale ao longo direito. Estas coisas são tão certas do que por ali correr de cair, que ainda que fossem mil não escaparia um, se o monte fosse coberto; e a razão é esta **e os monteiros todos a sabem, que não há aí vale por que não corram águas nadvias, que corram todo ano, ou águas de inverno; e assim continuamente pelos vales, pelo corrimto destas águas, se fazem muitas quebradas de águas e poças altas e baixas, em guisa que se o Monteiro não visse lugar desembargado,** por que houvesse de atravessar o vale, logo está em aventura de cair, isto é pelas barrocas muitas que nos vales estão⁴⁷³.

Essa dificuldade de se desvencilhar dos condicionamentos fornecidos pelo espaço natural que se percebe quanto aos deslocamentos, também se expressava no que diz respeito às fronteiras. Segundo Romero Magalhães

A noção de fronteira não tem, nos séculos XV e XVII, o sentido preciso e concreto que posteriormente assinala a mudança dos territórios com diferentes soberanias. A fronteira é uma delimitação militar e aduaneira, a que se atribui uma carga simbólica, confrontando-se bandeiras no topo das torres dos castelos que defendem a passagem dos caminhos. Os usos protocolares ajudaram também a ciar uma mais

⁴⁷² DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 136-137 (grifos meus).

⁴⁷³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 189-190 (grifo meu).

forte consciência da separação entre os reinos confinantes⁴⁷⁴.

Apesar de os medievais conhecerem a maioria das fronteiras no período, muitas vezes não era fácil traçá-las, deixando-as mal delimitadas. A maior dificuldade incidia sobre aquelas que não possuíam elementos naturais claramente observáveis, visto que a fixação de fronteiras dependia geralmente da existência de acidentes geográficos, usados como marcos de delimitação dos territórios. Era o caso da utilização de montanhas, cursos de água, serras e colinas, e mesmo a presença de árvores, frondosas e isoladas. Em outros casos, os homens tinham que tomar maior responsabilidade na marcação dos limites e fronteiras, as quais evoluíam “juntamente com o meio físico e são transformadas pelo arroteamento de uma floresta, a secagem de um pântano, a abertura de um canal⁴⁷⁵”.

Todavia, não só no sentido negativo, acerca de embargos e obstáculos, concebe-se a dependência dos homens medievais a respeito da natureza. Muito desta relação provém do fato de que, ainda relativamente defasada de recursos técnicos em diversas áreas, a sociedade medieval necessitava das variadas referências da natureza tanto para a oficialização de uma série de conhecimentos, quanto para a funcionalidade de muitas de suas atividades.

Ora de conhecer de que horas é o porco, porque assim quer andar, se é da manhã ou não, **não se conhece senão pelas fresquidões da terra e dos paus que quebra e do talho das ervas e do passar das águas e do tirar do orvalho**; e isto em como se conhece, como já dissemos, que era muito mal de se pôr em escrito. (...) e **esta fresquidão não é senão porque o ar não a tange e quando por espaço está pelo ar que a corrompe**, logo a faz parecer seca e tirada daquela molidão, que ela de si mostra, a qual tem de sua natureza⁴⁷⁶.

E no que o tempo faz em tornar os rastos frescos, isto se não faz em todos os lugares, ca posto que o tempo seja assim, que faça tornar as terras frescas, **sede bem certos que as não faz em todas as terras** por tal guisa, que homem não possa conhecer. Mas **onde se faz continuamente são dois lugares principais, mais que em todos os outros e são estes: nos lavaios, à saída deles e nos estevais novos, que estão em terra preta como de aldeia**, ca nestes lugares se fazem às vezes os rastos tão frescos em tal guisa, que não há no mundo monteiro que o possa estremar se é da manhã, ou não, quando por olho⁴⁷⁷.

E desde que o monteiro vir que o seu cão lhe anda bem na trela, **aguarde tempo que bom seja para começar a fazê-lo, ca o melhor tempo em que com ele tenham de começar é o que já antes dissemos e este é o Outono, depois que muito chover**. E então **cate monte que seja grande e que os porcos andem nele seguros e que se assentem perto das fraldas do monte**; e há mister que se levante muito cedo, em

⁴⁷⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 24.

⁴⁷⁵ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

⁴⁷⁶ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 56 (grifos meus).

⁴⁷⁷ *Ibidem*, pp. 67-68 (grifos meus).

tal guisa que chegue ao lugar em que houver de dar a travessa que seja antes de manhã e atenda tanto que se acolham os porcos ao monte⁴⁷⁸.

Referências tão importantes, e ao mesmo tempo tão intimamente vinculadas à natureza pela sua dependência, que autores como D. Duarte assumem serem exclusivamente obtidas por esses e nesses ambientes, sendo praticamente impossíveis serem colocadas nos livros e serem apreendidas por eles.

E bem assim nos rastos, não pode **nenhum monteiro pôr por escrito as fresquidões, nem as sequidões que fazem sobre a terra e na erva e nos paus que quebra**, quando passa por cima deles e nas outras coisas em que se os rastos podem conhecer, ca mais se mostra pela vista aos que aprendem que por a pôr por escrito⁴⁷⁹.

Deve-se destacar mais uma vez que esta dependência se via reforçada por dois elementos fundamentais no medievo, os quais só melhoraram nos finais deste. O primeiro consiste no temor que os espaços naturais, representados genericamente pelo imaginário negativo da floresta, refletiam na sociedade, o que impunha receios em se lançar a um conhecimento mais objetivo destes ambientes (e o que gerava um círculo vicioso, pois a falta de informações pragmaticamente empíricas corroborava com a difusão de superstições). Enquanto o segundo, trata-se da carência de um aparato tecnológico e científico adequado (obviamente frutos dessa falta de conhecimento experimental mais pragmático), de forma que contribuísse com a redução dos níveis de dependência.

Quanto ao primeiro caso, sabe-se que a floresta consistia, dentre outras conotações no imaginário medieval, no lugar de solidão e reflexão, retiro e penitência dos eremitas, tentação e revelação de muitos santos, o que sustentava a aura de sacralidade deste ambiente⁴⁸⁰. Soma-se a isto a já bem estabelecida ideia desta sociedade de caráter conservador e agrícola, que compunha a Idade Média, ter herdado de seus antepassados esse grande medo em relação ao desconhecido.

Assim, uma série de manifestações da natureza (meteorológicas, cósmicas, epidêmicas entre outras) pareciam incompreensíveis ao homem medieval. Em consequência desta mentalidade, “a consciência da sua impotência perante as adversidades naturais e a atribuição destas a causas transcendentais que é impossível dominar, origina um comportamento

⁴⁷⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 45 (grifo meu).

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 55 (grifo meu).

⁴⁸⁰ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 94.

fatalista, uma renúncia *a priori* a ‘querer mudar o mundo’⁴⁸¹.

Tal comportamento, por sua vez, não deixou de sustentar o hábito de executar tentativas de influência sobre estes elementos, para que fossem mais favoráveis ao homem, através de magias ou rituais, os quais o cristianismo hierarquizou. Mais do que isto, daí surgia uma cultura que

conserva um irresistível respeito religioso pela força ou forças misteriosas que se fazem sentir na natureza, daí resultando uma estrutura de valores que orientam o comportamento dos indivíduos e da sociedade. Esses valores têm sobretudo a função de assegurar, tanto quanto possível, uma simbiose do homem com as forças “sobrenaturais” (porque, sendo invisíveis, dominam a natureza, de que o homem faz parte)⁴⁸².

Quanto ao segundo caso, há que se ressaltar que durante longo período predominou no espírito medieval certa dificuldade, ou mesmo indiferença, em apreender e dominar o tempo e o espaço, devido à carência de uma técnica e uma ciência delimitadas. De acordo com as análises de Delort⁴⁸³ quanto ao espaço medieval, este, obviamente apreendido e mensurado de forma diferente da contemporaneidade, caracterizava-se por uma nítida desordem metrológica. Isto não só devido à falta de um sistema generalizado de medidas, tendo em vista que cada microrregião possuía o seu próprio, mas também pela imperfeita precisão, embora não ausente, na mensuração, em que a mesma medida podia se referir a quantidades diferentes.

E não apenas o número manteve-se mal conhecido e administrado pela maioria da população, mas todos os elementos constitutivos da natureza (animal, vegetal e mineral), com os quais os homens só se relacionaram com os que estabeleciam contato imediato. Assim como os bem mencionados bestiários, também os lapidários e herbários apresentavam muitas plantas e pedras com utilidades ocultas e características fabulosas, carecendo de estudos mais sistemáticos e aplicações empíricas mais práticas.

Sob o mesmo aspecto, coberto de crenças, se expressavam os conhecimentos geográficos sobre a terra. Das três regiões consideradas habitadas no planeta (Europa, Ásia e África), as duas últimas misturavam territórios reais e imaginários, povoados de elementos espetaculares, como certos fenômenos, feras, raças humanas e não humanas. Estas informações eram bastante atrativas para serem agregadas a grandes compilações, mas só

⁴⁸¹ HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo-Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, pp. 103-104.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 103.

⁴⁸³ DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp. 69-70.

tardamente tornaram-se alvo de uma análise mais profunda e comprovada. Afinal, o “aspecto analítico, descritivo, desordenado, e frequentemente crédulo do conhecimento do mundo é marcado da mesma maneira, na geografia e estudo da superfície terrestre”⁴⁸⁴.

No próprio exemplo clássico a respeito do cultivo, realizado pelo homem, percebe-se que o arroteamento e o pousio foram agentes fundamentais no estabelecimento de uma agricultura contínua e transformadora do ambiente. Contudo, mesmo sendo a agricultura uma atividade predominante no medievo, em algumas áreas, e isso inclui parcelas do território português, provou-se insuficiente em gerar produtos para suprir toda a população.

Isto se deve em grande parte porque a maior parcela das técnicas (bem como sistemas, ferramentas e equipamentos) relacionadas a este setor mantiveram-se, em seus processos fundamentais, com poucas alterações da Idade de Bronze, por volta de 1200 a. C., até finais da Idade Média na Europa.

Os utensílios e métodos de cultivo, que ainda hoje se encontram, já eram utilizados, já se tinha feito a escolha dos melhores tipos de cereais, todos os animais domésticos utilizados depois nas empresas pertenciam já ao domínio comum entre o IV e III milênios a. C., na altura em que se dava a passagem (por razões de defesa e de mercado) da civilização da aldeia à da cidade⁴⁸⁵.

Desse modo, apesar dessas informações generalizantes sobre a Idade Média, pode se fazer relevantes ressalvas (exceções) em relação a seu último período, de finais do século XIII ao século XV, e a alguns territórios do que se considera Ocidente medieval. Uma delas concentra-se na identificação de elementos que demonstram o esforço de se desvencilhar dos constrangimentos do espaço natural, através da apreensão de conhecimentos mais pragmaticamente empíricos sobre este e o mundo vegetal.

De fato, não se pode mencionar, ao menos sem grandes ressalvas, uma postura de caráter científica antes dos momentos finais do medievo. Nesse momento, o imaginário começa a deixar de ser foco exclusivo de explicações quanto às questões naturais, o que muda a própria relação entre o homem e a natureza, tornando esta menos desconhecida, temida, e sacralizada para aquele.

Apesar de a floresta, por exemplo, continuar mantendo alguns aspectos de mistério, ainda que aglutinados em superstições sobre sua frequência à noite, o desenvolvimento de uma postura menos fantasiosa culminou com o fornecimento de condições para

⁴⁸⁴ DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982, pp. 78-79.

⁴⁸⁵ HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 93.

adaptar, enfim, o universo às contingentes e variáveis aspirações humanas, em vez de ser o homem a adaptar-se às hipotéticas estruturas desse universo, consideradas dantes inatingíveis e que se demonstrou serem, em grande parte, imaginárias. Mas a pesquisa dos métodos de investigação e dos segredos da natureza custa dinheiro, e o dinheiro vem cada vez mais da indústria⁴⁸⁶.

Os conhecimentos sobre o espaço do reino progridem cada vez mais, com melhores descrições sobre as terras e regiões, uma vez que a geografia passa a ser considerada um saber indispensável nesse esforço de apreensão e percepção do território, incentivados pelos aspectos militares, necessidades financeiras e da administração régia. Afinal, os monarcas tomam maior consciência dos obstáculos em alcançar o cumprimento de suas ordens, bem como da importância do conhecimento e apropriação do espaço para o ato de governar. Assim, busca-se melhorias na marcação de fronteiras de um território já delimitado no fim do século XV, embora grosseiramente, pois os reis começam a “sentir a necessidade de melhor definir os seus domínios, como outros senhores, eclesiásticos e leigos, também precisam de fixar os espaços da sua atuação”⁴⁸⁷.

O *Livro de Montaria* de D. João I já contém em si, por exemplo, informações esparsas sobre clima, solo e vegetação, intimamente ligadas ao mundo da caça. Não se pode considerar ainda tais exemplos como uma atitude científica de fato, tendo em vista certas irregularidades e falta de dados. Entretanto, a busca de um rigor geográfico e veracidade nas observações corroboraram com a submissão da fantasia à objetividade da noção de espaço, bem como dos conhecimentos gerais sobre a natureza, através da experiência para domá-la.

Acontece ainda aos monteiros de correrem em pós de alguns porcos por charnecas baixas, em que se o porco vê sempre bem descoberto; e as charnecas são tão baixas que não podem mostrar carreiros, como antes disse; (...) e tanto que vir que o porco começa a subir alguma ereita pequena, assim como se faz continuamente nas charnecas (...); pero, a nós aconteceu de o fazermos e quem o provar achará que é verdade; que se se um de cavalo meter por uma charneca, ou por um campo e o andar alcançando, que a más penas em quanto assim de sobre ele andar, que lhe o porco possa mostrar nenhum cansaço, nem fraqueza do seu correr, demais se for no tempo de Maio, depois que os porcos começam a criar sangue⁴⁸⁸.

Quando ao monteiro assim acontecer de chegar a tal lugar, onde se o porco ladre e estiver acerca dele e vir que não pode ir onde ele está de cavalo, pelos embargos ditos das barocas ou dos silvados, ou de outras muitas coisas que no monte há que isto embargam, vá calado, que não fale nenhuma coisa e atenda até que veja fazer ao

⁴⁸⁶ HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 104.

⁴⁸⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 14.

⁴⁸⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 190.

porco a corrida com os cães; e se o porco fizer a corrida e tornar àquele lugar em que estava, pare bem mentes, se sai por carreiro ou não; e se vir que sai por carreiro, meta o cavalo a través do carreiro, em tal guisa que a cabeça do cavalo com o colo esteja sobre o carreiro⁴⁸⁹.

As outras armadas que dissemos que tinham dois vales de guardar; estas armadas tais se departem de muitas guisas, ca umas são que os vales se espalham em tal guisa que um não se ajunta com o outro; outros há aí, que a pequeno espaço se juntam em alguns campos, ou cheiras e elas em si não são armadas em que se o porco possa filhar, senão quando entra naquela cheira⁴⁹⁰.

Dentre outros conhecimentos que apresentam melhorias a partir do século XIII, nota-se também um progresso do espírito de exatidão e no manuseio dos algarismos e medidas, ao menos entre certos filósofos e matemáticos, contribuindo para aperfeiçoar a mensuração do espaço. No entanto, na prática cotidiana a maioria ainda permanecia com noções genéricas de comprimento e largura (anchura).

Sejam certos todos os monteiros que estas coisas quiserem saber, que quando estas coisas acontecessem, que em todo lugar não acontece por que se possam saber estremar; e quando se assim estremam, não se estremam senão nos paus que são cheios de erva ou de junco miúdo; e nestes lugares se estrema e não noutra nenhum. E isto quando os monteiros quiserem saber, **parem mentes o vado por que o porco vinha e vejam que anchura fez na erva o seu porco por que assim vai**; e quando se cruzar ou der voltas por cima do outro, pode ver se o seu porco fez a anchura na erva maior, ou mais pequena e, por isso, o pode conhecer⁴⁹¹.

E não apenas isto, acompanha-se neste período um desenvolvimento, ainda que de forma rudimentar, da cartografia topográfica, unido aos já mencionados saberes mais pragmaticamente empíricos, justificando um maior conhecimento acerca da localização dos espaços naturais que estão inscritos no território do Reino português.

Há aí outras armadas que são grandes de correr, como dissemos, que ainda que o alão não filhasse o porco, que ele se estreveria a o matar de cavalo; e estas armadas tais, onde se mais amiúde acham, **assim é nas charnecas que são tais como as de Santarem, ou outras semelhantes**. (...). Ca porque dissemos que estas armadas de tão longo espaço, se achavam de ser em nas charnecas, assim é verdade, porque as charnecas têm em si montes alevantados e se ao sair da trela o alão o não visse, sempre ficaria em dúvida de o poder filhar⁴⁹².

E não tenham os monteiros porém dizermos que deixem o porco encarrear, porque poderiam dizer alguns que, se se o Monteiro tivesse àquilo, que antes que o porco achasse carreiro, que antes fugiria; e vós sabede que nós não falamos de **carreiro que seja tão ancho como a estrada de Lyelba, que vai para Santarém**, mas falamos-lhe dos carreiros que continuamente são nas **charnecas**, em que se fazem

⁴⁸⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 185.

⁴⁹⁰ Ibidem, pp. 166-167.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 77 (grifos meus).

⁴⁹² Ibidem, p. 163 (grifo meu).

tais corridas, ca se bem parar mentes qualquer que isto quiser saber, poucos lugares achará em tais charnecas⁴⁹³.

(...) ca em todos os lugares do monte não são todos estes que assim dissemos, ca entre Tejo e Odiana, em poucos lugares, ou em nenhuns, se acham carvalheiras que sejam de folha ancha, nem na serra de Estrela ao de leve se podem achar murteiras. E ainda é assim que entre o Tejo e Odiana, posto que o assim dissemos, que nas feiteiras se assentavam os porcos em tal tempo, posto que nalguns lugares as haja, os porcos não e assentam nelas de boamente, em tal guisa que poucos ou nenhuns se assentam nelas. E isto é porque entre Tejo e Odiana é a terra mais quente que na Beira e todos os carrapatos se vão para os fentos, porque os acham frios e por isso há mais neles que em todas as outras ervas⁴⁹⁴.

Da mesma forma ocorrera um desenvolvimento técnico e da ciência experimental quanto ao tratamento fornecido ao solo e manuseio dos campos, incluindo a rotação das culturas, entre outros. Isto permitiu avanços sobre o nível de práticas consolidadas em tratados como o *De re rustica*⁴⁹⁵, bem como o desenvolvimento da percepção das leis da natureza, e consciência da possibilidade de lhes tirar proveito em benefício do homem.

As navegações executadas pelos portugueses, fomentando encontrar animais e vegetais diferentes do que se conhecia, culminou com a ambientação de plantas exóticas, como o milho, cuja importância na paisagem agrária tradicional alterou algumas técnicas⁴⁹⁶. Todavia, embora defenda-se a existência de inovações relevantes para a atividade agrícola neste período do baixo medievo, deve-se esclarecer que tratam-se especificamente de

aperfeiçoamentos e diversificações nos instrumentos de trabalho já conhecidos, à introdução de espécies novas ou não cultivadas anteriormente (oliveira, algodão) e sobretudo à extensão territorial e planificada (só possível devido à organização, a partir de agora estatal, da sociedade) de um melhoramento essencial para as zonas de escassa pluviosidade – a irrigação – que não era evidentemente, desconhecido anteriormente, mas que estava circunscrito à aplicação local em algumas aldeias mais ricas em nascentes de água. Agora, mediante o traçado de uma vasta rede de canais de irrigação que abrangem toda uma região e a construção de desvios dos rios, de poços, bem como de bombas primitivas e de outras máquinas hidráulicas (fruto do artesanato cidadão), obtém-se uma distribuição coordenada das regas, que faz sentir os seus efeitos numa extensão considerável⁴⁹⁷.

A união de fatores como o crescimento do conhecimento experimental e empiricamente pragmáticos e melhoria técnica, com as justificativas sagradas, foram imprescindíveis para o avanço e manutenção da ideologia do homem como ser dominante na

⁴⁹³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 189 (grifo meu).

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 80 (grifos meus).

⁴⁹⁵ HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 96.

⁴⁹⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 34.

⁴⁹⁷ HAUSSMANN, Giovanni. *Op. Cit.*, p. 94.

natureza. Entretanto, tendo em vista tanto a limitação das melhorias, quanto a própria mentalidade do período, observar-se-á que essa dominação perpassou por muito tempo ainda em termos de predação dos recursos.

4.1.2 Tentativas de imposição humana sobre o espaço natural.

Embora admita-se este considerável grau de dependência do homem ao meio natural como um fator de grande relevância ao se analisar a sociedade medieval, torna-se fundamental, da mesma forma, evidenciar um importante contraponto a essa característica. Diz respeito ao fato de José Mattoso considerar a paisagem como uma “condicionante limitativa em muitos casos e uma promessa de realizações em muitos outros”⁴⁹⁸.

Esta consideração vem a acrescentar à afirmação do autor de que, se é válido caracterizar a região portuguesa através dos elementos geográficos e naturais que fizeram parte de sua composição ao longo de milênios, por outro lado há que se manter bem definida a visão de que esta região, na época medieval, não se formara apenas pela imposição da natureza. Afinal, dependência à parte, o ser humano desde antes do período estudado também já deixava registrado traços de interferência no espaço natural, assim como os animais.

Quanto a estes últimos, compreende-se como inadmissível um estudo coerente da fauna, sem ponderar sobre sua relação com o ambiente natural que a acolhia, como no caso dos grandes maciços florestais que revestiam as montanhas do noroeste português e que, segundo Iria Gonçalves (2006), compunham-se de um equilibrado conjunto de espécies vegetais, ainda que mostrasse a predominância do castanheiro e do carvalho.

Ou seja, os animais encontravam-se em constante contato e atuação no ambiente natural que lhe serviam de *habitat*, e não de forma passiva, mas exercendo sobre ele “uma ação que o modifica, que, por essa modificação se faz reconhecer como conotado com o animal em causa. Assim, todas as espécies tinham que deixar as suas marcas bem visíveis, um pouco por todo lado. De uma maneira especial na toponímia”⁴⁹⁹. O investimento mais recente na pesquisa com fontes arqueológicas afirma isso melhor do que qualquer outro estudo. Porém, outras formas de registro, como nos trechos da Literatura Técnica, seguem na mesma

⁴⁹⁸ MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 313.

⁴⁹⁹ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 197.

direção para confirmar esses dados.

(...) catarem qual tempo é melhor e o tempo que melhor é, assim é o de Outono; ca este tempo vai já fora do estio e entram os tempos frios e demais que os porcos começam a andar com as porcas e, quando assim andam com as porcas, neste tempo têm os porcos maiores cheiros quemem todo ano e pelo grande cheiro que assim têm, os cães correm de melhor mente⁵⁰⁰.

(...) e ainda **nos montes, em que não ache carreiros, ora sejam de trilhamentos de homens ou de gados, ou de cervos ou de porcos, ca pelo uso de andar que nestas coisas usam nesta maneira**, poucos lugares acharão em que não haja carreiros, em tal guisa que como o porco se sente alcançado do cavalo e abaldoadado, logo acha carreiro por que corra; e se o não achar será grande ventura⁵⁰¹.

E isso mesmo **os lugares que no inverno são azados para se os porcos assentarem mais a miúde, assim é nos lugares em que o sol dá mais continuamente e nos lugares que são abrigados dos ventos, assim como córregos, ou vales que sejam de si quentes e que o vento não possa neles entrar**. (...) E nisto mesmo se devem de guardar do monte em que continuamente todo o dia dá o sol, ca em estes lugares no tempo de inverno se assentam mais a miúde os porcos que noutros alguns lugares, posto que as matas sejam daquelas que nós dissemos serem frias⁵⁰².

Já em relação à interferência humana, deve-se apontar a ideia de que a reação do homem sobre a natureza, e não somente as condições naturais, é justamente um dos fatores essenciais para a transformação daquela, bem como para o desenvolvimento histórico e determinação constante de novas e adaptáveis condições de existência. Aliás, ainda destacaria Jacques Barrau que,

retomando as afirmações de Engels, é precisamente a transformação da natureza pelo homem, e não apenas a natureza enquanto tal, o fundamento mais essencial e mais direto do pensamento humano, e a inteligência do homem desenvolveu-se na medida em que ele aprendeu a transformar a natureza⁵⁰³.

Tomando como exemplo as marcas de transmissão humana no território medieval português, estas localizavam-se prioritariamente em terras mais baixas e vales dos rios, onde os povoamentos humanos geralmente se assentavam, em detrimento das regiões mais agrestes e inóspitas, como as montanhas, por sua vez rejeitadas devido à atração de animais bravios. De fato, não faltam elementos e estruturas naquelas terras, como os campos, a *ager* e o *saltus*, comprovando que a natureza não muda apenas sozinha, mas principalmente porque a presença

⁵⁰⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 43.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 189 (grifo meu).

⁵⁰² Ibidem, p. 81 (grifo meu).

⁵⁰³ BARRAU, Jacques. "Domesticação" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 257.

humana encontra-se intervindo ativamente nesses ambientes físicos.

Tudo isto leva à conclusão, como já mencionado, que mesmo antes do medievo havia tentativas de imposição e adaptação dos meios e elementos naturais às crescentes necessidades do homem, cujo domínio sobre a natureza e seus recursos viu-se ampliando com o passar dos séculos, forçando-se a se ajustar às condições que ele próprio constantemente criava para sua existência⁵⁰⁴. Prova desse processo dá-se com o exemplo do histórico do cultivo agrícola pela humanidade, fruto da intervenção de inúmeras gerações de homens sobre a natureza vegetal, ainda que esta libertação humana de determinados obstáculos naturais mantivesse algumas marcas de suas condições originais.

Obviamente que este processo de domesticação e controle do espaço natural, o qual inclusive possibilitou o surgimento da civilização urbana, não ocorrera de forma homogênea para toda a sociedade humana. Ao contrário, “seguiu trajetórias absolutamente independentes e diferenciadas nas diversas regiões do globo, conforme o tipo de ambiente natural sobre o qual o homem exercia ainda um pequeno controle”⁵⁰⁵. Por exemplo, as regiões que presenciaram uma concorrência entre o homem caçador e o animal pelo acesso aos recursos vegetais espontâneos, a agricultura e a pastorícia tiveram que andar juntos, separando os animais dos vegetais antes recolhidos e depois cultivados.

No que tange às diferenças do processo de controle sobre animais e plantas desenvolvidos em cada civilização particular, não se pode negligenciar as características peculiares do Ocidente medieval. Em quase todos os territórios desta civilização, as investidas e tentativas em torno da retomada da imposição humana sobre o espaço natural ocorrera não pelas vias de uma domesticação civilizada, mas sob o viés da subjugação e conquista agressiva. Esta última postura fora recorrente ao longo da maior parte do medievo (devido a um conjunto de fatores), como já se reconheceu.

Dentre os aspectos que pode se considerar predatórios, porque inconsequentemente exploratórios, neste processo, elenca-se primeiro os referentes à atividade agrícola. A priorização dada pelos medievais em relação às práticas de cultivo, ou seja, o *ager*, foram herdadas da cultura greco-romana, visto que segundo esta o terreno não cultivado (bosques e pântanos) adquiria uma significação negativa de lugar não humano, ao contrário daquele civil, produtivo.

⁵⁰⁴ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 259.

⁵⁰⁵ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 210.

Entretanto, passadas as oposições iniciais, persistentes na Alta Idade Média, já nos séculos V e VI, percebe-se uma integração que resulta na criação de uma cultura mista romano-germânica. Isto contribuiu mais ainda para que os recursos ambientais e alimentares se apresentassem bem abundantes, e até variados, numa população que tinha começado a diminuir na Antiguidade Tardia, compensando o nível técnico elementar do sistema de produção, que justamente não se preocupava muito com o esgotamento e reprodução dos mesmos recursos⁵⁰⁶.

De fato, constatou-se que nos séculos XII e XIII, já se apresentava um período de grandes arroteamentos no território europeu, principalmente para o cultivo de cereais. Em Portugal não fora diferente: “primeiro conduzidos por particulares e depois, asseguradas as fronteiras definitivas, incentivados pelos monarcas como tarefa nacional”⁵⁰⁷, a vaga de arroteamentos aumenta nos séculos XIV e XV juntamente com o crescimento da população após as crises demográficas do Trezentos.

Contudo, esse processo de alargamento do espaço agrícola, com a expansão de searas, vinhas e olivais por novos terrenos, parece ter sido realizado sem uma devida distinção, na documentação, entre as terras virgens, na época florestadas, e aquelas há tempos abandonadas e então reconquistadas. Consistiam num sistema de culturas temporárias, com base na queima e abate de terrenos ocupados por matos e florestas, os quais transformavam-se em clareiras, a fim de aumentar a fertilidade dos solos. Ou seja, acusa-se a utilização de técnicas as quais, pelo seu primitivismo, culminaram não só com a regressão das áreas de florestas e bosques, mas com o empobrecimento ou esgotamento da produtividade dos solos, cada vez mais impossibilitados de se regenerar naturalmente.

O uso de queimadas representam uma destas técnicas primitivas utilizadas nos solos, e amplamente registradas tanto em fontes jurídicas, como as Chancelarias de D. Manuel, assim como na Literatura Técnica, como acusa D. João I. Percebe-se que ocorria tanto nos montes, em sua maioria terras virgens, o que inclusive parece ser um uso bem prejudicial à atividade da montaria, quanto em campos já utilizados nas vilas para produção agrícola.

⁵⁰⁶ MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 37-38.

⁵⁰⁷ DEVY-VARETA, Nicole. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986, p. 18.

VASCO, FILHO DE GONÇALO SERRA, MORADOR NA VILA DO CRATO, ENVIU DIZER QUE ELE E OUTROS **PUSERAM FOGO A UMA TOJEIRA**, NO TERMO DA VILA, NO MÊS DE JUNHO DE 1501⁵⁰⁸.

E querendo o suplicante e sua filha Maria, **lançar o fogo no dito campo e restolho** e felguar dele, para o haver de desfrutar, o fogo, por acaso e contra sua vontade fora ter a uma tapagem chamada a Pinha d'Arca, propriedade de Catarina Pires, viuva, moradora em Carvalhos do Monte, e da dita tapagem lhe queimara cerca de 4 braças, e **danificando-lhe mais 5 ou 6 árvores: pessegueiros, macieiras e pereiras; e bem assim lhe queimara duas vides, que tudo estava em uma vinha** cerca do dito valo que ardeu⁵⁰⁹.

E ainda devem-se de guardar que quando assim quiserem encarnar os cães novos, posto que seja neste tempo que dissemos do Outono, **que o monte não seja de queimadas, ca se de queimadas for, nunca os cães as correm bem, ainda que sejam feitos, a menos que não chova sobre elas tão muito que tire o cheiro do queimado**⁵¹⁰.

Não se pode deixar de mencionar a respeito da popularidade do uso das queimadas, o quanto sua frequência não apenas se relaciona a utilização em variados terrenos diferentes, mas ela costumava ser utilizada muitas vezes no mesmo território, como demonstra a fonte abaixo, o que a tornava mais prejudicial ao solo, esgotando de pouco a pouco seus recursos, justamente por não lhe dar tempo de recuperação nesse processo.

SENTENÇA RÉGIA ENVIADA A ÁLVARO AFONSO, OUVIDOR NAS TERRAS DO PRIOR DO CRATO, PERANTE O QUAL SE TRATARA UMA DEMANDA ENTE JOÃO AZEDO, MEIRINHO, COMO AUTOR, E JOÃO DE QUEIRÓS E JOÃO AFONSO, FERRADOR, RÉUS, PRESOS EM PEDRÓGÃO PEQUENO, POR HAVEREM DEITADO FOGO EM VALE DOS FREIRES, COM O QUAL **QUEIMARAM OLIVEIRAS E CASTANHEIROS E ÁRVORES DE FRUTO. (...) E os reus contestaram dizendo que tinham alvará dos juizes para aceirarem suas vinhas, tanto mais que o fogo por eles posto fora depois de outras queimadas abaixo**⁵¹¹.

Ou seja, este desenvolvimento da agricultura, devido ao carácter extensivo da produção, fizera-se em detrimento das atividades silvo-pastoris e do espaço arbóreo, com um aumento das superfícies cultivadas em relação às pastagens e bosques. Menciona-se, por exemplo, a *novalia e runca*⁵¹², terras recentemente desmatadas para a produção de cereais, ao mesmo tempo em que se detecta um recuo significativo do espaço natural da floresta.

Da mesma forma, e no mesmo período, pode-se listar as sequelas e efeitos do armentio

⁵⁰⁸ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46, fl. 69, 1501 (grifo meu).

⁵⁰⁹ Ibidem, liv. 46, fl. 65, 1501 (grifos meus).

⁵¹⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 43 (grifo meu).

⁵¹¹ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 45, fl. 45v, 1501 (grifo meu).

⁵¹² MONTANARI, Massimo. "Alimentação" in: LE GOFF, Jaques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 39.

e pastoreio extensivo, a partir do aumento dos rebanhos, cuja condução desordenada culminou em uma série de reclamações nas épocas das Cortes portuguesas. A grande parte das queixas vinha dos sérios e frequentes danos causados às culturas no momento em que os gados passavam por zonas de cultivo. Isto porque as fronteiras e traçados eram relevantes mais para a população agrícola, pouco importando para os pastores e seus gados na busca de pascigos.

Mas acima disso, o processo de degradação de matas para criação de pastos, e os efeitos da transumância nos solos de vegetação natural, que como já mencionados, aprofundava a deterioração dos espaços naturais. As fontes jurídicas apontam novamente para o uso de queimadas, mostrando que as motivações de sua utilização não eram exclusivamente para facilitar o cultivo e a colheita, mas também ligadas à criação de gado, visto que era uma forma bastante conhecida de produção de pastagens para o gado.

JOÃO EANES, LAVRADOR, MORADOR EM UM CASAL ONDE CHAMAVAM O MOINHO DO FERRADOR, TERMO DA VILA DA PÓVOA NOVA, **TINHA JUNTO COM O DITO CASAL UM PEDAÇO DE MATO MANINHO NO QUAL ELE, SUPLICANTE, PUSERA FOGO PARA *PASCIGO DE SEU GADO E *ACEIRO DE SEU CASAL, POR TAL QUE VINDO FOGO DE OUTRA PARTE LHE NÃO PUDESSE FAZER NOJO (...).** E bem assim por se dizer que quebrantara a ordenação que el-rei sobre os fogos tinha feita⁵¹³.

Junta-se a estes dois aspectos, todos os problemas gerados pela exploração secular excessiva de recursos florestais. Afinal, se o modelo agrícola mediterrâneo cresceu em direção ao norte, devido o fascínio das realizações materiais e da fé, este também forneceu influências. Desde a dominação política e social das tribos germânicas, começara-se a difundir uma nova maneira de conceber a paisagem dos bosques e terrenos incultos, não mais como obstáculos às atividades produtivas do homem, mas como potencialmente exploráveis⁵¹⁴. Isto contribuiu para aumento da importância de atividades silvo-pastoris, da caça, pesca doce e pastagem de porcos.

Com o tempo, ampliou-se também a necessidade e consumo dos produtos lenhosos, seja como fonte energética ou como matéria-prima. Tendo em vista o grau da demanda deste material, o corte da lenha era algo comum no medievo, como uma atividade realizada nos bosques próximos às áreas de cultivo. Os registros mostram o quão habitual era essa prática:

⁵¹³ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 45, fl. 93v, 1501 (grifo meu).

⁵¹⁴ MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 37.

Algumas pessoas o haviam culpado em devassas tiradas pelos juizes da vila, a requerimento de algumas partes, dizendo que o suplicante cortara varas de castanho de certos soutos, de moradores do lugar, e as lavrara em certos arcos. As quais ditas partes acharam em menos, e seriam 109 varas que poderiam valer um real cada, pelo que se amorara⁵¹⁵.

Contudo, parece que em sua maioria o corte de lenha fazia-se nas florestas mais fechadas, onde as árvores de maior porte eram derrubadas. A questão é que este consumo ao longo dos séculos medievais passa não só a ser realizado em maior quantidade, mas também sem a menor preocupação ou cuidado com a renovação dos recursos, e isto por diversos segmentos da sociedade. Vareta afirmara que

Além dos privilégios de que eles gozavam ou que lhes foram outorgados pelos reis para a exploração florestal, os ‘poderosos’ vão desempenhar outro papel de relevo na dinâmica das matas do interior (...). Até a própria família real participava neste comércio lucrativo e os monteiros fechavam os olhos perante esta exploração ilícita, quando nela não contribuíam diretamente⁵¹⁶.

Esse processo secular de exploração legou aos séculos XIV e XV, como visto, uma adiantada degradação florestal, aparentemente em níveis já elevados, segundo a qual “do mesmo modo que as terras de baixa altitude tinham sido desmatadas e conquistadas pela agricultura, nas de altitude superior a tradicional floresta de carvalhos foi frequentemente convertida em floresta de castanheiras”, essas “árvores de pão”⁵¹⁷ da qual se obtinha farinha.

AFONSO DIAS, LAVRADOR, MORADOR EM MONTE REDONDO, TERMO DE TORRES VEDRAS, ENVIU DIZER, POR SUA INFORMAÇÃO QUE PUSERA FOGO EM MATOS MARINHOS PARA ACEIRAR SEUS PINHAIS E VINHAS E TERRAS DE PÃO, E ISTO COM LICENÇA DA CÂMARA NA FORMA DAS ORDENAÇÕES⁵¹⁸.

Vareta assumira que por volta de 1270, não apenas a exploração do solo tinha alcançado o limite máximo, cultivando terrenos marginais impróprios para os cereais e provocando assim a diminuição global dos rendimentos, como sugeriram problemas de aprovisionamento e abastecimento de produtos lenhosos, visto que as reservas florestais das áreas primitivas não suportaram a demanda. Não é por acaso que as informações sobre “matas e pinhaes” já não encontra abundância na documentação impressa do século XVI, além de não

⁵¹⁵ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 45, fl. 3, 1498.

⁵¹⁶ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, pp. 57-59.

⁵¹⁷ MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 41.

⁵¹⁸ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46, fl. 108v, 1501.

constar bem diferenciado de outras espécies arbóreas.

O resultado desses fatores predatórios indicados acima, juntamente com a maior abertura de clareiras por pequenos casais e a criação de novas aldeias, não fora menos que a redução da área florestal e a substituição de parte significativa da vegetação por campos⁵¹⁹. A maior parte dessas matas transformara-se, segundo a documentação do período estudado, em brenhas e montados, o que dificultara mais ainda a regeneração das florestas, cujo esgotamento das capacidades produtivas expunha cada vez mais seu declínio.

4.2 Elementos da domesticação do espaço e do vegetal.

Até o presente momento, tornou-se compreensível que, salvo algumas exceções, a maior parte das interferências realizadas pelo homem na paisagem natural, durante quase todo o Ocidente europeu, foram acompanhadas por uma exploração com viés nitidamente predatório, a qual caracterizou-se pela desarborização e desgaste do solo. Torna-se viável, inclusive, pensar quanto mais a natureza se impunha em relação ao homem, desvelando sua dependência marcante a ela, mais o homem tentava se sobrepor ao ambiente de forma agressiva.

Entretanto, busca-se defender o início de uma mudança ideológica, mais em direção ao final do período medieval, necessária para se ultrapassar da mentalidade de predação, superando-a pela visão de comensalidade, proteção e preservação da natureza e dos elementos que participam de sua composição. Afinal, Giovanni Haussmann concebe que a “ideia de reproduzir vida, em vez de a destruir, exigia um salto de atitude mental acompanhado por uma assídua observação e por uma interpretação inteligente das manifestações biológicas da reprodução”⁵²⁰. Isto parece ter resultado, como consequência, em valores e comportamentos de dominação e exploração dos bens naturais e do espaço de forma mais civilizada.

A segunda parte desse capítulo destina-se justamente a reconhecer a importância desses espaços naturais e elementos vegetais para a nobreza, visto que muitas vezes se ligam a seu cotidiano, como através dos jogos de cavalaria e da nobreza, tornando-se, inclusive,

⁵¹⁹ DEVY-VARETA, Nicole. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986, p. 18.

⁵²⁰ HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 85.

fatores distintivos de seus *status*. Além disto, concentra-se nas seleções destes elementos, a partir da mudança na visão da natureza e do tratamento dado a ela, e considerando os usos a que estes estão destinados, de maneira mais equilibrada que a predação anterior. Até porque, assim como os animais, os vegetais e o espaço natural não possuem apenas função econômica e de subsistência, assumindo relações sustentadas por certos valores, especialmente aristocráticos, que fundamentam outros usos, como o reforço à relevância simbólica.

4.2.1 Os usos e o processo seletivo dos espaços naturais.

Apesar das mudanças na mentalidade da sociedade medieval, experimentadas em seus períodos finais, deve-se destacar que muito do que se considerava como ciência natural ainda encontrava-se, em alguns círculos, notadamente misturada ao viés do imaginário, e seus referenciais simbólicos. Ou seja, assim como os animais, os elementos vegetais também se inscreviam nos mistérios da Criação, e usados como objetos de revelação pelo cristianismo, de forma que através delas se extraíssem mensagens simbólicas, cujos signos seriam alvo constante de interpretação⁵²¹.

Assim, quanto à natureza, o pensamento medieval, como nos mostra boa parte da literatura produzida no período, expressava-se muitas vezes sob um viés antropocêntrico, segundo o qual animais, vegetais e minerais não eram considerados por si próprio, mas mais frequentemente como uma fonte de conhecimento pelos os homens da época, servindo como instrumento de significados e aprendizados para os mesmos.

Devido à predominância desta tendência, bestiários, herbários e lapidários vigoraram como a base constitutiva dos conhecimentos sobre os elementos naturais durante quase todo o medievo, inspirados em uma matriz livresca comum conhecida como o *Physiologus*. Contudo, ressalta-se mais uma vez que o conteúdo dessas obras possuía muito pouco em comum com o que se produziriam mais tarde pelas ciências naturais.

Afinal, pretendiam descrever a natureza das plantas, colocadas no mundo a propósito do homem, focando em suas características físicas e comportamentais apenas superficialmente, de modo que suas qualidades fossem avaliadas prioritariamente segundo um

⁵²¹ DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 74.

filtro moral e religioso, constituindo um universo encantado e marcado pelo signo do sagrado: “Ils n'observent pas et ne décrivent pas les animaux tels qu'ils sont et tels qu'on peut les voir”⁵²². Essa postura encontra-se bem longe da observação objetiva e da experiência empírica que marcaram posteriormente as ciências naturais.

Um dos exemplos mais famosos do período consiste nos escritos de Hildegarde de Bingen, de acordo com os quais “la Nature est donc un regard à la fois curieux et émerveillé puisque la Création n'était autre à ses yeux que l'ensemble des ‘merveilles de Dieu’, les mirabilia Dei que chantent tous ses écrits”⁵²³. Ao produzir pretensas obras de ciência natural, como a *Physica* e a *Causae et Curae*, a autora glorificava a natureza e o desejo de saber, mas nunca desvinculados da relação com o divino, e os prodígios que este poderia manifestar.

Em geral, apresentava uma visão do universo governado pelos atributos da ordem, harmonia e proporção, os quais eram responsáveis por conectar todo o conjunto da Criação, ligando, por exemplo, o próprio cosmos e o corpo humano. O fato é que se todo esse conjunto apresentava características dignas de serem notadas por seus contemporâneos, estas condicionavam muito mais uma postura de admiração pelo viés contemplativo, mais do ponto de vista do homem e não da atividade criadora de Deus, do que uma observação precisa com base no contato mais direto com a natureza.

Não obstante a predominância dessa espécie de obra, cujo teor contemplativo e maravilhoso alimentou as formas de apreensão do conhecimento natural durante vários séculos medievais, seu prevalecimento vê-se num constante decréscimo a partir da Baixa Idade Média. Boa parte deste recuo fora incentivado por um avanço na laicização do conhecimento e da percepção do mundo, cada vez mais marcado por uma relação mais prática com o saber.

Au XIVe siècle l'individu prend conscience de son existence dans un monde désacralisé mais riche en poésie. Ce sera une des missions du peintre de participer à l'inventaire de tout ce qui en fait la beauté. Il s'attachera spécialement à représenter les animaux dans leur environnement. Cette description qui se veut «objective»

⁵²² “Eles não observam e descrevem os animais tais como eles são e como se pode vê-los” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 74.

⁵²³ “a Natureza é, portanto, uma visão ao mesmo tempo curiosa e maravilhada, pois a Criação não era outra a seus olhos que o conjunto das ‘maravilhas de Deus’, as *mirabilia Dei* que cantam todos os seus escritos” (tradução livre). MOULINIER-BROGI, Laurence. “Les merveilles de la nature vues par Hildegarde de Bingen (XIIIe siècle)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 25e congrès*, Orléans, 1994, p. 115.

s'accompagne de tendresse et d'émerveillement et elle est source de lyrisme⁵²⁴.

Dessa forma, detecta-se uma preocupação, de caráter mais “moderno”, que afeta vários especialistas do baixo medievo, sejam eles pintores ou escritores, através da qual se busca representar com mais frequência os ambientes naturais que circundam a sociedade medieval, criando praticamente um inventário dos seus diversos ângulos. Mas, mais do que uma preocupação quantitativa, procura-se maior qualidade nestes registros, tanto pela pena quanto pela tinta, através de descrições mais objetivas, exercidas por um espírito de observação mais aberto ao mundo da vida cotidiana, mesmo que muitas vezes ainda acompanhado do “maravilhar-se”.

Iria Gonçalves demonstra esse maior cuidado mantido nos últimos séculos medievais com relação às informações sobre elementos vegetais, “registrando a sua presença, a deixarmos a nota do seu número e das suas características mais importantes, como sejam a sua espécie e mesmo, em muitos casos, a sua casta”⁵²⁵. Trata-se não de um simples acúmulo de saberes, mas utilizá-los para melhoria das espécies, como no caso da enxertia dos frutos, bem como diversificar e aperfeiçoar as castas, que já se encontravam em considerável variedade. Este desenvolvimento, gradualmente generalizado, fora auxiliado pelo maior intercâmbio de espécies de fauna e flora, as quais eram submetidas a testes de ensaio, tendo em vista o maior contato com elementos estrangeiros trazidos pelas viagens ultramar⁵²⁶.

A Literatura Técnica apresenta esta tendência usando outra forma de saber, mais pragmático, e outro modelo de escrita, diferente do lirismo poético. Através das linhas dos tratados que compõem este conjunto pode-se perceber que a capacidade de captar as maravilhas do mundo não é exclusiva do espírito contemplativo, e pode mostrar-se intimamente ligada ao contato experimental mais pragmático com os elementos naturais.

Nas linhas do *Livro de Montaria*, por exemplo, D. João I realiza praticamente um inventário a respeito das diversas formas de vegetação que encontra nos montes, vales, charnecas, e outeiros por onde passa e frequenta, apresentando a nomenclatura específica de cada um, geralmente ligada às espécies vegetais dominantes que possuem:

⁵²⁴ “Ao século XIV o indivíduo toma consciência de sua existência em um mundo dessacralizado mais rico em poesia. Essa será uma das missões do pintor de participar ao inventário de tudo o que produz beleza. Ele se fixará especialmente a representar os animais em seu ambiente. Esta descrição que se pretendia “objetiva” se acompanha de ternura e admiração e é fonte de lirismo” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. Op. Cit., p. 79.

⁵²⁵ GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, pp. 321-322.

⁵²⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 34.

Primeiramente **os outeiros altos e nos vales por que correm águas e em silveiras e em murteiras e em aveleiras e em fentais, em que não dê sol naquele tempo, e em carvalheiras e giesteiras**; e nestes lugares se assentam os porcos mais a miúde que em todos os outros, no tempo do verão e isto é segundo as terras que são⁵²⁷;

E **os montes que são quentes são de estevais e de carrascais e de sargaços e de tojais, que sejam grandes e velhos; e nestes muito continuamente estão os porcos no tempo de inverno mais que noutros montes**; e de tais montes como estes se devem os monteiros de guardar, que não entrem por eles quando atrelarem pelo porco, no tempo de inverno⁵²⁸;

(...) se acontecer que se o porco ladre em algum monte tal em que possa entrar o de cavalo, assim **como em estevais ou urzais ou em montes delgados**, em que o de cavalo possa bem andar, ali meta o cavalo a trote e leve a ascuma de sobre mão e vá direto onde o porco está⁵²⁹;

(...) ca pelo topar, que ele sempre vai topando **pelos matos e pelos sobreiros** e pelo saltar dos barrancos, que lhe cumpre muitas vezes fazer, é de força que algumas vezes va diante e às vegadas detrás do seu dono e às vezes começar por matos e por pedras⁵³⁰;

(...) mas cumpre a qualquer que tiver na trela a tal alão como este, de se pôr detrás de **alguns penedos ou outeiros, ou alguma moita**, por tal de o alão não ver o porco quando sai e ainda de o não sentir quanto no mundo ele puder⁵³¹;

Matam os monteiros os porcos de justa, quando se estão ladrando **nalgum boinhal, ou monte de esteval** que se possa bem andar. Este **monte qualquer que seja de esteval ou de boinhal, ou carrascal** ou outro qualquer que se possa bem andar e que desembargadamente possa ver o Monteiro o porco de longo, quando quiser vir a ele⁵³²;

(...) e isto mesmo neste outro lugar, quando o porco vai para algum monte e quando vai por algum carreiro e ao saltar de algum córrego e quando está ladrando nalgum lugar espesso, **assim como de silveiras ou de grandes moitas, ou de aroeiras, ou outros lugares que sejam muito espessos**, e os moços não possam entrar a ele, e querem-no atender de fora da moita, pelo matarem mais a seu salvo⁵³³;

A sexta dúvida destas coisas que dissemos, de quando se os porcos assentavam onde ceavam, se pode tirar por esta guisa: acontece que **aos monteiros de fazerem a busca por algum lugar que seja de charneca devassa, que não tenha o porco lugar certo onde esteja senão onde lhe dá a vontade, ou por carvalhais, ou por sorverais em que o porco se pode assentar**, onde quer que quiser, ou será que dará o Monteiro a travessa por algum monte, para saber os porcos que nele entram, em que não haverá de fazer outra coisa senão para lhe pôr o sinal e passará por ele⁵³⁴.

A preocupação com a veracidade dos detalhes quanto à reprodução da presença animal e vegetal no mundo reforça a atenção e investimento no estudo da natureza, seja pela arte ou

⁵²⁷ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 80.

⁵²⁸ Ibidem, p. 81 (grifo meu).

⁵²⁹ Ibidem, p. 185 (grifo meu).

⁵³⁰ Ibidem, p. 158 (grifo meu).

⁵³¹ Ibidem, p. 157 (grifo meu).

⁵³² Ibidem, p. 139 (grifo meu).

⁵³³ Ibidem, p. 134 (grifo meu).

⁵³⁴ Ibidem, p. 75 (grifo meu).

literatura, no baixo medievo. Isto representa o avanço de uma tendência naturalista no período, bastante incentivada pelo desenvolvimento, em vários reinos da época dentre os quais inclui-se Portugal, de um ambiente aristocrático que efetuara importantes progressos nesse sentido.

On y trouve notamment des sortes d'encyclopédies botaniques et zoologiques relatives aux travaux des champs et aux recettes médicales (*Tacuina sanitatis*). Ces ouvrages sont illustrés de représentations du monde végétal et animal qui témoignent d'une observation attentive de la réalité⁵³⁵.

Ou seja, sustenta-se nesse momento, séculos XIV e XV, não apenas o desenvolvendo de uma acuidade de visão, mas o gosto pela consulta de enciclopédias (médicas, agrícolas, de alveitaria, etc.) que mostram o mundo natural com uma observação mais atenta aos fatos concretos. Essa visão naturalista também se expressa pelos monteiros, cujo conhecimento através do contato prático e direto, visando o aprimoramento das manhas cavalheirescas, serve de base para a produção de obras técnicas como o Livro de Montaria.

Importante ressaltar sobre os saberes referentes à natureza no período em questão, é que estes não apenas se desenvolveram com uma nova metodologia de apreensão, mais direta e pragmática, mas também sofreram mudanças no tratamento dado aos conhecimentos, direcionando-os a uma utilização e aplicação cada vez mais pragmática.

Um dos atributos mais relevantes deste viés mais científico no tratamento dado aos conhecimentos apreendidos dos elementos naturais, sejam vegetais ou animais, concentra-se na própria categorização dos mesmos, a partir de sua observação mais direta. Atualmente há a consciência em muitos pesquisadores quanto a buscar, na compreensão desses elementos, uma articulação com seus diversos planos de conhecimento (sociológico, astronômico, botânico, etc.), os quais encontram-se “estruturados nas taxonomias e classificações que determinam o modo como numa dada cultura e numa dada sociedade se representam as relações entre os elementos pertencentes aos diversos planos de significados”⁵³⁶.

Assim, a interdisciplinaridade entre literatura, linguística, filosofia, antropologia, entre outras, muito contribui para elucidar a ideia e a visão que a Idade Média Ocidental possuía

⁵³⁵ “Encontra-se aí notadamente tipos de enciclopédias botânicas e zoológicas relativas aos trabalhos dos campos e ao receituário médico (*Tacuina sanitatis*). Essas obras são ilustradas de representações do mundo vegetal e animal que testemunha m uma observação atenta da realidade” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 81.

⁵³⁶ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 215.

acerca dos vegetais, assim como dos animais. Afinal, como fonte indicativa, o nome do vegetal não designa apenas ele mesmo, mas algo além, dentre os vários significados que pode manifestar no contexto medieval⁵³⁷, bem passa a numerosos topônimos transmitidos ao homem.

O investimento na qualidade das classificações das plantas e vegetais é importante para toda a sociedade, principalmente para organizar o conhecimento sobre os elementos em questão e auxiliar no processo de seleção daqueles de maior relevância e uso específico para a cultura que lhe fará utilização.

E há que se lembrar que os nomes dos vegetais e animais comportam em si sua natureza e consistem em signos, portanto, não se deve estudar as taxonomias e nomenclaturas que lhes são estabelecidos descolados do papel simbólico, por exemplo, “desempenhado pelos vegetais no seio dos sistemas de classificação e de pensamento” em um determinado contexto etnográfico⁵³⁸.

Obviamente esse processo de seleção não se encontra despido de certos valores inerentes ao pensamento da sociedade medieval, assim como em qualquer outra sociedade, e do aparato simbólico que circunda esses elementos, mesmo que sejam utilizados de forma mais pragmática. Afinal, o simbólico ainda percorre todo o período medieval, mesmo em seu final, fornecendo justificativas para as mais variadas formas de práticas exercidas.

4.2.2 Ideais e significados exibidos pela aristocracia.

Das assertivas anteriores, deve-se compreender que o esforço no cultivo de maiores categorias de plantas, entre comestíveis e ornamentais, demonstram maior clareza da multiplicidade de funções que estas possuíam. Inclusive, desempenhando mais de uma função ao mesmo tempo, muitas delas díspares, o que implica em inúmeros equívocos ao se tentar realizar sistematizações e interpretações de caráter unívoco.

Desse modo, deve-se incluir nessa pesquisa uma reflexão acerca dos valores que a sociedade medieval, e especificamente a aristocracia, fornece a esses elementos, e que

⁵³⁷ DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public*. 15e congrès, Toulouse, 1984, p. 23.

⁵³⁸ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 214.

fundamentam os usos que se faz deles, bem como sua domesticação, reforçando a relevância simbólica que possuem para esta categoria social. Afinal, o simbolismo não encontrara seu fim (mansa oliveira), mas agora apresentava-se em outro nível, mais pragmático, com o despertar de novos valores dados ao espaço natural e vegetal.

Compreende-se, de acordo com as informações hoje conhecidas acerca do histórico de desenvolvimento humano, que as relações de ordem econômica entre o homem e o vegetal são datadas de uma época bem anterior ao começo da domesticação destes elementos da natureza, assim como ocorreu com os animais⁵³⁹. Entretanto, desenvolveu-se também na contemporaneidade a consciência de que, pela dificuldade na descoberta de seus respectivos fósseis, a posição dos produtos vegetais na economia do homem caçador parece ter sido bastante desvalorizada.

Ainda que se admita o caráter dominante da atividade de coleta vegetal no regime econômico e alimentar de muitos grupos considerados caçadores-coletores, considerando os que se localizavam na parte ocidental, a caça aparece claramente mais privilegiada neles, devido a um forte fundamento ideológico. Afinal, as relações sociais, estavam conectadas ideologicamente a uma divisão sexual do trabalho, que necessitava impor a supremacia do homem caçador. Ou seja,

nas sociedades de caça-recoleção, esta diferente avaliação das duas atividades e do valor dos produtos de cada uma delas articula-se muitas vezes numa série de representações através das quais os homens manipulam, a nível ideológico, o fato social da reprodução⁵⁴⁰.

Estes dados implicam por si só, no fato de que os vegetais, assim como já se mencionou sobre os animais, desde tempos remotos estavam longe de apresentar uma utilização exclusiva, e predominante, no cerne de suas relações com a sociedade humana. Não se pode negligenciar, por exemplo, que a floresta apresentava-se no Ocidente medieval como um entrecruzamento de variadas dimensões e funções: “biológica e ambiental, a de recurso e uma dimensão espacial e territorial, paisagística, etc., que estariam explícita ou implicitamente contempladas na noção de ‘função múltipla’ da floresta ou de ‘floresta multifuncional’”⁵⁴¹.

Ou seja, além da função econômica, ou mesmo ambiental, deve se lembrar que a

⁵³⁹ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 212.

⁵⁴⁰ *Ibidem*, p. 213.

⁵⁴¹ DEVY-VARETA, Nicole. “Geografia, vegetação e problemática do ambiente” in: *Inforgeo*, 9-10, 1995, p. 23.

floresta, assim como qualquer outro espaço para o homem medieval, consistia também em uma realidade imaginária, sustentada por uma série de valores e crenças seculares, que em nada se liga à tendência da observação direta ou do saber positivo. Afinal, mesmo com as mudanças na mentalidade vivenciadas no baixo medievo, a natureza, com seus bosques e florestas, mantém certos aspectos fantasiosos, ainda que seu papel de lugar exótico e maligno fosse limitando-se diante da vigência de uma postura empírica mais pragmática.

Segundo Vareta,

Ao lado destas dimensões e funções que podem apreender-se como relações de produção, há outras da ordem do invisível e com forte carga simbólica. (...) São dimensões de valores de subjetividade, do sensível e do imaginário, do mito e da religião, que permitem a perfeita compreensão das relações estabelecidas entre as pessoas ou grupos sociais e territórios (des)florestados⁵⁴².

Paulo Accorsi fizera uma importante pesquisa acerca da utilização da mansa oliveira portuguesa e do azambujeiro bravo, elementos vegetais bem conhecidos no território ibérico, como metáfora para identificar respectivamente os portugueses e os castelhanos⁵⁴³. Muitas outras analogias utilizando-se do elemento vegetal com valor simbólico aparecem na literatura medieval, e não só nas obras de conteúdo mais fantástico, como também na Literatura Técnica, mostrando que esta relação com o vegetal perpassa por amplos espaços de vivência no medievo.

E porem dou conselho aos senhores e a outra gente manceba a que estas manhas convenham, que conssiirem que seus corpos som assy como suas herdades, as quaaes, se nom forem bem aproveitadas e lavradas, daróm de sua natureza spinhos e cardos e outras ervas de pouco valor: e com trabalho e rompimento e aproveitamento dellas dam taaes frutos de que principalmente em esta vida avemos nossa governança. E nossos corpos, se em tempo de mocidade [e] mancebia som leixados em ouciosidade, nom se despoendo a boas sciencias ou boas manhas corporaaes ou mesteres, segundo a cada hũu perteeem, som tornados assy sem proveito que mereciam de seer dados de sesmaria a outros (...) ⁵⁴⁴.

Outro exemplo relevante encontra-se no interesse que, a partir do século XII, desenvolve-se nos meios cavaleirescos em torno da lenda medieval da Melusina, uma personagem que sempre aparece conectada ao ambiente das florestas espessas e caçadas, responsável por trazer abundância e prosperidade (riqueza, saúde e força) àquele que a

⁵⁴² DEVY-VARETA, Nicole. "Geografia, vegetação e problemática do ambiente" in: *Inforgeo*, 9-10, 1995, p. 23.

⁵⁴³ ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997.

⁵⁴⁴ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 120.

desposar.

Associada às próprias estruturas sociais e ideológicas, João d'Arras aponta como considerável a analogia entre a função da personagem e a atividade *arroteadora* no aspecto da propriedade rural: clareiras se abrem, terras se desbravam e florestas viram campos lavrados, a região de Forez passa de natureza a cultura⁵⁴⁵. Tudo isto ligado à conjuntura econômica da época, que se encontrava em desenvolvimento.

Há que se acrescentar também a difusão do apreço pela representação de animais e paisagens decorativas em vários ambientes nobres da Baixa Idade Média. Este gosto ultrapassa os quadros e chega aos livros, tanto Livros de Horas quanto tratados técnicos, preocupando-se em mostrar o espaço natural habitado por estes, que não é mais a floresta desconhecida: “Le gibier gros et le petit s'ébat dans des terrains divers, prairies, bois, champs cultivés. Un bon connaisseur exprime la joie des courses violentes et des luttes, il décrit les procédés employés pour piéger les animaux”⁵⁴⁶.

Mesmo quando as relações do homem com a vegetação alcançam um viés mais pragmático, indo além da representação, destaca-se a importância de outros interesses e importâncias, diferentes da econômica, que justificam sua utilização e até domesticação: a gestão florestal para satisfazer necessidades energéticas e construir casas e barcos, o desempenho, muitas vezes exclusivo, de funções lúdicas, estéticas, rituais, entre outras. A respeito da variedade funcional dos elementos vegetais:

Como paisagem típica que é do Mediterrâneo, esta mata rala teria um subbosque muito rico, de que, se o arbustivo ainda nos é conhecido por intermédio de algumas das suas espécies de maior porte - carrasco, medronheiro, até a figueira baforeira, para não falar no zambujeiro, já atrás referido – as espécies de menor porte – tantas das plantas aromáticas que a charneca deu à culinária, à farmacopeia, à perfumaria – ficaram de todo arredadas dos textos em análise. Mas elas estavam presentes, a fornecer o pasto necessário às abelhas, a prover de mato o agricultor, a suscitar, pela exuberância das suas formações, pela intensidade do seu aroma, ou – quem sabe – por um olhar mais atento que nelas se demorou, a fixação de um topónimo. Por intermédio da murta, do rosmaninho, da urze. A representar todas elas⁵⁴⁷.

Um mesmo espaço pode se configurar em atividade econômica e em atividade lúdica,

⁵⁴⁵ LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1989, pp. 305-306.

⁵⁴⁶ “A caça grossa e pequena se persegue em terrenos diversos, prados, bosques, campos cultivados. Um bom conhecedor exprime a alegria dos cursos violentos e das lutas, ele descreve os procedimentos empregados para prender os animais” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 82.

⁵⁴⁷ GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, p. 336.

como a caça ao porco, revezando em suas utilizações e motivações de melhor conhecimento e domesticação. Estas poderiam interferir umas nas outras, mas não eram nada opostas ou contraditórias, pelo contrário, estabeleciam íntimos vínculos de convivência.

(...) ca acontece que o monteiro acha um rasto de porco que vai da manhã e quando o assim acha, aquele lugar em que o assim acha é de campo e **este campo é sem erva, como se faz no verão, que ficam os campos sem erva, por a terra ser tal que de si não seja de muita erva e pela quentura a perde, ca muitas terras são de tal guisa, que quando o estio é, que nela não fica coisa de erva que de contar seja;** e isto mesmo se faz **quando se alevantam os pães e os lavradores metem os gados sobre as ervas, muitas vezes ficam tão sem palha e sem erva, que não há aí outra coisa de erva que nada seja, senão somente o chão.** E isto mesmo se faz **nos alqueives, que os demais são sem erva;** e quando assim acham em tal lugar, ou noutro semelhante, se lhe o vento vem de trás das costas ou através do rasto, nunca o sabujo pode bem cheirar o porco, posto que lhe o porco vá muito da manhã⁵⁴⁸.

Figura 7 – Mês de Maio no Livro de Horas de D. Fernando e Mês de Dezembro no Livro de Horas de D. Manuel I.



Fonte: <http://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com.br/>

⁵⁴⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 60 (grifos meus).

Muitos instrumentos medievais retirados, ou mesmo fabricados, de elementos vegetais apresentam utilização domesticadora fugindo da lógica econômica exploração. O extrato de fonte abaixo mostra, por exemplo, o vime e a avelã fornecendo um instrumento usado na domaço dos cavalos pelos nobres, cuja função estava ligada aos caracteres lúdicos e distintivos que permeavam esse segmento social abastado.

E ainda mais além do que escrito é, **deve de ser a vara forte e não sabemos pau que o mais seja que o de vime, ou de avelã, como dissemos no livro segundo, onde falámos quejandas hão-de ser as ascumas**, que haviam de trazer os monteiros e que trazendo-as assim fortes, fazem-lhes grande segurança de si mesmos e de seus cavalos⁵⁴⁹.

Pode-se compreender, por exemplo, a noção de cultivo como o indispensável trabalho no solo, ainda que rudimentar e anterior à organização agrícola humana, possuindo o terreno como objeto imediato e direto, e como objeto indireto e final o conjunto de plantas que se quer semear e fazer crescer neste. Sendo assim, seria bastante coerente não aplicar tal conceito apenas aos artigos de subsistência, mas, por extensão, usá-lo com relação aos demais vegetais desprovidos de valor agrícola⁵⁵⁰: flores, plantas ornamentais, aromáticas, medicinais, etc.

Estas reflexões direcionam-se, mais uma vez, à necessidade de buscar uma combinação de explicações suscetíveis em esquemas complexos para dar conta dos motivos de tal fenômeno multifacetado como a domesticação. Isto porque nenhuma das explicações fornecidas até então, mostra-se por si só inteiramente satisfatória. Por exemplo, muito se deve levar em consideração quanto à valorização social de um animal ou vegetal sem motivação ou utilidade econômica, mas ritual, sagrada ou simbólica, como ocorria no seio da aristocracia medieval.

Afinal, se por um lado percebe-se a plantação de pinhais e árvores de cortiça para exploração da madeira neste período, juntamente com a ação agrícola de replantio e ordenação do espaço, destaca-se também, após os revezes do inverno, o hábito de saudar com alegria e jogos a chegada da primavera, e seus abundantes elementos vegetais⁵⁵¹. Esses momentos, ao longo do baixo medievo, tornam-se cada vez mais temas de elementos decorativos, como a paisagem representando o cotidiano em cenas de ambiente e atividade

⁵⁴⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 154 (grifo meu).

⁵⁵⁰ HAUSSMANN, Giovanni. "Cultivo" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 82.

⁵⁵¹ VERDON, JEAN. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Hachette Littéraires, 2002, pp. 129-130.

nobre.

Figura 8 – Mês de Maio no Livro de Horas de D. Manuel I.



Fonte: <http://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com.br/>

O mundo natural e vegetal, assim como o animal, é de certo apropriado pelo momento aristocrático da diversão, que também é de exibição e político, pelo espírito da nobreza e pelo gosto pela alegoria. A literatura tanto quanto a pintura mostram essa tendência em expressar “les distractions chevaleresques de l’époque: la pêche et la chasse - chasse à courre, au faucon, au furet, à l’appeau. Les scènes se développent sur un fond de verdure épais peuplé d’oiseaux”⁵⁵².

Nesse ponto, consegue-se perceber não apenas que as motivações econômicas da domesticação e dominação da natureza passam para um papel secundário, como podemos ir

⁵⁵² “as distrações cavaleirescas da época: a pesca e a caça – caça com cães, falcões, furões, chamarizes. As cenas se desenvolvem sobre um fundo de vegetação espessa povoada de aves” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 80.

mais além. Talvez se possa realmente afirmar que é justamente quando a motivação econômica se sobressai, que se destaca o caráter de exploração predatória e agressiva sobre a natureza. Afinal, no que tange às outras motivações, como estéticas e lúdicas, nota-se um respeito maior pela manutenção da paisagem e da flora, sua conservação em quantidade e qualidade, seja para simples admiração ou diversão.

Além da questão da polivalência de utilizações e significações, ainda pode-se trazer novamente à tona o questionamento a respeito dos próprios motivos iniciais da domesticação, de acordo com as indagações de Jacques Barrau:

E se os homens tivessem domesticado em primeiro lugar o supérfluo? Se se tivessem interessado em primeiro lugar por uma planta que fornecia um material valioso, uma especiaria ou uma droga (...) ou por um vegetal suscetível de diversas utilizações entre as quais a magia?⁵⁵³.

A despeito de qual intenção veio primeiro ou se alguma prevalecera, no que diz respeito aos vegetais e sua domesticação, não se pode subestimar seu papel material na economia das sociedades humanas, como no nascimento e crescimento das grandes civilizações, e inclusive como complemento a se compreender seu papel no plano simbólico.

Com efeito, não se pode deixar de pensar que essa mesma natureza em que o homem investe o seu trabalho não seja ao mesmo tempo investida por ele mediante uma série de representações que, como tal, funcionam por sua vez como guia na relação que ele mantém com o mundo natural⁵⁵⁴.

Nesse quesito das formas de relação de cada civilização com o mundo natural interferir nas ideologias e relações inter-humanas das mesmas, Jacques Barrau (1989) opõe os comportamentos das civilizações hortícolas das regiões tropicais arborizadas, especialmente as asiáticas e oceânicas, e as civilizações agrícolas/pastoris da Ásia Menor. Segundo o autor, apropriando-se dos resultados obtidos pela pesquisa de Haudicourt, o primeiro caso implica em regiões cujo papel ocupado pelas plantas, tanto economicamente quanto ideologicamente, é muito maior e, portanto, desenvolvem uma relação mais respeitadora com a natureza.

Já no segundo caso, característico do complexo agro-pastoril ocidental onde o animal ocupa uma posição de predominância, percebe-se um tratamento mais brutal com o espaço e os vegetais domesticados, principalmente devido ao contato permanente e simultâneo com o

⁵⁵³ BARRAU, Jacques. "Domesticação" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 246.

⁵⁵⁴ FABIETTI, Ugo. "Vegetal" in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 220.

elemento domesticado. Isto fica mais claro quando enxergamos que a agricultura ocidental resulta da combinação de uma produção animal com uma vegetal.

Mais do que isto, o conflito entre homem e animal no acesso aos recursos vegetais foi resolvido pela domesticação dos animais e vegetais, visto que obrigava-se a proteger os campos de cereais da atuação da fauna, controlando continuamente os movimentos dos animais. Isto gerou impacto tanto nos sistemas simbólicos quanto sobre as filosofias da natureza e da sociedade. Este dado corrobora mais ainda com a ideia de ser “exatamente na relação do homem com a natureza que é possível tentar perceber o sentido mais remoto de certas escolhas, características de determinadas civilizações”⁵⁵⁵.

A questão é que a influência também ocorre na direção inversa. Isto é, novos valores e ideologias vão surgindo ao longo do desenvolvimento das sociedades, como se percebe em relação a algumas mudanças experimentadas nos séculos XIV e XV, culminando com alterações nas relações entre homem e natureza, como no caso do despertar da consciência da necessidade do cultivo de uma relação menos caracteristicamente predatória, bem como utilização de novas posturas visando minimizar os efeitos da devastação provocada pelo homem.

4.3 Desenvolvimento de técnicas de domesticação vegetal no medievo.

O terceiro e último subitem deste capítulo busca justamente demonstrar atitudes que comprovam a preocupação em um uso mais civilizado da domesticação do espaço e dos elementos vegetais. Esta proposta constitui-se também na avaliação das técnicas, práticas e instrumentos utilizados no processo de domesticação desses espaços e elementos vegetais, e que se tornam representativos dessa dominação e controle mais civilizada, bem como a importância dos jogos da nobreza no desenvolvimento desses aspectos.

Ressalta-se novamente a compreensão de domesticação como um fenômeno ocorrido em tempos milenares, e resultado de um *continuum*, ou seja um longo e constante processo, o qual se inicia com uma “crescente especialização e diferenciação das comunidades

⁵⁵⁵ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 221.

humanas”⁵⁵⁶. Nesta, intervém a acumulação de conhecimentos relacionados aos vegetais selvagens a serem domesticados, como fora o caso da revolução agrícola, uma das mais importantes etapas da história da humanidade.

Também se relembra que, embora estes vegetais fossem a principal fonte da subsistência humana e sua domesticação representasse importância no desenvolvimento econômico humano, deixando uma economia de saque, por uma envolvida na produção de alimentos pelo investimento de trabalho, a economia está bem longe de ser a única, e nem mesmo a principal, justificativa ou motivação do processo domesticador.

A questão que vem se mostrando desde o início é que, se a domesticação da natureza não é uma invenção medieval, e sim um processo iniciado bem antes, destaca-se no período medieval algumas ideologias que intencionam transformar o viés domesticador, tornando-o menos agressivo e mais preocupado com seus efeitos no ambiente, bem como a renovação dos recursos fornecidos por este.

Ou seja, apesar de nem sempre constantemente mantidas ou cumpridas, apresenta-se, no final da Idade Média, práticas e medidas que acusam já o interesse e a demanda em uma postura de domesticação e dominação mais civilizada do espaço natural, bem como de seus elementos vegetais. Isto se reflete tanto nas medidas contrárias a práticas predatórias de utilização dos recursos naturais, como à própria difusão de novas práticas/técnicas de utilização destes recursos, ou mesmo novas tendências e costumes na relação e apropriação dos ambientes naturais.

4.3.1 Práticas de controle do espaço natural.

A Idade Média mostrou-se capaz de apresentar medidas que relacionavam-se diretamente ao objetivo de proteção e manutenção dos espaços naturais, voltadas para garantir assim a sobrevivência destes através do estímulo de um controle das formas de sua utilização, as quais deveriam possuir caráter mais civilizado.

Constata-se que mesmo com o processo de reurbanização da sociedade medieval, a preocupação com os espaços naturais não parece ter sido negligenciada. Algumas passagens

⁵⁵⁶ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 210.

das fontes jurídicas mostram que as construções de caráter mais urbano como pontes e muros, mostram um maior domínio sobre o espaço, mas alerta sobre evitar que estas causem danos à terra.

Como os uereadores deuem rrequerer os muros E as pontes (...) Outrossy deuem Sempre Requerer os muros E as pontes E as calçadas E as fontes porque som proll do comum E deuem catar se o conçelho nom há rrenda pêra esto honde ajam o Mais sem dano da terra que se pode fazer⁵⁵⁷.

Isto por si só já demonstra uma transformação na postura de alguns homens do período quanto às relações com o ambiente natural, visando mudar o eixo destas em direção a um contato menos agressivo e predatório. As medidas contra desflorestamento indicam uma atitude de maior civilidade para com os elementos da natureza, afinal domesticação envolve mais defesa e fomento do que simples posse e exaustão. Neste momento, torna-se decisivo o fato de a experiência pragmática começar a dividir espaço com a especulação e o mito⁵⁵⁸.

D. João I, no discurso de seu tratado técnico, fora um grande incentivador dos homens de seu tempo a investirem em maior conhecimento dos espaços naturais a sua volta, bem como manterem uma relação mais direta e íntima com eles, a fim de garantir maior domínio dos mesmos. Valoriza, inclusive, a arte da montaria no desenvolvimento desse contato mais empírico mais pragmático com a natureza, além da experiência e vantagens que este contato pode oferecer sobre os elementos desta.

E em como quer que em filhar o monte alguma coisa que neste tomar do monte parecer em filhar o campo para pelejar, nós nisto não nos queremos muito detes, ca bem dizem todos, que quem bem sabe filhar um monte, que **assim saberá filhar um campo**, em que haja de pelejar. E porque todos isto dizem, nós não havemos mais por que o dizer⁵⁵⁹.

Outrossim, se a braçaria de lançar lança faz algum bem ao uso das armas, se o saberão fazer os que andam ao monte cada uma das coisas, porque os monteiros hão-de matar o porco, ou urso, assim é de remessa; e por isto é forçado que o saibam melhor fazer que os outros homens. Ainda este jogo ensina mais a fazer algumas coisas que pertencem aos guerreiros, que um dos pontos que cumpre àquele que perfeito cavaleiro deve ser, que há-de saber fazer, assim é ser bom corredor, pois **o andar ao monte lhe ensina a ter bom tento da terra** e depois sofrer bem seu cavalo que lhe não se canse, tanto como a outro homem que o não haja usado; depois, também saber passar uma terra grande asinha; ca todas estas coisas cumpre saber fazer aquele que for bom corredor⁵⁶⁰.

⁵⁵⁷ ORDENACÕES Del-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 516.

⁵⁵⁸ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 322.

⁵⁵⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 20 (grifo meu).

⁵⁶⁰ *Ibidem*, pp. 21-22 (grifo meu).

Dentre as mais variadas medidas que se apresentaram para aplicação, pode-se, em primeiro lugar, listar as restrições e proibições de corte de árvores e lançamento de fogos em ambientes naturais, práticas bastante utilizadas como demonstraram as fontes no início do capítulo. Afinal, aumentava a necessidade de diminuir a exploração descontrolada dos recursos silvícolas que continuamente regredia e fragmentava as matas, inclusive régias, devido às dificuldades de fiscalização e de ordenamento das cortes.

Isso incentivou, em Portugal, à decisão régia de nomear um coureiro dos fogos e das nassadas, bem como tentar criar um regimento que regresse essas mesmas questões⁵⁶¹. As fontes jurídicas, tanto Ordenações quanto Chancelarias, mostram as tentativas de maior regulação desse hábito, com certas proibições de queimadas, ou pelo menos com sua aceitação apenas mediante prévia solicitação de licença. Contudo, mesmo mediante licença, cogita-se já no período a aplicação de multas e penalidades, como no seu uso sem licença, caso os fogos saiam do controle e afetem outros habitantes.

Como nem huum nom queime casas nem queime uinhas nem aruores nem derribe a seus Jmijgos (...) aquel que padeço o torto nom seia ousado de derribar as casas . daquelle que lho fez nem se chegue a ellas para as derribar ./ nem lhe corte vinhas nem lhe destrua aruores nem outras posisoões⁵⁶².

LOPO GONÇALVES, MORADOR EM CANDIEIROS, JURISDIÇÃO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA, ENVIU DIZER QUE **PUSERA FOGO EM UMA CHARNECA E MATA, JUNTO COM O CASAL DA ÁGUIA, POR LICENÇA DE LOURENÇO DE LISBOA, MONTEIRO-MOR E VEDORDO MOSTEIRO**, POR NA DITA MATA ANOTAR MUITA LAGARTA (...). E o fogo queimara no Casal da Ageuja (?) que era de Fernão d'Alvares, aí morador, umas certas estacas de promagens e certos estacas de oliveiras persas (?), e bem assim queimara ao dito mosteiro de Alcobça um carvalho e um soveiro⁵⁶³.

PEDRO MEXIA, MORADOR EM CAMPO MAIOR, ENVIU DIZER, POR SUA PETIÇÃO, QUE PUSERA FOGO EM UMA RELVA QUE TINHA PARA QUEIMAR, E O FOGO SAÍRA DA RELVA E **QUEIMARA UM PEDAÇO DE MATO DE VASCO MEXIA, E UM PEDAÇO DE RELVA, TAMBÉM SUA, SEM ELE, SUPPLICANTE, TER LICENÇA PARA PÔR O FOGO**, PELO QUE ANDAVA AMORADO⁵⁶⁴.

E tendo os juizes mandado prender Rodrigo Anes, veio este com sua contestação dizendo que era homem benfeitor e não useiro e vezeiro em pôr fogos. **Replicou o meirinho que o fogo não fora posto em canadas nem em roças mas sim em mato expresso entre vinhas e olivais e soutos**⁵⁶⁵.

⁵⁶¹ DEVY-VARETA, Nicole. "Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)" in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986, p. 18.

⁵⁶² ORDENACÕES Del-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 45.

⁵⁶³ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46, fl. 125, 1501 (grifo meu).

⁵⁶⁴ Ibidem, liv. 46, fl. 128, 1501 (grifo meu).

⁵⁶⁵ Ibidem, liv. 45, fl. 50v, 1501 (grifo meu).

Lembrando que a Idade Média sempre fora hierarquizante, inclusive no que tange aos seus espaços, percebe-se acima que existe mesmo um critério entre áreas vegetais que são menos propensas do que outras à prática de queimadas, implicando, portanto, em maior responsabilização e penalidade. Junto a isto, no século XV, ampliaram-se também os conflitos devido aos arranques de árvores, bem como o maior vigor na reação dos guardas-florestais,

numa época em que a preservação e a conservação das florestas prendiam a atenção dos nobres rurais e de todos os proprietários. Os assaltos eram então minuciosamente examinados, os casos eram anotados preto no branco e organizavam-se tribunais florestais e visitas de inspeção em ordem às listagem das transgressões e contra elas providenciar⁵⁶⁶.

Ou seja, o corte desregulado de árvores era tão mal visto quanto a prática de queimadas, que também transformou-se em tema de legislação contrária, com a aplicação de uma série de penalidades de acordo com a ocorrência.

PERO AFONSO, MORADOR NO TERMO DA CIDADE DE BRAGA, ENVIU DIZER, POR SUA PETIÇÃO, PRESO NA CADEIA DE LISBOA, E CONDENADO POR SENTENÇA DOS OUVIDORES DA CASA DA SUPPLICAÇÃO EM 2 ANOS DE DEGredo PARA ALÉM, COM BARAÇO E PREGÃO PELA VILA (SIC) POR SE CONTRA ELE DIZER QUE FORA CULPADO, EM UM FOGO QUE FORA POSTO NO COUTO DE TIBÃES, EM UMA CABANA DE COLMO QUE ESTAVA SOBRE 4 ESTACAS; E BEM ASSIM NO CORTAMENTO DE CERTAS ÁRVORES QUE ESTAVAM POSTAS DERREDOR DA CABANA⁵⁶⁷.

Outra causa de conflitos no período entre a população camponesa e a aristocracia, ou entre o direito consuetudinário e o direito de propriedade, vinha da criação de coutadas, isto é, áreas relativamente vastas reservadas à atividade venatória, as quais disseminavam-se por todo o território português. Isso desvela uma característica da época em que, mesmo com o desmoronamento demográfico, o qual provocara o recuo das culturas em relação aos espaços incultos e da agricultura em relação às atividades pastoris e pastagens, ainda assim, o processo de restrição ao uso de espaços incultos já se adiantava⁵⁶⁸.

Segundo Mattoso houve tempos em que a caça constituía uma forma regular de aquisição de alimento e de subsistência para uma população predominantemente agrícola e

⁵⁶⁶ HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 79.

⁵⁶⁷ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 46, fl. 142v, 1517 (grifo meu).

⁵⁶⁸ MONTANARI, Massimo. "Alimentação" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 42-43.

pecuarista. Outra relevância político-econômica desta, datada do século XIII, se dava nas prestações senhoriais em peças de caça grossa. Mesmo assim, as inquirições já mostram uma preocupação com a regulação dos tempos da caça, limitadas a momentos e espaços determinados, de modo que diminuíssem os prejuízos para as reservas e desequilíbrio ecológico.

Logo depois esta atividade foi preterida por prestações em dinheiro, mas a continuidade na proteção régia à atividade cinegética da população demonstrava a importância da caça para o rei, que por ela invocava os habitantes. D. João I, no início do XV, vetava as ambições da fidalguia de estender seus direitos em detrimento das comunidades, intimamente adaptadas às condições naturais da região, e que constantemente também dominavam-nas em seu modo de vida⁵⁶⁹.

O que se detecta neste caso é uma domesticação mais civilizada do espaço natural, vinculada a uma consciência de sua preservação, e não conectada diretamente às motivações econômicas e de subsistência. Segundo Oliveira Marques, nos séculos XIV e XV, as “principais coutadas localizavam-se no Ribatejo, no Alto Alentejo e na Beira”⁵⁷⁰, com a “coutada velha” possuindo por limites Tomar, a norte, Marateca, a sul, Mora e Montargil, a oriente, e o rio Tejo, a ocidente. Este processo representava uma forma de proteger a cobertura de florestas e matagais que ainda restavam em boa parte do reino, e permitiam a proliferação e continuidade de toda espécie de caça.

Afinal, ainda que fosse aproveitada para o fornecimento de carne ou pele, a montaria não se explicava exclusivamente, e nem prioritariamente, por essas justificativas. O papel lúdico desta atividade, assim como de treinamento dos cavaleiros para a guerra, era tão ou mais importante na predileção desta manha particularmente nobre, de forma que a manutenção de seus espaços de funcionamento deveria ser cuidadosamente realizada, mesmo que precisasse acontecer em detrimento dos direitos das camadas populares.

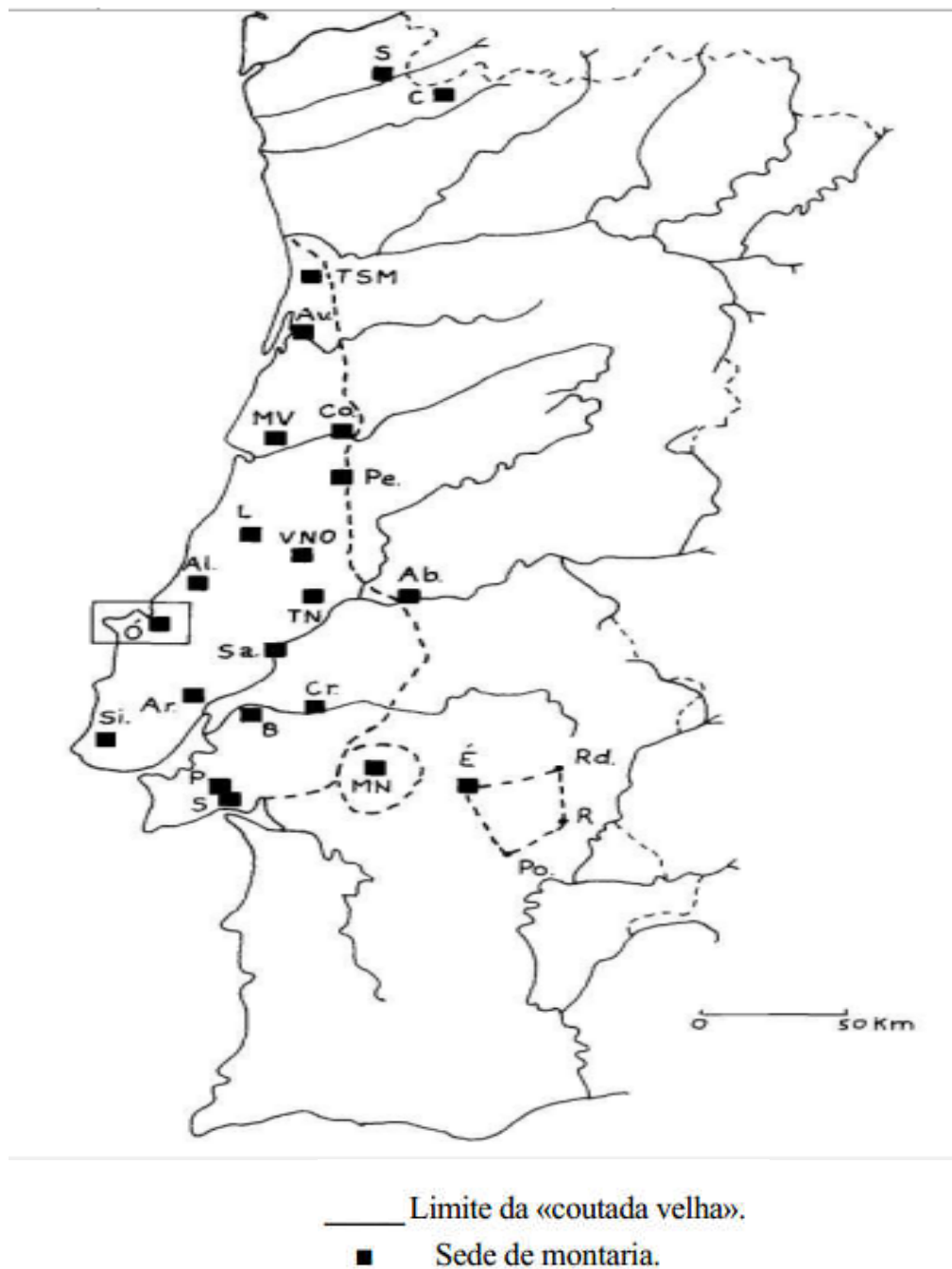
Estas atividades, que viam-se cada vez mais circunscritas aos círculos da nobreza a medida que o Paço se configurava aglutinando elementos de distinção desse segmento social, manifestavam a necessidade de uma adaptação ao ambiente natural através da experiência prática e da observação direta, como a demarcação de itinerários no mapa e o conhecimento do espaço, a fim de obstruir os obstáculos impostos por este. Ou seja, acompanhavam um processo de maior dominação do ambiente natural, que principia a levar em consideração o

⁵⁶⁹ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, pp. 207-208.

⁵⁷⁰ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 480.

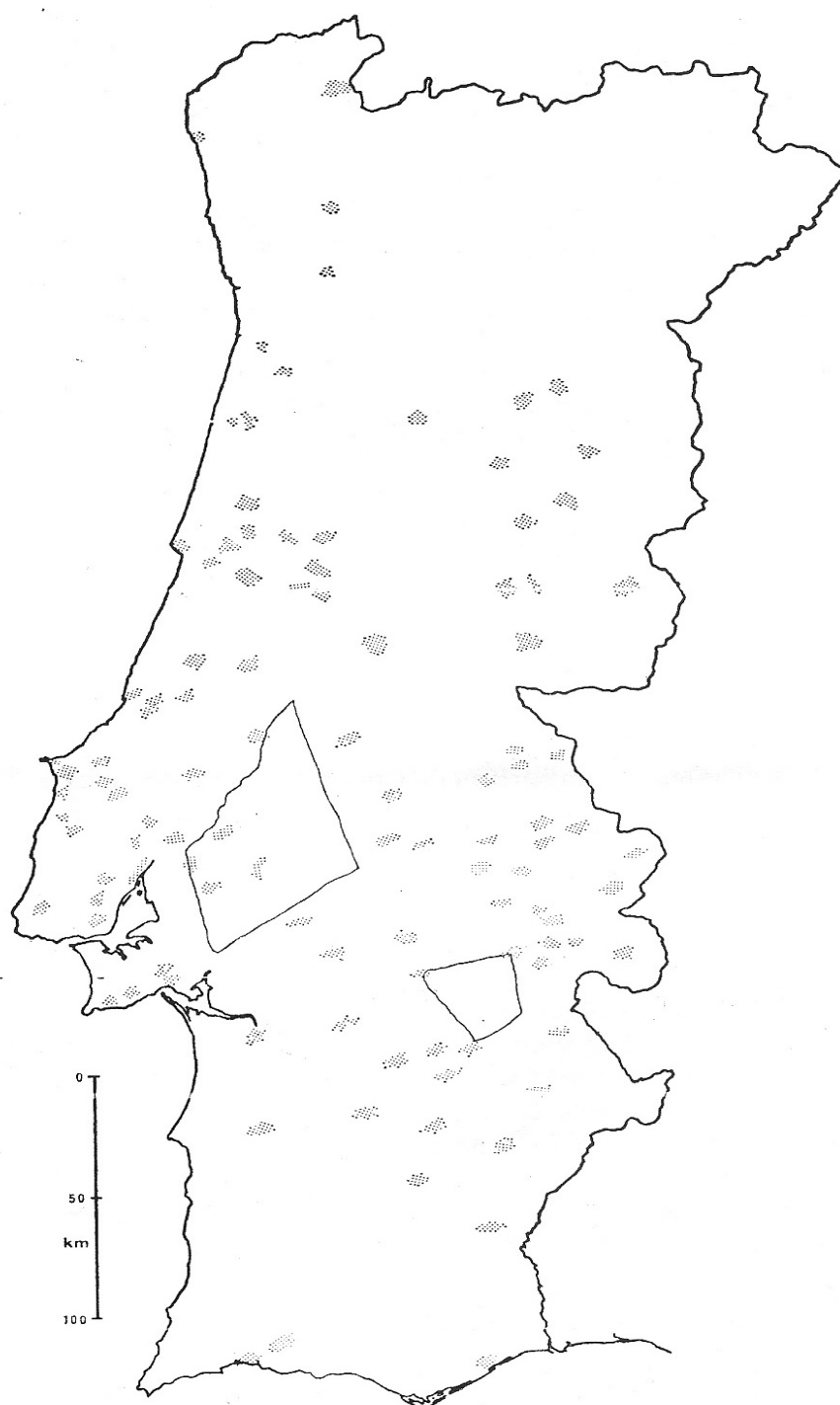
reflorestamento e a consciência de não desequilibrar a natureza, assim como a própria domesticação e seleção de animais, usados para caçar outros daninhos.

Figura 9 – A “coutada velha” no século XV.



Fonte: Cf. VARETA, 1985, p. 61 *apud* Ordenações Afonsinas (Livro I, Tit. 67; Costa Lobo, p. 80),
História Florestal

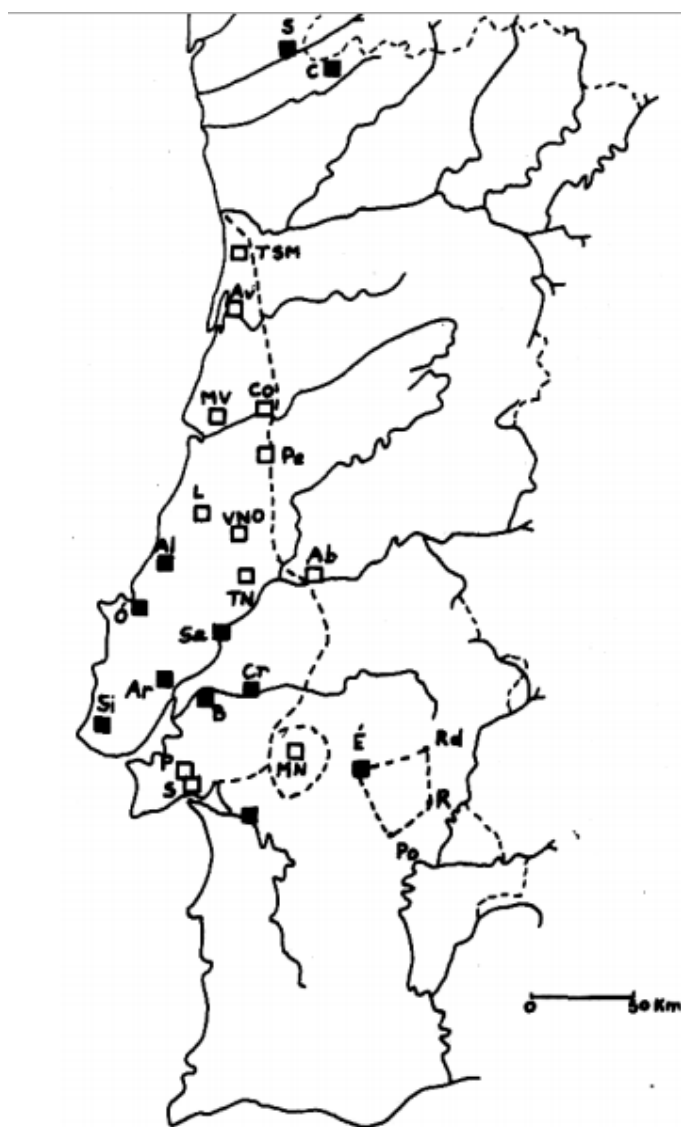
Figura 10 – Principais zonas de coutadas e florestas (Portugal século XV).



Principais zonas de coutadas e florestas

Fonte: Cf. OLIVEIRA MARQUES, 1987, p. 107.

Figura 11 – Descoutamentos de D. Manuel em 1498.



----- Limite da «coutada velha».

□ **Montarias descoutadas** — Terra de Santa Maria, Aveiro, Coimbra, Montemor-o-Velho, Penela, Leiria, Vila Nova de Ourém, Abrantes, Torres Novas, Palmela, Setúbal, Montemor-o-Novo.

■ **Sede de montaria** — Óbidos, Santarém, Coruche, Benavente, Alenquer, Sintra, Évora, Alcácer do Sal.

Fonte: Cf. VARETA, 1986, p. 23 *apud* Ordenações Afonsinas, V. de Santarém, p. 281, História Florestal.

Não se pode deixar de mencionar, no que tange a esta questão, as tentativas de reflorestamento como um indicativo de uma dominação mais domesticada da natureza, onde posturas de exploração predatória começam a competir com outras mais civilizadas. A fim de compensar o excesso de arroteamentos, que revelavam-se mais intensos do que a regeneração florestal podia acompanhar, Iria Gonçalves destaca o fomento da cultura arbórea, “que passou, naturalmente, pelo cultivo das mais variadas espécies de fruteiras, mas também por um grande incremento da oliveira e pela aposta na domesticação de algumas essências florestais, de que o castanheiro pode ser apresentado como exemplo paradigmático”⁵⁷¹. Recomendava-se também a plantação de vinhas, nogueiras, amoreiras, entre outras.

Interessante é que, diferente de algumas práticas de monoculturas em geral cerealíferas, estas árvores consorciavam-se geralmente com outros cultivos, ou misturava-se entre si suas espécies, consistindo as hortas nos locais habituados a concentrar o maior amálgama de cultivos⁵⁷². Da mesma forma, árvores também se instalavam na superfície das pastagens, relativamente extensas no período, dividindo espaço com os restolhos e pousios que alimentavam o gado. Nos extratos das fontes jurídicas encontra-se, por exemplo, manifestações de multas e penalidades sobre os habitantes que passam pela cobrança do plantio de determinadas árvores.

OS MORADORES DE PENAMACOR ENVIARAM DIZER, POR SUA PETIÇÃO QUE PELO BACHAREL JOÃO VAZ, QUE DEUS HAJA, LHES FORA POSTA UMA PENA QUE PRANTASSEM CERTAS ÁRVORES, PELO QUAL SE PUSERAM MUITAS DELAS, E POR A TERRA SER TÃO SECA, SE NÃO QUERIAM DAR MUITAS DELAS⁵⁷³.

O desencadear da crise dos produtos lenhosos fora muito importante para instigar esse tipo de medida, tanto que no século XVI vão se fundir, em Portugal, na *Lei das Árvores*, com maior investimento na “arborização dos incultos nos baldios e propriedades privadas pelos respectivos municípios”⁵⁷⁴, com castanheiros, carvalhos e pinheiros.

De fato, esta demonstrou-se como a primeira manifestação da criação de uma política florestal institucionalizada pela ação régia no território português. Entretanto, apesar de representar uma tentativa de preservação da área vegetal, o caráter emergencial desta medida

⁵⁷¹ GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006, p. 322.

⁵⁷² Idem, p. 346.

⁵⁷³ LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 45, fl. 86v, 1501 (grifo meu).

⁵⁷⁴ DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, pp. 172-173.

não levou em consideração efeitos futuros. Ao trocarem os antigos soutos e carvalhais pelos pinheiros, isso não apenas alterou a paisagem do norte atlântico, mas os microclimas e os solos: “conduziu àquela deterioração pedológica que os cientistas chamam de ‘podzolização’; por outras palavras, os solos tornaram-se magros, cinzentos, pobres em húmus, excessivamente lavados”⁵⁷⁵.

Mattoso afirmaria que muito da justificativa do porque essas medidas não obtiveram a eficácia pretendida, se dava pelo fato de que ainda eram muito recentes e presentes apenas na consciência de uma parcela da população. Isto é, não havia sido ainda capaz, no final da Idade Média, de alterar toda a mentalidade da sociedade, incutindo nelas uma alternativa viável às necessidades que moviam os agentes responsáveis pela desertificação do solo.

4.3.2 Instrumentos e métodos de uso domesticado dos elementos vegetais.

Por fim, concentra-se em considerar outras manifestações práticas de tratamento mais civilizado do espaço natural, dedicando-se especificamente em outros elementos vegetais, a partir dos instrumentos e técnicas que refletem sua utilização de modo mais prático e domesticado.

Recorda-se aqui, novamente, a importância de tais usos e práticas a fim de mostrar que essa domesticação não se vincula apenas à questão econômica, ainda que saibamos sobre a relevância do plantio e colheita de leguminosas, raízes e ervas como parte do duro trabalho do camponês, e garantia de complemento fundamental em sua alimentação. Por exemplo, constata-se na Baixa Idade Média um aumento no cultivo de ervas e temperos dos mais variados tipos a fim de atender aos hábitos alimentares mais exóticos da aristocracia nobre e cidadina. Isto se relaciona muito mais a um fator de distinção social do que de subsistência.

Da mesma forma, uma série de fontes, dentre elas os calendários medievais, mostram que o término dos rigores do inverno e início dos tempos primaveris, especialmente a partir de abril, marcavam-se tanto por uma vegetação verde e abundante, assim como trabalhos menos penosos. A jardinagem e a horticultura começam a se constituir em atividades cada vez mais típicas desses meses, “quando o clima ameno favorecia a brotação das plantas mais frágeis e a

⁵⁷⁵ MATTOSO, José. *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 326.

intensidade das chuvas era bem menos rigorosa, o que permitia crescimento harmônico”⁵⁷⁶.

Figura 12 – Mês de abril no Livro de Horas de D. Manuel I



Fonte: <http://dotempodaoutrasenhora.blogspot.com.br/>

⁵⁷⁶ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 122.

Concebe-se assim, nesse período, uma intensificação de certas atividades vegetais cujas intenções estavam bem mais vinculadas à estética, ao ócio e à fruição, como no caso da jardinagem. Esta forma de domesticação dos elementos vegetais, com certeza se deve ao aperfeiçoamento de técnicas de botânica, por exemplo, juntamente com o maior contato com os mesmos.

Não foi por acaso que este hábito difundiu-se, a partir do século XIII, entre os velhos castelos que serviam de habitação, os quais acumulavam em seu interior não apenas objetos sofisticados de tapeçaria e mobília, mas também os jardins. É claro que isto não se encontra descolado de um contexto em que estes castelos tornam-se palco de uma sociedade aristocrática em formação, no qual guerreiros violentos vão gradativamente tornando-se cortesãos, apresentando uma conduta mais polida advinda do que se chamaria de processo civilizador. Os jardins compunham a gama de elementos distintivos, como decorações pomposas, dessa categoria social.

A cidade imita o campo, demandando também estes campos domesticados que embelezam suas moradas. Ou seja, a domesticação da natureza acompanha a humana, pois os jardins tornam-se os espaços por excelência dessas novas sociabilidades que se criam. Sobre isto, Vânia Fróes também diria que

A cidade também se integrou a essas mudanças no habitat e no viver – o jardim é parte do urbanismo no final da Idade Média e o burguês da cidade quer um campo domesticado para circundar seus *palazzos*. Lírios, miosótis, trepadeiras, pequenas rosas, lavandas e flores perfumadas, juntamente com fontes e águas furtivas, compunham os quadros bucólicos do campo e da cidade ⁵⁷⁷.

Estes jardins não se apresentavam apenas cultivados fisicamente como componente dos castelos, mas, como já mencionado acima, transformaram-se em famosas representações nos tapetes, quadros, Livros de Horas, entre outros. Vinculados a cenas de caráter trovadoresco, normalmente indicativas dos meses de abril e maio, onde se encontravam retratadas a montaria em bosques com cães, além de outros jogos e atividades de desenfado típicas desse período de ócio que distinguia a nobreza. Para Durliat,

C'est l'expression poétique du jardin clos situé à proximité des châteaux, où l'on cultivait les fleurs, que l'on plantait d'arbres (...) Dans ce verger fleuri, rempli de

⁵⁷⁷ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 122.

chants d'oiseaux, les lapins s'ébattent, un grand cerf s'avance, un échassier pêche au milieu de la rivière⁵⁷⁸.

Somam-se a estas, outras motivações que, por exemplo, suscitam na ampliação, e mesmo sofisticação, do cultivo de ervas medicinais, já realizado desde a Alta Idade Média. Esta melhoria, quantitativa e qualitativa, está intimamente ligada com o “crescimento dos mosteiros e com as novas técnicas agrícolas que marcaram os séculos XI e XII”⁵⁷⁹.

Os tratados técnicos que se dispunham a apresentar remédios e tratamentos para as variadas enfermidades que se batiam sobre os animais apresentam um receituário considerável, no qual encontram-se uma série de plantas: “Primeiramente fala nas plumagens das aves, por onde se conhecem e como se hão de tratar e fazer; segundo, nas doenças e sinais em que se conhecem e remédios com que se curam”⁵⁸⁰.

Este parece ter se aprimorado com o tempo, pelo menos de acordo com comparações estabelecidas entre o que era denominado Falcoaria Velha, e os tratados do baixo medievo. Isto comprova o conhecimento já alcançado no período acerca das propriedades medicinais e terapêuticas desses elementos, os quais os permitem serem usados nos mais diversos unguentos, emplastos e mezinhas, ou mesmo individualmente, segundo as respectivas intenções, sejam elas cicatrizantes, antissépticas, entre outras.

(...) Este acevar he desvairado do outro, ca **este he chamado patico e o outro he chamado secotrim**, e o patico he bon pera o corpo e o outro he bon pera a cabeça⁵⁸¹;

(...) e que esto verdade seja, a muytos caçadores acõtesse que quando metem o **tartego** aos seus falcões lanção con elle as lombrigas porque [não erão] inda vivas, mas erão geradas, ca, se ellas vivas fossem, àquella hora, não nas mataria o tartego, mortificalashia por algüs dias e doutra guiza não⁵⁸²;

Este cajão cura por esta guiza: a pressa **toma hũa erva que chamão pipul[el]a e en outra terra lhe chamão bruça pastoril** (...) ⁵⁸³;

Deves de saber que às vezes lanção os caçadores o **paparaz** aos falcões mais forte

⁵⁷⁸ “É a expressão poética do jardim cercado situado à proximidade dos castelos, onde cultivava-se as flores, plantava-se árvores (...) Neste pomar florido, repleto de cantos dos pássaros, os coelhos brincam, um grande cervo se aproxima, e uma ave pernalta pesca no meio do rio” (tradução livre). DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984, p. 80.

⁵⁷⁹ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 122.

⁵⁸⁰ LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933, p. 207.

⁵⁸¹ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 21.

⁵⁸² Ibidem, p. 23.

⁵⁸³ Ibidem, p. 63.

que cumpre, e os falcões são mais forçados hũs que os outros, e aquelles que são mais forçados lançamlhe o paparraz, non querem sacodir e dão ao papo⁵⁸⁴;

Ffilha a **norça** e talhaa com sãs ffolhas e com seus rramos em pedaços de hũu palmo e malhaa antre duas pedras e metea em hũu sacco e leixaa ir a ffuno e mjtty dentro a cabeça do caualllo de gujssa que tanga a norça com a boca e com os narjzes e apertalhe o sacco em cima em tall guissa que a nom possa comer e assy o leixa estar e polla **quentura que o cerebro hende rrecebera desta erua desolueressam os maaos humores** e seeram ffora. // E esta **meezinha** lhe façam duas ou tres vezes e achallaam prouada⁵⁸⁵.

Primeiramente se lhe os olhos choram faze tall **emprasto**. // Ffilha ho encenço redondo e longo e a **almeçega** e ho **sanguy dragom** e o **bollo armeryco** tanto dũu como doutro e mestura todo com clara douo como emprasto e põeno em cima dũu bragall ancho de quatro dedos e longo que abrangaa dũua trjncheira aa outra e rrayanlhe prjmeiro estes logares na cabeça quanto possa a tanger este pano e **lavemlho com vjnho quente** e ponhamlhe este enprasto ataa que prenda e **chamamlhe os alueitares estrictorio** e leixenlho trazer gram tenpo ca ha virtude de lhe fazer secar e rreter as lagrjmas e tolherlhoas quando qujseres lygeiramente com auga quente e com azeite⁵⁸⁶;

E depois filhem ho eixofre e ho sal e ho **sarro da cuba** tanto dũu como doutro e moam todo e mesturẽno com vinagre e com **azeite** e façam ende como **vngoento** e vntẽno com ell duas vezes ou tres no dia nos lugares hu ouuer o proydo⁵⁸⁷;

E saby que em todollos **lugares escoirados que quiseres soldar deues a deitar ho poo da murta seca ou do lentisco ou da galha ou do çanbarco**. // E o que mais vall pera soldar e **pera encoirasar he ho poo ffeito da cal e do mell**. // Pero ante que deites estes poos taees **laua o logar com o vjnho quente**. // Outrossy o **poo das cascas das auellãas com azejte mesturado faz naçer o cabelo**. // Saby que o **sal e ho vinagre se os poseres em quaees quer jnchaços que os faz logo apremar**⁵⁸⁸;

E outrossy per esta rrazom meesma **lhe presta hũua erua que chamam sauina** e cheira bem e deuemlha assy a legar no ffreo de guissa que a tenha na boca. Ainda hy há outra meezjnha que lhe pode prestar façamlhe rreçeber o fumo do pano do linho quejmado pellos narjzes⁵⁸⁹.

Às inovações que parecem ter se aprofundado ao longo dos séculos XIII, XIV e XV, deve-se acrescentar certos avanços nos conhecimentos de carácter mais científico, tanto em relação aos vegetais, quanto em relação ao corpo humano e dos próprios animais.

A queçe mujtas vezes que o caualo andando teso ou em correndo ou per algũu cajom feresse e encalçasse com as ferraduras das pernas nos neruos das mãaos. // E aas vezes algũua outra besta o encalça e fere nos neruos das pernas. Mas esto he prjgoo nas mãaos. // E de tall ferjda ou encalçadura se sente mujtas e **mujtas vezes o neruo que chamam meestre em que he está e colhe jnchaço e asanhamento e**

⁵⁸⁴ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 15-16.

⁵⁸⁵ MESTRE GIRALDO. "Livro de Alveitaria" in: *Revista Lusitana*, vol. XII, n° 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 19.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 21

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 30.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 39.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 19.

çoega ende o cavalo⁵⁹⁰.

Além disto, deve-se levar em consideração o movimento civilizatório que afeta a aristocracia não apenas em hábitos da indumentária e culinária, mas também da higienização e saúde. O conjunto desses fatores interfere nas técnicas e preferências dos elementos a serem cultivados.

As afirmações de Jacques Barrau são muito esclarecedoras sobre estes aspectos da domesticação de um local. Dentre essas, destaca-se a reflexão de que, se as sociedades humanas conseguiram gradualmente se libertar de alguns constrangimentos do ecossistema, é verossímil que “encontraram também nessa mesma natureza os modelos iniciais dos seus futuros campos, jardins, pastagens e rebanhos”⁵⁹¹, assim como de seus utensílios.

Este dado remete ao fato de que as estruturas domesticadoras inspiraram-se, e reproduzem em escala menor, nas próprias composições e características ecológicas do meio ambiente onde se iniciaram. No caso do Ocidente medieval, a origem dos métodos agrícolas e pastoris diz respeito ao prado arborizado dos montes do “Crescente fértil”. Da mesma forma percebe-se “a semelhança morfológica entre o jardim do cultivador do Sudeste Asiático e a floresta natural circundante”⁵⁹².

Ponderou-se também, no capítulo anterior, acerca dos efeitos da domesticação sobre o vegetal e animal, com a eliminação progressiva dos entraves, e o acentuar de características mais favoráveis, a sua utilização pelos homens, acompanhando uma dependência crescente da intervenção humana, a fim de assegurar sua produção e reprodução.

Nesse quesito, especificamente com relação aos vegetais procura-se eliminar os dispositivos incômodos, como certas substâncias tóxicas ou desagradáveis, bem como o crescimento de órgãos mais utilizados, e alterações no aparelho reprodutivo e na adaptabilidade alimentar⁵⁹³. Tudo isto sendo permitido através de práticas como irrigação, estrumações orgânicas, e até mesmo técnicas da agronomia consideradas modernas.

⁵⁹⁰ MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, nº 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909, p. 47 (grifo meu).

⁵⁹¹ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 243.

⁵⁹² FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi*, vol. 16: *Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 217.

⁵⁹³ BARRAU, Jacques. Op. Cit., pp. 251-252.

CAPÍTULO 5 – RITOS DE DOMINAÇÃO E SEUS USOS POLÍTICO-SOCIAIS.

Afirmou-se nos capítulos anteriores a capacidade, apresentada na Idade Média, em utilizar-se dos elementos naturais, quais sejam animais ou vegetais, de modo prático no seu cotidiano, sem estar exclusivamente, ou mesmo prioritariamente, vinculados à economia e à subsistência.

Um bom exemplo disto, sobre o qual se pretende destacar com mais atenção neste capítulo, diz respeito ao modo como certas visões e posturas domesticadoras, as quais aparecem tanto em fontes literárias quanto legislativas, tornam mais claro os usos sociais e políticos destas.

Nicole Devi-Vareta já assumira que os

modelos de representação das relações entre natureza, sociedade e cultura não podem ser criados fora da prática e percepção que os grupos sociais têm dos ‘seus’ espaços respectivos num momento determinado da sua história. Isto significa que a perspectiva ambiental anuncia o fim dos modelos naturais concebidos à montante de qualquer intervenção humana⁵⁹⁴.

Tal assertiva remete não apenas ao fato de que os homens, desde antes dos medievais, realizam intervenções cada vez mais significativas e irreversíveis no ambiente natural que, portanto, não pode ser analisado desdenhando este fator. Ou seja, tão importante quanto avaliar o significado sobre em que consistiria o processo de domesticação, cabe prestar atenção a esta convergência existente entre as inter-relações humanas e as relações que estes possuem com o ambiente natural.

Desse modo, mostra-se relevante uma análise sobre como as práticas medievais de domesticação da natureza, no seio da nobreza medieval, influenciam as relações que estes possuem entre si e com os segmentos inferiores, e mesmo se tal interferência ocorre de forma mútua. Seguindo essa perspectiva, busca-se mostrar a caça, e outras atividades que se concentram no interior da aristocracia, apropriando-se de elementos da fauna e flora medievais como ritos de dominação social e do espacial, igualmente úteis à manutenção do poder político do rei e do *status* aristocrático.

⁵⁹⁴ DEVY-VARETA, Nicole. “Geografia, vegetação e problemática do ambiente” in: *Inforgeo*, 9-10, 1995, pp. 19-20.

5.1 Ritos de dominação social.

De início, considera-se relevante direcionar o foco a respeito dos aspectos rituais e políticos inerentes ao processo de domesticação e adestramento animal, tendo em vista sua relevância simbólica para a nobreza medieval, e considerando seu papel como instrumentos pragmáticos de distinção social dessa elite.

Atendendo a estes objetivos, perpassa-se pela construção de analogias usando a subjugação dos componentes naturais já citados como representativas das relações inter-humanas, a fim de se chegar aos resultados que culminam no comportamento cotidiano, servindo de base justificativa, por exemplo, a práticas distintivas da nobreza.

5.1.1 Analogias entre a domesticação humana e animal.

No que diz respeito à utilização dos animais como analogias em relação aos atributos humanos, já se destacou em capítulos anteriores o quanto a Idade Média foi expressiva na apropriação deste recurso figurativo. Afinal, prevaleceu na maior parte do medievo uma literatura em que predominavam os aspectos do imaginário e maravilhoso, na qual todos os elementos naturais, desde os astros até as plantas e os animais, tornaram-se passíveis de serem interpretados num sentido mais simbólico.

Assim, se os espelhos de príncipes foram a principal referência literária ligada ao imaginário régio do período medieval⁵⁹⁵, muitas vezes continham elementos dos bestiários, como a analogia com a sociedade animal sendo tema frequente: por exemplo, o leão se tornou o rei dos animais no século XII, assim como encontram-se elementos relacionados a outros membros do círculo régio. A heráldica veio corroborar com essa tendência simbólica de estabelecer analogias entre o animal e o humano.

Entretanto, constatou-se que as analogias não foram um recurso de uso exclusivo da literatura de cunho simbolista e fantasioso do medievo. Foram também bastante utilizadas

⁵⁹⁵ LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 411.

pela literatura de cunho técnico e histórico que começou a vigorar na Baixa Idade Média, no sentido de ganhar uma aplicação mais pragmática em relação às práticas sociais cotidianas que passaram a representar.

Essa tendência se coaduna com a afirmação de Uggo Fabietti segundo o qual “as diferentes atitudes que guiam os homens na sua relação com a natureza que ele manipula e domina podem corresponder a outros tantos modos de dominar e manipular os seus semelhantes”⁵⁹⁶. Ao mesmo tempo, Jacques Barrau expunha suas ideias sobre a capacidade das relações entre os homens traduzirem-se em suas relações com o resto da natureza, visto que

o universo da vida animal é representado em termos de relações sociais semelhantes àquelas que existem na sociedade humana (...) Este [naturalista] saber mostra a percepção que uma sociedade tem do mundo animal, das relações aí existentes e das que mantém com o resto dos seres vivos. A este saber correspondem as relações dos homens entre si na sociedade considerada⁵⁹⁷.

Ou seja, em grande parte desta sociedade do Ocidente medieval, e em outras anteriores a ela, as relações estabelecidas entre os homens e a fauna eram expressas da mesma forma que as relações entre os próprios seres humanos. O forte uso de analogias animais a determinadas práticas torna-se uma prova disso.

No caso de alguns jogos praticados rotineiramente pela nobreza (como a montaria, a equitação e a falcoaria), a ligação direta destas atividades lúdicas com os animais e o ambiente natural torna mais forte o surgimento dessas analogias. A primeira delas a se apresentar concentra-se nas íntimas relações entre o domínio do homem sobre a besta e o domínio do homem sobre seus próprios instintos, não apenas destacando uma importante analogia entre técnicas de domar o animal com o processo de “domesticação” humana, mas também estabelecendo as fronteiras entre o humano/civilizado e o animalesco/selvagem.

De fato, em inúmeras passagens das obras selecionadas para análise, encontra-se uma frequente associação entre o adestramento da besta e o controle do próprio corpo, como partes complementares das lições que compõem o treinamento do nobre e futuro cavaleiro. As fontes literárias mostram que o ato de dominar espaços naturais como os montes, bem como a utilização das selas como instrumentos de domínio sobre a besta, não poderiam estar

⁵⁹⁶ FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 220.

⁵⁹⁷ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 230.

dissociados do fortalecimento do corpo e seu uso correto no exercício das atividades mencionadas. As Ordenações régias corroboram com a literatura apresentando técnicas de correção dos animais domesticáveis em estreita intimidade com práticas de correção do corpo humano.

Porém, vendo os antigos que a virtude ajuntada é mais forte que as que são espargidas e porque também os homens que das armas hão-de usar **não podem acadar todas as manhas que susso são escritas, por falecimento da força dos corpos** (...) vieram a alevantar um jogo, que aquelas coisas que eles quiseram **que se lhes não perdessem fossem por ele guardadas e assacaram de andar ao monte**⁵⁹⁸.

Em o que a besta faz, segundo disse, per que nos pode derribar pera cada hua das partes, avemos ajuda muyto principal no andar do corpo, nom tardando nem nos trigando (...); **Pódesse em todas estas sellas suso scriptas teer esta maneira de cavalgar** (...), mais nom fremoso em outras que eu visse, senom em ellas, nas quaaes a mym bem parecem os qu[e] dereitamente cavalgam aos tempos que as devem usar⁵⁹⁹.

E fazem-no desta guisa por mostrar, **que assy como ao cavalo poeem as sporas de destro, e de sestro pera fazello correr direito, que assy o deve elle fazer em seus feitos endereçadamente em guisa, que nom torça a nenhũa parte**: e de si há de cinger-lhe a espada sobre o brial, que vestir, assy que a cinta nom seja muito suxa, mas que se chegue ao corpo⁶⁰⁰.

Na *Arte de Bem Cavalgar*, D. Duarte manifesta a forte relação entre a obtenção do domínio do animal, através da equitação, com certos aspectos do processo civilizador⁶⁰¹. Ou seja, na tábua dos ensinamentos não constam apenas elementos necessários para domar o animal, de forma que ele melhor faça as façanhas que seu dono ordenar, mas também outros que se ligam à domesticação dos homens, de modo que estes possam demonstrar o cultivo de habilidades valorizadas pela sociedade nobre do período, como a fortaleza, a formosura, a segurança e a contenção do corpo.

E pera esto he de saber que hũu boo cavalgador deve aver estas cousas que se seguem. ¢ A primeira e mais principal, que se tenha fortemente na besta em todallas cousas que ella fezer e lhe possam acontecer. ¢ A segunda, que seja sem receo de cayr della e de cayr com ella em razoada maneira como sse tal atrevymento deve aver, segundo for a pessoa, besta, lugar e o que ouver em ella de fazer. ¢ A terceira, que seja seguro na voontade e contenença do corpo e do rostro em todo o que ouver de fazer, e ssaibha mostrar sua segurança. ¢ A quarta, que seja assessegado na sella em maneira razoada, segundo o jeito da besta e o que faz. ¢ A quinta, que seja solto

⁵⁹⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 16 (grifo meu).

⁵⁹⁹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 18-19 (grifos meus).

⁶⁰⁰ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 371 (grifo meu).

⁶⁰¹ THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 35-36.

em todas as cousas que fezer; (...) ç Huundecyma, que seja fremoso em toda sella e maneira de cavalgar [e] em as cousas que a besta fezer, segundo sse per tal tal sella e geito e o que faz require. E ssaibha correger sy e sua besta pera bem parecer e se mostrar no bem, e encobrir o contrairo de ssey e della⁶⁰².

Afinal, montar a cavalo representava um espetáculo tão formidável quanto o torneio em si, simbolizando o triunfo da razão humana dominando as paixões e a natureza instintiva dos animais. Já no *Livro de Montaria*, D. João I apresenta a caça com certa função civilizatória, pelo fato de que “matar o animal significa destruir a ignorância”⁶⁰³, além de só ser proveitosa se acompanhada de um código de comportamento respeitável. Isto porque o polimento da conduta humana passava a constituir um elemento essencial para os nobres que se inseriam no Paço avisino, cujo caráter moralizante mostrava-se cada vez mais intrínseco.

Justamente pela vigência deste caráter moralizante, a preocupação com a conduta nobre não se aplicava apenas ao que diz respeito ao físico, ou seja, à postura do corpo humano. Este estrato específico da sociedade, e em processo de definição, que consistia a aristocracia, incluía na nobreza de comportamento não apenas a beleza estética mas também a honra moral. Assim, corpo e espírito eram aliados em diversas obras que prezavam, implícita ou explicitamente, códigos de comportamento que também se voltavam para o controle interno⁶⁰⁴.

Isto justifica a utilização de certas analogias, como a realizada por D. Duarte comparando as motivações morais que impedem os homens de se lançarem a suas vontades com freios, instrumentos bastante utilizados no controle e governança dos animais. Nesse sentido, as Ordenações também mostram, ao elogiarem os cavalos como animais mais prezados, uma justificativa que ultrapassa suas vantagens para o aperfeiçoamento corporal dos homens, alcançando também o engrandecimento espiritual, despertando honras e mingando defeitos como a vileza e a vergonha.

Por screver segundo pertence a trautado de cavalgar, **tres freos som per que nos reteemos de seguyr as tres voontades, e nos endereçamos per a quarta.** ç O primeiro, temor das penas do inferno e das leix presentes postas per os senhores ou per aquelles que sobre nos teem poder e regimento. ç O segundo, desejo de galardom que se spera de cobrar em esta vyda, e depois na outra, por fazer sempre

⁶⁰² DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 12-13.

⁶⁰³ SOUZA, Risonete B. “Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 192-193.

⁶⁰⁴ MAUÉS, Fernando. “As ensinanças do livro do cavalgar” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 236.

bem e se arredar de todo mal. **é O terceiro, por amor de nosso senhor deos e afeiçom das virtudes**⁶⁰⁵.

Porque segundo disserom os Sabedores antre totalas allimarias, que DEOS fez e creou a so ho homem, a melhor e mais presada assy he o cavalo, que foi creado e feito pera guarda e honra da pessoa e corpo do homem, e das suas cousas; e per façanha se mostrou sempre e mostra em cada hum tempo, que muios homeês per aaso, e virtude, e trabalho dos cavallos percalçarom e cobraarom estados e honras; e outros escaparam de mortes, e de grandes perigoos; e per mingua delles vierom muitos a cajoos de morte, e cahirom em vileza e em vergonha, e por esso acada hum desses, a que pertence, e quer aver e ganhar prazer e honra, e escusar vergonha, deve trabalhar de o teer sempre comsigo⁶⁰⁶.

Esta proposta pedagógica de auto-controle, que incluía a transformação dos impulsos e emoções bem nos moldes do que Elias descrevera como *processo civilizador*, demonstrava possuir no controle das virtudes uma de suas mais eficazes ferramentas. Compreende-se, desse modo, como se torna recorrente no período o uso da tópica em que o exterior seria um reflexo do interior, o que justifica a “relevância da aparência, da *mostrança*, para o monarca e aqueles que lhe são próximos na corte, ainda que fator estético, instrumento distintivo da nobreza, esteja sempre subordinado às virtudes internas e à ética”⁶⁰⁷.

Algũs diriam que taes mostranças se nom devyam fazer per boos homêes, por que em jogo nem verdade nunca devyam husar de mentira nem tal mostrança, ante devem em seus feitos e dictos claros e verdadeiros; e husando de taes mentiras poderiam filhar custume de mentir em outras cousas, e desque sse filha por husança, he muito maa de leixar. A esto respondo que taes mostranças feitas a bom fim, por homem vezar bem seu coração e encobrir de ssy todo contraio, sem vïir a outrem prejuízo, que nom he mentira, e pôdesse fazer sem prasmo nem embargo da consciência⁶⁰⁸.

(...) ser loução em tal guisa o pode ser, que lhe podem dizer que se não traz bem, porque louçania não está senão numa aparência, a qual o homem não pode dizer; empero muitos são os que são louções e com tudo isto todavia se não trazem bem, ca trazer-se bem está em duas coisas: a primeira trazer as coisas que se houverem de trazer, que sejam bem feitas; a segunda, trazê-las segundo os lugares e tempos que convém de as trazer; (...) e pois que trazer-se bem está em trazer os trajes bem feitos e trazê-los a tempo que lhe convenha, bem parece que os que andam o monte se podem bem trazer; (...) e trazê-los a tempo, assim o podem fazer andando ao monte como noutra qualquer local que seja, pois quaisquer que se bem trazem não é dúvida que bem não pareçam⁶⁰⁹.

A valorização da virtude, cujo caminho perpassaria pelo equilíbrio e o entendimento,

⁶⁰⁵ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 93 (grifos meus).

⁶⁰⁶ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 395-396 (grifo meu).

⁶⁰⁷ MAUÉS, Fernando. “As ensinanças do livro do cavalgar” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 234-235.

⁶⁰⁸ DUARTE, D. Op. Cit., p. 65.

⁶⁰⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 17.

revela certas transformações na cultura cavaleiresca, bem como diferenças entre os tratados avisinios e aqueles que os antecederam. Por exemplo, a coragem desmedida, até então figurativa como principal característica a compor o cavaleiro, passa a ser substituída por outras consideradas mais elevadas, devido seu teor virtuoso.

(...) e que esta virtude que assim julga todas as coisas pelos sentidos ou por o coração, chamada entender (...) e quando estas coisas assim são apresentadas ao entender, ele, qual é, assim escolhe aquela coisa, ca, se é bom, escolhe o melhor e se é mau, escolhe o pior; e com este escolhimento representa a outra virtude a que dizem vontade. (...) E noutro lugar disseram que a vontade sem obra morta era (...) ca tanto que estas duas virtudes, entender e vontade, se ajuntam com o poder de obrar e obram, então é chamado siso⁶¹⁰

E somariamente de homem que convem teer boas bestas, e as saber bem cavalgar (...) a sséitima [avantagee], acrecenta mayor e melhor coração. (...) [Isto porque inspira] boas voontades de fazer todallas cousas virtuosamente e lealmente a deos e aos homees, e teerem boa e razoada fortalleza do corpo e do coração, per que averám poder de cometer, contradizer e soportar todas as cousas fortes e contrairas e sseerem sabedores (...)⁶¹¹.

Assim, o baixo medievo apresenta a razão como qualidade mais valorizada no interior do segmento bélico, visto que a própria evolução das técnicas guerreiras modificara as campanhas militares, as quais exigiam cada vez mais estratégia e menos heroísmo, e decidiam-se cada vez menos pela batalha campal.

Outro tema gerador de analogias, vinculado a este último, diz respeito à associação da criação de certos animais com a educação de reis ou mesmo de membros mais altos da nobreza, de forma a destacar a distinção entre estes e os súditos de segmentos mais baixos. Um exemplo, é a analogia feita com relação à necessidade de cultura ao homem, equivalente à necessidade de domesticação aos animais. Isto resultou numa comparação, em certos momentos, entre a educação dos jovens nobres e o amansamento dos cavalos⁶¹².

Da mesma forma, a criação e o adestramento dos cães de caça culminaram em analogias que representam algumas concepções de modelo social, vigentes no baixo medievo. Os alãos (que caçam) e sabujos (que localizam) se comparavam, respectivamente, com os senhores e os monteiros, sendo proibida a utilização de castigos no treinamento dos primeiros, reconhecidos como a mais nobre raça de cães.

⁶¹⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 12.

⁶¹¹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 8-9.

⁶¹² THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 48.

E porque todas as coisas se querem castigar segundo sua natureza, assim como num filho de um grande, que fosse de grande linhagem, não cumpria que fosse castigado como castigam o filho de um azemel, assim não devem castigar um alão como um podengo de mostra, que nunca se castiga senão por couces e pancadas e isto não cumpre fazer aos alãos. Ca falando o conde Lucanor do castigo dos moços fidalgos, pôs em seu exemplo e disse: não castigues moço mal trazendo, mas diz-lhe com que lhe vá prazendo. E assim, porque os alãos são da mais nobre casta dos cães, por tanto os não devem castigar por mal, ca sua nobreza é tamanha entre todos os cães, em como os fidalgos sã entre todos os homens e por tanto não querem ser castigados por força⁶¹³.

(...) e de mais lhes he outorgado per Direito comuñ, que nenhuñ Fidalgo, ou nosso vassallo nom seja metido a tormento, salvo se he em cousas assinadas, fazendo taes feitos, que nom pertençam fazer a Filho d’algo, ou a vassallo; nem como he defeso per direito, que os nom metam a tormento por ello, avendo alguñs , que assy metem a tormento, divido com alguñs Filhos d’algo, e nossos vassallos dos boõs de Portugal, que he vituperio grande dos Filhos d’algo, e nossos vassallos; e ora nom fazendo per que devessem seer metidos a tormento, e sendo defeso que o nom sejam, nom seendo o feito de que os acusam dos casos, per que devem seer metidos a tormento, metem-nos a elle, nom lhes esguardando a honra, nem privilégios de Fidalgos, e vassallos: e pediam-nos por mercee, que mandassemos, que d’aqui em diante nom metam nenhuñ homem Filho d’algo, nem nosso vassallo a tormento, quando nom cahirem em estes casos, em que o de direito devam d’aver, e lhes guardassemos direito, honras, e liberdades, que sempre ouverom; e que nollo teria em mercee⁶¹⁴.

Não se pode esquecer também, justamente em relação à questão dos castigos impostos aos súditos, a forte associação entre aqueles destinados aos homens e aqueles utilizados como métodos de criação e domesticação dos animais. Percebe-se esta prática nas variadas formas de apropriação de determinadas técnicas e instrumentos da domesticação animal para uso na contenção de elementos considerados como delinquentes pelo poder monárquico⁶¹⁵.

Título XII. *Do que pertence aos Carcereiros da Cadêa do Corregedor da Nossa Corte, e da Cadêa dos Ouvidores.* (...); e nom ha de consentir, que nenhuu **preso tragua ferros de besta**, que se feichem e [nem] que desfechem com chave; e qualquer, a que os mandar trazer, ou consentir, que os tragua, ham de seer do Meirinho das Cadeas, que lhos há loguo de mandar filhar [os ditos ferros, se os mais tever]⁶¹⁶.

Vemos aí a domesticação dos animais servindo de analogia aos interesses e arranjos político-sociais, e tornando-se “padrão arquetípico para outras formas de subordinação social”⁶¹⁷. Da mesma forma, o domínio sobre os animais concedido por Deus se

⁶¹³ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 39.

⁶¹⁴ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 325.

⁶¹⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 48.

⁶¹⁶ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 115 (grifo meu).

⁶¹⁷ THOMAS, Keith. Op. Cit., p. 55.

relacionava analogamente à soberania de um senhor sobre seus servos, os quais deveriam acompanhar fiel e docilmente seu governante/pastor.

A junção destas noções e analogias sustentou, inclusive, a ideia de que nem todos os homens gozavam igualmente da mesma soberania sobre as criaturas inferiores. Isto porque além de se considerar as faculdades mentais dos subordinados, a maioria da população, como proporcionais a seu estado de submissão, esta grande massa também não mostrava possuir a civilidade da nobreza. Ou seja, justificava-se dessa forma seu tratamento análogo ao dos animais, não possuindo as capacidades e virtudes para gerir a natureza, como os grandes senhores.

A partir das reflexões acima, pode-se avaliar como coerente a assertiva de Jacques Barrau, sobre a qual neste “disciplinamento humano da natureza, o animal beneficia de uma atenção especial, sem dúvida porque é apercebido como mais próximo do homem do que os outros componentes da biocenose”⁶¹⁸. Além disso, constatou-se que os homens de outrora conviviam com um maior número de animais do que no mundo contemporâneo. Isto justifica a riqueza apresentada, pelo menos pelo Ocidente europeu medieval, quanto à emblemática e da simbólica animais, e a importante posição do animal nas cosmologias expressas pelas histórias naturais populares.

Não é por acaso que nas múltiplas categorizações, sempre com ambiguidades e ambivalências, o animal apresentará tanto aspectos negativos quanto positivos. De acordo com estes ele aparecerá ora como fonte de impureza e ocasião para erros como a bestialidade, ora como ponto de contato entre o homem e o divino ou o sobrenatural. Entretanto, nestes processos de classificação, nota-se que é frequentemente difícil para o homem distinguir-se totalmente do animal, e saber onde acaba este e começa o humano. Isto porque as teorias, quando vistas na prática, parecem mostrar mais uma preocupação em propor um comportamento humano ideal do que em distinguir homens e animais, os quais eram usados, com facilidade e intensidade, como pontos de referência para a auto definição humana⁶¹⁹.

Ca por certo grande embargo na vontade de ter vergonha devia ter o rei, que seu tempo nunca despendesse noutra coisa, senão em andar por matos em como o fazem as alimarias; ca como quer que o monte seja dado aos reis de andar a ele, pero todavia o mais de seu tempo deviam a pôr nas grandes coisas, que tem de fazer, que a seu estado cumprem⁶²⁰.

⁶¹⁸ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 235.

⁶¹⁹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 48.

⁶²⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 28.

E este apartamento lhes faz ainda de se bem não trazerem também a eles, como aos seus, assim nos corpos, como em suas casas; ca os que sempre andam por matos, que sabor haverão em se bem trazer?⁶²¹.

Nom digo boos por avantejados, por que tenho que em toda terra acharóm bem poucos que ajam todallas meestrias que stremado cavalgador deve a/ver segundo algũa parte por mym sera declarado. Mas abasta que sobre as bestas em feyto e parecer sejam homêes, e nom bestas mais sem proveito que ellas⁶²².

Tanto que Jacques Le Goff identificara para o Ocidente medieval um período marcado pela “desumanização do universo que se dirige para um universo animal, para um universo de monstros ou de bichos, para um universo mineralógico, para um universo vegetal”⁶²³. Ao mesmo tempo, esta tendência viu-se perante um humanismo cristão e uma visão antropomórfica de Deus, com os quais convivia, e que numa constante e espontânea antropomorfização dos animais atribuindo-lhes virtudes, vícios e posições humanas.

Disto não se maravilhem os monteiros que este livro lerem, por lho nós assim dizermos, que os cães são sandeus, ca sejam bem certos os monteiros que há aí alguns cães que em seu ser, a natureza que tem de os fazer obrar falece neles tanto, que **se mostram neles sinais e a tantos afectos de sandice naquilo que hã-de fazer, assim como se pode mostrar em alguma outra criatura que humanada seja**⁶²⁴.

Assim, transformavam-se estes animais em símbolos de certos comportamentos humanos, como nas fábulas. De forma mais pragmática, pode-se dizer que

Mais uma vez deparamos com a dificuldade que o homem tem em se afirmar como diferente do animal, por permanecer ligado ou, pelo menos, atraído por uma animalidade que é de alguma forma símbolo da força liberta dos constrangimentos impostos pela sociedade humana⁶²⁵.

Estas dificuldades persistiram “mesmo em civilizações cujas ideologias implicam uma clara separação entre o homem e o animal e a rigorosa disciplina de uma ordem ‘natural’ que consagra esta segregação”⁶²⁶. Assim, coube às sociedades do baixo medievo ocidental utilizarem de elementos vinculados à domesticação, a fim de distinguirem o civilizado do selvagem, tanto entre os animais quanto entre os homens. Esta se mostrou uma necessidade

⁶²¹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 27.

⁶²² DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 11.

⁶²³ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 51-52.

⁶²⁴ JOÃO I, D. *Op. Cit.*, p. 157 (grifo meu).

⁶²⁵ BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 237.

⁶²⁶ *Ibidem*, 1989, p. 235.

cada vez mais constante e urgente no seio de uma ascendente nobreza que sobrevivia, entre outros fatores, através da diferenciação.

5.1.2 Aspectos distintivos da nobreza.

A partir das analogias citadas anteriormente, segundo as quais as relações entre os homens e os animais se refletem nas relações entre os homens, cabe neste segundo momento identificar as justificativas propostas a fim de vincular a domesticação com a distinção da aristocracia, bem como com o governo dos súditos pelo monarca.

Trata-se de demonstrar como as atividades nobres, que se utilizam de instrumentos da fauna, são usadas como práticas e elementos de diferenciação da nobreza aos demais segmentos sociais, bem como servem de modelo às relações de poder no seio dessa sociedade fechada.

A respeito das práticas distintivas cunhadas pela nobreza, estas passam culturalmente a ter princípio através da sua própria educação, que no baixo medievo passa por um constante refinamento, tornando-se específica deste segmento. Como já constatado, este refinamento não se remete apenas a um certo grau de letramento e ao aprendizado das novas regras de conduta e códigos de comportamento que vigoravam no seio dessa sociedade aristocrática em processo de formação e polidez.

Mais do que isto, e principalmente para os homens, o refinamento alcança o treinamento em atividades até então exclusivas de uma nobreza que ainda se apropriava ideologicamente da função guerreira e dos ideais de cavalaria.

Numa sociedade onde a força desempenhava papel de relevo e onde um dos mais importantes e conceituados grupos – a Nobreza – tinha por única missão a defesa do corpo social, compreende-se que a arte da guerra fosse uma das mais prezadas atividades concebidas. Desde a infância que o varão era treinado no culto militar e os próprios jogos e divertimentos podiam definir-se e classificar-se em função da sua utilidade guerreira⁶²⁷.

A Literatura Técnica avisina, com seus tratados de caça e equitação escritos por D. João I e D. Duarte, invocando o exemplo dos “antigos”, mostra o quanto não é de se admirar

⁶²⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 335.

que se preocupasse com uma constante prática dos exercícios dar armas, e mais ainda se falasse ou escrevesse sobre eles.

Ora, também vos dissemos que, usando os homens as manhas, que avantajariam muito em si nelas; e que, por isto foram todos os jogos alevantados, usando-os homem que se não perdesse a destreza dos corpos, que pertencia aos que com armas haviam de defender a terra⁶²⁸.

Destas manhas suso scriptas que a cavalo se costumam fazer, screvy assy largamente por algũu costume e grande afeiçom que delas ouve. **E esso medês das manhas outras de força, ligeirice e braçaria que os cavaleiros e scudeiros em esta terra muyto avantejadamente sabiam e husavam de fazer, de que agora os vejo mynguados**, que muyto despraz nom prestando dictos nem conselhos com algũa parte densynança e avisamentos que lhe sobr'ello per mym som mostrados. E outras vezes, constringidos per / mandado que as provem, fazemnas de tal maneira que a mym he pouca folgança a respeito das que já em mynha casa vy fazer⁶²⁹.

E ssaibham primeiramente que esta manha mais se acalça per naçom, **acertamento de aver boas bestas**, e aazo continuado dandar em ellas, **morando em casa e terra que haja boos cavalgadores e prezem os que ssom**⁶³⁰; (...) E aquesto se entende que averom estes bês muito mais que se tevessem maas bestas, e as soubessem mal cavalgar, avendo as outras cousas igualmente pera sentirem estes proveitos suso scriptos⁶³¹.

Esclarecem-se as íntimas relações entre esta sociedade do baixo medievo e o ideal cavaleiresco de se lançar em aventuras, devendo-se, portanto, ensinar os moços desde cedo nas manhas que desenvolvam a destreza dos corpos, tornando-os bons cavaleiros e escudeiros. As Ordenações régias ainda corroboram com a vinculação destes últimos personagens à defesa da terra, e eles eram selecionados entre os mais honrados, e consequentemente nobres, do corpo social.

Dito havemos no começo deste livro segundo, que entre os homens não havia mais grande coisa, que aquela por que punham suas almas em aventura de serem partidas dos corpos, **que este jogo da montaria fazia aos moços porem suas almas em tal aventura; e por ende lhes era cumpridoiro de serem ensinados**, por se mais cumpridouramente guardarem de tal feito⁶³².

Porem os homeês, que tal obra ham de fazer, teverom por bem os antigos, que fossem escolheitos, e esto foi porque o defender sta em três cousas, a saber, esforço, honra, e poderiu. E porque **aquelles, a que mais principalmente pertence a defensom, som os Cavalleiros, a que os antigos chamarom defensores por**

⁶²⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p.18.

⁶²⁹ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 118 (grifo meu).

⁶³⁰ Ibidem, p. 1 (grifos meus).

⁶³¹ Ibidem, p. 9 (grifo meu).

⁶³² JOÃO I, D. Op. Cit., p. 134.

algũas razoões, a saber, porque som honrados, e porque som assinadamente estabelecidos, e hordenados, pera defender a terra, e accrescentalla⁶³³.

E por esto catarom os antigos, **que pera Cavalleiros fossem escolheitos homeẽs de boa linhagem, que se guardassem de fazer cousa, porque podessem cair em vergonça**, e que estes fossem escolheitos de boos lugares, e algo, que quer tanto dizer, segundo linguagem d’Espanha, como homem de bem, e por esto os chamarom filhos-dalگو, que quer tanto dizer como filhos de bem, e em alguũs outros lugares lhes chamaõ gentys, **e toma este nome de gentileza, que mostra tanto como nobreza, e bondade**, porque os gentys foram homeẽs nobres, e boos, e viverom mais honradamente, que as outras gentes⁶³⁴.

Nesse contexto, as práticas e manhas direcionadas à preparação militar dos futuros cavaleiros passaram por transformações que envolveram não apenas questões práticas, como a amenização da violência, dos riscos e perigos, mas também elementos de teor *espiritualizante*, como moralização e apelo à virtuosidade. Estas modificações não vieram às cegas, pois muitas delas estavam associadas às próprias mudanças que acompanhavam o universo bélico de boa parte do Ocidente medieval.

Segundo Oliveira Marques⁶³⁵, além dos tratados, de caráter teórico, sobre estratégia e tática, multiplicaram-se também as instruções e os regulamentos práticos sobre organização militar e campanhas bélicas. A partir deste conjunto, percebe-se uma considerável modificação de inúmeros aspectos da “arte da guerra”, tendo em vista também as sucessivas reformas militares realizadas a partir do reinado de D. Afonso IV, e perpassando pelos príncipes de Avis.

A importância das armas faz-se perceber por passagens em que os portadores dos arnezes (armaduras completas) e de uma gama de armamentos, deviam ser considerados entre os acontiadados do reino, isto é, aqueles incluídos entre os vassallos deste, os quais muitas vezes recebiam quantias por essa posição que ocupavam.

O qual artigo visto por Nós, adendo e declarando em elle Dizemos, que quanto ás armas e cavallos nom somente aja lugar nos acontiadados, mas ainda nos acontiadados em arnezes sem cavallos, e bem assy nos acontiadados em besta de guarrucha, ou em lança, e dardo, e ainda haja lugar em todolos nossos Vassallos, e Besteiros de Cavallo, e de Conto, e quaesquer outros, que armas tenhaõ pera nosso servisso⁶³⁶.

O mesmo autor cita como exemplo, a introdução em Portugal, na primeira metade do

⁶³³ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 360 (grifo meu).

⁶³⁴ Ibidem, p. 363 (grifo meu).

⁶³⁵ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 336.

⁶³⁶ ORDENAÇÕES Afonsinas. Op. Cit., p. 369.

século XIV, da couraça ou armadura devido seu caráter de aprimoramento das armas de matar. A melhoria parece ser atribuída ao ajustamento de suas peças de metal ao corpo, além do acompanhamento de um capacete cujas formas e qualidades de proteção variavam. Entretanto, o uso da cota de malha de ferro não fora abandonado instantaneamente, coexistindo durante muito tempo com a couraça. Afinal, “uma couraça ou armadura completa, extremamente cara, pesada e permitindo escassa mobilidade, era usada apenas por parte dos cavaleiros, os de maior condição social”⁶³⁷.

Além do prosseguimento dos progressos das armas e armaduras, principalmente no interior da alta nobreza, garantindo-lhe constante distinção acerca dos demais, outras inovações mostraram-se notáveis. Dentre estas, destacaram-se mudanças no conjunto dos cavaleiros, contratação de mercenários, guerra com menos confronto e mais estratégia. O domínio do ambiente onde se realizará a batalha, a fim de lhe extrair o máximo de vantagens, passa a ser mais importante do que a própria batalha, e suas demonstrações excessivas de força e coragem.

Ora, este jogo, usando-o, ensina todas estas manhas por esta guisa; se aos reis cumpre haver bom conhecimento, em como filharão bem um campo de batalha, este jogo lho quer dar a demonstrar, assim como coisa que seja de jogo para outra, que seja de tão alto feito, como em ser batalha entre rei e rei⁶³⁸.

Mesmo com as mudanças no quadro bélico, as atividades que lhe eram vinculadas como treinamento continuaram a persistir como fundamentais a esse segmento aristocrata, mesmo que perdesse um pouco da sua praticidade “paramilitar”, mas se revalorizando pelo aspecto simbólico e figurativo que representava para a nobreza. Seu aspecto distintivo assim se mantém, inclusive devido ao citado encarecimento do seu material, o que torna necessário a posse de uma considerável quantia para despender comprando os instrumentos exigidos, como as bestas, aumentando a exclusividade dessas atividades, cuja prática tornava-se fundamental para conquista de honras, e mais ainda a exibição destas.

O poder da fazenda se deparde em duas partes: Hũa pera comprar e aver boas bestas; e a outra pera as governar. E pera cada hũa destas, se grande voontade tiverem e muyto saber, a poucos fallecerá o poder (...). **Por que nom ha despesa pera que mais sem empacho requeiram mercees aos senhores que pera se comprarem**

⁶³⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 338.

⁶³⁸ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 18.

bestas e as governarem, nem os senhores mais geeralmente acustumem de fazer (...) ⁶³⁹.

Por que todollos homees naturalmente desejam sua honrra, proveito e boo prazer, me parece que todollos senhores cavalgadores e scudeiros esta manha devem muito desejar, visto em como della estes bees vem aos que a bem pratycam. E fallando da honrra e proveito, longo seria de contar quantos em que guerras delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, e em nas outras ham percalçado grandes famas, estados e boas gaanças por serem muyto ajudados desta manha ⁶⁴⁰.

Essas honrarias suscitam num processo distintivo desse grupo social com relação aos demais, ao adquirirem inúmeros privilégios, visto que são os que mais as recebem do rei por seu treinamento e exercício da função de defesa. Além disto, criam-se distinções dentro da própria nobreza, que consistia-se bem heterogênea nesse contexto avisino.

Ao que dizem no sétimo Artigo, que porque nos somos Rey e Senhor, devemos guardar direito e aguizado; porque sempre nos Filhos d'algo, e nossos vassalos foy esto guardado, por serviço que sempre fizeram em ganhar as terras, e deffendellas a Mouros, **lhe foram sempre dadas e outorgadas mais honras que a outros nenhuís pelos Reyx** ⁶⁴¹.

(...) ca pois tomperom, e quebrarom a dita menagem, nem he razom, **que gouvam do privilegio da Fidalguia, Cavallaria, ou Doutorado**, mais devem enom seer trautados e presos, **como cada huñ outro do Povoo, que nom seja assy privilegiado** ⁶⁴².

Se alguñs vierem perante elles á Audiencia, **que sejam Cavalleiros, ou Escudeiros, ou outras pessoas poderosas**, ouçam logo seos feitos e os enviem logo d'ante sy, e nom lhes consentam que hi mais stem, e se quiserem levantar palavras, defendã-lhe, que non venhão hi mais ⁶⁴³.

Dentre estas atividades de maior importância para o período, as fontes consultadas nos permitem citar: a montaria, caça ao porco nos montes; a altanaria/volataria, caça com falcões em espaços abertos; as atividades ligadas à arte da equitação, como justas e torneios; e ainda, embora de diferente aspecto, o xadrez.

A primeira destas atividades a se destacar, que em muitos momentos também necessita do domínio do cavalo, é a já citada caça nobre medieval. Esta, apresenta um forte aspecto lúdico e bélico, bem como absorve um impulso ritualístico, cerimonial e político, como no que diz respeito à exibição do poder e privilégio da aristocracia. Delort lembraria que esta

⁶³⁹ DUARTE, D.. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 11 (grifo meu).

⁶⁴⁰ Ibidem, p. 4 (grifo meu).

⁶⁴¹ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 325 (grifo meu).

⁶⁴² Ibidem, p. 347 (grifo meu).

⁶⁴³ Idem. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 172 (grifo meu).

manha deveria supor

le port d'armes, l'autorité sur des terres et des hommes, de grosses ressources, du temps libre, des auxiliaires nombreux et efficaces, des meutes, des chevaux, des faucons, des furets, cette chasse confère le prestige et la dignité du courageux Nemrod que fortifient le combat et la chair sauvage de sa victime⁶⁴⁴.

Ou seja, mesmo que a aristocracia medieval não detivesse a total exclusividade da atividade cinegética, estas espécies de caça, montaria e altanaria, consagraram-se como uma das ocupações principais da nobreza, tendo em vista que sua execução só se viabilizava com a posse de condições como tempo para o ócio, posse de serviçais, e recursos financeiros, atributos tipicamente aristocráticos.

O próprio *Livro de Montaria* apresenta-se como um tratado de caça endereçado especificamente aos “homens bons, aos homens grandes”, o que implica na alta nobreza, isto é, reis, príncipes, e grandes senhores. Ainda sim, uma parte da obra destina-se aos auxiliares destes últimos, ou seja, aos escudeiros e moços de monte, personagens indispensáveis para as caçadas, e contratados especialmente para tal função.

Pois até aqui começamos a falar das coisas por que os reis poderão vir a mal se fossem monteiros, em como não deviam a ser (...) e isto mesmo cumpre de serem guardados todos os cavaleiros e escudeiros, que deste jogo hão-de usar, ca os cavaleiros e escudeiros sempre deviam a ter este andar do monte por jogo e fazerem assim conta dele⁶⁴⁵.

Evidentemente distinta das demais práticas cinegéticas exercidas pelos segmentos sociais inferiores, o primeiro elemento diferenciador são os próprios alvos da caça. Como já apresentado, a nobre arte da montaria alvejava animais de grande porte (ursos, cervos e javalis), que cada vez mais tornaram-se de direito exclusivo da nobreza, ou mesmo do próprio rei: “Se forem em alguma montaria os cervos coutados, paguem por cada cervo, ou cervato, que matarem, a metade desta pena, a qual seja repartida per a guisa suso scripta”⁶⁴⁶; “Qualquer, que matasse usso per todo o Regno sem mandado d’ElRey, pagava mil libras de

⁶⁴⁴ “o porte de armas, a autoridade sobre terras e homens, grandes recursos, tempo livre, numerosos e eficazes auxiliares, matilhas, cavalos, falcões, furões, esta caça confere o prestígio e a dignidade dos corajosos Nimrod que fortificam o combate e a carne de sua vítima” (tradução livre). DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. 15e congrès, Toulouse, 1984, p. 21.

⁶⁴⁵ D. JOÃO I. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29.

⁶⁴⁶ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 399-400.

boa moeda”⁶⁴⁷. Coutados os ursos, os javalis e os veados e proibidos à plebe, esta se contentava, e mesmo assim restrições de tempos e lugares, em caçar pequenos animais como coelhos e lebres, bem como codornizes, rolas, tordos e pardais. Ainda permitia-se a caça a lobos e raposas considerados daninhos, cuja multiplicação e necessidade de proteção da caça habitual incitaram a realização de batidas regulares para desinfestação.

Dissertando sobre animais que possuem uma posição alimentar ambígua, Massimo Montanari utiliza-se do exemplo do porco, para destacá-lo como “objeto de prescrições alimentares opostas em culturas diferentes, e mesmo onde é comestível (por exemplo na Europa) a sua matança é rodeada de precauções ou cerimoniais particulares”⁶⁴⁸, de acordo com o prestígio de determinado segmento social que permite desaparecer tabus. Assim, a caça nobre se distingue também por não permitir a utilização de formas e instrumentos considerados ilícitos pelos estatutos régios, como o exemplo do uso de armadilhas, que iam de encontro ao caráter desportivo da montaria e da volataria.

Nos ElRey fazemos saber aos que este Alvara virem, que Nós achamos desvairo nas cartas, que eram dadas aos nossos Monteiros no tempo do mui virtuoso, e de grandes virtudes ElRey meu Senhor, e Padre, cuja Alma DEOS haja, por quanto em as mais antigas era conteúdo, **que os que matassem porcos, e bácoros nas coutadas, ou posessem fogo nas matas, ou ao redor dellas, ou lançassem armadilhas alguãs pera as ditas veaçooês, que pagassem vinte cinco libras da moeda antiga, e fossem pera os monteiros**⁶⁴⁹.

Estas, por sua vez, eram praticadas com um ritual ordenado, “que envolvia desde a música das charamelas até um farto número de camponeses, armas próprias para a caça e toda a falcoaria adequada a esta atividade”⁶⁵⁰. Ou seja, assim como os demais jogos primaveris do período, pelo menos no que se trata do território português, estas atividades se apresentam cada vez mais de acordo com determinadas regras de conduta de um segmento social que se pretendia civilizado, como nos diz Norbert Elias.

Ainda aí há muitas outras coisas em que se pode o entender em as ver não menos deleitar, que nisto que dito havemos; ca ver homem como vão os moços pôr os cães quando muitos são, não duvideis que não é muito formosa vista (...). Ainda mais o

⁶⁴⁷ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 404.

⁶⁴⁸ MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 204.

⁶⁴⁹ ORDENAÇÕES Afonsinas. Op. Cit., p. 398-399 (grifo meu).

⁶⁵⁰ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 123.

tanger das buzinas e o falar dos moços, quando falam aos cães, de mais quando dizem: ei-lo vai, ei-lo vai!⁶⁵¹.

O caráter ritualístico da caça nobre mostra-se mais atestado quando se compreende sua participação não apenas no movimento civilizador humano (devido à imposição de regras), mas também da natureza. Afinal, ela se responsabiliza, assim como a equitação, pelo desenvolvimento e manutenção de uma gama de habilidades exigidas ao bom guerreiro, as quais podem ser adquiridas de natureza, mas que devem ser cultivadas pelo uso e treino constante.

Ou seja, não bastaria apenas nascer sob o título de nobreza, mas mostrar para os demais que lhe faz jus, através de um frequente aperfeiçoamento físico e espiritual, o qual, inclusive, era cobrado pelas fontes literárias de não cair em esquecimento.

Todo esto entendo que lhes vem per myngua de voontade que dellas ham; por que tanto costumarom a falla das molheres e poserom todas suas tenções com gram desejo em se trabalharem de bem fazer, **calçar, jugar a peella, cantarem e dançarem, por lhes seguirem as voontades que mostram principalmente destas manhas, que de todas outras leixarom a mayor parte**⁶⁵².

Eis então mais um importante caráter distintivo desta caça nobre, o resgate e acréscimo de uma função pedagógica à atividade, que não devia ser reduzida a simples divertimento para o ócio da nobreza. Isto se liga em grande parte à imagem moral que a dinastia de Avis propôs a ser seguida tanto para a família real quanto para o ideal da nobreza que, para preservar seu *status*, deveria “comportar-se de modo condizente com a posição que ocupam, por direito de nascimento”.

Outra coisa há aí que os monteiros que bem sisudos não são, nunca quedam de falar no monte e nas coisas que lhes nele acontece; **da qual coisa se os reis devem muito de guardar, ca é muito má manha para qualquer homem que seja, demais para el-rei, falarem dos feitos do monte e a miude, ca os reis quando estivessem entre os seus e ainda em praça, quando o pudessem fazer, sempre deviam a falar nos grandes feitos e das guerras que se fazem pelas partes da terra, todavia louvando os que foram leais e em ardimento bons**; e isto por dar vontade aos seus de serem todos bons, ca muito grande talante dá aos que andam com os reis de fazerem os grandes feitos, quando vêem que o rei folga de falar neles e o tem por bem aos que o fazem⁶⁵³.

Porém muito se deve trabalhar cada um, quando tais coisas houver de fazer, **que as faça ledamente e bem, em tal guisa que seu senhor se haja por contente** e não

⁶⁵¹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 17.

⁶⁵² DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 118 (grifo meu).

⁶⁵³ JOÃO I, D. Op. Cit., p. 28 (grifo meu).

faça assim como soem fazer alguns que, com má condição preguiçosa e temerosa, deixam de fazer aquilo que devem; e posto que o saibam muito bem fazer, o deixam de fazer por sua astrosia e vergonça, em que tal coisa nunca traz bem⁶⁵⁴.

Entretanto, a despeito de seu aspecto pedagógico, a caça não deixa de ser considerada uma atividade emblemática e prestigiosa do ponto de vista social, devido à associação existente entre guerra e nobreza. Isto justifica em grande parte o fato de a montaria medieval encontrar-se bastante prestigiada como atividade própria dos reis, os quais exaltavam louvores contra seu desprezo no período. D. João I torna-se um ícone ao remontar seu modelo de caçada à Antiguidade Clássica.

(...) ora quero mostrar per boa rezão que os reis são homes, que no mundo são mores mestres na arte da falcoaria, nõ enbarguante que nunca elles aprenderão por outro mestre que a elles ensinasse; ainda digo que nõ ha no mundo mestre nem livro de que o falcoeiro aprenda [milhor] que dos sobreditos⁶⁵⁵.

E se para o regimento dos reinos foram alevantados **estes jogos, a quem convém mais que aos reis, pois os hão-de reger**, ca a intenção dos antigos que este jogo alevantaram, não foi por al senão por guardar aquela fraqueza, que o entender dos reis toma pelo enfadamento de muitas coisas em que se ocupam, e que pudesse ser em tal guisa que não deixassem de fazer o bom reger, que haviam de fazer por tal coisa? **E desta guisa, também pelo reger como pela defensao, em tudo é pertencente mais aos reis que a outros homens;** e demais que buscando todas as historias antigas achareis que o primeiro porco que foi morto, foi o porco de Calidom; e a esta morte deste porco foram juntos o infante Meleagro de Calidom e os infantes Castor e Pollus, filhos da rainha Leda e a infanta Atalanta, filha do rei Jasio, que o feriu primeiro e foi-lhe dada a honra que ela o matara, assim como se agora faz, que quando algum fere primeiro, este dizem que o mata⁶⁵⁶.

E porque os reis foram os primeiros que correram monte e mataram porco, como ouvistes e outrossim como a deles mais pertence, como vos já dissemos, por quanto lhe puseram aquele nome, em que lhe disseram que **era jogo de reis**; ca como quer que se mostra que infantes foram os que mataram este porco, pero não pomos diferença de infante a rei, quanto em linhagem, demais nos tempos antigos e ora em algumas partes os infantes são chamados reis; e por isto cuidamos que não erramos em dizer que reis foram os que mataram este porco. E visto em como este jogo é em si tao bom e demais que em memoria dos homens não é de acordo que nenhum rei que bem soubesse ser monteiro e usasse de correr monte fosse mau; e porque sempre foi usado de todos os bons, extremadamente pelos reis que deste jogo usaram, porém devem os reis muito prezar e fazer que não seja tão avilado como agora é; ca não fica vaqueiro nem clérigo nem homem astroso que não queira já ser monteiro; e isto é grande mal de o sofrerem, que use gente tão refece a coisa que pelos muito bons foi alevantada para guardar os estados do reis; e, portanto, todos os reis deviam de defender que nenhuns não matassem porcos, nem ursos, e aldemenos besteiros, vaqueiros, nem gente astrosa e aldemenos se não fosse em sua terra toda, que fosse em parte dela. E porque todos os homens se comentam quando fazem algumas coisas que outros não façam e por isto dizem, quando algum faz alguma obra que grande seja, que é obra real e isto não é dito senão porque a não pode outro fazer,

⁶⁵⁴ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 14 (grifo meu).

⁶⁵⁵ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 69 (grifo meu).

⁶⁵⁶ JOÃO I, D. Op. Cit., p. 22 (grifo meu).

senão o rei. Pois como se pode contentar nenhum rei, quando fosse correr monte por matar um porco ou dois, quando um vilão o mata num cepo assim como o rei faz⁶⁵⁷.

Em todo o território português os reis usavam seu direito de hospitalidade e exigiam que seus homens de caça o acompanhassem na montaria para lhe assessorar. Isto implicava em um forte rito de dominação social, com os conteúdos de exibição do poder e reforço da fidelidade dos súditos.

O Monteiro Moor, e os moços do monte, e os Monteiros de Cavallo, e os Escudeiros d'EIRey, e os Moços da Camara do dito Senhor, que tevessem caaães do dito Senhor, houvensen sempre dos Mouros de Lixboa esta louça, que se segue, a saber, hum pote com hum cobertor, e hum pucaro, e hum alguidar, que leve hum pote d'augua, e hũa panela com seu texto, e hũa tigela com hum cobertor, e hũa ensusa com hũa almotalia, e huũ candeeiro, dado ao Monteiro Moor todo esto dobrado, e a cada hum dos sobreditos singelo⁶⁵⁸.

Depois, mas que logo parece que este officio de andar à busca contradiz ao officio do rei, ca ao rei é dado sempre de ser acompanhado de muitas gentes e boas e dos grandes de seu reino e este officio de busca nunca se quer senão só e com gentes de pouco valor, o que não pertence aos reis de acompanhar. Pois não é de cuidar que se se acompanha com gente que não seja tal que para o estado de rei pertença, que não tome das manhas que houverem aqueles com quem acompanhou, posto que seja de tão boa natureza, em como ele puder ser?⁶⁵⁹.

A prática da caça também se firma como rito de distinção através dos elementos constituintes da indumentária do período, tendo em vista que os tratados preocupam-se em destacar a adequação da roupa dos caçadores ao “desporto” e ao segmento social ao qual o caçador pertence, deixando claro o valor simbólico do traje na sociedade medieval.

Além disto, servia à distinção no seio da própria nobreza, esclarecendo processos de diferenciação de papéis e funções de acordo com a proximidade do rei, da participação e do pertencimento a essa sociedade aristocrática hierarquizada. Iria Gonçalves diz que ao “momento de enfileirar no séquito régio ou senhorial, alguns deles compareciam apenas como moços de monte, a aumentar o contingente humano da caçada, outros, porém, iriam acompanhados pelos seus cães elevariam também trompas e ascumas”⁶⁶⁰. Essa divisão entre monteiros, escudeiros e moços do monte, de acordo com as devidas honras e “fazenda” que possuem, é muito significativa

⁶⁵⁷ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 22-23.

⁶⁵⁸ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 401-402.

⁶⁵⁹ Ibidem, 2003, p. 26.

⁶⁶⁰ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 201.

E com tudo isto, todavia, trabalharem-se sempre de bem servir àquele com que andarem nas coisas de seu senhor, em que cumpre de servir, por as quais coisas seu senhor presume dele que é bom e **que de vontade lhe dê encargo dos seus feitos, que a sua fazenda e honra cumpre**. Ca o escudeiro que ande com algum senhor e o senhor lhe não dá encargo de seus feitos, como encomendando-lhe ofício ou mandando-lhe recadar algumas coisas, sempre seu bem fazer está em ventura; e por isto se devem de guardar os escudeiros, que por andar ao monte não percam de fazer as coisas por que é caminho de virem a ser bons e prezados de seu senhor⁶⁶¹.

(...) porem devem os escudeiros e cavaleiros, quando a estes jogos vierem e a todos os outros que adiante diremos, que algumas vezes fazem os reis em suas casas pelos honrar, que venham a eles ledos e com boas vontades e isto por duas coisas: a primeira, por se **mostrarem que são homens que sabem o que hão-de fazer, ca muito está bem aos que hão-de andar em paço, saberem bem o que hão-de fazer para honrar o seu senhor**; ca os que andam em paço muito honram seu senhor, quando sabem o que hão-de fazer, segundo as maneiras que aos bons convém ter, ca diz o exemplo, **diz-me com quem viveste e dir-te-ei que manhas tens**; porque quando os que vivem com o senhor bem sabem as coisas que lhe convém de fazer, grande presunção fazem que seu senhor é bom⁶⁶².

Quanto estes últimos, os moços dos montes auxiliares dos monteiros, coadjuvantes da grande arte, porém indispensáveis, sua condição de aprendiz e de estar a pé na caçada, os tornavam mais vulneráveis a acidentes. Portanto, a obra de D. João I, preocupou-se também em incentivá-los no conhecimento de seu ofício. Além disso, também deviam estar bem trajados e aprender as boas maneiras dos nobres, visto que ao mostrarem habilidades com as armas, os moços ganhariam a estima do senhor e podiam ser promovidos a escudeiros.

E porem mandarom os antigos, que Escudeiro, que fosse de nobre linhagen, huã dia ante que recebesse Cavallaria, deve teer vigília; em esse dia, que a tever, des o meo dia em diante **ham-no os Escudeiros de banhar, e lavar com suas maaõs, e deitallo no mais aposto leito que poderem haver; e ali o ham de vestir os Cavalleiros dos melhores panos, que teverem, e calçar. E des que este alimpamento houverem feito ao corpo, ham-lhe de fazer outro tanto na Alma**, levando-o aa Igreja, em que há de começar a receber trabalho de voontade, pedindo a DEOS mercee, que lhe perdoe seus pecados, e que o guie, perque faça o melhor em aquella Hordem, que quer receber em maneira, que possa defender sua Ley, e fazer as outras cousas, segundo lhe convem⁶⁶³.

Primeiramente em falar como é bem aos moços trazerem-se limpos também nos trajes, ainda que sejam do monte, como dos que houverem de trazer na vila, ca em como já havemos dito no capítulo VIII, que fala como se devem guardar os escudeiros de se ma trazer. E isto mesmo a também no devem fazer como eles os moços do monte muito mais; ca se aos escudeiros pertence, por se não apartarem da conversação dos bons, muito mais cumpre aos moços, porque não têm tão grande aso de conversar com eles; pois tanto menos aso têm os homens de se achegarem a sua prol, tanto mais lhe é cumpridoiro de afanarem pelo haverem. E por isto lhes é mister que se trajem bem e demais por serem aprazíveis a seu senhor, que quando o senhor vê que o seu servidor se amanha bem a fazer o que há-de fazer e pelo ofício

⁶⁶¹ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29 (grifo meu).

⁶⁶² *Ibidem*, p. 14 (grifo meu).

⁶⁶³ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 369-370 (grifo meu).

não deixa de servir e honrar a sua casa, que se dele mais não pague e o tem por estimamento que lhe virá bom⁶⁶⁴.

Assim, as obras técnicas mostram-se dispostas a ensinar os senhores a dominar não apenas saber técnico referente à caçada e a bem governá-la, como alertam para necessidade de aprender a contenção e controle das paixões nas caçadas. Mais do que pragmáticas e atentas à regras da montaria, também investem nas ideias, motivações ideológicas e preceitos morais que norteiam sua prática, e garantem seu aspecto social distintivo e ritualístico.

Outra destas atividades, ao mesmo tempo lúdicas e bélicas, consiste na equitação, isto é, a arte de cavalgar, atividade primordial para o bom exercício de outras também consideradas fundamentais, como as justas e os torneios. Assim como o direito à caça de determinados animais estava limitado e determinado pela posição social do indivíduo, também o ato de andar a cavalo passou a estar condicionado pelo mesmo determinante, incluindo muitos nobres enxergarem como grande mal os servidores exercerem tal atividade⁶⁶⁵.

Acorda ElRey e põem por Ley, entendendo por seu serviço, e por melhor guarda e deffensom da sua terra, por quanto elle ja pôs Hordenaçom, que **todolos seus moradores, que ham seu mantimento, e andam com elle continuamente, e os que com elle vivessem, andassem todos de cavallos, e nom de muas, que todolos Cavalleiros, que som seus vassalos, e outro sy quaeesquer que forem Fidalgos de linhagem, posto que seus vassalos nom sejam, nem seus escudeiros que comsigo houverem, nom andem em cima de muas em sua Corte honde elle estiver, nem arredor della a três legoas;** e se andar quiserem de bestas, andem de cavallos, sob pena de sua mercee, e perderem as bestas, em que assy andarem. E esto se nom entenda em Clerigos, e Fisicos, e Judeos, os quaees mandamos que possam andar de muas, ou em outras encavalgadas⁶⁶⁶.

Porem estabelecemos, que **todolos nossos vassalos, e do Infante, e dos Condes, e do Riquos Homeens, que de nós, e de cada huum dos sobreditos ajam conthias pera nos servirem, que tenha cada huñ seu cavalo; e se quiser teer ou trazer mua de sella, que tenha todavia cavalo**⁶⁶⁷.

Mas aquel que destas tres for desemparado, nom espere por bem cavalgar, justar, danças, nem por outra manha que assy como cavalleiro ou scudeiro muyto possa valler; bem poderá seer que vallerá como homem servyçal de mester ou jogral⁶⁶⁸.

Uma das grandes justificativas desse processo vem da associação, vista em alguns

⁶⁶⁴ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 107.

⁶⁶⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 58.

⁶⁶⁶ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 400 (grifo meu).

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 396 (grifo meu).

⁶⁶⁸ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 8.

manuais equestres, como a *Arte de Bem Cavalgar*, que relacionava o cavalo à superioridade e distinção social, inclusive diferindo em matizes sociais⁶⁶⁹. Considerado o mais nobre dos animais, e símbolo maior de uma ordem de homens considerados superiores, e que não deveria ser confundida com nenhuma outra, o exercício da nobre arte da equitação deveria lhe ser atributo específico assim como a atividade bélica que lhes era subjacente. Afinal, se o domínio da besta relacionava-se ao domínio sobre si próprio, este animal só poderia ser domado por quem partilhasse de sua nobreza e possuísse o controle moral e político.

Por estas razooens, e outras muitas que nos recrescem, hordenamos e mandamos e poemos por Ley, que des primeiro dia de Março em diante nom seja **nenhuũ tam ousado daquelas pessoas, que queiram andar em bestas, que andem de muas, nem facanees, nem em sendeiros, senom quem quiser andar de bestas de sella, ande de cavalo**. E estes cavallos queremos que se entemdam, que sejam taaes, que corram de guisa, que huũ homem possa em elles fazer o que deve, e o que se deve fazer em serviço de guerra; ou em potro de dous annos acima, que seja de boa levada⁶⁷⁰.

(...) Mais em Espanha chamam-lhe Cavallaria nom por razom, que andem **cavalguados em cavallos, mais bem assy como elles em cavalo vaaõ mais honradamente, que em outra besta, assy os que som escolheitos pera Cavalleiros som mais honrados, que todos os outros defensores**⁶⁷¹.

(...) e ora, segundo veemos e fomos certo, os nossos naturaaes, assi Fidalgos como Cidadaaõs, leixam de teer e comprar cavallos, e ajuntam assy cavalgaduras de bestas muares com grandes garnimentos de selas, e de freos, e de grandes brios, em que fazem muy maiores despesas, do que fariom em mercar e teer os cavallos; do que se a nós segue desserviço, e aos nossos Regnos grande dapno⁶⁷².

Nesse sentido, algumas regulamentações das Ordenações régias tendem a defender ao máximo possível a posse desses animais de suma importância, como no caso de restringirem o pagamento de dívidas através da penhora de cavalos. Da mesma forma, em respeito ao serviço daqueles que criam cavalos para prestação de serviços ou venda, e à utilização ideal da besta, aparecem normas fornecendo segurança aos vendedores, contra os possíveis danos que os compradores podem infligir aos animais.

Ao que dizem aos doze artigos, que alguns aconthiados de cavallos, e armas do nosso Senhorio sam individados a Nós, e a outras pessoas, e no tempo das execuçoens penhoram-nos nos cavallos, e armas, que tem pera nosso serviço, e outro sy nos bois do arado, e no pam da semente, avendo outros bens assy movees, como raiz, que valem essas dividas; e que desto se segue grande dapno aos da nossa terra,

⁶⁶⁹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 35-36.

⁶⁷⁰ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 401 (grifo meu).

⁶⁷¹ Idem. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 361 (grifo meu).

⁶⁷² Idem. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), 395-396.

porque em alguns Luguares nom podemos tam compridamente ser servidos destes assy acontiadados, porque assy são penhorados nas couzas sobreditas, nem as terras per mingua dos bois e semente serem lavradas⁶⁷³.

Nós Dom Eduarte, &c. Consirando em como nesta nossa Cidade d'Evora os Cidadaaõs, e moradores della, e de seu Termo **se trabalhaõ por averem e criarem cavallos, e grande parte de seus trabalhos e cuidados pooem acerca delles, mais que em outras partes de nossos Regnos, assy pera se prestarem delles, e nos servirem, quando nos mester for, como pera os venderem, e depois que os assy teem feitos e criados pera averem proveito**; e se trabalhariaõ ainda mais de o assy fazer, se por alguã boa hordenança ouvessem segurança de lhes nom seren movidas demandas per alguns compradores, que lhos compraõ, e se prestaõ delles em montes, e em caças, e em outros trabalhos, e lhos dapnificaõ, e veen-lhos engeitar, e fazer demandas que lhos filhem, dizendo que som maaos, e fracos, e doentes, e maliciosos, e outras tachas muitas que lhes pooem, do que lhes recrescem demandas, e trabalhos, e ocupaçooes em ellas mais que em suas lavoiras, e em aproveitamento de seus beês⁶⁷⁴.

A própria obra, acima citada, explicita que o público específico a que se destina consiste nos escudeiros e cavaleiros do reino português, muitos deles constituindo uma nobreza recém-elevada, cuja ascensão fora resultado do apoio ao Mestre de Avis em suas conquistas e subida ao trono.

Uma questão de suma importância a se levantar é que, com o tempo,

Tal nobreza, enfrentava, no início do século XV, uma grave crise, que ia além das questões monetárias ou de saúde: era uma classe guerreira sem guerra. Desprovida de sua função social, os *bellatores*, todo o sentido de sua existência está em jogo. A crise de identidade gera uma terrível debilidade moral e de costumes, para a qual atenta e contra a qual se empenha D. Duarte⁶⁷⁵.

Ou seja, entende-se o *A Arte de Bem Cavalgar* não como um simples tratado de gineta, mas como um esforço dirigido a reformar os hábitos da nobreza portuguesa, cuja imagem ainda se vinculava diretamente à do cavaleiro. A esta categoria, identificada como superior principalmente por específicos atributos éticos e estéticos, cabia uma reforma que se apropriasse de instrumentos valorizassem a realização de façanhas e o engrandecimento da honra.

(...) mas praza a nosso senhor, por que cousa nova nom he so ho ceo e tornam a sseer aquellas que ja foeram, que ainda em meu tempo fara esto correger como já foe quando em estes reynos se bem husava (...). E mandeyos poer em scripto

⁶⁷³ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro III. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 368.

⁶⁷⁴ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro IV. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 106-107 (grifo meu).

⁶⁷⁵ MAUÉS, Fernando. "As *ensinanças* do livro do cavalgar" in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 232.

capitulo deste Livro de Cavalgar, que falla denssynamento destas outras manhas que se fazem a cavallo, posto que muyto nom concorde pera seer scripto em tal livro; **mas eu o fiz por grande afeiçom e boa husança que desta manha ouve, a qual vejo tam esquecida antre a gente de stado e de boa linhagem**, que muyto duvydo vñir em grande esquecimento⁶⁷⁶.

Ca scripto he no livro do Regymento dos Principes que os cavalleiros romãaos, quando cessavam de suas guerras, tinham cavallos de madeira postos em suas casas, os quaaes sellavam e se vezavam armados a cavalgar de hũa parte da outra, conhecendo quanto esta manha he proveitosa (...). E desto per mym acho speriencia, que hũu tempo, em que o assy husava, nom achava cavalo tam alto que bem despachadamente nom saltasse em cima, ainda que vestido fosse. E despois que o nom quys acostumar, achey dello grande fallicimento. E porem os senhores nom filhem embargo por seus stados de averem este custume, por que ainda que nas praças leixem teer as redeas e estrebeiras e faldrarsse, em montes e caças e per camynhos tornemsse a esta husança, e som certo que acharóm em ello muy grande vantagem⁶⁷⁷.

Afinal, estas práticas “desportivas” da nobreza, assim como outras que mantinham vínculos íntimos com o meio natural, se mostravam ao mesmo tempo como ritos de dominação do espaço e de dominação e distinção social. Ritos estes que não mostraram apenas valor simbólico, mas também prático, pois enquanto serviam à ideologia monárquica, e até aristocrática, influenciaram o desenvolvimento de mecanismos que tornassem eficiente a domesticação não apenas da natureza, mas também dos homens.

5.2. Ritos de dominação espacial.

Se as relações entre os homens e os elementos da natureza, através de uma série de atividades diversificadas, servem aos primeiros como ritos de dominação e distinção social, importantes para o funcionamento desta sociedade do baixo medievo, paralelamente a estes percebem-se também a ocorrência de alguns aspectos rituais relacionados com a dominação e domesticação do espaço natural.

Desse modo, a segunda parte desse capítulo concentra-se especificamente nestes aspectos rituais e políticos presentes nas relações de domínio e ordenação que se estabelecem entre o homem e o espaço natural que o rodeia e no qual convive, bem como realçar a

⁶⁷⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 125.

⁶⁷⁷ *Ibidem*, pp. 116-117.

relevância de alguns elementos vegetais da natureza, considerando também as características simbólicas que estes carregam.

5.2.1 Espaços de demonstração de poder.

Um aspecto destes ritos de dominação espacial (e de muitas formas também social) que demonstra forte presença na sociedade do Ocidente medieval, inclusive a portuguesa do baixo medievo, concentra-se na utilização destes espaços como lugares privilegiados de demonstração de poder e distinção tanto do rei quanto dos nobres de seu círculo social mais íntimo. Isto porque, em primeiro lugar, deve-se lembrar que o espaço, para o homem medieval, não era apenas uma realidade física, mas também imaginária, a qual revela importantes características dos valores e crenças de um período.

E, em segundo lugar, como já se afirmou em capítulos anteriores, passara-se o tempo em que o espaço florestal mítico, maléfico e estranho, dera lugar a um espaço conhecido e apreendido pelo homem, através da prática, experiência e observação. Nos finais da Idade Média, este processo culmina com a criação da imagem de um espaço dominado, domesticado e ritualizado, inclusive como espaço de folgança e exibição da nobreza através dos jogos e cerimônias.

De acordo com Massimo Montanari⁶⁷⁸, as relações sociais, bem como as que envolvem o homem e o meio natural, mudaram juntamente com as transformações sofridas pela paisagem. Um dos efeitos mais marcantes está nas restrições feitas à exploração dos recursos silvestres e pastoris, muitas vezes reservada a grupos dominantes da sociedade em detrimento dos direitos das coletividades rurais.

Um dos fatores que muito colaborou com a profusão de restrições e regulamentações está no crescimento em importância das regras jurídicas racionais no governo das realezas, já a partir do século XII. Segundo Le Goff⁶⁷⁹, ainda que os reis não fossem necessariamente juristas no baixo medievo, o rei deve se submeter ao “governo racional”, visto que a

⁶⁷⁸ MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

⁶⁷⁹ LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 412.

pretendida laicização do poder real é o deslocamento da sacralização para a administração régia, a qual tenta impor a todos sua lei e sua razão.

(...) A este Artigo diz ElRey, que aquellos que tirarem armas em defendimento de seus corpos, e com ellas ferirem, ou matarem, nom levem deles pena, nem cooima por tal razom; **ca d’outra guisa feria contra direito, e razom natural levarem cooima daquelle, que nom he em culpa de tal feito**, nem se moveo pera fazer mal, mais pera se remir, e enparar: ao que cada huum naturalmente he theudo⁶⁸⁰.

Assim, tem-se como exemplo no período, a regulamentação, e até mesmo abolição, de hábitos como o usufruto dos espaços incultos, bem como a limitação da caça a espaços determinados e, em grande maioria, exclusivos. No que diz respeito ao primeiro caso, constatou-se nos capítulos anteriores como as reservas florestais das áreas primitivas, incluindo as matas reais, não suportaram o processo secular de exploração descontrolada, recrudescido pelo aumento do consumo dos produtos florestais no século XIV.

Ou seja, torna-se clara a responsabilidade dos imperativos econômicos no processo de fragmentação e esgotamento das capacidades produtivas das matas, também auxiliada pelas dificuldades de fiscalização e de ordenamento das cortes, o que culminou no surgimento de brenhas e montados, dificultando mais ainda a regeneração das florestas. Entretanto, esses imperativos não justificam por si só as medias restritivas, no sentido de exercer maior controle sobre a exploração dos recursos vegetais, e garantir certo grau de manutenção destes.

Somam-se a isto, justificativas ideológicas que sustentam o uso dos espaços incultos como privilégios deste pequeno, porém distinto, segmento social que consiste na aristocracia. De acordo com Vânia Fróes, esse processo também se justifica pelo fato de que o “crescimento do poder senhorial estendeu-se em boa parte às florestas e, nos últimos séculos da Idade Média, o corte das árvores ou era proibido ou necessitava para realizá-lo de concessões e privilégios por parte do senhor ou do poder régio”⁶⁸¹.

(...) e o pior que he, mandamos que nas ditas Coutadas nom cortem lenha, nem outra madeira, que he compridoira pera suas casas, e apeiros; e que per esta razom muitas herdades som desamparadas por elles: e que fosse nossa mercee de as descoutar; e outro sy que em todas as ditas Coutadas possam colher lenha, e madeira que lhes comprir; e que outras Coutadas nom consentiremos, que hy aja feitas

⁶⁸⁰ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 286 (grifo meu).

⁶⁸¹ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 121.

per Mestres, ou Ricos homeẽs, e Cavalleiros, nem per outros nenhuũs; e qualquer, que os achar, que os possa matar⁶⁸².

E outro sy, Senhor, **muitos Senhores, Cavalleiros, Escudeiros, e outras pessoas dos vossos Regnos fazem per sy Coutadas, assy nos rios como nos montes, o que he contra a Ley do Regno, em a qual he contheudo, que nenhũ nom faça Coutada, salvo ElRey: seja vossa merceẽ mandardes, que taes Coutadas se nom façam**; e posto que as façam, que as Justiças as nom ajam por Coutadas, nem lhes julguem Coimas, nem penas dellas, nem consentam fazerem penhora em ellas, nem por ellas; e se as fezerem, que as Justiças lhes alcem taes forças. Manda ElRey, que as nom faça nenhuũ novamente⁶⁸³.

Da mesma forma, as preocupações econômicas não explicam totalmente o aparecimento de medidas de proteção de parte do ambiente florestal com função cinegética. Afinal, se as florestas, juntamente com as montanhas, afamaram-se como locais privilegiados de contato entre o homem e o mundo natural, admite-se que as necessidades por trás deste contato absorvem uma variedade de explicações, cujos sentidos são mais amplos que a simples subsistência.

Assim, por todo o Portugal percebe-se a profusão de áreas de reserva venatória, como as coutadas, que aumentaram juntamente com o poder régio no século XIV como o prova a organização das montarias. Segundo Oliveira Marques, as principais coutadas localizavam-se no Ribatejo, no Alto Alentejo e na Beira, e incluíam charnecas desabitadas com povoado rarefeito, além de coutadas contra a extensão das quais os povos realizavam constantes protestos⁶⁸⁴.

Ao que dizem no Artigo doze, que nosso Avoo avia Coutadas certas pera serem coutados porcos monteses, e ussos, e depois de nosso Padre nos fizemos outras Coutadas, o que he em gram dampno da nossa terra, porque destas Coutadas, que som muitas, saem porcos, que dampnam paaẽs, e vinhas, os quaes defendemos que os nom matem, posto que os achem fazer dampno⁶⁸⁵.

A este artigo respondemos e mandamos, que adugam as Coutadas que tinha nosso Avoo, e que nos praz de nom fazer outras, e de lhes fazer em ello merceẽ: e quanto he em razom da madeira, mandamos que talhem madeira e lenha, aquella que lhes comprir pera suas casas aguisadamente, e pera suas lavoiras; e que o façam sem malicia, em guisa que nom ajamos nos razom de lhes poer sobre ello outro embargo⁶⁸⁶.

⁶⁸² ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 164-165 (grifo meu).

⁶⁸³ Ibidem, pp. 165-166 (grifo meu).

⁶⁸⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 480.

⁶⁸⁵ ORDENAÇÕES Afonsinas. Op. Cit., pp. 164-165 (grifo meu).

⁶⁸⁶ Ibidem, p. 165 (grifo meu).

Um bom exemplo trata-se da “coutada velha” portuguesa, a qual aparece maior em extensão e melhor delimitada nas *Ordenações Afonsinas*. Isto se liga especialmente ao caráter de tradição de que se reveste a caça no período, atividade esta que acumula, como já visto, impulso lúdico, ritualístico, cerimonial e político – controle do espaço, exibição do poder.

Considerando como inconsistentes as justificativas como meio de obtenção de carne pela aristocracia e como preparação e substituta da atividade guerreira, Alain Guerrau apresenta uma perspectiva mais ampla a respeito da caça medieval especificamente praticada pela nobreza⁶⁸⁷. O autor se preocupa em identificar este, que também pode se considerar um jogo devido seus atributos lúdicos, com a educação da nobreza, tendo em vista o visível refinamento de sua ciência.

Este refinamento e identificação se ligam ao fato de que a aristocracia laica europeia do período, no processo de construção de uma cultura própria, tinha sólido interesse em consolidar uma prática generalizada, formalizada e definida como privilégio. Dessa forma, a caça, durante a Idade Média, assumiu a função de um dos ritos mais bem adaptados à ordenação e reprodução contínua da posição e papel da nobreza frente à totalidade da sociedade⁶⁸⁸.

As fontes do período são incessantes em demonstrar as características desses ambientes onde se realizava esta modalidade de caça exclusivamente nobre, seja montaria ou falcoaria.

Os livros de horas representam quase sempre a caça praticada pelos nobres, em ambientes suntuosos, belas paisagens em bosques floridos, lembrando rituais pagãos. Embora o camponês também exercesse a caça, não é ela que aqui está representada nos meses primaveris de abril e maio. Ele o faz geralmente para complementar sua dieta, assim mesmo quando existiam espaços deixados pelo poder senhorial nos bosques e florestas⁶⁸⁹.

Não surpreende que a lei florestal do baixo medievo, assumiu cada vez com mais veemência a postura de restringir o acesso às reservas de caça reais e mesmo as senhoriais, salvaguardando privilégios e honras nobiliárquicas.

Outro sy me pediram de mercê, que totalas honras, que foram feitas ate vinte annos, ante que meu Padre morresse, como quer que nam fossem contheudas nas

⁶⁸⁷ GUERREAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 139-140.

⁶⁸⁸ Ibidem, pp. 149-150.

⁶⁸⁹ FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011, p. 123.

Inquiriçoeês suso ditas, que fossem honradas também ellas como as outras, que nas ditas Inquiriçoeês sam contheudas, em que se nam provasse nenhuã Jurisdiçam, que lhes nam entrassem hi Mordomo, nem Sayam, e que nam curavam de serem honradas, ou que fossem feitas de vinte annos ante que meu Padre morresse acá⁶⁹⁰.

Ou seja, a caça era uma atividade cujo uso se ligava diretamente à demarcação do espaço social, visto que delimitava um ambiente exclusivamente reservado à nobreza, e cujo valor deveria ser reconhecido e respeitado por todos os segmentos sociais. Afinal, a caça era uma atividade viril repleta de significados sociais, e que também rendia prestações em grande parte reservadas só ao rei, e alguns senhores, marcando sua superioridade.

Ocorrendo sempre a partir das ordens de um príncipe ou grande nobre, a caça deveria ocorrer nestes terrenos que, privilegiados aos nobres, apresentassem “boas condições para que este – o rei ou o nobre senhor da terra – aí se fossem ‘desenfadar’ das preocupações políticas e dos trabalhos administrativos”⁶⁹¹. Isto demarca seu caráter lúdico, que vinculado ao aspecto pedagógico de treinamento e domesticação, torna este tipo de caça como um jogo exclusivo da nobreza.

E por ende se deve de guardar qualquer escudeiro, que este jogo houver de usar (...) ca muitos tomam em costume em se mal trazer, por andar ao monte, em como aqueles que lhes não faz mister; e porque lhes não faz mister, nunca filham cuidado em como poderão andar bem vestidos; e com isto, quando vêm às grandes praças. e vêem outros que estão ricamente apostados, a vontade lhes filha embargo de estarem com eles e então afastam-se deles quando o muito usam. E quando se assim afastam daqueles que bons são, nunca podem aprender coisas que sejam boas para fazer, nem para dizer quando mister for; e disto os que bons querem ser, **muito se devem de guardar de tais coisas fazer; antes devem folgar de estarem sempre entre os que bons são e pararem mentes nos costumes que lhes virem que têm** e trabalharem de os fazer assim como eles fazem⁶⁹²

Além disto, esta atividade transformou-se de tal forma ao longo do medievo que passou a acumular a função maior de rito de identificação e dominação do espaço, do território. Tratava-se de um ritual que proclama o domínio do homem sobre a natureza, favorecido pelo aumento da capacidade de avaliação e adaptação ao ambiente natural, através dos conhecimentos fornecidos pela experiência pragmática e observação direta⁶⁹³.

Sob esta perspectiva, Iria Gonçalves identificou a existência no baixo medievo, no Noroeste português, de “muitos espaços bravios onde se criava cópia de animais selvagens de

⁶⁹⁰ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro III. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 170.

⁶⁹¹ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 203.

⁶⁹² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 29 (grifo meu).

⁶⁹³ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 205.

grande e médio porte e homens bem treinados na sua captura, bons conhecedores dos seus hábitos e do terreno que pisavam”⁶⁹⁴. Estes conhecimentos mostram claramente a ligação entre a caça (jogo de montaria) e o aperfeiçoamento desta visão empírica mais prática acerca da natureza.

Tal dominação não deixou de levar em consideração uma crescente consciência em se evitar a criação de desequilíbrios na natureza, o que culminou com incentivo a práticas de reflorestamento, juntamente com a domesticação e seleção de animais, usados para caçar outros daninhos, no sentido de desinfestar/domesticar o ambiente da caça.

Dessa forma, a importância da caça se destaca como responsável pela generalização, já nos séculos XII e XIII, da prática de *afforestation*, criando imensas florestas, emblemas do poder do soberano, que despejaram vários vilarejos. Estas, consistiram em espaços externos e arborizados, onde os reis, e depois os aristocratas, reservavam-se o direito exclusivo da caça, punindo transgressores mesmo com a morte⁶⁹⁵.

A proliferação dos desenvolvimentos alegóricos em direções variadas e concorrentes confirma a natureza de rito maior da caça medieval no seio da aristocracia laica. Ao mesmo tempo rito de identificação (delimitação e polarização) do espaço e de dominação, ligados à época já que a dominação específica da Europa feudal (*dominium*) se condicionava pela relação de fixação tendencial dos homens ao solo e pela valorização desigual do espaço⁶⁹⁶.

5.2.2 Organização do espaço do reino.

Outra característica relevante do que se considera aqui como rito de dominação do espaço, concentra-se na apreensão do território que compõe o reino através do fenômeno da itinerância régia. Nesse contexto, compreende-se que nos primórdios da ascensão da dinastia de Avis já é possível detectar o acréscimo de um considerável grau de poder em torno da figura régia, representada por D. João I, aprofundando-se com seus sucessores.

Dentre as consequências desse fortalecimento do poderio monárquico, observa-se uma maior preocupação com o controle e organização do tempo, a fim de regular com mais

⁶⁹⁴ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 203.

⁶⁹⁵ MATTOSO, José. *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 205.

⁶⁹⁶ *Ibidem*, pp. 147-148.

eficiência a sequência das atividades obrigatórias do rei, em sua maioria devendo apresentar-se ritualizadas, bem como dos membros de seu círculo social mais próximo.

Essa regulamentação afeta não apenas o tempo das atividades cotidianas e do exercício do governo, como as chancelarias e demais atos régios. Seu efeito recai também sobre os tempos excepcionais, que incluem os acontecimentos e divertimentos reais, como festas e sagrações. Isto significa que, sendo o rei a figura pública por excelência, a organização desses tempos, mesmo concentrando-se inicialmente no interior da nobreza, muitas vezes reverberará em todo o reino.

Se a organização do tempo era essencial para o exercício das atividades protagonizadas pelo monarca, igualmente importante se mostrava a organização dos espaços. Os lugares que abrigavam importantes eventos da dinastia, como a coroação e a inauguração do poder, passa a ser mais bem demarcados. Pode-se, inclusive, aplicar para o caso português, a afirmação de Le Goff⁶⁹⁷, segundo o qual já no século XIV o rei recupera sua importância como personagem responsável por traçar o espaço da cidade. Afinal, esta, com cada vez mais frequência, passa a se tornar o lugar de residência do rei e da nobreza que lhe acompanha, compondo-se de castelos e palácios, lugares físicos, mas sempre carregados de simbolismos que serviam a fortalecer o imaginário régio.

Este espaço urbano em desenvolvimento estava longe de encontrar-se desvinculado, ou mesmo ordenadamente separado, de outros espaços também importantes. Um exemplo que nos mostra Devi-Vareta⁶⁹⁸ concentra-se nos espaços de cultivo, uma vez que os espaços agrícolas passam a se organizar mais envolta de Lisboa e em volta de outros núcleos populacionais, causando, inclusive, obstáculos à expansão da área primitiva da lenha, e dificultando o aprovisionamento.

A mesma autora também atenta para conexão entre espaço urbano e espaço natural, especulando que a cobertura florestal parecia apresentar-se mais contínua ao Norte da cidade de Lisboa, a partir do momento que esta tornou-se a residência preferida do rei. Especificamente em relação à organização do espaço da lenha, a partir da referência lisboeta

Com o prosseguimento da reconquista para o Sul e a residência mais frequente do rei em Lisboa, este espaço alargou-se até à serra da Arrábida, ou ainda à volta de

⁶⁹⁷ LE GOFF, Jacques. "Rei" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 405-407.

⁶⁹⁸ DEVY-VARETA, Nicole. "As matas medievais e a 'coutada velha' do rei" in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 59.

Santarém ou de Évora, locais de estadias preferidas da corte. Com o respeito da tradição, ficaram coutados todos os terrenos de caça⁶⁹⁹.

Nas cidades régias, um dos grandes fatores que interferem na organização do espaço são as festividades, como a exemplo dos imponentes caminhos e itinerários das procissões. Jacques Heers lembraria, a respeito do medievo, que “a competição desportiva impunha de novo, como no tempo dos Romanos, o arranjo da cidade e os remendos executados na rede, com frequência, muito anárquica das ruas”⁷⁰⁰.

Paralela a esta domesticação do espaço urbano, defende-se que, da mesma forma, alguns jogos e diversões medievais, também apresentavam-se como domesticadores dos ambientes naturais com os quais frequentemente mantinham contato, implicando em verdadeiros ritos de dominação espacial. Um dos casos mais característicos sobre esta questão consiste na caça, atividade a qual Mattoso afirma ter mudado de tal forma ao longo do tempo, que em muitos lugares do território medieval português transformara-se em uma festa, contendo um ritual que proclama o domínio do homem sobre a natureza⁷⁰¹.

Compreende-se a partir desse modelo, como grande parte das capitais, no período, surgem pela necessidade de uma sede política, e de sedentarização do rei, vinculado ao aumento do seu papel político pelo reino⁷⁰². Entretanto, este movimento não rompeu com a tendência dos reis em realizar deslocamentos e itinerários em torno do território que lhe cabe governar. Pelo contrário, essa demanda continuou por muito tempo a ocupar as preocupações do monarca.

Os soberanos já realizavam longos períodos de deslocamentos desde épocas anteriores quando seus reinados eram longos itinerários através de seus domínios e dos seus feudatários ou reinos vizinhos⁷⁰³. Tais deslocamentos não vinham do capricho, mas dos imperativos econômicos e vida política de um sistema em que toda propriedade fundiária era a concessão temporária de alguém mais poderoso.

A importância da itinerância régia para fortalecer a legitimidade de um monarca recém-chegado ao poder, como D. João I, deu-lhe também o papel de rito de dominação espacial fundamental. Importante para o rei, por ser ele um rei itinerante, cuja autoridade se

⁶⁹⁹ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 56.

⁷⁰⁰ HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 16.

⁷⁰¹ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 205.

⁷⁰² LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 405-407.

⁷⁰³ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 156.

liga a sua presença no território. Segundo Baquero Moreno isso explica a intensa movimentação de D. João I, “que entretanto elevado a rei, se mostra incansável no sentido de recuperar o território e ocupar as fortalezas refratárias ao seu domínio, do mesmo modo que ensaia uma intensa ação militar”⁷⁰⁴.

Certamente que as sucessivas campanhas militares estavam na maior parte das vezes por trás das motivações desses constantes deslocamentos, em prol da defesa do território. Soma-se a isto, a intenção de resolver variados problemas político-administrativos que afetavam o reino nesse período de ascensão da Dinastia de Avis, como regiões bastante afetadas pelas guerras culminando com o despovoamento da raia, o que fora em parte resolvido com o estabelecimento de coutos de homiziados visando a consolidação da fronteira.

Todavia, outras motivações devem ser consideradas nesse costume das itinerâncias, como o desenfado: “A partir de 15 de Junho permanece na capital, com uma interrupção desde 23 desse mês até 14 de Agosto, altura em que veraneia na as vila de Sintra”⁷⁰⁵; ou então a participação em importantes cerimônias régias.

De novo D. João I volta ao Porto, onde a documentação revela a sua presença entre 2 e 20 de Fevereiro. Esta sua deslocação de Guimarães ao Porto, em plenos preparativos militares, justifica-se pela necessidade de cumprir os seus compromissos matrimoniais. O rei casa-se com D. Filipa de Lancastre, no dia 2 de Fevereiro, tendo as festas da boda durado duas semanas⁷⁰⁶.

Nas Ordenações régias, encontram-se alguns registros legais relacionados à medidas exigidas pela população, a fim de se prepararem para a visita do rei, que se deslocava através das Comarcas de seu reino a fim de atender as necessidades políticas de seu governo, como ordenar as devidas jurisdições, e acompanhar o cumprimento das leis e deveres dos seus funcionários, e dos súditos em geral.

Outro sy Mandamos, que todos os Lavradores do Termo de Lixboa, Cintra, Alanquer, Obidos, Torres Vedras, Santarem, Torres Novas, Coruche, Salvaterra, Benavente, Monte moor o Novo, Evora, Arraiolos, Estremôs, Evora Monte, o Vimieiro, e de **quaesquer outros lugares, a que especialmente for recado de Nosso Corregedor, que Nós havemos lá d’hir invernar**, fação seos palheiros em cada huñ anno continuamente de toda a palha, que ouverem, ainda que se nom entendaõ d’aproveitar d’algũa parte della, em tal guisa, **que indo Nós a cada hũa as**

⁷⁰⁴ MORENO, Humberto Baquero. *Os itinerários de El-Rey Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, p. 9.

⁷⁰⁵ *Ibidem*, p. 97

⁷⁰⁶ *Ibidem*, p. 31.

ditas Comarcas, nos possamos della servir, sem grande dapno dos ditos Lavradores⁷⁰⁷.

Figura 13 – Localização das fortalezas que guarneciam as proximidades da fronteira terrestre (Portugal, 1509).



Fonte: Cf. MAGALHÃES, 1994, p. 28.

Deve-se ressaltar ainda, a partir do extrato de fonte acima, que os deslocamentos no século XII eram protagonizados em grande parte pelos soberanos, mas não exclusivos destes. Onde o rei se encontrava, unia-se a ele uma parte da nobreza, e seus feudatários lhe seguiam

⁷⁰⁷ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 52-53 (grifos meus).

ou imitavam com frequência. Os deslocamentos estavam ao alcance de grande parte da sociedade medieval do período, e os caminhos bem frequentados, mostrando o quão longe ela estava de tornar-se sedentária, visto que nem os vilões encontram-se fixos nas terras do senhorio⁷⁰⁸.

Assim, esses trajetos e deslocamentos ritualizados, em companhia dos elementos da nobreza mais próximos, e não apenas pelos mais variados centros habitacionais, representavam parte fundamental do próprio poder régio, pois se realizavam segundo a tradição, a necessidade e a política⁷⁰⁹. Sua função espacial destaca-se por constituírem uma via de apreensão, demarcação (e domesticação) do espaço físico do reino, culminando por determinar as relações dos homens com esses espaços (sejam de caça, abastecimento, entre outros).

No *Livro de Montaria*, D. João I explicita a importância do conhecimento dos espaços do território do reino, apreendido e demarcado principalmente através desses itinerários e deslocamentos, em prol de objetivos políticos, a exemplo de escolher campos mais vantajosos nos episódios de batalha.

(...) se aos reis cumpre haver bom conhecimento, em como filharão bem um campo que seja a sua vantagem para batalha, este jogo lho quer dar a demonstrar, assim como coisa que seja de jogo para outra, que seja de tão alto feito, como em ser batalha entre rei e rei; ca, se aos reis cumpre para bem mentes ao lugar em que põem sua batalha, que seja a sua vantagem, isso mesmo deve fazer o que for monteiro, quando quiser correr algum monte em que nunca fosse⁷¹⁰.

Entretanto, como já visto anteriormente, a rede viária ainda atendia de forma precária as demandas destes deslocamentos, caracterizados pela persistência de uma considerável lentidão. Apesar disto, demonstram-se alguns pontuais aperfeiçoamentos nos instrumentos a partir de finais do século XII época, visando melhorar as péssimas condições dos caminhos que tornavam as viagens uma sucessão de estorvos, perigos e contratemplos.

Dentre estes movimentos encontram-se a construção de considerável número de pontes de pedra e estradas, com a melhoria das técnicas, além do desenvolvimento de melhores delimitações das fronteiras e adestramento de animais.

⁷⁰⁸ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 157.

⁷⁰⁹ LE GOFF, Jacques. "Rei" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 405-407.

⁷¹⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 18-19 (grifo meu).

Os homens seguem a cavalo ou a pé; as mercadorias são transportadas por bestas de carga ou em carroças. Do século XI ao XIII, a difusão do peitoral e da ferradura dos cavalos e da carroça de quatro rodas possibilita aumentar, se não a velocidade, pelo menos a quantidade dos produtos transportados⁷¹¹.

Através das itinerâncias definiam-se os mapas rúgos das estradas, marcados cada vez mais pelo espaço da cerimônia e ritual. Ou seja, não só os jogos e a caça representavam cerimônias e momentos importantes onde se expressavam estes ritos de dominação da natureza. Essas movimentações também se consagram cada vez mais como fortes ritos de dominação do espaço em grande parte auxiliados pelas mudanças na visão da natureza, e nas relações estabelecidas com ela, bem como pelos conhecimentos apreendidos no período em questão

Afinal, a adaptação ao ambiente natural exigia certo nível prático de experiência e observação, necessário à demarcação de itinerários no mapa e conhecimento do espaço, a fim de obstruir os obstáculos impostos por este ambiente⁷¹². Isto significa que esse processo de domesticação espacial encontra-se intimamente vinculado ao progresso dos saberes da época.

5.3 Domesticação da natureza como instrumento político.

A última seção deste capítulo constitui-se no objetivo de finalizar as demonstrações das maneiras em que a proposta domesticadora/civilizadora da natureza, vigentes no Portugal do baixo medievo, se liga, e ao mesmo tempo serve, aos demais ideais e interesses monárquicos, portanto políticos, recorrentes no mesmo período.

A ideia de vincular com mais clareza e objetividade estes elementos justifica-se por ir ao encontro da afirmativa de Iria Gonçalves sobre o espaço medieval, especialmente nos dois últimos séculos deste período: “Quando se pretende, como neste caso, conhecer um espaço em qualquer das suas vertentes, ele mostra-se-nos, esse espaço na medida da sua apropriação pelo rei”⁷¹³.

⁷¹¹ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 158.

⁷¹² MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 205.

⁷¹³ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 195.

Isto é, se a maior parte dos espaços naturais passíveis de apreensão no baixo medievo, com todos os elementos que lhes pertencem, são aqueles registrados pelas fontes régias, como as Inquirições administradas pelo poder central, dois pontos importantes se abrem. Constatase, por um lado, que algumas terras imunes, permaneceram impenetráveis aos olhos dos pesquisadores. Por outro lado, se estes espaços são produtos da apropriação régia, o conhecimento de muitos destes pelo historiador está intimamente condicionado aos interesses régios.

Destacou-se já anteriormente, que na época em questão ocorrera um crescimento da preocupação régia em assumir maior controle do espaço do reino. Isto fora buscado através de múltiplas formas de dominação deste espaço natural (sejam elas políticas, econômicas, jurídicas, rituais, entre outras), e da necessidade de domesticar seus elementos, assim como se faria com os membros da nobreza que acompanhavam o monarca.

Portanto, intenta-se neste momento, observar as implicações relevantes desta domesticação e adestramento no governo régio, na nobreza régia que lhe é próxima, e na própria estrutura e imagem do reino, incluindo o domínio de moinhos e rios que compõem a paisagem medieval.

5.3.1 As funções régias nos conflitos e medidas a respeito da natureza.

A primeira questão que se levanta diz respeito a desvendar as formas pelas quais os processos de ordenação, dominação e domesticação do espaço natural, componente fundamental do território do reino, servem a reafirmar o poder do monarca. Trata-se também de identificar como reforçam certas características cada vez mais consideradas essenciais ao exercício do poder régio no período em questão.

Uma dessas relações em que a domesticação do espaço natural serviu aos propósitos régios, ampliando o monopólio de seu poder, concentra-se em como as disputas em torno destes espaços contribuem para o aumento da importante função mediadora de conflitos do monarca.

No que tange à gestão do recursos florestais no medievo, Nicole Devi-Vareta afirmaria que esta “não se pode desligar da definição das áreas de exploração das terras, dos respectivos

regimes de propriedade, e dos direitos dos moradores”⁷¹⁴. Entretanto, não apenas encontravam-se grandes dificuldades em gerir o aproveitamento dos solos, especialmente devido à precária informação dos reis acerca da situação do seu patrimônio florestal, como também a diversidade de lógicas de exploração surtia em permanentes confrontos⁷¹⁵.

Muitos destes conflitos ocorriam entre a agricultura e o pastoreio, como mostram as reclamações de desgaste dos solos agrícolas pela pastagem e pisoteio dos gados. Outros se davam entre moradores fronteiriços, quase sempre envolvendo direitos de pastagens e pagamento de tributos. E ainda os que permeiam a agricultura e os usuários dos terrenos incultos, tendo em vista que o surto de arroteamentos que surge em meados de Quatrocentos fora responsável pelo recuo das orlas das matas.

Ainda destacam-se aqueles oriundos dos problemas de abastecimento de produtos florestais, fruto da degradação das matas, que forçou o poder régio a criar medidas protetivas como a proibição dos danos às árvores, desde que contemplados os direitos dos forais do XIII. Jacques Heers dissertaria, usando como exemplo para o ocidente europeu no século XV, que

Não é difícil calcular como surgiam conflitos entre estas pessoas e o bipo por causa das ramagens do seu famigerado Bosque da Garrafa. É que, por vezes, os guarda-florestais reagem com vigor, numa época em que a preservação e a conservação das florestas prendiam a atenção dos nobres rurais e de todos os proprietários. Os assaltos eram então minuciosamente examinados, os casos eram anotados preto no branco e organizavam-se tribunais florestais e visitas de inspeção em ordem às listagem das transgressões e contra elas providenciar. Isto com o objetivo de combater a caça proibida, o arranque das árvores: combate entre o direito consuetudinário e o direito de propriedade (...) ⁷¹⁶.

Isto demonstra que muitos desses conflitos vinham do fato das legislações e medidas protetivas régias constantemente abriam margens para criação e manutenção de imensos privilégios a um segmento social, especificamente o aristocrata, em detrimento de outro. As leis contidas nas Ordenações régias são muito claras acerca desse processo: “(...) e por esto **nom entendemos de fazer prejuízo para o diante aos ditos Senhores desses Coutos, e Honras em suas jurdições, privilégios, e liberdades, que em elles ham**”⁷¹⁷.

⁷¹⁴ DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002, p. 171.

⁷¹⁵ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 172.

⁷¹⁶ HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987, p. 79.

⁷¹⁷ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 164 (grifo meu).

Outro exemplo encontra-se no fato de que, enquanto a maior parte da plebe via-se restringida, e mesmo excluída, do uso de determinados espaços protegidos, algumas medidas florestais, muitas delas por carta régia, aprofundavam certos privilégios e isenções fiscais destinados também a mercadores, como no caso da importação de material para construção naval pelos mercadores visavam.

Isto em grande parte devido ao contexto político específico da Dinastia de Avis portuguesa, cuja ascensão, como já mencionado, ocorrera “pelas mãos da massa, e não pelas leis linhagísticas e divinas antes evocadas, de uma classe produtiva e mercantil emergente, reclamava um governo que tivesse no equilíbrio (*temperança*) a linha mestra de suas decisões”⁷¹⁸. Ou seja, a função mediadora do rei consistia em jogar com os privilégios e direitos dos súditos, lidando com as mais variadas vontades, e evitando contrariar com frequência apenas um dos lados em conflito, a fim de estabelecer esse pretense equilíbrio.

Portanto, em algumas situações o monarca apresentava-se a favor da plebe, visto que o excesso de negligência a esse segmento poderia culminar em revoltas. D. João I no início do século XV, por exemplo, fora conhecido pelas iniciativas de vetar as ambições da fidalguia de estender seus direitos em detrimento das comunidades, intimamente adaptadas às condições naturais da região que influenciavam seu modo de vida⁷¹⁹.

Porem mandamos, que se alguũs Fidalgos, ou homeẽs d’Armas fizessem, ou fezerom malfeitorias despois das ditas Cortes, **tomarom, ou ouverom algumas cousas, assy ppam, vinho, carnes, como alguuãs outras de comer, e de beber, ou bestas, ou gaados, ou outras quaessquer cousas, como nom devem, sem autoridade de Justiça, que sejam constrangidos que paguem o que despois das ditas Cortes tomarem, ou tomarom com as penas das malfeitorias**, a saber, que paguem as cousas de comer em dobro, e as outras cousas, que nom som de comer, em tresdobro⁷²⁰.

E porque achámos, que na dita Comarca **se faziam muitos malleficos, e malfeitorias pelos Cavalleiros, e os Escudeiros, e Homeẽs d’Armas**, e pelos seus, e outro sy pelos Tabaliaaẽs, e por outros Saiooẽs; e porque Nos demos as terras aos Cavalleiros, e Escudeiros, e aos outros grandes da dita Comarca com suas Jurisdiçooẽs, e em essas terras nom se fazia direito, nem Justiça (...) e querendo Nós com a ajuda de DEOS **poer remedio a esto**, qual compre a Nossos serviço, e **aa prol cūmunal da terra (...)**⁷²¹.

⁷¹⁸ MAUÉS, Fernando. “As *ensinanças* do livro do cavalgar” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 241.

⁷¹⁹ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 208.

⁷²⁰ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 268-169 (grifo meu).

⁷²¹ Idem. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 156-157 (grifo meu).

Nos séculos XIV e XV, foram representativas inúmeras queixas dos camponeses, que se viam constantemente saqueados, oprimidos e maltratados por bandos que desapossavam-nos de seu gado e expulsavam-nos de suas casas. Alguns extratos de fontes confirmam a tendência régia em aconselhar, e mesmo regulamentar nas Ordenações, que seus súditos nobres não devem ainda causar danos aos moradores das terras onde passam, visto que sua autoridade não justifica o abuso de poder.

Ainda cumpre a qualquer rei ou príncipe, ou outro grande senhor que ao monte houver de andar, que se avise e tenha em sua intenção, que **quando assim andar ao monte, que sempre se guarde, que por aquela terra em que andar ao monte, que os moradores dela não recebam mal nos corpos e danificação em seus bens**, que isto é muito grande mal a qualquer rei ou príncipe, ou senhor, que alguma terra tenha por andar ao monte, a sua terra dele receber mal ou dano⁷²².

Outro sy tomem **conhecimento de todollos agravos, e dapnos, que os lavradores receberom, ou receberem desses Fidalgos, e dos seus sobre as palhas, e lenhas, e hervas, e prados, e pacigoos, e lavouras, e tapageês**; e se lhes levam maiores fóros, ou rendas, ou direitos, ou direicturas, ou rendas dos Casaes, e herdades, e doutras cousas que aquello, que lhes per direito, ou foro, ou costume antigo devem de levar: e esto quando se lhes agravarem os lavradores dos ditos Fidalgos, e dos seus das cousas sobreditas. E se se desto nom agravarem os lavradores, nom tomem desto conhecimento os ditos Juizes, e leixem esses feitos aos Juizes das terras, em quanto os lavradores allo [a ello] quiserem demandar esses Fidalgos; e nos contrautos, que esses lavradores de seus tallentes fezerem com esses Fidalgos sobre cousas movees, esses Juizes nom tomem conhecimento, e livrem-se perante os Juizes desses lugares, ou perante o Corregedor da Comarca, quando per esses Julgados for⁷²³.

Seguindo esse movimento, surgem indicativos sobre a disponibilidade do monarca quanto à concessão de privilégios consideráveis ao redor de áreas deficientemente povoadas (devido à passagem de períodos de guerras, escassez alimentícia e pestilências), visando estabelecer medidas de fixação de populações, e evitando forte êxodo para os centros urbanos, mais ao litoral.

Deve de **saber em cada huũ lugar das terras, per onde andar, dos seus Julgados, porque se despovoaram**, e per guisa se melhor podem povorar, e fazello assy fazer; e se for terra Nossa, falle esso com o Nosso Almoxarife, e Scripvaõ dessa Camara, e se poderem acordar sobre ello, façaõ-no assy fazer, se nom façaõ-no saber a Nós, pera fazermos sobre ello o que for mais Nosso serviço⁷²⁴.

Dom Joham, &c. A quantos esta Carta, ou o Trelhado em publica forma, dada per autoridade de Justiça virem, fazemos saber, que Nós veendo como as nossas Villas, e Castellos de Noudar, e de Marvom, e do Sabugal, e de Miranda, e de Caminha, que som nos estremos dos nossos Regnos, polos grandes encarregos, que soportarom

⁷²² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 151.

⁷²³ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 158.

⁷²⁴ *Ibidem*, pp. 125-126 (grifo meu)

nas guerras, a maior partedelles se despovoraram em tal guisa, que pellos que hi ora moram se nam podem manter, e se mester de guerra lhes aviesse, nom se poderiam deffender; e porque muitos dos moradores, e naturaes dos nossos Regnos, por alguuns homizios que lhes ataa ora acontecerom, andam homiziados fora da nossa terra, e delles per nossos Regnos, nom se vindo livrar dos seus feitos aos tempos, que se per Direito Commum deviam livrar; e o que pior era, se em alguũs tempos acontecia guerra antre nossos Regnos, e aquelles, honde elles andavam omisiados, era a elles aazo por seus mesteres, e por os leixarem allá viver, virem fazer guerra, e mal á terra, donde som naturaes, a qual som theudos de defender: outro sy per elles eram descobertos muitos segredos, que vinham saber nas terras, honde haviam conhecimento; e por tolhermos taaes aazos, e grandes dampnos, que se a elles, e aa nossa terra podem seguir, segundo já per experiêcia vimos em nos tempos passados; porem por fazermos assy mercee a esses omisiados, como per povoar os ditos lugares, que assy som fronteiros, e por prol comunal dos nossos Regnos, fundando-nos ainda nos direitos, que dizem, que por certos heditos esses homiziados podem seer chamados, e constringidos que se vanham livrar, sob pena de perderem os bens que ham; querendo Nos a todo esto proveer e poer algum remedio, em tal guisa que elles ajam livramento, e nam percam seus bens, fazendo elles o que devem, e por se os ditos lugares povoarem, com conselho da nossa Corte fazemos Coutos dos lugares suso ditos, e os Coutamos e Privilligiamos, e com vontade de os coutar e privilligiar fazemos e estabelecemos e hordenamos Ley valledoira pera sempre, per esta guisa que se adiante segue⁷²⁵.

Em defesa dessas mercês, costumava ocorrer que “quando os monteiros contrariavam estes direitos ou indicavam locais para cortes demasiadamente afastados das casas, o rei atendia às queixas” pedindo que lhes não embargassem⁷²⁶. Apesar disto, ainda permanecia a proibição da venda da madeira, cujo uso era reservado a princípio apenas na lavoura e nas casas.

Ou seja, a função mediadora régia agia tanto na tentativa de restringir as explorações, apesar das reivindicações, quanto em lidar com proprietários que passaram, no fim do medievo, a atingir os antigos costumes liberais para o camponês. De modo geral, “o rei desaprova os abusos, chegava a castigá-los e confirmava os direitos dos moradores, mas também não atende às queixas quando eram contrárias aos seus próprios interesses, especialmente nas matas dos reguengos ou nas coutadas reais”⁷²⁷.

Dizem, que vosso Padre defendeo, **que os Prelados, nem as Hordeês, nem os Fidalgos nom fizessem coutos, nem honras novamente [contra defesa de seu padre], nem acrescentassem nas antiguas;** e que ora contra esta defesa fazem coutos, e honras novamente, e acrescentam nas antiguas, e colhem hy degradados, e malfeitores, e nom leixam hy entrar as vossas Justiças, que os filhem, nem os

⁷²⁵ ORDENAÇÕES AFONSINAS. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 239-240.

⁷²⁶ DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985, p. 63.

⁷²⁷ Ibidem, pp. 58-59.

querem elles prender, nem entregar aas Justiças; e desto se segue a elles muito mal e muito dampno, e os maaos tomam atrevimento de fazer mal⁷²⁸.

Outro sy Mandamos a esses Juizes, que saibam e esses Fidalgos per sy, ou per outrem fazem novamente tomadas, ou malladias, ou comedorias, ou outras honras, **ou tomam jurisdiçooês em todos esses Julgados, ou coutaõ rios, e se estendem mais os coutos antigos do que soyam d'aver no tempo de Nosso Avoo**, e saibaõ bem a verdade de como se faz, e no-lo enviẽ dizer todo pelo meudo especificadamente, e Nós mandaremos sobre ello fazer aquello, que Nossa merceẽ for⁷²⁹.

Salienta-se que muitos desses conflitos não estavam polarizados entre membros de aristocracia e plebe. Pelo contrário, surgiam conflitos consideráveis entre os próprios nobres, muito em parte alimentados pela competição interna que vigorava nessa sociedade aristocrática, e que muitas vezes colocava o rei e membros da nobreza em lados opostos. A importância do cultivo dessa função mediadora era justamente fortalecer um instrumento de se sobrepor a essa nobreza, controlando suas divergências, vindas de demandas distintas, bem como evitar que esse segmento conflite com o poder régio.

Outra importante função monárquica que se reforça no final do medievo, através da necessidade de maior controle e ordenação dos usos do espaço natural, trata-se da função tributária, a qual também acompanha o crescimento do poder nas mãos do rei. Um bom exemplo encontra-se na relevância política, e também econômica e simbólica, da atividade cinegética, por gerar prestações senhoriais em peças de caça grossa, bem como a utilização de produtos vegetais, como o linho, também servindo de pagamento/renda e arrecadação aos reis e senhores. .

Mesmo que esta relação fosse preterida, com o passar do tempo, por prestações em dinheiro, compreende-se sua ligação com a necessidade régia de proteção da atividade cinegética, devido à importância da caça para o rei. No período em questão, esta proteção contra os prejuízos gerados às reservas de caça e o desequilíbrio ecológico, não se manifestou apenas através da limitação da caça a tempos, espaços e segmentos sociais determinados.

Afinal, confirma-se o reconhecimento de que o costume da caça não era realizado apenas pelos nobres. Embora encontrava-se restrito, ou mesmo proibido, em alguns lugares e regiões, em outros poderia ser aceito e apresentar maior liberdade de ação, desde que onerada, e enquadrada no sistema fiscal⁷³⁰. Ou seja, a ocorrência do costume da caça entre a plebe incentiva reis e senhores a usar a tributação para controlar a atividade cinegética, bem como

⁷²⁸ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 179.

⁷²⁹ Ibidem, p. 160.

⁷³⁰ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 207.

os espaços onde esta era exercida.

Essas prestações culminaram por render poder e hierarquia, em grande parte reservadas apenas ao rei, e a poucos senhores, marcando sua superioridade. O crescimento dessa função em torno da figura do monarca mostra-se pelo surgimento de novos cargos e ofícios auxiliares do governo régio.

Os Veedores da Nossa Fazenda devem seer bem diligentes, e avisados em requerer, e **arrecadar os Nossos Direitos, e rendas do Regno, e tirar as Jugadas, e Foros, e fazer boões emprazamentos, e arrendamentos das Herdades, e Casas, e Foros**, que a Nós pertencem, mandando recado aos Almojarifes, e Contadores, e outros, que Nossos Officiaaes pera esto som, como ajam de ser⁷³¹.

Os ditos Veedores da Fazenda darom estas Cartas, e desembargos, que se seguem; primeiramente darom, e livrarom todas as cartas, per que Nós Mandamos fazer mercee a alguñ de qualquer cousa, que seja do Nossos aver, ou a elle for devido, ou lhe pertencer geralmente per qualquer guisa que seja. (...). As **Cartas pera recadar, ou despender os frutos, e rendas dos Reguengos, e Jugadas, e Herdades, e Casas, e todos os outros Direitos Reaaes, e Rendas Nossas**. (...). Cartas pera quitar Dizimas, e Portageës, **ou qualquer outro tributo**, que pertença ao aver Nosso⁷³².

A domesticação do espaço natural, seja através dos jogos aristocráticos, como a caça e a equitação, ou através de outras atividades, servem também de reforço ao próprio modelo sociopolítico avisinio vigente no baixo medievo português. Este modelo, conforme nos mostram as fontes literárias consultadas, é concebido ainda com uma considerável base feudo-vassálica. Ou seja, consiste ideologicamente em uma sociedade constituída por senhores e súditos unidos por vínculos de lealdade e benefício.

(...) digo que **todos os homes que na corte del Rey são, tanbem ricos homês como cavaleiros, como escudeiros, como privados, como officiaes, como escivães, que cada hũ destes, quanto mais ben fazer hão do Rey, tanto mais devem de contemplar en sy, de dia e de noite, como melhor e mais lealmente por qualquer guiza que seja como possão servir o dito Rey**, convẽ a saber, cada hũ en seu estado, que ten do dito senhor. Este contemplamento conven que seja por ben fazer dos Reys, ca entretanto o home para mentes como lhe faz merces estremadas, as[s]y convem que aja elle fazer per guiza que o sirva ben escolheitamente pera ãader amor, que el Rey ha de lhe fazer merces⁷³³.

E ssomariamente de homem a que convem teer boas bestas, e as saber bem cavalgar, se sseguem estas seis advantagees: A primeira, seer mais prestes përa servir seu senhor, honrra e proveito, (...) boas vontades de **fazer todallas cousas virtuosamente e lealmente a deos e aos homees**⁷³⁴.

⁷³¹ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 23 (grifo meu).

⁷³² Ibidem, pp. 24-25 (grifo meu).

⁷³³ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, pp. 169-170 (grifo meu).

⁷³⁴ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 8-9 (grifo meu)

Tendo em vista que a lealdade apresenta-se como elemento fortalecedor do poder político, e fundamental ao exercício do bom governo, cabia aos monarcas garanti-la entre seus súditos, esforçando-se, para tanto, em serem tão amados quanto temidos. Afinal, este poder não mais se legitima apenas pela ideia sagrada de ser emanado de Deus, por ser o escolhido deste, mas também pela ideia de que o rei representa todo o povo, sendo a cabeça deste, isto é, o órgão mais importante para o funcionamento e regimento da sociedade.

E porque os senhores que são cabeça e autoridade de todos aqueles que monteiros são, que com eles andam, segundo nosso estimamento lhe escreveremos as coisas em como eles em si hão-de ser e a regerem aqueles que com eles houverem de andar ao monte e como no monte hão-de trazer bom regimento⁷³⁵.

E isto dizemos que assim o pode fazer qualquer rei que andar ao monte, ca fazendo por se mais chegar a Deus, entendendo que indo ao monte poderia melhor fazer o que é teúdo de fazer e então merecia, ca posto que o andar ao monte não seja obra meritória, pois que ele corre por fazer melhor o que lhe Deus mandou, todavia por isso merecia por esta guisa. E quando o corresse por esta intenção, em **parando mentes, em como Deus lhe deu a reger tanta muita gente e como lhe tem dado tão grande encarrego para o bem reger** e se achasse o entendimento tão enfadado e tão cansado, que por tal enfadamento não pudesse chegar a fazer os desembargos, que teúdo é fazer, então por perder aquele enfadamento, com vontade de fazer aquela coisa melhor que lhe Deus mandou fazer, sobre tal intenção indo ao monte, em tal correr do monte força seria que ele ante Deus mandou merecesse⁷³⁶.

Esta garantia e reforço da fidelidade e lealdade dos súditos era realizada em vários momentos do cotidiano régio, como no estabelecimento de suas relações com o espaço natural do reino. Em todo o território português, por exemplo, os reis usavam seu direito de hospitalidade e exigiam que os homens de caça, enfileirados em séquitos régios ou senhoriais, o acompanhassem na montaria para lhe assessorar. O desenvolvimento desta relação também implica num forte elemento de dominação social e exibição do poder. Segundo Iria Gonçalves

Muitos destes homens, como também outros que residiam na vizinhança da serra de Arga, eram obrigados a acompanhar o rei ou o senhor quando estes quisessem correr monte, de acordo com o costume vigente nas suas respectivas terras, costume que conheceu na região matizes bastante diversificados (...) alguns deles compareciam apenas como moços de monte, a aumentar o contingente humano da caçada, outros, porém, iriam acompanhados pelos seus cães elevariam também trompas e ascumas⁷³⁷.

⁷³⁵ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 149 (grifo meu).

⁷³⁶ Ibidem, p. 24 (grifo meu).

⁷³⁷ GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006, p. 201.

A existência dessas diferenças de papéis e funções na caça, assim como na própria participação no círculo social do rei, já fora afirmada mais acima, e se vincula ao exercício de deveres específicos no serviço ao rei ou senhor e na demonstração da fidelidade a estes. Contudo, independente da posição, os nobres jogos descritos por esta literatura mostram aos leitores que uma das grandes virtudes que todos, sejam nobres ou plebeus, devem possuir e demonstrar são a lealdade e serviço ao senhor.

E todas estas cousas, que ditas hey, sam por mostrarẽ esta arte, pois que a **homes aprendẽ por amor que ham ao bem fazer do Rey e que he o que compre ao caçador, que falcoeiro ha de ser del Rey**; por grande mestre que seja na sobredita arte, se nõ ha o bem fazer do Rey [nõ lhe será prol]; por esta guiza elle há de estudar como seja bem sutil en sua arte e se avem que o cuidado seja tornado en contrario, **quando está prestes pera servir, tolhelhe o bem fazer do Rey**⁷³⁸.

Outrossim os moços do monte sempre devem a cuidar em como virão a ser escudeiros, ou em como virão a ser bem cazados; e os que tais coisas quiserem ter, devem-se de guardar de fazerem tais feitos por que se lhes pudessem ser tornadas em tal guiza que não fossem merecedores de as ter, ca **por serem monteiros não devem de deixar de servir em todas as outras coisas em que pudessem servir; e com isto não devem a atender que seu senhor lho mande fazer**, mas naquelas coisas em que virem que podem servir, que a seu estado pertençam, que sejam sempre prestes para o fazerem; e ainda que o mandassem fazer a alguns outros, se vissem que o faziam **referteiramente e fosse coisa que eles pudessem fazer e que a eles convinha de fazer, que eles mesmos se oferecessem a o querer fazer, por terem sabor de servir**; ca por tais maneiras vêm os homens a bem; ca não por serem moços do monte e cuidarem que hão-de servir mal e com isto lançando-se por tavernas e com putas e em rapazias e deixam de parar mentes em como façam aquelas coisas por que poderão vir a bem, o que lhes muito pouco é cumpridoiro de deixar⁷³⁹.

(...) ca dizem os legistas que vergonhosa coisa é ao imperador e míngua de seu estado, **pôr leis e não se dar à execução**. E pois que essa coisa assim é, semelhante é a qualquer senhor que monteiro seja, trazer seus servidores deste jogo a tão desordenados que coisa que lhes mande fazer não tenham dele temor, que se o não fizerem como lhes ele mandar, que não receberão dele pena; por ende, é necessário a qualquer senhor que a este jogo houver de andar, que todos os seus sentam dele **que se eles não fizerem aquelas coisas que lhes ele ordenar ou mandar, que haverão dele pena sensível**. (...) e depois que a pena que lhes houver de dar que seja nos corpos ou nos bens, de tal sentido que o sintam tão bem em contrário da sua vontade aqueles que o mal fizerem. E esta pena quando a o senhor houver de fazer, quanto ao espiritual nunca a deve dar senão com dó daquele que a receber⁷⁴⁰.

Por fim, essas relações de lealdade reforçam a emergência de mais duas características régias fundamentais para o governo dos monarcas no baixo medievo. Uma delas diz respeito à manifestação da generosidade e liberalidade régia, que é um dos aspectos mais importantes

⁷³⁸ PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 70 (grifo meu).

⁷³⁹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 30 (grifo meu).

⁷⁴⁰ *Ibidem*, p. 150 (grifo meu).

a se desenvolver no sistema dom-contradom⁷⁴¹. Afinal, não bastava os governantes manterem seus súditos domesticados e regrados a sua vontade, deveriam em contrapartida tratá-los com a devida consideração, proporcional a sua lealdade, bem como recompensá-los de modo justo, de acordo com o código das relações feudais.

Depois, **conhecer todo bem que lhe é feito, ora seja de servidor a senhor, ou de senhor a servidor, ca o servidor, se bom houver de ser, necessário lhe é conhecer bem aquele bem que recebe de seu senhor, ora seja criança, ora seja mercê**; e isto mesmo deve a fazer o senhor, que ao seu servidor deve a conhecer todos os bons serviços que dele receber⁷⁴².

(...) ca os escudeiros e os moços do monte, todos por aquele trabalho em que trabalham, assim ganham de comer e vêm as grandes honras e estados, como os que vão sobre mar e muito mais; ca sabido é que muitos dos escudeiros vieram a ter grandes comendas e outrossim serem muito bem cazados e haverem grandes estados e senhorios; e outrossim, os moços do monte sairem escudeiro se terem bons casamentos, por que vêm a ser honrados e ricos⁷⁴³.

Mas em todallas cousas os boos h[o]mees nom devem de curar dopenyooes, mas firmar em cada hua certa determynaçom per camynho mais dereito e perlongadamente por os boos aprovado. E aquel, por cousa que venha, sua voontade nunca mude, **sperando em todo galardom do dereito senhor que a cada huu graciosamente sempre dá segundo suas obras**⁷⁴⁴.

A outra refere-se à mencionada ideia, vigente no período, do rei como cabeça do reino e representante do povo. Isto culminou com uma concepção, principalmente entre os monarcas avisinos, da família régia como espelho do reino, e exemplo a ser seguido por todos. Isso justifica a importância que os príncipes avisinos deram ao papel assumido por estes como educadores de seus súditos, atribuindo-se grandes responsabilidades no estabelecimento de normas de conduta moral, a serviço especialmente como guia de comportamento para a nobreza.

Por que os cavalleiros e scudeiros mancebos algũus tõe em casa dos grandes senhores por principaaes em se trazerem e fazêllas outras manhas, e as que som per estes louvadas e praticadas, os mais de todos as seguem. E sse estes nom as começam e dellas nom querem husar, nom sperem que gente meuda aja dellas tal pratica que muyto valha. Mas do exempro dos senhores e dos principaaes, como dicto he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante⁷⁴⁵.

⁷⁴¹ LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 401-402

⁷⁴² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 49-50 (grifo meu).

⁷⁴³ *Ibidem*, p. 25.

⁷⁴⁴ DUARTE, D. *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 42 (grifo meu).

⁷⁴⁵ *Ibidem*, p. 119.

E bem penso que esto som voltas do mundo que anda dando estas manhas em cada terra e Reynos per tempos desvairados a quem lhe praz, cujos fundamentos nom som ligeiros de saber. Mais em mynha casa vy: em quanto per mym erom husadas, todallas agora estes seguem e tam bem as que desemparam, os que de grande stado erom e a mym chegados, semelhante faziom, e delles era pellos outros filhado exempro. E como eu fuy cessando por grandes ocupações de as custumar, assy fezerom os mayores, e esso medês os mais somenos, que aos principaaes da casa sempre seguem, consiirando ydades, officios e a maneira de vyver⁷⁴⁶.

Mas do exempro dos senhores e dos principaaes, como dito he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante. E esso medes emno seguimento das virtudes, de que vejo ao presente (...) que sempre vyrom emno muy virtuoso e de grandes virtudes elrey meu senhor e padre, ena muyto virtuosa Raynha, minha senhora e madre, os principaaes de sua casa e todollos outros do reyno per graça que lhe foy outorgada fezerom gram melhoramento em leixarem maaos costumes e acrecentarem em virtudes⁷⁴⁷.

E porque o estado e honra dos reis não esta senão nos bons de sua terra, porem muito se devem de guardar, que por nenhum sabor do mundo não perdessem os bons talentos deles⁷⁴⁸.

A partir deste último extrato de fonte, percebe-se, por fim, que esta relação de exemplo entre súditos e monarcas não consiste em uma via única. Ao mesmo tempo em que os príncipes tornam-se modelos de um comportamento ideal, servindo de parâmetro pelos os quais os súditos mais próximos deveriam se espelhar, também estes últimos, serviam de propaganda para a dinastia que representavam. Através do refinamento e civilidade da nobreza, os reis tentavam impor seu modelo de governo e sociedade para os demais súditos, bem como se exibiam sua identidade e honra para os reinos vizinhos.

5.3.2 A construção de um território civilizado.

A última questão que se apresenta relevante para o desenvolvimento desta pesquisa avalia a ligação entre este processo de domesticação do espaço natural português com a ideia de um território civilizado, em oposição ao estrangeiro selvagem. Seguindo este viés, busca-se acompanhar o investimento em elementos de contato entre o espaço natural e o urbano, bem como alguns espaços no interior deste último, que visam contribuir para o aperfeiçoamento desta imagem civilizada do reino português.

⁷⁴⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 118-119.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 119.

⁷⁴⁸ JOÃO I, D. *Livro de Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 27.

Desde o início buscou-se apresentar como as diretrizes do processo de domesticação da natureza, juntamente com o processo civilizador humano, foram apropriadas pela ideologia monárquica em prol de servir a interesses político-sociais. Afinal, contribuíram para a manutenção de elementos fundamentais ao poder régio, funcionando como ritos que serviram tanto à legitimidade régia, quanto à exibição de seu poder. Entretanto, há que se ressaltar que esta legitimidade e exibição não serviam apenas aos assuntos internos do governo.

Chegara-se o tempo em que o reino português, tendo à frente sua nova dinastia, Avis, necessitava, tanto quanto manter-se genuína entre seus súditos, impor-se e fazer-se respeitar pelos reinos vizinhos. Algumas passagens nas fontes analisadas registram uma preocupação régia com a imagem do reino, tanto interna quanto externamente. Disto resulta uma valorização do território associada à riqueza acumulada e nobreza exibida, os quais poderia se apresentar aos olhos de ambos súditos e estrangeiros.

Dizem, **que quanto a nossa terra for mais rica, tanto fará mais nobre, e mais prezada, e nós melhor servido, e elles com mayor proveito**; e porque alguõs, que nom catam outra prol senom a sua, tiram, e fazem levar grandes averes fora do nosso Senhorio, per que a terra fica minguada, e o povoo com gram dâpno, ca se a terra ficasse, aproveitarse-iam os homeês del, e vos averiades acurrimto quando comprisse: porem vos pedem, que queirades defender, que da vossa terra sem vosso mandado se nom tire⁷⁴⁹.

Alguns mecanismos de suma importância foram utilizados nesse intento, alcançando, inclusive, resultados positivos. Outros recursos foram extraídos dos próprios ritos de dominação social e espacial, visando veicular por todos os cantos a imagem de um território civilizado/cultivado e dominado por um rei representante de Deus, o qual fizera a natureza para os homens. A legislação inclinava-se, por exemplo, a evitar que os recursos naturais, fossem extraídos para fora do território, minguando-o e prejudicando seu povo. Ou seja, o controle do monarca acerca dos elementos da natureza, que se transformariam em riquezas para o reino, representava um instrumento eficaz para o desenvolvimento da imagem que se pretendia disseminar.

Sabede, que conspirando Eu o que me per muitas vezes foi dito, **como meu Senhorio recebia gam dapno em gram mingua, por razom que alguãs pessoas tiravam pera fora del ouro, prata, dinheiros da minha moeda, outro sy cavallos, rocyns, éguas, e armas**; e que por esta razom os meus Vassallos, nem outros meus

⁷⁴⁹ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 167 (grifo meu).

naturaes nom podiam hir tam bem guisados ao serviço de DEOS, e meu, quando a mim delles conpria serviço, como devem⁷⁵⁰.

E vista per nós a dita Ley, adendo e declarando em ella defendemos e mandamos, **que nom seja alguũ tam ousado, que leve fora do Regno, per mar ou per terra, armas, nem servos, nem goados**⁷⁵¹.

Nesse sentido, tornou-se comum a utilização da analogia da *mansa oliveira portuguesa*⁷⁵² para definir o reino português nos finais do medievo, a qual parece ultrapassar a ideia de um povo português civilizado, identificando também um território devidamente domado.

Ca se de outra guisa o fizessem, muito errariam nas coisas que teudos são de fazer, ca aquilo que o rei é teudo de fazer, assim há-de fazer em tal guisa que sempre as gentes de sua terra, também como a terra, sejam assim percebidas, que não possam receber mal de seus inimigos, posto que duvidosa coisa fosse de lho fazer; e deve trabalhar que faça sempre direito e justiça com temor de Deus⁷⁵³.

Em verdade, Le Goff afirma o reconhecimento dos homens da época sobre esse espaço selvagem como território de marginalização e fuga do comportamento do mundo da *cultura*. Todavia, se estes são lugares da extrema margem, não deixam de ser espaços com os quais os homens constantemente convivem, e inclusive encontram outros homens.

Em definitivo, ‘o que é selvagem não é o que está fora do alcance do homem mas o que está nas margens da atividade humana. A floresta (*silva*) é selvagem (*silvatica*) não só por ser o lugar dos animais a que se dá caça mas por ser também o dos carvoeiros e dos porqueros. Entre estes papeis assimétricos – o da vida selvagem e o da cultura – o caçador selvagem e louco é um mediador ambíguo e o eremita é-o também à sua maneira⁷⁵⁴.

Ou seja, mesmo considerado “primitivo” pelos demais, o homem selvagem já é um senhor da natureza, em vários aspectos. Isto porque o ocidente medieval já havia, em sua grande maioria, ampliado seus conhecimentos a respeito da natureza e seus componentes. Tal fator repercutiu não apenas na eliminação de uma série de tabus e superstições, como intensificou o nível de interferência do homem na natureza, desencadeando transformações que culminaram com um espaço mais controlável e domesticável.

⁷⁵⁰ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 168 (grifo meu).

⁷⁵¹ Ibidem, p. 173 (grifo meu).

⁷⁵² ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997.

⁷⁵³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 28.

⁷⁵⁴ LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 95.

Em geral, essa ampliação dos conhecimentos vincula-se, como já se destacou, às relações mais íntimas entre a realeza e o saber e a cultura, já no século XIII. O surgimento de monarcas letrados e eruditos, com bagagem cultural ainda modesta, mas forte curiosidade intelectual, influenciou as novas formas de apreensão do saber. Este, cada vez mais de caráter experimental pragmático e baseado na observação direta, torna-se eventualmente mais próximo do que se caracterizaria como valor científico, surtindo no desenvolvimento de princípios e técnicas que atuam como contributo a civilizarem os homens.

Nesse ponto, é importante lembrar-se de Mattoso⁷⁵⁵, a respeito das relações entre os homens e os instrumentos e objetos de que se utilizam, afirmando a importância dos supostos materiais e formais para a formação de identidades e distinções nas sociedades humanas. Afinal, o desenvolvimento de determinadas capacidades técnicas pelos homens são tão condicionantes quanto as capacidades oferecidas pelo território, visto que aqueles é que mostrarão como serão aproveitadas as possibilidades, desafios e promessas deste.

Assim, a partir dos obstáculos presentes no território do baixo medievo português, surgiram muitas respostas de seus contemporâneos na forma de construtos que melhor organizaram o espaço urbano, como fizeram ligações entre este e os espaços naturais, como no caso de pontes e canais, entre outros.

Certo é que, esta domesticação do espaço pelo homem, especialmente daquele vinculado aos componentes da natureza, não foi um movimento de mão única. De fato, as interferências que o ser humano provocou através do contato com o ambiente à sua volta, resultou em mudanças no interior de sua própria estrutura social. De acordo com as exposições Jacques Barrau, entende-se que

por interação, esta transformação da natureza por parte dos homens e o seu crescente domínio sobre os recursos daquela implicaram para os homens profundas transformações sociais e culturais. O caminho da urbanização, a marcha para a cidade, os seus templos, os seus palácios e as suas classes sociais abriram-se através da domesticação de plantas e de animais. Ao mesmo tempo, a divisão das tarefas no seio das sociedades humanas acentuava-se até se chegar às atuais hiperespecializações ligadas ao desenvolvimento das ciências e das técnicas no seio da sociedade de classes⁷⁵⁶.

Especificamente, a ligação entre este processo e a domesticação social, percebe-se, por um lado, o fato de muitos castigos e penalidades nas *Ordenações* e *Chancelarias* estarem

⁷⁵⁵ MATTOSO, José. *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 313.

⁷⁵⁶ BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 253.

relacionados à construção e manutenção de pontes, moinhos, fontes. Tratam-se de instrumentos de melhoria do ambiente externo, e permitem maior controle sobre os recursos da natureza, bem como a superação de obstáculos desta, o que mostra a domesticação do espaço intimamente ligada a elementos do discurso civilizador humano.

E se no lugar, honde Nós chegarmos, nom ouver feito nenhuï provimento per os Officiaaes do Concelho acerca das ditas esterqueiras, e çugidades, em tal caso o dito Corregedor com os ditos Officiaaes devem acordar, e logo terminar aquello, que lhes bem parecer por boõ Regimento, e governança da terra sob aquellas penas, que razoadamente se costumaõ poer em semelhante caso, dando carrego aos Almotacees do lugar, que o façam logo assi cumprir; os quaees logo farom todo assi apregoar, segundo o costume da terra; e **sendo os ditos Almotacees negridentes em o asi fazer cumprir, o Corregedor deve tornar a ello comprindo as ditas Ordenações, e apenando os ditos Almotacees, segundo he conteúdo no Capitulo suso escripto; e semelhante maneira deve teer nos poços, e fontes, e chafarizes, e canos**⁷⁵⁷.

Por outro lado, o acúmulo de saberes e a aproximação com a ciência, por parte dos monarcas mais intelectualizados, afetou da mesma forma a domesticação do espaço natural e o controle civilizacional da sociedade. O despertar e investimento na civilidade régia, vem de sua ligação com o desenvolvimento da cortesia, que tornou-se a expressão de uma realeza letrada, “espirituosa”, que se difundia já no início do século XIII, mostrando o rei como modelo do espírito desse segmento social.

Um claro exemplo dessa relação encontra-se nas Ordenações régias, onde se pode perceber o investimento do monarca em normas que se relacionam tanto com a higiene e limpeza dos nobres, no caso os cavaleiros, como também do ambiente em que costumam conviver. Isto é demonstrativo de que a civilidade torna-se um importante atributo a ser cultivado não apenas no comportamento humano, mas igualmente no espaço ao seu redor.

Limpeza faz bem parecer as cousas aos que as veem, bem assy como a postura as faz seer apostadamente cada hũa, segundo sua razom. E poreu tenerom por bem os antigos, que os Cavalleiros fossem feitos limpamente; ca bem assy como limpidoem devem haver em sy meesmis, e em suas voontades, e em seus costumes em maneira, que havemos dito, bem assy a devem d’haver de fora em suas vestiduras, e em as armas, que trouverem; ca pero o seu mester he forte, e cruu, assy como de ferir, e matar, com todo esto as suas voontades nom podem esquecer, que nom se paguem naturalmente das cousas fremosas, e apostadas, maiormente quando as elles trouverem, porque **d’hũa parte lhe dam alegria, e conforto, e da outra lhes fazem cometer ousadamente feitos d’armas, porque sabem que poreu serem mais conhcidos,** e que lhes teram todos mais mentes aos que fazerem: onde

⁷⁵⁷ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 50-51 (grifo meu).

por esta razom nom lhes embargua a limpidoem, e a postura, a fortaleza, nem a crueldade, que devem haver⁷⁵⁸.

E tanto que Nós chegarmos a alguũ lugar, o Corregedor da Nossa Corte averá enformaçom dos Officiaes, e Almotacees do dito lugar, **que Regimento, e Hordenações teem feitas acerca das esterqueiras, e çugidades nas ruas pruvicas, e em outros lugares, honde honestamête se nom devem de lançar,** e requeira-lhes *perante [presente] *hu Taballiaõ, ou Escrivaõ com duas testemunhas, que ataa quize dias primeiros seguintes as façam cumprir, assi acerca dos fazedores das ditas esterqueiras, e çugidades, como dos Rendeiros das Cooimas, se em algũas penas devem de encorrer por nom fazerem cumprir o dito Regimento, e Hordenações em tal guisa, que ellas sejam em todo cumpridas, e o lugar limpo das ditas çugidades, segundo o boõ Regimento, e estado convem⁷⁵⁹.

Ou seja, uma das consequências mais marcantes da domesticação dos elementos naturais para os próprios homens e as sociedades que posteriormente formaram foi a simultânea domesticação de si próprios. E não apenas no sentido do surgimento de especializações e divisões sociais e profissionais, mas também de organizar e controlar esse contexto social mais heterogêneo, domesticando as relações entre indivíduos e grupos com desejos bastante divergentes.

Esta heterogeneidade do contexto social aristocrático também vai ao encontro do pensamento de Norbert Elias⁷⁶⁰, e representa-se pelo aumento do número de funções e ofícios no seio dessa sociedade aristocrática, que mantém proximidade e serviço ao rei. O aumento não apresenta-se apenas quantitativo, mas também na diversidade de funções, que encontravam-se escalonadas segundo critérios hierárquicos, o que gerava distensões entre os membros do próprio círculo social régio.

Quando estes cães assim erram pelo correr que este de cavalo faz, o qual não o pode fazer, salvo se for mau monteiro, **assim como se muitas vezes acontece nas casas dos reis, em que há todos os ofícios, demais naqueles que são gerais pela sua multidão, de força é que sejam maus e bons,** assim, quando estes cães pelo corrimento do cavalo, que corre após o porco ou através dele, assim como dissemos. Tanto que os monteiros virem que os seus cães lhe vão errados, ou ainda no primeiro correr virem que podem errar, logo dêem vozes àquele de cavalo, que esteja quedo, que não corra mais; e então vão aos seus cães e tomem-nos nas trelas e volvam-nos a taversa do porco, ali onde o de cavalo começou primeiramente de correr e façam-lhe aquilo que lhe dissemos no capítulo IV do livro segundo⁷⁶¹.

(...) ca, assim em **como trazem de costume nas casas dos reis que qualquer ouvidor ou desembargador que o vê algum feito,** que dele haja de fazer relação,

⁷⁵⁸ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), pp. 368-369 (grifo meu).

⁷⁵⁹ Ibidem, pp. 49-50 (grifo meu).

⁷⁶⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador (Vol. I e II)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

⁷⁶¹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, p. 129 (grifo meu).

ele deve dizer primeiro o que lhe parece daquele feito, que todos os outros que são naquela relação⁷⁶².

Em tal propósito de construção de um reino ordenado, considerava-se fundamental a formação de uma elite que auxiliaria em seu governo, a qual deveria ser domada e civilizada para servir de exemplo aos demais súditos. Não foi por acaso que os príncipes avisinios investiram com tamanho ímpeto na moralização da aristocracia que ascendera com eles, a fim de lhe amenizar o caráter agressivo e “selvagem”, aumentar sua dependência em relação ao monarca, e conseqüentemente, exercer um melhor controle sobre ela. Um dos efeitos desse processo fora a criação de normas jurídicas acerca mesmo da utilização de armas no reino, como tentativa de reduzir o nível de violência entre a população.

Nos achamos, que ElRey Dom Joham Meu Avoo depois que ouve assessegados estes Regnos, e cessou a guerra antre elle, e ElRey de Castella, stabeleceo, e pose por Lei geeral em todos os ditos Regnos, que **nom trouxesse nenhuũ armas alguãs, salvo se fosse Cavalleiro d’Espora dourada, ou Cidadão de Lisboa**⁷⁶³.

Pode-se perceber um pouco desses aspectos, no que diz respeito aos eventos bélicos nos finais da Idade Média. Os ideais de cavalaria como o respeito devido aos soberanos e a fraternidade entre nobres continuaram marcantes nesse período, bem como o “ataque desordenado da cavalaria pesada continuou durante muito tempo como símbolo de coragem, de honra e de classe social”⁷⁶⁴.

No entanto, nos séculos XIV e XV observou-se o surgimento de acréscimos inovadores que se mostraram importantes nessa arte da guerra, onde a batalha passara a representar apenas uma pequena fração. A tática dos dirigentes militares dirigia-se a muitas outras formas de combate contra o inimigo, garantindo respeitadas vitórias, não mais pelo uso da força bruta e agressividade, mas pela utilização de estratégias sabiamente estudadas e executadas.

Em Portugal, foi o que ocorreu em Aljubarrota e Atoleiros, com o sucesso de infantaria, besteiros, e cavalaria desmontada, unidos à escolha criteriosa do terreno e à construção de fossos e paliçadas protetoras. O empenho no estudo dessas táticas relacionadas às batalhas era tão valorizado no período, a ponto de Oliveira Marques citar que “até os jogos

⁷⁶² JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. Ericeira: Mar de Letras, 2003, pp. 50-51 (grifo meu).

⁷⁶³ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro I. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 199 (grifo meu).

⁷⁶⁴ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 342.

podiam servir de tirocínio para um bom capitão, como dizia D. João I no *Livro da Montaria*, dissertando sobre as vantagens do xadrez ou da caça para o estudo das posições e movimentos do inimigo, condições do terreno e assim por diante⁷⁶⁵.

Não é novidade dizer que esta civilidade passava pelo cultivo de virtudes interiores, que seriam refletidas exteriormente através da aparência e do comportamento. Afinal, detecta-se também uma forte necessidade de moldagem de comportamento pela jovem aristocracia avisina, visando disfarçar sua condição secundária original.

Esta distinção da nobreza, através de comportamentos regulamentados, seja no convívio social, seja nos jogos ou demais atividades aristocráticas, não visa apenas separá-la dos demais súditos do reino, mas criar uma diferenciação do Paço português, dos hábitos e costumes dessa nobreza avisina, com relação àqueles encontrados nas demais cortes dos reinos vizinhos. A consciência dessa diferença é mostrada em algumas passagens nas fontes consultadas.

E bem penso que sse posessem hũu marim de Feez em hũa sella de Bravante, e longas as estribeiras, que nom seria muyto forte nem solto cavalgador, ainda que segundo sua guisa o ssoubesse razoadamente fazer. **Nem tenho que hũu ingres ou francês se bem corregesse em hũu cavalo de sella gyneta de curtas estribeiras, se antes em ella nom ouvesse custume dandar**⁷⁶⁶.

Esto escrevo segundo meu custume geeralmente fallando, por que sey que alguus mouros, por muy curto cavalgarem (...); e os Irlandeses, **por nom trazerem strebeiras (...). E assy cada naçom tem seu jeito, do qual nom me embargo, porque eu screvo principalmente para ensynar meus suditos**, antre os quaaes esta declaro me parece mais aprovada maneira⁷⁶⁷.

Nesse sentido, percebe-se a utilização da analogia da “mansa oliveira portuguesa”, como representante da civilidade portuguesa, em contraste com a do “azambujeiro bravo”⁷⁶⁸, representativa do que os portugueses consideravam a selvageria castelhana. As Ordenações mostram a preocupação dos monarcas avisinos ao mesmo tempo em eliminar elementos internos selvagens e perigosos ao reino, garantindo maior civilidade entre seus habitantes, e com os espaços de fronteira, no caso em divisa com os reinos católicos espanhóis, e a convivência com estrangeiros de comportamento violento e danoso para o reino português.

⁷⁶⁵ OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 341.

⁷⁶⁶ DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 20 (grifo meu).

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 131 (grifo meu).

⁷⁶⁸ ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997.

Nos foi dito, que em nosso Senhorio, espicialmente nas Comarcas da Beira, e d'Antre Douro e Minho, e de Tra los Montes, homeês de pee escudados se lançam nas matas, e continuadamente andam valdos pela terra, comendo o alheo pelas terras chaãs, forçando muitas moças virgeês, e fazendo outros muitos males: e esso mesmo os Fidalgos, e Abbades os ajuntam assy, e fazem com elles andando assuadas huus contra os outros, em tal guisa que os ditos homees de pee escudados nom curam d'aver outros Officios, do que se a nos segue desserviço, e aa nossa terra grande dapno⁷⁶⁹.

Sabede que a nós he dito, que os Lugares do estremo, e moradores delles recebem muito dapno d'algũs homeês da parte de Galiza dos Regnos de Castella, que a estes Lugares veem, pera roubar e matar os que mal querem, fazendo assoadas huũs com os outros, assy da terra, como de fora della, vindo armados com lanças, e escudos e bestas; o que nós nom avemos por bem feito⁷⁷⁰.

No período estudado, já eram notáveis as diferenças entre portugueses e castelhanos, as quais radicam fundo diferenças velhas, as quais cresceram tanto quanto que se inscreveram nas próprias paisagens. Muitas dessas diferenças vem de problemas fronteiriços como no caso do pastoreio, pois as pastagens e rebanhos transumantes apresentavam certa dificuldade para fiscalização nas fronteiras. Assim, a criação extensiva de ovelhas geralmente misturava os gados castelhanos com o português, tendo em vista também que os “pastores e criadores não se sentiam muito preocupados com soberanias. Buscavam, simplesmente, onde apascentar o gado e evitar que outros se aproveitassem indevidamente de pastagens”⁷⁷¹. Tanto que em 1538 proíbe-se a vinda de gado de Castela pastar a Portugal, medida que seria repetida, mostrando que era dificilmente acatada.

A exacerbação dessas diferenças trata-se de um instrumento distintivo que atua como uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que cria uma identidade cuja inclusão encontra-se vinculada à melhoria do comportamento em sociedade, também fornece a criação de uma unidade aos olhos do povo português, a partir da criação de um opositor comum. Isto se coaduna com o processo de centralização monárquica e a consequente monopolização dos poderes na figura régia, quanto auxilia o controle sobre o funcionamento dessa sociedade.

Observa-se, através da experiência portuguesa, que esta visão mais civilizada da domesticação da natureza torna-se parte do mesmo processo civilizador responsável pelo surgimento de uma cultura civilizada que se manifestava entre as relações humanas no interior do Paço avisino.

⁷⁶⁹ ORDENAÇÕES Afonsinas. Livro V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 2v (Série de cultura portuguesa), p. 349.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 383.

⁷⁷¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 32.

CONCLUSÃO

Apreendeu-se, ao longo deste trabalho, que a Dinastia de Avis aparece como o nexo da etapa medieval portuguesa tanto do citado processo civilizador, quanto da formação de um reino cujo poder principia a centralizar-se. A ascensão de D. João I muito contribuiu para a construção de um ambiente propício a esses dois movimentos. Afinal, sua condição de bastardo, afirmada por muitos, reuniu grupos de senhores que estavam contrários ao seu partido. Reunindo então forças com elementos antes excluídos da participação no poder, o primeiro monarca avisino chegou ao trono concentrando em suas mãos uma gama de poderes extraídos desta aristocracia que lhe negara apoio. Aos poucos, a partir do uso de diversos instrumentos, inclusive os de cunho jurídico, o rei foi monopolizando privilégios e superando a nobreza em força.

A questão era que as vitórias contra Castela, sua rival, e as expansões marítimas, não foram suficientes para legitimar sua posição. Para isso, a propaganda dinástica se mostrou eficaz em criar diversos mecanismos que difundissem ideologicamente a supremacia régia, exibindo seu poder de forma a conquistar aceitação não apenas em Portugal, mas no exterior. Dentre os inúmeros rituais e festividades que faziam parte desta estratégia, o rei se preocupou também em educar esta nobreza, composta de novos elementos, que ascendera com ele.

D. João I formava assim o Paço, como espaço e sociedade diferenciados, isto é, um círculo interno de indivíduos que lhe seria próximo, que o acompanharia em suas aparições públicas, e que se responsabilizaria por manifestar a dignidade e nobreza de sua posição. Através do *discurso do Paço*⁷⁷², o rei difundiu a ideologia moralizante e civilizadora que a nobreza deveria absorver e exibir. E encontrou na prosa moralística o instrumento adequado para transmitir tais ensinamentos.

Constatou-se também que a constante interferência do homem na natureza é um fenômeno bem anterior ao medievo, não podendo estudar o espaço natural sem considerar o elemento humano como fundamental. Prova disto, está no fato de que aos inícios da Dinastia de Avis, parte considerável da vegetação primitiva do Portugal medieval já havia sido devastada, ou no máximo transformada em outros tipos de vegetação. Este movimento fora impulsionado em grande parte pelo acúmulo de séculos de exploração desenfreada dos

⁷⁷² FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval: UFF, Niterói, 1995. mimeo. passim.

recursos, bem como pelos efeitos colaterais advindos de outras atividades como a agricultura e a pecuária. E mesmo que em alguns momentos perceba-se um certo avanço da cobertura vegetal, devido às baixas populacionais e falta de mão-de-obra agrícola, em muitos níveis a depredação tornara-se irreversível.

A partir deste contexto histórico-espacial, pôde-se extrair algumas conclusões, especificamente relacionadas aos objetivos desta pesquisa, e às hipóteses inicialmente levantadas. Em primeiro lugar, assistiu-se a valorização, na Baixa Idade Média, de uma visão da natureza que propõe uma relação mais pragmática entre o homem e ela. Esta vem acompanhada com o desenvolvimento de uma abordagem dos conhecimentos apreendidos dos elementos naturais (animais, vegetais, etc.), que por sua vez apresenta um caráter mais científico.

Durante o medievo, a natureza mantinha forte papel na modelagem das estruturas mentais do homem, bem como apresentava-se como fonte de absorção e saberes, com os quais se alcançaria a sabedoria, dom divino. Entretanto, Huizinga ressalta que além de as formas de pensamento medievais não se concentram apenas em especulações teológicas e filosóficas dos contemplativos e místicos, estavam mais abertas à espontaneidade e a novas experiências quando vindas da sabedoria prática e da moral corrente, oriundas da vida ordinária e da *maneira de observar e exprimir as coisas triviais e comuns*⁷⁷³.

Assim, Mário Martins⁷⁷⁴ aponta, em Portugal, para a existência de monteiros e falcoeiros que nos fazem enxergar como é demasiado exagerada a afirmação de que os homens medievais conheciam mal a natureza. Situa-se como importante influência a experiência e maior prática desses homens observadores, que viviam em contato direto e cotidiano com a natureza, para o investimento dos reis avisinios (e alguns anteriores a estes) na produção de tratados técnicos.

A Península Ibérica tornou-se um local privilegiado para desenvolvimento desta literatura, que será preferência pelos príncipes avisinios, os quais afirmavam possuir maior valor pedagógico que outras obras como livros de contos e histórias. Apesar da maior presença de físicos e naturais no ambiente do Paço, essa literatura não chegava a ser científica, embora se aproximasse um pouco deste espírito por exprimirem autênticos saberes

⁷⁷³ HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países Baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924, p. 233.

⁷⁷⁴ MARTINS, Mário. “Experiência e conhecimento da natureza no Livro da Montaria”, in: *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956, p. 85.

de experiências empíricas dotados de observações minuciosas dos animais e seus costumes, bem como de uma extraordinária visão pragmática da natureza.

Levando em consideração que o conteúdo destes tratados consistia nas matérias dos jogos (ou manhas) pertencentes à esfera da nobreza cavaleiresca, observou-se que estes ultrapassam o caráter primariamente lúdico ou bélico que lhes era estabelecido. Confirmou-se que a maior parte dos tratados técnicos, como no caso dos avisinos, relacionavam-se a jogos como a caça, os torneios e a falcoaria, por bastante tempo apreciados pela nobreza do período, e já bem enraizados na cultura cavaleiresca, como necessários à preparação do cavaleiro para a guerra, além de entretenimento dos nobres nos períodos de ócio e tempos de paz.

Entretanto, Huizinga⁷⁷⁵ afirmaria que, se uma série de fenômenos culturais, em suas fases iniciais, manifestavam-se sobre as formas do jogo, à medida que as sociedades vão se tornando mais complexas, estes vão se revestindo de novas camadas de ideias, sistemas de pensamento e conhecimento, normas morais e convenções que perderam suas relações diretas com o jogo. Desta forma, constatou-se que ocorreu uma releitura destes jogos no ambiente aristocrático que se formava no baixo-medieval, tornando-se um instrumento valioso para a educação da nobreza, e se transformando-se em algo mais que uma atividade de caráter puramente físico.

Assim, a literatura mencionada uniu toda uma gama de atividades, como a caça, a equitação e outros jogos a um objetivo moralizante, explorando suas aptidões pedagógicas na formação dos indivíduos e como meios de educar sua aristocracia, transmitindo-lhes os saberes que lhes eram convenientes. Devido sua realização em ambiente aberto e contato direto com elementos naturais, estes jogos mostraram-se importantes para o desenvolvimento desta relação mais pragmática com a natureza, e para a produção destes conhecimentos técnicos.

Tais técnicas impulsionaram um movimento de maior atenção ao adestramento dos animais, e cuidados com sua saúde (funcionamento do corpo, alimentação, etc.), bem como de domesticação de certos espaços naturais. Mas além do conteúdo pedagógico, estas técnicas e jogos apresentavam um forte caráter simbólico e ritual que pôde-se dividir em dois pontos.

Quanto ao primeiro ponto, sustentou-se que estes jogos e técnicas, na literatura citada, pretendem-se como ritos de dominação do espaço, especialmente em relação à caça. Passava-se já o tempo em que o espaço natural não cultivado (floresta, bosques, pântanos e charnecas), deixava de ocupar significações negativas, como o lugar do estranho, do mágico e do

⁷⁷⁵ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980, p. 53.

maligno, como demonstrou Pastoureau⁷⁷⁶. Passou se tornar cada vez mais um espaço conhecido pelo homem, apreendido através da experiência e observação pragmáticos e, apesar de ainda mostrar certo domínio sobre o homem do baixo medievo, este medievo já acumulavam conhecimentos e técnicas para domesticá-la, como os arroteamentos e abertura de clareiras, entre outras práticas agrícolas ou mesmo o cultivo de jardins.

A caça, por sua vez, culminava com relações de dominação de espaços naturais específicos da nobreza, ligados ao cotidiano do Paço e à aristocracia, com valores simbólicos e práticos. Não apenas exigia experiência e observação objetivos a fim de se adaptar ao ambiente e demarcar os espaços dos itinerários, mas destaca-se como responsável pela generalização, já nos séculos XII e XIII, da prática de *afforestation*, criando imensas florestas ou coutadas arborizadas, emblemas do poder do soberano, e alguns aristocratas, onde reservavam-se o direito exclusivo da caça. A própria legislação florestal medieval restringia o acesso às reservas de caça reais e limitava o direito à caça a uma determinada posição social.

A montaria também rendia prestações, poder e hierarquia em grande parte reservadas só ao rei, e poucos senhores, marcando assim sua superioridade. Além de garantir um espaço domesticado e ritualizado para o ócio, esta aristocracia laica demonstrava profundo intuito na manutenção desta prática, comum a toda nobreza europeia. Afinal, tratava-se de um importante instrumento que, através de seu caráter ritual, cumpria a função de definir, conservar, reproduzir e exibir os privilégios, distinções, posições e papéis deste segmento socialmente demarcado como superior.

Já em relação ao segundo ponto, este refere-se à domesticação dos animais apresentando-se como rito de dominação social. Huizinga⁷⁷⁷ já havia alertado que uma das características da função do jogo é a representação *de* alguma coisa, que pode ser uma forma de exibição ou realização de uma aparência, servindo de base para cerimoniais, convenções e regras da vida aristocrática. Somando-se a isto o fato de que os animais referidos nos tratados (cães, cavalos, falcões) servem à fruição e à folgança da nobreza, compreende-se que, nesse período medieval, estes, junto com os jogos em que são usados, passam a possuir uma relevância simbólica, como signos distintivos de hierarquia e *status* social dominante.

Nesse caminho, alcança-se a importância do aprimoramento das técnicas e instrumentos de adestramento destes animais “nobres”, com status de principais agentes da caça, pois o domínio da besta era um saber de interesse da nobreza, a qual devia ser educada,

⁷⁷⁶ PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 155.

⁷⁷⁷ HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980, p. 17.

não apenas para execução perfeita dos feitos de cavalaria, mas para a própria exibição de seus valores e poderio. Guerrau⁷⁷⁸ salientava o aparecimento de técnicos especializados, como monteiros e falcoeiros, que se ocupavam em cuidar dos animais, fazendo parte do círculo íntimo dos reis e grandes aristocratas, bem como ocuparam espaços cada vez maiores nos tratados, traduzindo bem a paixão por esta atividade. Tanto que, reconhece-se que a antiguidade já conhecia algumas espécies de cães, mas o medievo dedicara maior atenção e cuidado a estas raças, aperfeiçoando a atividade cinegética, dando a mesma atenção ao adestramento dos falcões e cavalos.

Assim, domesticação de elementos da natureza e dominação social apareciam como aspectos do mesmo movimento. É visto, inclusive, que se sobressaem nos textos analogias entre a domesticação dos animais com a domesticação da nobreza, acrescentando valores desta àquela, como determinadas virtudes e qualidades. Tais analogias, segundo Thomas⁷⁷⁹, aparecem como pontos de referência para propor um comportamento humano ideal, com a manutenção da etiqueta segundo o bom desempenho das atividades que pertence à nobreza. Mas também resultaram no desenvolvimento de técnicas aperfeiçoadas de adestramento animal que acompanhem as posturas corretas e condutas virtuosas do polimento da conduta nobre, a fim de compor o animal de atributos que façam jus a seu dono de exibí-lo.

Assim, conclui-se que a proposta civilizadora humana, fora acompanhada de um movimento paralelo, caracterizado por uma proposta de domesticação da natureza. No caso português, teve-se como expoente o discurso moralizador do Paço na Dinastia de Avis, vinculado a uma proposta de civilizar e moralizar que havia ascendido com D. João I, e está ligado ao que Norbert Elias⁷⁸⁰ chama de *processo civilizador*.

O que cabe ressaltar é que, considerando o processo de imposição do homem sobre a natureza e seus elementos, em vista de melhor controlá-los, como anterior ao período medieval, este se apresenta como uma etapa importante deste processo. Especialmente nos dois últimos séculos do medievo, o exemplo do português mostra o surgimento de uma legítima preocupação por parte dos governos, em relação à crescente degradação dos recursos naturais, devido ao aumento da demanda. Isto culminou em medidas e posturas que revelam tentativas, nem todas bem sucedidas, de proteger tais recursos, exercendo maior ordenação sobre sua exploração, bem como sua conservação e reposição. Portanto, tornou-se apropriada

⁷⁷⁸ GUERREAU, Alain. "Caça" in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 141.

⁷⁷⁹ THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 48.

⁷⁸⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

a ideia de dominação da natureza começar uma mudança do discurso de subjugação e exploração para o caráter mais civilizatório da domesticação.

Mais do que isto, pode-se enxergar uma mudança concreta nas relações dos grupos humanos com as espécies vegetais e animais, no viés de substituição da predação por uma relação mais simbiótica⁷⁸¹, através do aperfeiçoamento das técnicas e conhecimentos quanto aos animais e espaços, principalmente os relativos à nobreza, que levam a uma postura de submissão, porem com menor agressividade e maior cuidado. Isto porque as relações entre os homens e os elementos naturais nem sempre foram mediadas, prioritariamente, nem exclusivamente, por motivações econômicas e de subsistência, incluindo-se aí uma gama de outras motivações, sejam elas sagradas, ritualísticas, políticas, medicinais, lúdicas, entre outras. Em relação à realeza e nobreza do baixo medievo português, os usos políticos e rituais desses elementos tornaram-se bastante claros

Isto comprovou o forte aspecto político-social que fundamenta este processo de domesticação dos elementos naturais, tendo em vista a visível parcela de responsabilidade da ideologia civilizadora monárquica nele, e a forte contribuição que resultou para a manutenção de elementos fundamentais ao poder régio. Serviu ao controle político e à legitimidade régia, contribuindo para a manutenção da fidelidade e exibição do poder, tornando-se uma analogia para outras formas de subordinação social⁷⁸². Não menos serviu à aristocracia, auxiliando na distinção de seus *status* e exibição de seus privilégios.

Por fim, torna-se importante destacar que esta tese não pretendeu esgotar a grandeza do tema, que abarca outros desdobramentos advindos dessa análise sobre as relação entre o homem medieval e o meio natural com o qual convive. Definir melhor a complementaridade dos aspectos políticos, rituais, econômicos nessa relação, é um bom exemplo, bem como analisar o alcance das medidas propostas pela legislação monárquica. Ficam em aberto estas questões, cuja exploração mostra-se fundamental para a compreensão do processo de domesticação da natureza como um enredo complexo.

⁷⁸¹ DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 58.

⁷⁸² THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 55.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

— “Uma versão portuguesa da história das aves do sec. XIV” in: *Revista Lusitana*, vol. XXV, n° 1-4. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1925.

DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* (edição Joseph M. Piel). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

DUARTE, D. *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982.

JOÃO I, D. *Livro da Montaria* (edição Manuela Mendonça). Ericeira: Mar de Letras, 2003.

LAPA, Manuel R. “Livros de Falcoaria” in: *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1932-1933.

LISBOA, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3859357>. Consultado em: 10/07/2015.

MESTRE GIRALDO. “Livro de Alveitaria” in: *Revista Lusitana*, vol. XII, n° 1-2. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1909.

ORDENAÇÕES Afonsinas. Livros I a V. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Série de cultura portuguesa.

ORDENACÕES Del-Rei Dom Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. Série de cultura portuguesa.

PÊRO MENINO. *Livro de Falcoaria*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

FONTES SECUNDÁRIAS:

ACCORSI, Paulo. *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: Prosa civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*, UFF, Niterói, 1997.

AUDOIN-ROUZEAU, Frédérique. “L’animal et ses représentations sur le site clunisien de La Charité-sur-Loire du XIe au XVIIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984.

BECK, Corinne. “Animal et vie quotidienne en France et en Italie d'après les vestiges ostéologiques (XIe-XVe siècles)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984.

BARROS, Clara. “Convencer ou persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da Primeyra Partida de Afonso X” in: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, n°18-19, 1993, in: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_03969045_1993_num_18_1_1_094.

BARRAU, Jacques. “Domesticação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

BARRAU, Jacques. “Animal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

BATANY, Jean. “Escrito/Oral” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

BESANA, Luigi “Observação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

CARDINI, Franco. “O guerreiro e o cavaleiro” in: LE GOFF, Jacques; CARDINI, Franco (org.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. “Pecado” in: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II.

CURTIUS, Ernst R. *Literatura Europea y Edad Media Latina*, vol. I e II. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1995.

DELORT, Robert. “Animais” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

DELORT, Robert. “Les animaux en Occident du Xe au XVIe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984.

DELORT, Robert. *La vie au Moyen Age*. Paris: Seuil, 1982.

DEVY-VARETA, Nicole. “Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna” in: *O litoral em perspectiva histórica (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de Moderna, 2002.

DEVY-VARETA, Nicole. “Geografia, vegetação e problemática do ambiente” in: *Inforgeo*, 9-10, 1995.

DEVY-VARETA, Nicole. “Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*, Vol. I, Porto, 1986.

DEVY-VARETA, Nicole. “As matas medievais e a ‘coutada velha’ do rei” in: *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Revista da Faculdade de Letras-Geografia I série*. Vol. I. Porto, 1985.

DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

DURLIAT, Marcel. “Le monde animal et ses représentations iconographiques du XIe au XVe siècle” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* (Vol. I e II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FABIETTI, Ugo. “Vegetal” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

FONSECA, P. C. L. “Animais e imaginário religioso medieval: os bestiários e a visão da natureza” in: SANTOS, Dulce O. Amarante dos Santos; TURCHI, Maria Zaira (org.). *Encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004.

FRÓES, Vânia L. “O Livro de Horas de D. Fernando. Maravilha para ver e rezar” in: *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 129. Rio de Janeiro, 2011.

FRÓES, Vânia L. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese para Titular de História Medieval: UFF, Niterói, 1995. mimeo. passim.

FRÓES, Vânia L. “Teatro como missão e espaço de encontro de culturas” in: *Actas do Congresso Internacional de História. Missionação portuguesa e encontro de culturas, vol. III*. Braga, 1993.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995.

GONÇALVES, Iria. “Espaços silvestres para animais selvagens, no noroeste de Portugal, com as inquirições de 1258” in: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2, Porto, 2006.

GONÇALVES, Iria. “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, 2006.

GREGORY, Tullio. “Natureza” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol II. Bauru: EDUSC, 2006.

- GUENÈE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981.
- GUERRAU, Alain. “Caça” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.
- HAUSSMANN, Giovanni. “Cultivo” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.
- HEERS, Jacques. *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média: um estudo das formas de via, pensamento e arte em França e nos Países baixos nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Ed. Ulisséia, 1924.
- LAPA, Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1964.
- LE GOFF, Jacques. “Rei” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, vol. II. Bauru: EDUSC, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do espaço nacional” in: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria da Cruz, 1956.
- MARTINS, Mário. *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Brotéria, 1975.
- MATTOSO, José. *História de Portugal* vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MATTOSO, José A. *A nobreza Medieval Portuguesa. A família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- MAUÉS, Fernando. “As ensinanças do livro do cavalgar” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEHL, Jean-Michel. “Jogo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D.João II (Portugal-1438-1495)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

MICHELI, Gianni. “Natureza” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

MONTANARI, Massimo. “Alimentação” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. I. Bauru: EDUSC, 2006.

MORENO, Humberto Baquero. *Os itinerários de El-Rey Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

MOULINIER-BROGI, Laurence. “Les merveilles de la nature vues par Hildegarde de Bingen (XIIe siècle)” in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 25e congrès*, Orléans, 1994.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

PASTOUREAU, Michel. “Símbolo” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. II. Bauru: EDUSC, 2006.

PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz, 2006.

PASTOUREAU, Michel. “Quel est le roi des animaux ?”. in: *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 15e congrès*, Toulouse, 1984.

PASTOUREAU, Michel. *No Tempo dos Cavaleiros da Távola Redonda (França e Inglaterra, séculos XII e XIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PIMPÃO, Álvaro Júlio C. *História da Literatura Portuguesa, vol I (séc. XII a XV)*, Coimbra: Edições Quadrante Ltda, 1947.

QUESADA, Miguel A. L. *Las fiestas em la cultura medieval*. Barcelona: Editora Areté, 2004.

SARAIVA, José Antônio. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2000.

SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SERRÃO, Joel. “Literatura Portuguesa” in: *Dicionário de História de Portugal vol. IV*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

SORIA, José M. Nieto. *Fundamentos Ideológicos del poder real en Castilla*. Madrid: Eudema, 1988.

SOUZA, Risonete B. “Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro” in: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SPINA, Sigismundo. *Presença da Literatura Portuguesa I: Era Medieval*. DIFEL: São Paulo, 1969.

VERDON, Jean. *Le plaisir au Moyen Âge*. Paris: Hachette Littéraires, 2002.

VALERI, Renée. “Alimentação” in: ROMANO, Ruggiero (dir.), *Biblioteca Einaudi, vol. 16: Homo - Domesticação; Cultura Material*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ZINK, Michel. “Literatura(s)” in: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* vol. II. Bauru: EDUSC, 2006.

GLOSSÁRIO

Aazo/azo = ocasião, acaso, motivo.

Abaldoado = abalroado.

Acadar = agarrar, dominar, alcançar.

Aceirar = cortar a vegetação nas extremidades das herdades, para demarcá-las e evitar contato com incêndios.

Aceiro = faixa de terra arroteada e demarcada contra fogos.

Aconthiados (acontiados) = súditos e vassallos do rei, em Portugal particularmente designa os senhores ilustres que possuíam mercês.

Aderençar = caminhar, dirigir-se.

Adraguncho = enfermidade, glândulas engorgitadas que atacam as pernas e peito dos cavalos.

Afanar = cansar, enfraquecer.

Afemensar = atentar, ter atenção.

Aguça = pressa, boa diligência.

Aguisado = racional, conveniente, razoável, prudente.

Agros = campos de terra de sementeiras e frutíferas.

Alcafar = lombo do animal, parte traseira onde este costuma ser montado.

Alcandora = poleiro do falcão.

Alforvas (alforbas) = plantas da família das leguminosas, usadas na forragem (alimento das bestas) ou medicina.

Algares = covas ou barrancos cavados pelas chuvas ou torrentes; cavernas, crateras, grutas, despenhadeiros.

Alguidar = vaso que possui mais largura e circunferência do que altura e profundidade.

Almotalia = vaso geralmente cônico em que coloca o azeite ou outros óleos.

Alazam = cavalo cor de canela mais ou menos escura; cavalo bom e vigoroso.

Almafaçe (almofaça) = escova de ferro para esfregar e limpar bestas.

Almeçega = resina extraída da almecegueira

Alqueives = terra que está em pousio.

Alveitaria = arte de curar animais.

Anchura = largura, larguesa, etensao, dimensão.

Apeiros = conjunto de utensílios para determinado fim, seja caça ou lavoura.

Armadas = a rede de pessoas (monteiros, escudeiros, moços do monte) que se arma para cercar a caça, e bater o monte para fazer sair a veação aos postos ou saídas onde esperam os caçadores para os agarrar.

Arnezes (arnês) = peças da armadura completa que cobre o cavaleiro da cabeça aos pés.

Arretal = corda usada para amarrar cavalos, retendo-os nos presépios.

Ascuma = pequena lança de arremesso.

Asinha = rapidamente.

Assacar = inventar.

Assuando = fazendo assuada: alarido, gritaria.

Astrosia = superstição.

Astroso = infeliz, desgraçado.

Aviamento = expediente, incumbência, preparo, diligência.

Azemel = almocreve.

Azevar (acéver) = planta da família do aloé, da qual se extrai uma essência medicinal amargosa, usada principalmente nas chagas dos cavalos.

Bácoro: macho ou fêmea da espécie suína depois do desmame.

Barrocas = covas formadas por enxurradas e águas, barrancos.

Boinhais = matos compostos de bunhos ou boínhos, plantas juncáceas (juncos, caniços), com cujas palhas faziam-se objetos caseiros como esteiras e cadeiras. .

Bollo armeryco = terra argilosa usada como tonico, adstringente e purgativa.

Brial = espécie de amisola que os cavaleiros armados vestiam sobre as armas ou, quando desarmados, sobre o fato interior.

Cajão = desastre, infelicidade, desgraça.

Cambar = trocar, mudar.

Çanbarco = planta medicinal de que se faz um pó para solda de ferimentos em animais.

Canafrecha = planta cujo talo parecido com a cana se cozinha formando uma resina para vedar sangue.

Candil = açúcar candil.

Caparão = carapuça para tapar a cabeça das aves de altanaria.

Caproeira/capoeira = conjunto das aves domesticas; compartimento para a criação destas (galinheiro).

Carrascais = campos de carrascos, arbustos silvestres espécie de carvalho.

Catanes (alcatenis) = planta medicinal cuja semente é usada em unguentos, bálsamos e cataplasmas para curar feridas inflamações dos animais, auxiliando na criação de carne.

Chada = planície.

Cheira = chaira, terra chã.

Charamelas = instrumentos de sopro, a moda das trombetas, que se toca também com os dedos das mãos.

Coa = calda.

Compleição = constituição.

Contenença = aspecto, semblante, atitude, postura.

Cooima (coima) = pena pecuniária que se estabelece aos donos de animais que invadem campos alheios e os danificam.

Côvedo/côvado = cotovelo: joelheira da besta.

Dalquetira (de alquetira/alquitira) = planta arbustiva com que se faz uma espécie de goma medicinal.

Dispondio = moeda de pequeno peso que equivale a duas mealhas.

Desteiros (de esteiros) = braços de rio ou de mar que se estende terra a dentro.

Desvairo = desvairo, diversidades, discordância.

Empacho = embargo, impedimento, demora.

Empeçar = embaraçar, enredar, tropeçar.

Emprazar = cercar, acantoar a caça com cães para que não possam fugir.

Encarreirar = correr por algum caminho específico.

Enfesta = encosta.

Ensusa = utensílio.

Enxulha = banhas que as aves criam depois de bem curadas e alimentadas na muda.

Ervaçal = terreno em que abundam as ervas, especialmente as daninhas.

Espadoa = parte mais elevada dos membros anteriores dos quadrúpedes, ombros.

Esfavelar = arrancar os dentes da parte posterior da mandíbula do cavalo, onde se colocará os freios.

Estevais = terreno em que abundam estevas, plantas arbustivas ou matos pequenos.

Estrever = atrever.

Estruído = estrépido, barulho de destruição.

Eyriçoos = enfermidade que se dá no joelho dos cavalos, geralmente com inchaço de uma veia.

Fééstrada (enfrestada) = que possui frestas.

Fentais/feiteiras/feitais = matos cobertos de fetos.

Fentos = fetos.

Ferraes = mistura de grãos semeados para servirem de pasto verde e alimentar as bestas, especialmente o gado bovino e equino.

Filhar = apanhar, agarrar.

Fraguoa = que há fragas/fraguras; penhascoso, escabroso, áspero, de difícil acesso.

Frontinho = designa cavalos baios, alazãos, castanhos ou ruços que possuem uma malha branca no meio da testa, considerada sinal de bom agouro e indicativo de boas qualidades.

Gaffidade (gafidade/gafeira) = lepra; sarna leprosa de certos animais.

Galha = excrescência que extravasa pela casca dos vegetais, causada pela ação de insetos e parasitas.

Galardom (galardão) = recompensa, prêmio, dom, glória, honra.

Garceiro = caçador de garças.

Garnimento = guarnição, adorno, enfeite.

Garvanço/gravanço = planta leguminosa, cujas vagens contêm uma semente comestível; ervanço, grão-de-bico.

Greças = enfermidade, como tumores, que afeta as juntas dos pés dos cavalos.

Guarnido = guarnecido, provido do que é necessário.

Hereitas (ereita) = altura de um monte.

Hermodatiles (hermodátilo) = planta trazida do Levante com rizoma tuberoso.

Landoa/landea = bolota de carvalho, uso medicinal.

Lavaios = espécie de terreno.

Ledo = alegre.

Leiro = parece se relacionar com caçador de leirão, espécie de rato de colar branco e focinho negro.

Lenteiro = húmido, pântano.

Lentisco = aroeira

Louçania = elegância, bom ataviamento, enfeite, adorno.

Lume = frente ou superfície de um espelho; brilho, fulgor.

Manha = destreza, desembaraço, astúcia.

Mesura = medida.

Mastruços = designação de varias plantas herbáceas, muitas delas com propriedades medicinais.

Mealha = antiga moeda de cobre de valor de meio ceitil; migalha.

Meores = menores

Mezinha = qualquer medicamento: xarope, emplasto, purga, etc.

Mondill (mandil) = pano de lã grosso com que se limpavam os cavalos.

Mel de Monheca = mezinha usada na cura de enfermidades animais.

Morouços = monte, montículo.

Nativas = nativas, naturais do lugar.

Nedeos = polidos, nítidos, bem curados, lustrosos, diz-se do pelo e rosto da besta.

Norça = planta herbácea rasteira, com folhas e sarmentos semelhantes à videira.

Orgo (sorgo) = planta gramínea utilizada na forragem para alimentação animal.

Orto = couve de folha miúda que bota muitos ramos.

Ouveiro/oveiro = orifício anal do falcão e outras aves de rapina; ou ovário das aves.

Ouas/ovas = enfermidade que se manifesta nos cavalos, no alto da junta que está sobre a quartela (entre o boleto e a coroa do casco), parecido com duas avelãs e cheias de uma matéria mole.

Padares = paladar, língua.

Paparraz = alvarraz, erva-dos-piolhos, erva piolhenta.

Patico = hepático, referente a doenças do fígado.

Parar mentes = refletir, atender, ter atenção, pensar.

Passamente = devagar, a passo.

Pascigo = pasto, pastagem.

Péendência (pendência) = contenda, questão não resolvida.

Penças (pensas) = pendidas, penduradas, suspensas.

Pipul[el]a (ou bruça pastoril) = ingrediente de uso medicinal para a produção de mezinhas aos animais.

Pirola (pílula) = pequenas pélas, bolinhos da grossura de uma avelã, para engolir mais facilmente alguns remédios, desagradáveis ao gosto.

Prado = terreno não lavrado em que se deixa crescer ervas que servem de forragem para apascentar o gado.

Preseuell (preseval) = espécie de estante localizada no estábulo ou curral onde se amarra o cavalo pelo cabresto.

Proido/pruido/prurido = comichão, coceira.

Prumada/plumada/plumadada = para os falcões engolirem uns fios, com que se purgam, os caçadores misturam com estes fios umas migalhas de carne, e as embrulham com penas miúdas; o lançar do prumo.

Pruir = ter comichão.

Púcaro = pequeno vaso com asa, como uma taça, para beber água ou extrair líquidos de outros vasos maiores. .

Quedar = estar, deter-se, demorar-se.

Quejando = qual, assim como, da mesma sorte, modo ou maneira.

Queixada = maxilar, queixo.

Referteiramente = com má vontade.

Relas = parte inferior e côncava da pata.

Relés = animais alvos de caça na altanaria.

Releira = que caça vários relés, boa de buscar alvos.

Remessa = de remessar: dar com força, dar de encontro a.

Restevas = restolho.

Rreigada (reigada) = rego lombar, depressão entre as nadeugas de cerots animais.

Ruibarbo = planta medicinal.

Sandia/sandeus = louca, sem siso.

Sanha = furor, grande ira, desatino, loucura.

Sanguy dragom = ingrediente de uso medicinal para a produção de mezinhas aos animais.

Sargaço = erva marinha.

Sarro de cuba = sarro são as fezes do vinho, condensadas e secas; parte mais grossa e salina do vinho, que se endurece e petrifica através da fermentação.

Sauina/savina = planta de duas espécies: arbusto baixo de folhar verdes, duras, espinhosas e picantes ao gosto; arvores do tamanho da amendoeira, da feição do cipreste, que se cria nos montes e terrenos incultos.

Secotrim = aloé amargo da região de Sacotora, ou Çocotora, usado medicinalmente como o azevar.

Similidão = semelhança.

Silvado = mato coberto de moitas de silvas (arbustos rosáceos silvestres espinhosos) ou sarças.

Sopee/sopé = falda (de montanha), parte inferior de encosta.

Soveirais = terrenos de sobreiros.

Suxa = solta, desapertada, alargada.

Talante = vontade, gosto, desejo.

Tangimento = tato.

Teudo = obrigado, constrangido.

Tolher = impedir.

Torvar = perturbar, irritar.

Tracto = espaço de terreno, intervalo.

Tartego (tartago) = planta medicinal de semente purgativa.

Tojal = mata de tojos (espécie de planta espinhosa).

Torbite (turbito) = planta com raiz purgativa.

Trastavado (trastravado) = cavalo que tem o pé direito e a mão esquerda brancos.

Trestimba[ndo] (trestombar) = tropeçar, tombar, declinar.

Triga = atriga, pressa.

Urzal = terreno abundante em urze (arbusto semelhante ao alecrim); terreno de pouca altura.

Vado = vau; lugar pouco fundo; travessia, passagem sobre água.

Varzino = amarelo e preto.

Veação = animal bravio de caça no monte.

Vergonça = vergonha.

Virotão = seta que se lança.

Vozearia = grande gritaria.

Zaragatoa = planta herbácea de uso medicinal.